

coleção
prga

Joviano Maia Mayer

**O comum no
horizonte da
metrópole
biopolítica**

O comum no horizonte da metrópole biopolítica

Joviano Maia Mayer

[cc] **coleção npgau**
[cc] Joviano Maia Mayer

primeira edição, novembro de 2020

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
Escola de Arquitetura | Universidade Federal de Minas Gerais

Rua Paraíba, 697 | Belo Horizonte, MG, Brasil | CEP 30.130-141

colpos@arq.ufmg.br | npgau.ufmg@gmail.com
<https://sites.arq.ufmg.br/posgraduacao/arquiteturaeurbanismo/>

Você tem a liberdade de compartilhar, copiar, distribuir e transmitir esta obra, desde que cite a autoria e não faça uso comercial.

M468c Mayer, Joviano Maia.
O comum no horizonte da metrópole biopolítica / Joviano Maia Mayer. -
Belo Horizonte : Escola de Arquitetura da UFMG, 2021.
300 p. : il.- (npgau)

ISBN: 978-65-89221-01-2

1. Espaço urbano. 2. Política urbana. 3. Movimentos sociais urbanos. 4.
Políticas públicas. I. Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.13

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

O comum no horizonte da metrópole biopolítica

Joviano Maia Mayer

coleção
prgái

Belo Horizonte
2020

coleção nrgau

A **coleção nrgau** integra a política de visibilidade e impacto social do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG (NPGAU), promovendo a divulgação da produção de excelência de seus docentes, discentes e egressos. Compõem a coleção livros autorais e coletâneas submetidos a uma chamada anual. Os títulos que melhor expressam a diversidade teórica, crítica e temática da produção do Programa são selecionados por um Conselho editorial e publicados pelo selo nrgau, um dos selos editoriais da Editora da Escola de Arquitetura. Para os trabalhos de revisão, projeto gráfico e diagramação da coleção são contratados estudantes do Programa. Cada título tem tiragem mínima de 300 exemplares, prioritariamente distribuídos de forma gratuita para bibliotecas de programas de pós-graduação do país e para professores visitantes e convidados. Todos os títulos são disponibilizados para livre acesso no sítio eletrônico do Programa.

Dedico este livro à América,
nascida em casa, pelas mãos
de uma doula mexicana e ao
eterno mestre, professor Fábio
Alves dos Santos: uma vida de
luta com os pobres.

O amor nos impele ao outro.

Fábio Alves dos Santos

Agradecimentos

A Adriano Anselmo, Alemar Rena, Alexandre Mendes, Ana Cecília Souza, Ana Cláudia Alexandre, Ana Paula Condé, Ana Isabel Sá, Anaís Della Croce, André Victor, Ângela Guerra, Ângela da Dandara, Arthur Prudente, Associação Casa do Estudante, Bahia (*in memoriam*), Barnabé Di Cartola, Brenda Gonçalves, Brigadas Populares, Bruno Cardoso, Bruno Cava, Bruno Demétrio, Camila Teixeira, Camila Vieira, Carina Santos, Carol Spyer, Cecília Santos, Charlene, Clara Maragna, Clara Miranda, Clarice Marinho, Cleide Nepomuceno, Coletivo Margarida Alves, Consolo Maia, Cyro Almeida, Dagmar Bede, Dan Scan, Daniel Carneiro, Daniel Gonzaga, Daniele Resende, Denise Morado, Dereco, Diogo Alegria, Douglas Resende, Efe Godoy, Elaine Maia, Eliane Maia, Elielma, Eliene, Espaço Comum Luiz Estrela, Felipe Magalhães, Felipe Soares, Felter Rodrigues, Fernanda Nana, Fred Guimarães, frei Gilvander, Gabriel Murilo, Guilherme Bastos, Gustavito, Hadassa, Hernan Espinoza, Indisciplinar UFMG, Isa Maria, Isabella Gonçalves, Jana Macruz, Janaína Marx, João Telesforo, João Tonucci,

Jonathan Jaumont, Jovino Mayer, Júlia Dinardi, Júlia Franzoni, Juliana Bavuzo, Juliana Benício, Jupira Mendonça, Kadu (*in memoriam*), Karina Marçal, Larissa Pirchiner, Layza Queiroz, Levi, Lorena Dias, Luara Colpa, Luciana da Cruz, Ludmila Bigonha, Luiz Fernando, Manu Andrade, Manu Pessoa, Marcela Brandão, Marcelo Maia, Marcos Paganini, Maria do Rosário Carneiro, Maria Paula Berlando, Mariana Assis, Marianna Maciel, Mary Astrus, Michelle Farias, Michelle Sá, Myriam Ávila, Natacha Rena, Nathalia Duarte, Ogum, Oxum, Orlando Soares, Pablo de Soto, Pai Boi, Patrícia Krieger, Paula Kimo, Paula Bruzzi, Pedro Otoni, Priscila Amoni, Priscila Cika, Priscila Musa, Rafael Bittencourt, Rafael Barros, Rafael Bacelar, Rafael Botaro, Rafaela Dornelas, Renata Versiani, Richardson Pontone, Robert Morubixaba, Roberta von Randow, Rose Aquino, Sammer Siman, Sara Cura, Sarah Otoni, Sarah Kubitschek, Sarah Mayer, Seu João, Seu Severino, Sônia Sambugykan, Silvia Andrade, Thaís Clark, Talita Lessa, Thaís Firmato, Thaís Lopes, Thiago Canettieri, Tiago Lourenço, Tita Marçal, Vânia, Vinícius Mayer, Vitor Tonin, Vivian Tofinha, Wagna Vieira, William Azalim. Por fim, à multidão.

Sumário

12 Excurso introdutório **01**

18 Sobre o método: copesquisa cartográfica **02**

20 O percurso

27 Sobre a copesquisa: premissas teórico-metodológicas

34 Sobre a cartografia: pistas para o método

46 Copesquisa cartográfica: notas conclusivas

56 *Excurso sobre excursos*

58 Urbanismo neoliberal **03**

60 Crise do fordismo e ascensão do neoliberalismo

68 Acumulação por espoliação: neoliberalismo e a captura dos bens comuns

77 Império, capitalismo cognitivo e produção de subjetividade

86 A emergência da multidão como sujeito político

97 A metrópole biopotente

101 A cidade neoliberal das parcerias público-privadas

107 O instrumento operação urbana consorciada

114 *Excurso da OUC Nova BH*

138 Sobre o comum **04**

140 Princípios do comum

147 Delineando o campo do comum

- 160** *Excurso do carnaval Amor e Luta*
- 166** A centralidade do comum nas lutas multitudinárias
- 173** *Excurso das Margaridas*
- 187** Constituição do comum para o exercício da democracia real
- 194** *Excurso da Bike*
- 202** Resistência positiva em defesa do comum
- 206** **Sobre espaços comuns** **05**
- 208** Do espaço capital ao espaço comum
- 216** *Excurso do Mofuce*
- 221** Pontos de referência sobre o fazer comum
- 230** *Excurso Estelar*
- 260** Espaços comuns como resistência positiva ao urbanismo neoliberal
- 265** Ocupações organizadas por moradia
- 269** Belo Horizonte: cidade ocupada
- 280** **Excurso de despedida** **06**
- 290** **Referências bibliográficas**
- 299** **Sobre o autor**

Excursão introdutório

Diga a verdade e seja livre.
Quem pode escrever a verdade
senão aqueles que a sentiram?
Apenas são verdadeiras as histórias
escritas por homens sinceros o
suficiente para contar a verdade
a respeito de si mesmos.

Guy Debord

Isto não é uma introdução teórica, propriamente falando, mas um excursão. No máximo um oi que antecede um novo encontro, um caminhar conjunto (assim desejo), um passeio por uma copesquisa cartográfica (sobre a qual vamos começar o rolé), para percorrer um relato sincero, processualmente construído (em tempo real, a primeira epígrafe vi pichada em um muro, no último dia de escrita), produto de vários encontros iminentes, por distintos espaços, distintas temporalidades (valeu, JK, tamo junto!), múltiplas orientações e corpos, multidão de corpos. Nas ruas com muitas bandeiras, nas

Praias da Estação com poucas roupas, no carnaval amor e luta, nas bicicletinhas ou massas críticas, nas ocupações do espaço público, nas ocupações do espaço privado, sobretudo nos espaços comuns, onde os corpos estão mais sujeitos aos afetos e processos biopotentes de subjetivação.

As autoras e os autores citados ao longo do trajeto encontrei a partir das lutas, e não o contrário, que fique claro. Encontros felizes! Como aqueles que ocorrem entre vespas e orquídeas, descritos por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011). Não foram simples escolhas, mas bem um dever, encontro do sujeito e

objeto, cruzamento entre as teorias e uma constelação de conceitos a serem testados na práxis política. Discussões, temas e pensamentos que dizem respeito à minha vida, que partem das resistências, reflexões não adstritas aos movimentos do capital, concernentes às formas de me relacionar, de experimentar a cidade, de abrir-me às singularidades e de fazer (-com) política, pois também partem da biopolítica.

Ocorreu, in casu, uma sintonia fina entre os movimentos da subjetividade que pesquisa e os livros pesquisados, com suas linhas de articulação, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação (DELEUZE e GUATTARI, 2011). E, juro (as pessoas mais próximas o sabem), foi necessário transpor várias barreiras, preconceitos e dogmatismos para um encontro aberto com autoras e autores rechaçados de antemão por parte considerável da esquerda revolucionária. Mas a potência do comum gritou demasiado forte aos

ouvidos, demandava ser coinvestigado, cartografado, experienciado, desprendido de qualquer viseira dogmática sem se tornar uma, porque manter viseiras não é típico da postura crítica a qual reivindico. E lamento que os marxistas ortodoxos que também me inspiram ainda não tenham se debruçado sobre o comum, sobretudo enquanto prática imanente e antagonista. Comunistas não podem existir sem pensar e viver o comum, correto?

Aqui, preciso fazer um desagravo em proveito de um brigadista italiano¹. Durante o ano 2007, passei quatro meses completamente imerso no curso de Formação Política Latino-americana na Escola Nacional Florestan Fernandes, fiz parte da primeira turma do curso (turma “Che Guevara”) que teve cerca de 120 militantes de quase

¹ “Foi preso sob a acusação de ser uma liderança do grupo conhecido Brigadas Vermelhas”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Antonio_Negri>. Acesso em: 06 de agosto de 2015.

todos países da América do Sul, Caribe, México, EUA e Moçambique. Teoria política e história de formação econômica e social latino-americana na veia. Serei eternamente grato ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e à Via Campesina pela oportunidade única, encontro biopotente de múltiplas culturas e formas de lutas que me afetaram profundamente, um encontro de amor com a cosmovisão Latino-americana. Grandes referências das ciências sociais de esquerda aí compartilharam suas reflexões: Roberta Traspadini, François Houtart, Enrique Dussel, Michael Löwy etc. No entanto, nesse importante espaço de formação dos novos movimentos, objetar argumentos em favor do pensamento de Antonio Negri era quase um crime (Néstor Kohan que o diga), exceto se fosse para corroborar a inquestionável tese de que se trata de “teoria pós-moderna a serviço do imperialismo”. Naquele momento, acreditei e propaguei isso, sem nunca ter lido.

Hoje, porém, digo: não, o ex-guerrilheiro Antonio Negri não é um agente do imperialismo, definitivamente não! A esquerda clássica instituída faz um desserviço à luta emancipatória rechaçando acriticamente o pensamento de Negri. Nossas sinceras homenagens à sua trajetória de luta, sua coragem e ousadia de escrever com Michael Hardt a trilogia *Império*, *Multidão* e *Commonwealth*, e tantos outros livros que têm muito a contribuir em tempos tão complexos como o nosso, penso. A esquerda brasileira ainda tem muito, mas muito, o que aprender com os movimentos multitudinários metropolitanos, com os espaços comuns que não encontram ressonância no instrumental teórico clássico e nos velhos mecanismos de subjetivação da esquerda fordista.

E que bom copesquisar (indisciplinadamente) depois de viver junho e seus desdobramentos! Dentro de um ciclo global de lutas cuja narrativa nos remete irremediavelmente ao levante zapatista

de 1994, passando por Seattle em 1999, pelos Fóruns Sociais Mundiais, pelas vitórias dos movimentos que culminaram nas eleições de Evo e Chávez, mais recentemente, pela Primavera Árabe, pelas acampadas multitudinárias, pelos pinguins no Chile, por junho de 2013 até chegarmos, em 2015, às vitórias das plataformas municipalistas forjadas pelas(os) indignadas(os) espanhóis sob o horizonte do comum.

Neste rolé, antes de chegarmos ao comum, passaremos pela crise do fordismo, pela ascensão do neoliberalismo com a ofensiva público-privada sobre os bens comuns, pelas mutações no mundo do trabalho e do capitalismo, até a emergência da multidão como o sujeito da contemporaneidade que tem na metrópole biopolítica o locus privilegiado de ação biopotente, cenário ainda subjogado ao paradigma hegemônico da cidade-empresa e do planejamento estratégico, a despeito do bem comum ora reivindicado, da primeira à última página. Nesse entretempo, faremos alguns

“rolezinhos” (daqui por diante, rolezim ou excursos) mais ousados, livres, como o primeiro excurso que encerra o passeio sobre o método. Assim, vamos caminhando e, como nos fala a canção, “si quiere cambio verdadero, pues, camina distinto” (La vuelta al mundo, Calle 13).

Sobre o método: copesquisa cartográfica

O PERCURSO

Uma teoria é exatamente como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com significante. É preciso que sirva, é preciso que funcione.

Gilles Deleuze

[...] arranca la verdad a toda fijación en lo trascendental y la sitúa en el terreno fluido y cambiante de la práctica, desplazando los términos de la discusión del conocer al hacer.

Michael Hardt & Antonio Negri

Quando comecei este trabalho, em agosto de 2013, ainda sob a atmosfera efervescente das *Jornadas de Junho*, o projeto inicial de pesquisa, bem mais modesto, consistia em analisar a implementação de uma operação urbana consorciada na cidade de Belo Horizonte (OUC Nova BH) para averiguar, a partir do estudo de caso em questão, se a implementação dessa parceria público-privada no planejamento urbano atenderia aos princípios que orientam o Estatuto da Cidade (especialmente a gestão democrática e a função social da cidade), ou se tal projeto simplesmente corresponderia ao paradigma da *cidade-empresa* no contexto do chamado *planejamento estratégico*, regulado pelos interesses financeiros que subordinam a produção do espaço na atualidade. A hipótese era a de que as operações urbanas consorciadas — não por acaso, amplamente utilizadas nas grandes cidades, especialmente após a aprovação da Lei n°. 10.257/2001 — seriam o instrumento de política urbana que melhor traduz o paradigma da *cidade-empresa*, orientada pelo *urbanismo neoliberal* das parcerias público-privadas.

Até aquele momento bastaria, então, lançar mão da matriz de análise e das ferramentas metodológicas colocadas à disposição para o estudo dos *grandes projetos urbanos* (VAINER et al., 2012, p.17) e tentar apreender em que medida a OUC Nova BH contribuiria, ou não, para que Belo Horizonte fosse uma cidade mais democrática e menos desigual. No entanto, em pouco tempo, a hipótese inicial se tornou convicção.

O ativismo político, associado ao estudo em torno das OUCs, levou à convicção quanto às funcionalidades intrínsecas ao instrumento, quais sejam: o agravamento da desigualdade na distribuição das mais-valias urbanas mediante a concentração de investimentos, o favorecimento de interesses imobiliários especulativos com a acentuação da valorização imobiliária (pressuposto para o êxito das OUCs), a segregação socioespacial com a remoção direta e indireta de populações pobres e outros efeitos contrários ao ideário da reforma urbana encampado pelos movimentos sociais. De fato, desconheço alguma experiência no país em que o instrumento da OUC tenha efetivamente alcançado suas finalidades legais, à luz dos princípios que informam o capítulo de política urbana da Constituição da República (arts.182 e 183) e o Estatuto da Cidade (art.2º).

Seria, portanto, pouco relevante pesquisar a OUC Nova BH para comprovar o óbvio, representar uma realidade dada, sobretudo considerando a farta produção bibliográfica crítica já existente sobre o tema¹, com destaque para os estudos feitos por Mariana Fix a partir das experiências de OUCs na cidade de São Paulo. Para ela, toda OUC necessariamente pressupõe valorização imobiliária e gentrificação:

21

1 Autoras como Ermínia Maricato, Rose Compans, Fernanda Sanchez, Otília Arantes e Daniela Abritta também produziram relevante arsenal crítico sobre as operações urbanas no Brasil.

Assim, tenham ou não sucesso financeiro, as operações são contrárias ao desenvolvimento de políticas de distribuição de renda, democratização do acesso à terra e aos fundos públicos. Ao contrário, fragmentam o fundo público e aumentam o controle privado sobre sua destinação. Além disso, seu uso tem sido sempre associado a investimentos feitos diretamente com recursos orçamentários, utilizados antes da aprovação da operação (como na Água Espreada), ou no entorno do seu perímetro, como em outra operação, a Faria Lima — de modo a acentuar fortemente a valorização imobiliária, pressuposto básico para o funcionamento do instrumento (Fix, 2009, pp.51–52).

Se não mais fazia sentido investigar a OUC Nova BH, como *grande projeto urbano* nos moldes do *planejamento estratégico*, apenas para comprovar a real intencionalidade do instrumento — camuflada sob a definição imprecisa dada pelo Estatuto da Cidade² —, o foco da pesquisa seria, então, desvendar e difundir as estratégias institucionais utilizadas pelo poder público municipal para viabilizar, em parceria com o mercado, a execução da OUC Nova BH, sem qualquer abertura à participação popular, apesar da dimensão das externalidades e dos impactos a serem gerados.

Cabe aqui chamar a atenção para a magnitude do projeto que, a princípio, implicaria intervenções urbanísticas em 58 bairros, os quais, juntos, representam 7% do território do município (25 km²), o que afetaria diretamente um contingente de 170 mil moradores(as). A OUC Nova BH consistiria, assim, na maior operação urbana da história da cidade.

² A Lei Federal n.º. 10.257/2001 conceitua as OUCs em seu artigo 32.

Dessa maneira, investigar as estratégias utilizadas pelo poder público municipal para aprovar a OUC Nova BH, em sintonia fina com os agentes imobiliários e a despeito da participação social, poderia contribuir para o empoderamento das pessoas para fazer frente às propostas de intervenções urbanísticas contrárias aos interesses da coletividade e do bem comum. Por outro lado, a sonegação de informação ao conjunto da população sobre a Nova BH se expressava como exercício de poder em favor das autoridades instituídas responsáveis pelo projeto e poderia conduzir à impotência da população que seria afetada pela operação urbana.

A essa altura, a pretensão era investigar a OUC Nova BH com o propósito de desnudar as práticas antidemocráticas, as ilicitudes administrativas e as estratégias comunicacionais utilizadas pela municipalidade e difundir tais informações no seio da população visando à mobilização contra o projeto em questão. Em suma, criar e difundir contrainformação, pressuposto indispensável à constituição de contrapoder.

Entretanto, ao longo desse percurso, a pretensão da pesquisa ganhou corpo, na medida em que o cenário político inaugurado em 2013 pelas *jornadas de junho* revelou a fragilidade das esferas de representação institucional e colocou a *democracia real* como possibilidade aberta ante a potência (*destituinte e constituinte*) dos novos movimentos multitudinários, no sentido dado ao termo por Hardt e Negri (2014). Nesse contexto, foi possível lançar e assumir como hipótese de pesquisa a seguinte insígnia: #NÃOVAITERNOVABH (inspirado no lema multitudinário: #NÃOVAITERCOPA).

“Não vai ter Nova BH” não era apenas uma hipótese de pesquisa, mas de fato uma aposta, o objetivo imediato da minha pesquisa, que também não é só minha, mas produto de um conjunto de ações do *eu singular plural* (NANCY, 2000), corporificado em *copesquisa*, capaz de

chamar para si a responsabilidade de contribuir para impedir a concretização de um projeto atentatório aos interesses da coletividade e, ao mesmo tempo, apontar para a construção da cidade que desejamos, sob as bases do bem comum.

Ocorre que, ante a intensa mobilização dos movimentos sociais, associações e ativistas independentes, conectada às ações empreendidas pela *copesquisa* realizada pelo Grupo Indisciplinar da Escola de Arquitetura da Universidade Federal Minas Gerais (UFMG), a aposta política mostrou-se acertada e a Prefeitura de Belo Horizonte foi forçada a paralisar o andamento da OUC Nova BH, no final do inesquecível ano de 2013. Uma contundente vitória dos movimentos da cidade, articulados em rede, que levou a insígnia da *copesquisa* #NÃOVAITERNOVABH a se transformar em #JÂNÃOTEVENOVABH.

Um excursus situado ao longo da dissertação será dedicado ao detalhamento da *copesquisa* em torno da OUC Nova BH, com a exposição das principais ações e atividades realizadas pelo Grupo Indisciplinar, mas cumpre desde logo constar que o trabalho de investigação engajada, comunicativo e colaborativo culminou na elaboração e encaminhamento de uma representação ao Ministério Público estadual, acompanhada de um longo dossiê contendo os produtos da pesquisa com a demonstração das ilegalidades, abusos e indícios de crimes cometidos pela administração pública na elaboração da OUC Nova BH. Dita representação levou o Ministério Público estadual a instaurar inquéritos civil e criminal para investigar os agentes públicos envolvidos na operação e propor ação civil pública³ contra o projeto da Nova BH, por absoluta falta de participação popular e indícios de

3 Ação Civil Pública nº. 0860529-52.2014.8.13.0024, 5ª Vara da Fazenda Pública Municipal, comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais.

crime de improbidade administrativa. Isso, aliado à pressão popular nas audiências da antiga OUC Nova BH, foi fundamental para a administração pública municipal decidir paralisar e rever o projeto.

Em novembro de 2014, depois de aproximadamente um ano sem mencionar a infeliz OUC Nova BH e tendo sido o secretário de planejamento urbano responsável pela referida operação destituído do cargo, a Prefeitura firmou acordo judicial com o Órgão Ministerial para suspender o andamento da Ação Civil Pública e retomar a condução da OUC, agora sob novo nome (OUC ACLO – Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste).

Como se verá com mais detalhes no excurso dedicado à OUC, a *copesquisa* prosseguiu no acompanhamento da OUC ACLO: audiências públicas, grupos de trabalho, reuniões com Ministério Público, roda de conversa, produção de notícias, ofícios, denúncias etc. Ao final do processo participativo inaugurado pela administração municipal, foram incorporados ao plano urbanístico da OUC ACLO, elaborado pela equipe técnica da Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura de Belo Horizonte, parâmetros urbanísticos, estratégias de intervenções, parametrização de tipologias incentivadas, modelo inovador de gestão da OUC e outras medidas que consideramos bastante avançadas, a exemplo do aluguel social, financiado com subsídio cruzado (famílias das faixas de renda maiores subsidiam aluguel das famílias mais pobres), em unidades habitacionais públicas que seriam construídas com recursos da OUC. Os avanços incorporados ao plano urbanístico da OUC ACLO, evidentemente, não foram suficientes para abdicarmos da postura crítica frente ao instrumento OUC.

Ocorre que reduzir a abordagem do presente livro ao processo em torno da OUC Nova BH – ACLO — que, não obstante o rico material de análise quanto às possibilidades e limitações dos processos

participativos, não encerra a *copesquisa* e o campo de ativismo por mim empreendido naqueles anos — quedaria dessa forma muito aquém do meu desejo, afinal #JÁNÃOOTEVENOVABH.

Outras lutas implicadas no meu cotidiano trouxeram à tona, paralelamente, o interesse cada vez maior em torno do comum, tanto como trincheira privilegiada de enfrentamento ao Estado-capital no contexto da *metrópole biopolítica* subjugada ao *urbanismo neoliberal*, quanto como expressão das novas formas organizativas dos movimentos multitudinários na contemporaneidade, cada vez mais conectados em redes colaborativas e desejosos de democracia real, horizontalidade e produção de modos de vida não capitalistas. Em resumo, a produção do comum como resistência positiva ganhou primazia na abordagem dissertativa e a resistência contra a OUC do paradigma da *cidade-empresa* tornou-se um fragmento dentro dessa narrativa.

Ao longo desse percurso imanente e processual, a *cartografia* veio à superfície como importante componente do método de pesquisa até então empreendido. Já não se tratava de uma *copesquisa* apenas, mas de uma *copesquisa cartográfica*, cujo escopo também seria cartografar e criar conexões entre as resistências positivas travadas na atualidade, desde dentro, sob o prisma do comum, tal como a luta contra a OUC Nova BH, mas também o Espaço Comum Luiz Estrela e outras ocupações culturais, a resistência das ocupações de sem-teto, o carnaval de rua independente, as lutas pela preservação da natureza urbana (Parque Jardim América, Mata do Planalto, Parque Augusta) etc.

Trata-se de uma composição original de um método de ação investigativa engajada, assumida pelo Grupo Indisciplinar, na qual *copesquisa*, derivada especialmente do operaismo italiano, e *cartografia*,

desenvolvida como método de pesquisa sobretudo a partir do pensamento de Deleuze e Guattari, complementam-se mutuamente na apreensão e intervenção na realidade. Nossa aposta, a partir desse esforço de investigação coletiva cartográfica, diz respeito à centralidade do comum em tempos de capitalismo financeiro globalizado e *urbanismo neoliberal*.

O que motiva a presente *copesquisa cartográfica* não é nenhum horizonte utópico, pré-concebido sob o ideário socialista, mas a potência das lutas na atualidade, conectadas em rede, aliado àquilo que elas apontam como formas de sociabilidade e produção alternativa à ordem social subjugada pelo domínio da propriedade privada. Cabe, portanto, abordar o método da *copesquisa cartográfica*, cujas ferramentas investigativas se mostram adequadas às pesquisadoras e aos pesquisadores ativistas que, mais do que analisar a metrópole biopolítica contemporânea, almejam transformá-la.

SOBRE A COPESQUISA: PREMISSAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

*La verdad es producida en la acción
realizada en común, sin intermediarios.*

Michael Hardt e Antonio Negri

Numa única frase, *copesquisar* é estar-com. Foi assim que, em 2012, comecei a participar do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, “formado por professores, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação oriundos de diversos campos do conhecimento”, o qual “tem suas ações focadas na produção contemporânea do espaço urbano” e sua prática orientada

pela constituição do comum, “como elemento articulador de sua composição e atuações diversificadas”⁴.

A *copesquisa*, “como forma de pesquisa engajada e militante”, foi o método de investigação assumido e levado a cabo desde o início das atividades do Grupo, as quais compreendem “pesquisa e extensão, ativismo urbano e experiências diversas em uma abordagem transversal e interdisciplinar na construção de uma experiência criativa e desierarquizada do espaço urbano”, com teoria e prática “indissociadamente imbricadas”⁵.

Nessa esteira, a *copesquisa*, assim como outros métodos de pesquisa envolvidos com a luta social, parte da dissolução das fronteiras entre teoria e prática para subverter o distanciamento forjado pelo discurso científico moderno entre pesquisador e objeto. Caracteriza-se como um método (antimétodo) de pesquisa voltado à produção de um conhecimento socialmente comprometido e politicamente posicionado, inserido em espaços coletivos de discussão, redes de produção colaborativa, agenciamentos e mobilização. A *copesquisa* é, portanto, a expressão de um compromisso ético do ato cognitivo com a realidade criada e traz consigo, como pressuposto, a indissociabilidade entre o conhecimento e a transformação, tanto da realidade sob análise/intervenção, quanto do próprio investigador, necessariamente aberto aos múltiplos atravessamentos que a pesquisa implica do ponto de vista das subjetividades.

Não basta à *copesquisa*, no entanto, uma postura engajada e militante do pesquisador frente aos processos sob análise, sendo-lhe cobrada, ademais, a humildade e a abertura necessárias para se deixar afetar pelo outro, abdicando de pressupostos conceituais

⁴ Informações extraídas do blog do Grupo Interdisciplinar, disponível em: <<http://blog.indisciplinar.com/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

⁵ *Ibidem*.

rígidos que buscam sua confirmação no confronto com a realidade. Utilizando os termos de Hardt e Negri (2009, p.131), na *copesquisa* não há lugar para vanguardas ou para intelectuais orgânicos das forças do progresso no sentido gramsciano, o intelectual é e só pode ser um militante, implicado como uma singularidade entre outras, envolvido em um projeto de coinvestigação.

Como modalidade de investigação coletiva, a *copesquisa* implica “mobilizar a produção de pensamento a partir de combates comuns que irrompem em seu cotidiano” (MENDES, 2012a, p.9), a exemplo da resistência contra a operação urbana *Nova BH*, desafio assumido pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar desde sua fundação, em 2012, quando o projeto ainda era arquivado em sigilo pela Prefeitura junto com as construtoras interessadas.

De fato, é no âmbito das lutas e resistências urbanas que a *copesquisa* encontra terreno fértil não apenas para promover uma investigação científica, tomada em sentido estrito, mas também para a produção de novas subjetividades (LAZZARATO, 2014) no curso da ação política e para potencializar a formação de contrapoderes, redes e conexões subversivas, baseadas na comunicação, cooperação e criatividade, com conteúdo *destituente* e, ao mesmo tempo, *constituente* (HARDT E NEGRI, 2014), sob a perspectiva da produção do comum, em contraposição à cidade neoliberal das parcerias público-privadas.

A pertinência da *copesquisa* para a investigação e intervenção na realidade social dada emerge daquilo que caracteriza essa mesma realidade na atualidade, inserida em um contexto de capitalismo pós-fordista, cuja produção colaborativa em rede ganha destaque, bem como a produção de subjetividade que se torna terreno privilegiado da exploração, mas ao mesmo tempo “terreno da luta” (Cocco, 2012,

p.22). Em síntese, a luta social travada no âmbito da metrópole contemporânea, sob a égide do *capitalismo imaterial* derivado da sociedade pós-fordista, oferece as condições necessárias ao avanço do campo epistemológico fundado na *copesquisa*:

Por outro lado, nas mesmas cidades, novas lutas são potencializadas por uma crescente capacidade autônoma de trabalho, baseada na inteligência coletiva, em redes de cooperação social, no uso das novas tecnologias e na produção de múltiplas formas de vida e expressão (MENDES, 2012a, p.9).

É cada vez mais explícita — no caso brasileiro, especialmente a partir das *jornadas de junho* de 2013 — a “emergência de lutas urbanas centradas na cooperação social e na constituição de formas autônomas de trabalho”, sem a mediação de partidos políticos, sindicatos ou outros organismos de representação política, lutas que trazem consigo a produção de um saber compartilhado que é “imediatamente produção de subjetividade e construção de organização” (MENDES, 2012a, p.14). A *copesquisa* possui, portanto, esse apelo à cooperação da produção científica ativista e em rede. Aqui o saber não é tido como um dado prévio, atributo de uma vanguarda esclarecida imbuída da responsabilidade — outorgada por uma entidade exterior, tal como o partido — de conscientizar as massas, capacitando-as para a ação política contra-hegemônica. A *copesquisa* recusa de tal sorte uma postura hierarquizada frente aos sujeitos e saberes compartilhados, tomando como premissa a autonomia dos sujeitos e o respeito às singularidades que esses expressam.

Não se trata então de despertar uma consciência adormecida ou desvendar uma verdade encoberta pela ideologia, como se isso, por si só, pudesse levar à ação política. Copesquisar é cooperar, construir

junto um saber coletivo no âmago das próprias lutas, necessariamente de modo criativo, horizontal e autônomo, sem desprezar a potência e as possibilidades abertas por ações espontâneas, “não conscientes”, não raro menosprezadas pela esquerda tradicional. De outro lado, na *copescquisa* o intelectual não fica adstrito à tarefa de “denunciar o erro e desmascarar as ilusões, mas sim também, junto com outros em um processo de coinvestigação, produzir [desde abaixo] uma nova verdade” (HARDT E NEGRI, 2009, p.131; tradução livre).

Bruno Cava, tal como Alexandre Mendes no texto já citado, ambos pensadores-ativistas da Rede Universidade Nômade⁶, situam a *copescquisa* no operaiismo autonomista da Itália fordista dos anos 1960 e 1970, metodologia denominada *conricerca* pelos operaiistas italianos. Naquele momento, parte do movimento operário demandou uma metodologia de análise da realidade e formas de atuação autônomas, desprendidas da ortodoxia marxista dos partidos comunistas, “contribuindo para a auto-organização dos trabalhadores, a partir da realidade concreta do trabalho e da exploração, menos do que depender de mediações e interpretações externas” (CAVA, 2012, p.18). Nesse sentido:

O núcleo inovador do operaiismo, que não se pode perder com a recente tendência de “academicização”, reside no campo compartilhado da *copescquisa* [*conricerca*] entre intelectuais, militantes e movimentos. A *copescquisa* recusa a disciplinaridade dos saberes e a hierarquização interna à produção social do conhecimento ou “entre sujeito e objeto da investigação” (a distinção epistemológica neokantiana) (CAVA, 2012, p.20).

31

⁶ Para saber mais sobre a Rede Universidade Nômade consultar a página de internet disponível em: <<http://uninomade.net/caravana-nomade/>>. Acesso em: 07 set. 2014.

O movimento operário italiano autonomista buscava, com essa nova perspectiva, libertar o processo de produção do conhecimento da hierarquia do partido, “desenvolvendo um método de coinvestigação para construir junto aos trabalhadores saberes alternativos”, implicados dentro da realidade da fábrica e das relações de poder no mundo do trabalho (HARDT E NEGRI, 2009, p.141; tradução livre).

Se naquele contexto do operário a fábrica era o *locus* privilegiado da *copesquisa*, tendo em vista que, “agora, a cooperação acontece cada vez mais fora da fábrica” (CAVA, 2012, p.35), hoje são os conflitos travados nas cidades e sobretudo nas metrópoles que oferecem farto campo de investigação à *copesquisa*, sendo preciso “levar em consideração os processos de cooperação, comunicação, imaginação, as novas formas de vida e de relações sociais, que somente aparecerão, — subjetivando-se — quando compreendidos na imanência mesma da *copesquisa*” (CAVA, 2012, p.35). Mais do que nunca, “as ferramentas conceituais elaboradas pelos operários precisam ser testadas e recombinaadas, junto à franja de emergência de novos sujeitos e lutas sociais da metrópole, isto é, da subjetividade revolucionária de nossa condição” (CAVA, 2012, p.36).

Na verdade, sentir, experimentar e pesquisar, no seio das lutas *multitudinárias* empreendidas na metrópole biopolítica, sempre será co-sentir, co-experimentar, co-pesquisar, a partir de redes colaborativas de resistências, produção de saberes, subjetividades, outros modos de vida e convivência.

A própria complexidade do urbano, enquanto sede privilegiada do poder político e econômico, onde se concentra tudo aquilo que faz a sociedade contemporânea em todos os domínios, especialmente nas metrópoles, cobra a cooperação transdisciplinar como mecanismo indispensável à compreensão dos fenômenos socioespaciais

interligados com sua dimensão subjetiva. A “lógica do caos” que acompanha aquilo que Guattari denominou “cidade subjetiva” exige o uso de métodos de pesquisa que assumam o desafio da complexidade urbana, o que a *copesquisa* toma para si como pressuposto para que se “examinem bem as situações em sua singularidade” (GUATTARI, 1992, p.175). Guattari, na obra *Caosmose*, resume a questão nos seguintes termos:

As cidades são imensas máquinas — *megamáquinas*, para retomar uma expressão de Lewis Mumford — produtoras de subjetividade individual e coletiva. O que conta, com as cidades de hoje, é menos os seus aspectos de infraestrutura, de comunicação e de serviço do que o fato de engendrem, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos que se queira considerá-la. Daí a imensa importância de uma colaboração, de uma *transdisciplinaridade* entre os urbanistas, os arquitetos e todas as outras disciplinas das ciências sociais, das ciências humanas, das ciências ecológicas etc... (GUATTARI, 1992, p.172).

Nesse ponto já é possível situar uma ruptura com as metodologias rígidas da ciência moderna que privilegiam o esforço intelectual individual do pesquisador, seguro de si sob uma base transcendental de verdades pré-concebidas e isolado do mundo real em seu múnus investigativo, o qual prescinde das redes colaborativas que se disseminam rizomaticamente na metrópole biopolítica. A produção do comum — perspectiva central na ação política em tempos de capitalismo cognitivo pós-fordista — promove o compartilhamento não apenas de afetos, desejos e interações intersubjetivas, mas também o compartilhamento do pensar no fazer político, no fazer-comum. É

sobre esse compartilhamento que a *copesquisa* se debruçará.

Ao optar pela *copesquisa* como referencial metodológico, abduco desde logo da posição de mero observador, neutro e passivo ante os fenômenos investigados, em um nível hierárquico superior aos sujeitos envolvidos no processo e isento de responsabilidade perante a realidade social.

A epistemologia tem que se fundar no terreno da luta — luta que não apenas impulsiona a crítica da presente realidade de dominação, mas que também anima a constituição de outra realidade. Dizer que a verdade se constrói desde abaixo significa que se forja através da resistência e das práticas do comum (HARDT E NEGRI, 2009, p.135; tradução livre).

Em *copesquisa*, o eu *singular-plural*, pesquisador ativista, se coloca como sujeito do objeto de pesquisa, e o próprio objeto de pesquisa se transmuta em barricada de luta daqueles(as) que defendem e produzem o comum.

SOBRE A CARTOGRAFIA: PISTAS PARA O MÉTODO

*defender la alegría como una bandera
defenderla del rayo y la melancolía*

Mario Benedetti

A cidade que queremos não se situa no campo transcendental da utopia, mas sim no plano da imanência, da experiência corpórea e subjetiva com o outro. Cada vez mais os processos de resistência e produção coletiva empreendidos na metrópole contemporânea se abrem à

experimentação da vida que desejamos em um mundo pós-capitalista. Seja numa assembleia popular horizontal em que as múltiplas singularidades podem democraticamente se expressar, seja no ambiente alegre e festivo das ocupações culturais em defesa do comum urbano, é possível vivenciar nesses espaços, desde logo, a sociedade dos nossos sonhos, não sem contradições, choques e desvios, é claro. Afinal, tais espaços não são bolhas de um mundo novo imunes ao fetiche da mercadoria, da representação, das opressões, do individualismo, do consumismo etc.

Dito de outra maneira, não lutamos para sermos felizes somente num porvir incerto, utópico, fazemos da felicidade uma realização imediata, motor da nossa prática política cotidiana, afinal somos movidos(as) sobretudo por paixões alegres, pelo desejo de estarmos juntos(as) e criarmos espaços de encontros e práticas políticas e culturais cujos valores se confrontam aos valores capitalistas. Basta observar as formas de produção, organização e expressão dos movimentos multitudinários na atualidade para perceber a importância dada à busca da felicidade e à experimentação de outros modos de vida no seio das lutas. Se, por um lado, o poder instituído busca imobilizar e reduzir nossa potência por meio do medo e das paixões tristes (PELBART, 2008), por outro, os(as) ativistas de todo o mundo reconhecem a dimensão política da felicidade e das paixões alegres para potencializar as resistências e agregar mais pessoas.

Nessa linha de raciocínio, Deleuze, ao ministrar classe sobre o pensamento de Spinoza, vincula a potência de agir às paixões alegres em função da construção de “noções comuns” entre os espíritos (e os corpos) a partir dos afetos que derivam dos encontros alegres. De outro lado, a tristeza não pode induzir a “formar a noção comum, isto é, a ideia de algo em comum entre os dois corpos e as duas almas”, posto que “o

corpo que os afeta de tristeza só os afeta de tristeza na medida em que ele os afeta sob uma relação que não convém com a sua” (DELEUZE, 1978, s.p.). Ainda tratando da filosofia spinozista, diz Deleuze:

Num afeto de alegria, portanto, o corpo que o afeta é indicado como compondo a relação dele com a sua, ao invés da relação dele decompor a sua. Desde então, alguma coisa o conduzirá a formar a noção do que é comum ao corpo que o afeta e ao seu, à alma que o afeta e à sua. Nesse sentido, a alegria torna inteligente (DELEUZE, 1978, s.p.).

Se estamos de acordo quanto ao fato de que espaços político-culturais que criem encontros produtivos e alegres são indispensáveis para aumentar nossa potência de agir em comum, importa às forças anticapitalistas tomar para si a construção desses espaços como imperativo de primeira ordem.

É nesse contexto que a cartografia adquire demasiada importância, posto ser fundamental mapear (conectar e potencializar!) as resistências e as alternativas de produção empreendidas pela multidão metropolitana que promovam paixões alegres e apontem desde logo aquilo que para os utópicos ainda está por vir. Cartografar ademais, evidentemente, os movimentos do capital, como e onde opera, como se expressa, as relações veladas entre os agentes (públicos e privados) do poder instituído, os pontos críticos e as aberturas passíveis de serem exploradas pela multidão, expor e constringer o poder instituído pelo exercício cartográfico.

36

Mais do que mapear, num sentido estático de representação da realidade, cabe à cartografia captar processualmente tais processos, rastrear movimentos e possíveis linhas de fuga, fluxos e relações, tentar organizar graficamente a complexidade do real, apreendendo

sua dinâmica móvel, de modo rizomático, descentralizado, sem pre-
tender contê-lo, favorecendo, no próprio exercício cartográfico, a
constituição de redes e conexões entre os múltiplos pontos moven-
tes dispostos no mapa. Em suma, “cartografar é acompanhar pro-
cessos” para fazer realidade, transformá-la, mais que representá-la
(PASSOS, KASTRUP E ESCÓSSIA, 2009, p.14).

Os movimentos multitudinários assumem cada vez com maior
nitidez uma estrutura rizomática, a qual recusa qualquer investida
de ordenação vertical ou representação estática que lhe reduza
a complexidade, o dinamismo e a vivacidade própria do rizoma.
Segundo Deleuze e Guattari, autores que primeiro propõem a car-
tografia enquanto método, “um rizoma, ou multiplicidade, não se
deixa sobrecodificar” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p.30), trata-se de
um “sistema acentrado não hierárquico e não significante” (DELEUZE
e GUATTARI, 2011 p.43), rizoma é mapa, e não “decalque” (DELEUZE e
GUATTARI, 2011, p.30). O decalque faz do rizoma mera imagem, orga-
niza, estabiliza e neutraliza “as multiplicidades segundo eixos de
significância e de subjetivação que são os seus” (DELEUZE e GUATTARI,
2011, p.31). Nesse sentido, assim dizem:

Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para
uma experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um
inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui
para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem
órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele
faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas
dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modifica-
ções constantemente. [...] Um mapa tem múltiplas entradas contraria-
mente ao decalque que volta sempre “ao mesmo”. Um mapa é uma

questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida “competência” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p.30).

Imagine, assim, a construção coletiva de um mapa aberto, no qual seja possível inscrever os agrupamentos políticos, as resistências, os espaços comuns, com as linhas que os conectam — ou não — entre si, dispondo-os graficamente conforme a proximidade ou o distanciamento no espectro político na escala metropolitana, relacionados ao território e ao campo de atuação, contendo ações passadas (memória) e os desejos de ações conjuntas futuras (imaginário), um mapa que rompa as temporalidades, aponte possibilidades de agendas e ações comuns, possibilidades de aproximações, conexões rizomáticas, trocas de tecnologias e saberes, enfim uma cartografia coletiva com múltiplas entradas e interfaces com propósito de intervenção ativa na realidade, sem negar ou tentar reduzir sua complexidade, dinamismo e fluidez, que busque antecipar e provocar cenários, tecer redes de solidariedade e afinidade, fomentar ações coletivas, constituir novas relações e encontros potentes. Mais do que possível, esse exercício cartográfico se mostra necessário no contexto atual.

Foi esse o esforço compreendido, por exemplo, pela Cartografia Crítica do Estreito de Gibraltar⁷, experiência coletiva realizada por ativistas espanhóis em 2004 que resultou em uma rica plataforma comunicacional e colaborativa, importante material de agitação e propaganda, formação política e agenciamento para as lutas.

38 Também vem da Espanha a plataforma *Mapping the Commons*,

⁷ Disponível em: <<https://pablodesoto.org/radical-cartography/critical-cartography-of-the-straits-of-gibraltar/>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

Figura 1: Recorte da Cartografia Crítica do Estreito de Gibraltar.



concebida pelo pesquisador e ativista cartográfico Pablo de Soto⁸, método de mapeamento dos bens comuns urbanos cuja potência foi reconhecida pelos(as) ativistas que participaram das diversas oficinas realizadas em várias cidades (Athenas, Istambul, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Quito, Vitória), tendo o projeto “Mapeando o bem comum urbano: um método paramétrico e audiovisual” recebido, em dezembro de 2013, o I Prêmio Elinor Ostrom à pesquisa e intervenção social vinculada a Bens Comuns.

Também nessa esteira, o Grupo de Pesquisa Indisciplinar realizou (dentre várias outras investidas de *opesquisa cartográfica*), em conjunto com o Espaço do Conhecimento da UFMG, uma exposição “aberta e em construção”: Cartografias do Comum, resultado de uma “curadoria coletiva, da qual participaram os profissionais do museu e diversos grupos de pesquisa, indivíduos, coletivos artísticos e movimentos sociais”⁹. Gesto político de ativar e organizar grupos para experimentar a ocupação de um espaço institucional, que ocorreu no momento da Copa do Mundo no Brasil, no qual todo circuito cultural da Praça da Liberdade estaria expondo para os turistas temas associados ao futebol. Além de oficinas, vídeos, debates, instalações etc., um dos produtos da exposição foi a construção colaborativa, horizontal e aberta de um Atlas das Insurgências Multitudinárias em Belo Horizonte (Fig.2).

Como consta no blog do Grupo Indisciplinar UFMG:

8 Pablo de Soto é parceiro do Grupo Indisciplinar UFMG na Rede Tecnopolíticas: Territórios Urbanos e Redes Digitais. Ver sobre em: <<http://blog.indisciplinar.com/rede-tecnopoliticas-territorios-urbanos-e-redes-digitais/>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

9 Extraído do blog do Grupo Indisciplinar UFMG. Disponível em: <<http://blog.indisciplinar.com/eventos-2014/cartografias-do-comum/>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

Figura 2: Fotografia parcial do Atlas das Insurgências Multitudinárias.



Cartografar é produzir conhecimento e novos modos de vida. Campos de futebol, ocupações e festas em inúmeros lugares: a construção do comum não é apenas utopia. Ela é real e imanente. Nesses espaços do comum surgem novos posicionamentos e práticas, que superam a oposição público/privado e subvertem relações de exclusão e segregação sociais. Para perceber a existência e a importância desses locais, é necessário olhar criticamente para o espaço e experimentar sua transformação. Cartografar os espaços do comum tem sido cada vez mais importante! Mais que uma forma de representar ou descrever lugares, a cartografia é um método de produção do conhecimento e de criação de novos modos de vida que auxilia a constituição da realidade. A cartografia aqui proposta pretende impulsionar a produção do comum, localizando transformações, acompanhando processos e criando percepções sobre as possíveis conexões entre o comum urbano e os novos modos de vida que ocorrem em um território¹⁰.

A confecção crítica dos mapas, por meio do trabalho colaborativo, pode proporcionar espaços de intercâmbio e ser ao mesmo tempo uma importante fonte de reflexão crítica orientada pela “socialização de saberes e práticas, impulso à criação e imaginação, problematização de pontos-chave, sinalização das relações de poder e visualização das resistências” e suas articulações em rede, o que pode permitir “distinguir prioridades e recursos”, como escreve o coletivo Iconoclastas, grupo ativista da Argentina que também promove oficinas de mapeamento coletivo (www.iconoclastas.net).

10 Extraído do blog do Indisciplinar, disponível em: <<http://blog.indisciplinar.com/eventos-2014/cartografias-do-comum/>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

A cartografia, no sentido desenvolvido por Deleuze e Guattari (2011), persegue as cristalizações e as linhas de fuga que operam na realidade, no seu movimento complexo e dinâmico, não para identificar, codificar, definir e classificar, mas expor, experimentar e tornar emergente. Cabe aqui uma ponderação necessária. Mesmo quando produzido sob o signo da processualidade e da abertura, a cartografia não é capaz de expressar uma realidade em sua completude, sempre complexa, também atravessada por linhas e determinações que sempre escapam aos múltiplos olhares dos(as) cartógrafos(as), direcionados a um “território sempre dinâmico e em permanente mudança, onde as fronteiras (reais e simbólicas) adquirem um caráter relacional e fluido e são continuamente alteradas pela ativação de corpos e subjetividades”, por isso a cartografia deve ser concebida, dentro dessa perspectiva, como uma ferramenta que faz parte de um processo maior, “uma estratégia a mais num processo de organização coletiva”¹¹.

De toda forma, outras ferramentas *tecnopolíticas*¹², a serviço da compreensão e intervenção na realidade, podem se desdobrar do próprio exercício de *opesquisa cartográfica*, a qual pressupõe a imersão do(a) pesquisador(a) no território, onde em última instância será atendida a adequação das ferramentas de investigação utilizadas, em termos objetivos e subjetivos.

11 Extraído de: <<http://www.iconoclasistas.net/portugues/>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

12 O conceito de *tecnopolítica* pode ser compreendido como um arsenal de táticas e estratégias de ação, comunicação e organização coletiva mediadas pelas novas tecnologias digitais de comunicação com vistas a desencadear, estender e facilitar processos de auto-organização social e comunicativa (TORET, 2013a).

Importa notar, ainda, que do caráter processual e aberto do método cartográfico deriva seu aspecto movente, adaptativo, que rechaça regras ou protocolos prévios rígidos e o modelo hegemônico da ciência moderna que “recomenda métodos de representação de objetos preexistentes” (PASSOS, KASTRUP E ESCÓSSIA, 2009, p.9). Daí conceber a cartografia como método, e não propriamente como metodologia, já que “a metodologia, quando se impõe como palavra de ordem, define-se por regras previamente estabelecidas” (PASSOS, KASTRUP E ESCÓSSIA, 2009, p.10). Dita postura também se expressa como uma “recusa da atitude demonstrativa em nome do construtivismo entendido como experimentação de conceitos e novos dispositivos de intervenção” (PASSOS, KASTRUP E ESCÓSSIA, 2009, p.12).

O construtivismo e a adaptabilidade do método, “a calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa” (PASSOS, KASTRUP E ESCÓSSIA, 2009, p.13), não lhe retiram o rigor científico, rigor esse situado mais no compromisso militante com as verdades precárias que libertam e transformam a realidade do que com qualquer script metodológico pomposo, com ares de verdade absoluta.

Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento — um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas esse é ressignificado. O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo, de que fala Canguilhem. A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção (PASSOS, KASTRUP E ESCÓSSIA, 2009, pp.10–11).

com seu campo, sendo central o papel e a postura do(a) pesquisador(a), sobretudo levando-se em conta que “a produção de conhecimento se dá a partir das percepções, sensações e afetos” experimentados nesse encontro (ROMAGNOLI, 2009, s.p.). Nesse sentido, a partir das contribuições dadas por Suely Rolnik ao desenvolvimento do método cartográfico, explica Roberta Romagnoli:

O que a cartografia persegue, a partir do território existencial do pesquisador, é o rastreamento das linhas duras, do plano de organização, dos territórios vigentes, ao mesmo tempo em que também vai atrás das linhas de fuga, das desterritorializações, da eclosão do novo. Cartografar é mergulharmos nos afetos que permeiam os contextos e as relações que pretendemos conhecer, permitindo ao pesquisador também se inserir na pesquisa e comprometer-se com o objeto pesquisado, para fazer um traçado singular do que se propõe a estudar. Nesse sentido, a cartografia tem como eixo de sustentação do trabalho metodológico a invenção e a implicação do pesquisador, uma vez que ela baseia-se no pressuposto de que o conhecimento é processual e inseparável do próprio movimento da vida e dos afetos que a acompanham (ROLNIK, 1989). [...] Na implicação do pesquisador é que se encontra um dos mais valiosos dispositivos de trabalho no campo. É a partir de sua subjetividade que afetos e sensações irrompem, sentidos são dados, e algo é produzido (ROMAGNOLI, 2009, s.p.).

O que move o(a) cartógrafo(a) ativista é, antes de tudo, a busca por respostas que, antes do que confirmar qualquer teoria dada, possam potencializar as lutas e contribuir com o projeto emancipatório. Entendo que a cartografia seja bastante útil nesse propósito.

COPESQUISA CARTOGRÁFICA: NOTAS CONCLUSIVAS

Quando falamos de território, estamos a aludir não só ao espaço que nos serve de suporte, mas também ao corpo social e às subjetividades rebeldes.

Iconoclastas, Argentina

Dado o exposto até aqui, fica mais claro como a *copesquisa cartográfica* rompe com as convenções da ciência moderna hegemônica ao abdicar de metas pré-estabelecidas em proveito do “primado do caminhar” que delimita, no próprio percurso, suas metas (PASSOS E BARROS, 2009, p.17). Do primado da experiência decorre que, quanto mais imerso na realidade sob análise, ou melhor, nas resistências e espaços políticos cuja organização é atravessada pelos imperativos da abertura, da horizontalidade, do exercício democrático, do trabalho colaborativo, da produção de subjetividades e novos modos de vida, mais bem direcionado será o *fazer-com* investigativo.

Se, no início do meu percurso coinvestigativo, a aposta principal era #NÃOVAITERNOVABH, digamos que, em termos jurídicos, houve a perda do objeto, em termos políticos, a multidão organizada em redes cooperativas impediu a continuidade da operação urbana consorciada, o projeto teve de ser reformulado pela Prefeitura a partir da abertura do processo participativo. A OUC Nova BH foi derrotada e a aposta da *copesquisa cartográfica* acertada. Dessa forma, em determinado momento tornou-se mais importante ao escopo da pesquisa apostar na centralidade dos bens comuns urbanos nos embates travados pela multidão na metrópole biopolítica, bem como na potência do fazer comum no tocante às formas organizativas das resistências

na atualidade, o que demandou (ainda mais) o suporte da cartografia para rastrear e intervir rizomaticamente (DELEUZE e GUATTARI, 2011) nas lutas que se orientam pela produção de novos modos de vida, subjetividades e afetos, e que, concebidas como espaços comuns, abrem-se às múltiplas singularidades, sob os critérios da horizontalidade, da democracia real, do trabalho colaborativo, em rede etc.

Por partir da complexidade social dada, no contexto do capitalismo pós-fordista cognitivo e imaterial, a *copesquisa cartográfica* é essencialmente interdisciplinar, transdisciplinar e, sobretudo, indisciplinar. Como veementemente criticou Henri Lefebvre, o urbanismo mais oculta do que revela, produz representações ideológicas e institucionais que não dão conta da realidade urbana, com suas problemáticas e práticas, de modo que “a ciência do fenômeno urbano só pode resultar da convergência de todas as ciências” (LEFEBVRE, 2008). Atualmente, entretanto, já não basta mobilizar todas as ciências, já que a compreensão da realidade urbana também cobra outros saberes que não gozam necessariamente do estatuto científico. Evidentemente, a investigação/intervenção sobre o território na metrópole demanda uma multiplicidade infindável de olhares, saberes e formas de expressão: da arquiteta à *performer*, da produtora cultural à advogada, da liderança comunitária à artista plástica, da cientista política ao morador em situação de rua.

Ora, quem melhor para dizer sobre as opressões relacionadas aos processos segregatórios das cidades do que os(as) moradores(as) em situação de rua que trazem nos corpos as marcas da violência cotidiana? Quem melhor para falar sobre autoconstrução do que os(as) pobres urbanos(as) que autoconstruíram suas casas nas favelas e ocupações, os(as) quais cunharam, na história de produção das grandes cidades brasileiras, essa forma autogestionada de apropriação espacial? Assim, a *copesquisa cartográfica* é também indisciplinar,

posto que extravasa os campos disciplinares formalmente reconhecidos pelo paradigma científico moderno, agenciando horizontalmente saberes científicos em sentido estrito com outros saberes, narrativas e formas de apreensão da realidade, subvertendo o lugar de enunciação para desafiar o pensamento ideológico hegemônico sobre o território.

Como los sistemas de control se llevan a cabo por disciplinas con accesos excesivamente regulados a otras disciplinas, el origen de cualquier lucha en los campos de conocimiento tiene que ser extradisciplinaria. Comienza fuera de la jerarquía de las disciplinas y se mueve a través de ellas transversalmente, adquiriendo estilo, contenido, aptitud y fuerza discursiva en el camino. La crítica extradisciplinaria es el proceso por el que las ideas afectivas — i.e. las artes conceptuales — se vuelven esenciales para el cambio social (HOLMES, 2009, s.p.).

Cabe aqui destacar o salto qualitativo da *copesquisa cartográfica* ante outras abordagens metodológicas situadas num campo contra-hegemônico da ciência moderna, que associam a produção do conhecimento à práxis e também são comprometidas com a transformação social, como a *pesquisa-ação* ou mesmo a *pesquisa militante, participante* e outras denominações. Tais modalidades investigativas, por mais revolucionárias que sejam, fundadas especialmente no método da dialética, não escapam aos confinamentos da cientificidade moderna, “se amparam ainda no paradigma moderno que concebe o método científico como um instrumento, por excelência, de explicitação das verdades do mundo, guardadas as devidas diferenças epistemológicas” (ROMAGNOLI, 2009, s.p.). Quanto à busca das verdades e superação da alienação, a racionalidade científica moderna, mesmo que ela seja

objeto de questionamento crítico dentro desse campo epistemológico, continua sendo “a garantia de seu alcance” (ROMAGNOLI, 2009, s.p.).

Orlando Fals Borda, sociólogo com grande trabalho no campo da “investigación-acción”, não oculta a existência de um conhecimento prévio acumulado pelo investigador que, no contato com “as bases”, pode criar consciência e gerar a ação transformadora, como se a inação estivesse reduzida a um problema de alienação. Veja-se:

En los casos colombianos, el problema radicaba en cómo llegar a las bases, no con simple información periodística o educacional (con lo que podían ya estar suficientemente bombardeada) sino con conocimiento científico de la realidad que les creará conciencia de clase revolucionaria y disolviera la alienación que les impedía entender la realidad y articular su lucha y defensa colectiva (BORDA, 1978, p.20).

Diferentemente, a *copesquisa cartográfica* não almeja desanuviar verdades encobertas pela ideologia dominante para conscientizar as massas (“as bases”), ou trazer à superfície as verdades que confirmam determinada teoria crítica. Por outro prisma, o método em questão também não persegue a qualquer custo captar o movimento dialético, os polos em contradição, as possíveis sínteses, porque reconhece que a realidade dada é muito mais complexa do que o resultado de contradições objetivas e que a dialética é insuficiente à sua compreensão: nem todos os fenômenos necessariamente se expressam e podem ser captados como conflitualidade, e nem todos os conflitos se reduzem à luta de classes, por mais indubitável que seja sua atualidade.

A *copesquisa cartográfica* é essencialmente relacional, aperfeiçoa-se no *fazer-com*, busca construir junto o conhecimento, e não validar o conhecimento, aquilo que move o “investigador dialético”

em busca da nova síntese ou o “intelectual orgânico”, o qual jamais terá plena autonomia frente ao organismo que lhe confere organicidade, seja o partido ou a empresa contratante. Nesses termos, resume Roberta Romagnoli em sua crítica às metodologias ainda presas ao paradigma científico moderno:

Nessa articulação, produção de conhecimento *versus* realidade, a teoria é aplicada ao objeto de estudo de forma interpretativa, sustentando um conhecimento que é, em si, reducionista e homogeneizante, com a pretensão de compreensão plena dessa relação. Ou seja, o paradigma moderno parte do pressuposto de que a teoria é separada do objeto e de que não são, de fato, indissociáveis. Além disso, presume que a realidade deva estar em consonância com a teoria, sendo passível de ser interpretada pela perspectiva teórica escolhida pelo pesquisador. Além da teoria, no paradigma moderno, a pesquisa se funda em procedimentos metodológicos que permitem certo domínio do objeto de estudo (ROMAGNOLI, 2009, s.p.).

A *copesquisa cartográfica* não parte da concepção de que a teoria está por cima da realidade sob análise, não recorre a conceitos e verdades transcendentais, opta por categorias e ferramentas que estão no plano da imanência, que não estão dissociadas da prática, que integram o “processo de construção histórica da realidade” (ROMAGNOLI, 2009, s.p.). Afinal, a força e a adequação dos conceitos são verificadas fora deles, “em sua potência de criar, em sua capacidade de associar ideias, incitar pensamentos, leituras, de entrecruzar linhas e pontos temporariamente arranjados, para mais adiante serem desconectados ou reconectados em outra composição” (ROMAGNOLI, 2009, s.p.).

Se, por um lado, a realidade estudada se mostra cada vez mais complexa, por outro, o conhecimento é local, transitório e exige flexibilidade no método e uma pluralidade de formas de abordagem que rechaça qualquer dogma reducionista. Em resumo, a coinvestigação cartográfica possui como características “a humildade epistemológica, ao não perseguir a verdade; a busca de ferramentas úteis para o entendimento do mundo e o abandono da ideia de um lugar privilegiado a partir do qual podemos compreender definitivamente as relações que nos circundam” (ROMAGNOLI, 2009, s.p.).

O método de *copesquisa cartográfica*, além de romper com o estatuto da cientificidade moderna, chama a Universidade à responsabilidade, para disputar, no seio dessa instituição rígida, pouco permeável e instrumentalizada pelo capital — que, via de regra, se baseia na produção copyright do conhecimento — sua função primordial de consecução do bem comum. Essa abordagem não prescinde da necessária abertura à alteridade, à comunidade, às múltiplas singularidades, desejos e demandas encarnados pela multidão metropolitana, para a produção e disseminação de tecnologia social e conhecimento livre (*copyleft*).

Falar de comum no seio de uma instituição dura como a Universidade implica necessariamente uma subversão da conduta científica esperada. Nesse sentido, a *copesquisa cartográfica* busca promover encontros produtivos entre comunidades e universidades, numa postura claramente política de subversão do fechamento institucional, com vistas ao levantamento de dados e informações que, no exercício da *copesquisa cartográfica*, possam ser úteis às lutas que almejam transformações na ordem política, econômica e social, dando concretude à *universidade necessária* e à *Nova Escola* que mobilizou pensadores(as) da educação como Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Lúcia

Monteiro Casasanta¹³, Anísio Teixeira etc. Aprende-se melhor a pesquisar quando se sente a necessidade da pesquisa para agir em determinada realidade dada, quando a pesquisa se confunde com a experiência de vida, uma *escola ativa*, em suma. Nesse sentido, “todo ensino deve ser completado, ou melhor, integrado em uma atividade inteira, em que a operação de saber se confunda com a de agir” (TEIXEIRA, 1977, p.41).

São mais atuais do que nunca as teses sustentadas ainda na primeira metade do século XX por Anísio Teixeira, que defendeu até à morte a concepção de “nova escola pública”, também chamada “escola comum”, para quem escola e universidade deveriam romper com sua vocação elitista histórica para construir uma teoria educacional indissociável de um saber prático, a serviço dos(as) trabalhadores(as) comuns (PÔRTO JR., 2012). Anísio Teixeira sempre associou o papel da escola e da universidade à construção de uma sociedade democrática e igualitária, partindo do entendimento de que o conhecimento se alcança junto, de modo interdependente e colaborativo, tendo como finalidade última a “transformação e reconstrução sociais”. Também a partir dessas premissas se nutre o método da *copesquisa cartográfica*.

Como a escola visa formar o homem para o modo de vida democrático, toda ela deve procurar, desde o início mostrar que indivíduo, em si e por si, é somente necessidades e impotências; que só existe em função dos outros e por causa dos outros; que a sua ação é sempre uma trans-ação com as coisas e pessoas e que o saber é um conjunto de conceitos e operações destinados a atender àquelas necessidades,

13 Foi publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM, do dia 29/06/2015, a mudança do nome do viaduto que liga a Avenida Pedro I e a rua João Samaha, no bairro São João Batista. O viaduto passou a se chamar Lúcia Casasanta, em homenagem à grande educadora mineira.

pela manipulação acertada e adequada das coisas e pela cooperação com os outros no trabalho que, hoje, é sempre de grupos, cada um dependendo de todos e todos dependendo de cada um. A escola deve ser agente da contínua transformação e reconstruções sociais, colaboradoras da constante reflexão e revisão social frente à dinâmica e mobilidade de uma sociedade democrática (TEIXEIRA, 1930, pp.88–89).

Os textos de Anísio Teixeira refletem a experiência de vida de um brasileiro visionário, para quem a produção do saber deveria partir da inserção da escola/universidade nas comunidades, organizada em redes colaborativas, com uso sistemático dos novos recursos tecnológicos e dos meios audiovisuais, com vistas à promoção da cidadania e construção de uma sociedade democrática. A esse respeito, vejamos trecho escrito por Hélió Trindade no qual cita o educador Anísio Teixeira que:

Após a analisar “o ‘arcaísmo’ da escola brasileira”, a “escola como formação do ‘privilegiado’” e a crise do “dualismo escolar”, sintetiza sua posição: “essa ‘educação comum’ não é só um postulado democrático mas um postulado do novo conceito de conhecimento científico, que se tornou comum às atividades intelectuais e de trabalho”. E salienta que, “entre nós, a despeito dessa evolução do conhecimento e das sociedades, as resistências aristocráticas da nossa história não permitiram que a escola pública, de educação comum, jamais se caracterizasse integralmente. Toda nossa educação se conservou seletiva e de elite” (TRINDADE, 2007, s.p.).

53

Voltando à discussão sobre novos métodos para lidar com um novo mundo, o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação, no bojo da *copesquisa cartográfica*, a partir de instrumentos

tecnopolíticos de registros, comunicação e diagramação, é possível simplificar dados e informações para esclarecê-los especialmente aos que vivem e produzem o território para que possam compreender as relações de poder, os interesses antagonicos sobre o território, bem como produzir mutuamente novas subjetividades (insurgentes) e conceber (em comum) novas formas de vida (RENA E BERQUÓ, 2014). Como prognosticou Guattari, “as mentalidades coletivas mudam e mudarão amanhã cada vez mais rápido”, de tal modo que é preciso transformar a qualidade da produção dessa nova subjetividade na “finalidade primeira das atividades humanas”, sem abrir mão de que “tecnologias apropriadas sejam postas a seu serviço” (GUATTARI, 1992, p.177).

Retomo aqui a um ponto crucial do método que diz respeito à produção de subjetividade, dimensão central a um só tempo tanto para a *coespesquisa*, quanto para a *cartografia*, ambas abordagens investigativas que se abrem para as forças e linhas que operam na realidade e afetam a subjetividade. A *coespesquisa cartográfica* se interessa pelo que escapa ao modo capitalista de subjetivação e de produção espacial, tendo em vista a importância que a dimensão da subjetividade tomou nos marcos do capitalismo pós-fordista. Também nesse aspecto, quanto à importância da dimensão subjetiva para além do plano material perseguido pela investigação científica padrão, Teixeira foi um visionário:

Somente será possível “espiritualizar” e “humanizar” a vida moderna, humanizando e espiritualizando a ciência, o trabalho e a organização social de nossos dias, se não para agora, para o mais ou menos próximo futuro. O divórcio entre o material e o espiritual é inconcebível, salvo como aspectos da mesma atividade geral, que é, simultaneamente, material e espiritual ou espiritual e material (TEIXEIRA, 1977, p.33).

O verbo “espiritualizar” é tomado aqui como produção de subjetividade inerente à produção do saber científico, dimensão assumida pela *copesquisa cartográfica* como pressuposto e motor da produção coletiva do conhecimento. Como consta na introdução do livro já citado *Pistas do método da cartografia*, “destituída de fundamentos invariantes, a prática cognitiva engendra concretamente subjetividades e mundos” (PASSOS, KASTRUP E ESCÓSSIA, 2009, pp.10–13). Nesse sentido, o exercício da *copesquisa cartográfica* tem em vista a produção de novas subjetividades como imperativo imediato derivado da nova configuração do capitalismo contemporâneo, sobre o qual passamos a tratar no capítulo que segue.

EXCURSO SOBRE OS EXCURSOS

Excursão vem do latim *ex* (fora) + *cursum* (direção). Desconhecia o termo, inexistente em vários dicionários. Noutros, vem definido como desvio, digressão, divagação, excursão... Por vezes, vou me atrever a conceituá-lo como um desvio intencional, uma linha de fuga tomada, um passeio mais ousado, tipo rolezim, viagem fora da rota, que também seja resistência biopolítica expressa no gesto da escrita, coerente com o escopo subversivo da empreitada. Sendo o texto dissertativo expressão de resistência biopolítica, na esteira da copesquisa cartográfica, deixo extravasar desejos que não encontram vazão no formato acadêmico mais rígido, seco, frio, impessoal. Os excursos são livres, ou tentam ser. Não seguem um ritmo, forma ou tamanho padrão. Geralmente vão no rastro das resistências e espaços experimentados no exercício cartográfico coinvestigativo.

Ao longo do texto, vem quando convém, nem sempre como convém. Ora mais militante, ora mais ativista, ora mais causídico, ora mais artista, às vezes direto e fácil, outras vezes longo e pedante, variam conforme o assunto, o estado de espírito, a intenção encarnada no relato.

Este primeiro excursão, pequenino, improvisado, tem o pragmático propósito de situar os excursos no método — nada melhor do que sendo um excursão no capítulo do método. E é a partir do método que os excursos se justificam. O método eleito tem como pressuposto borrar radicalmente a separação–sujeito–objeto, a ponto de o sujeito confundir-se com o objeto, mas não o contrário, dado que o sujeito não passa de um corpo solto num oceano sob coinvestigação, um corpo livre que, junto a muitos outros corpos livres, produz ondas e é afetado por outras

tantas. O fazer-com investigativo por si provoca a transmutação do sujeito no cruzamento com seu objeto; na produção compartilhada do saber comum, o corpo é afetado e revela a biopotência da copesquisa cartográfica, potência que não vem de outro lugar senão da alteridade. Transformações corpóreas e produção de novas subjetividades. O que era humano, no mar, fez-se peixe.

Operada a transmutação, tem-se assim um sujeito que se expressa tão insubordinado quanto seu objeto, avesso às imposições verticalizadas do poder, do saber hegemônico e, de igual modo, dos rígidos padrões da linguagem acadêmico-científica (nada comum), cujo aprisionamento formal e lexical se revela como castração da potência de uma linguagem multitudinária, comum, da rua, da quebrada, papo reto, às vezes sujo, incômodo, enfim, desviante.

De uma forma ou de outra, numa dissertação sobre o comum, o texto pretende expressar as singularidades do sujeito que escreve, para tanto os excursos caem como uma luva. Caiu na rede é peixe, ou melhor, peixaria.

3

Urbanismo Neoliberal

[...] há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de “compressão do tempo-espço” na organização do capitalismo.

David Harvey

CRISE DO FORDISMO E ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO

A aposta em torno da centralidade do comum nas lutas travadas na contemporaneidade deriva especialmente das mudanças operadas na produção social nos marcos do capitalismo financeiro globalizado, de tal forma que a ação política no seio da *metrópole biopolítica* demanda, de modo compreensivo e integrado, um olhar sobre as transformações ocorridas no modo de produção capitalista, principalmente a partir da crise do fordismo e ascensão do neoliberalismo.

Nas palavras de David Harvey, o capitalismo é uma “força constantemente revolucionária da história mundial, uma força que reformula de maneira perpétua o mundo, criando configurações novas” (HARVEY, 2008, p.176), sendo a virada dos anos 1960 – 1970, mais precisamente o ano de 1973, um importante marco do início de uma nova configuração econômica, política e social que emerge da crise do fordismo e do colapso da arquitetura financeira do sistema de Bretton Woods. Inaugura-se o período da chamada “acumulação flexível” (HARVEY, 2008), com efeitos profundos em todos os campos de produção da vida e do pensamento.

Até então, do período que se estende da crise de 1929 até a crise de 1973, prevaleceu, nas economias capitalistas centrais, o regime de acumulação fordista, marcado pela linha de montagem de produção em massa e pela constituição do *operário-massa*, submetido ao controle disciplinar fabril e à estrutura de representação sindical. Sob o fordismo, por força da relação salarial mediada em última instância pelo poder regulamentar do Estado que se firma como “dispositivo de integração do conflito social”, vingou o acordo tácito de “repartição dos ganhos de produtividade entre capital e trabalho” (Cocco, 2012). Em resumo, nas palavras de Giuseppe Cocco:

O fordismo qualifica-se, portanto, pela articulação entre um “regime de acumulação” (taylorista) e um “modo de regulação” da repartição dos ganhos de produtividade. É este último que explicita e valoriza a ambivalência dos salários como fatores de custo e vetores da demanda. Pois o cerne do mecanismo fordista encontra-se na dinâmica da repartição dos ganhos de produtividade, da qual depende o crescimento, simultâneo e interdependente, da acumulação e dos salários reais. São, portanto, as formas institucionais de regulação da relação salarial que qualificam as tarefas do Estado regulador-intervencionista (Cocco, 2012, pp.106–107).

Nesse sentido, o fordismo também foi marcado pela cumplicidade dos sindicatos, que adotaram em geral uma “atitude cooperativa no tocante às técnicas fordistas de produção e às estratégias cognatas para aumentar a produtividade” em troca da conquista de direitos, proteções e benefícios trabalhistas, previdenciários e sociais, bem como ganhos reais de salário para trocar pela “cooperação na disciplina dos trabalhadores de acordo com o sistema fordista de produção” (HARVEY, 2008, pp.128–129).

O Estado-planejador fordista, em paralelo, buscava oferecer as condições necessárias à reprodução da força de trabalho (salário indireto), conforme o receituário keynesiano, com investimentos públicos na seguridade social, equipamentos públicos, infraestrutura urbana e, inclusive, controle e fiscalização sobre os acordos salariais e garantias trabalhistas. Fordismo e keynesianismo caminharam juntos por décadas: “o período de difusão das políticas econômicas de inspiração keynesiana, e de fortes e regulares taxas de crescimento, pode ser considerado como o da vigência da relação salarial fordista” (Cocco, 2012, p.105).

Apesar da generalidade dessas considerações, não se deve perder de vista, evidentemente, que “o grau de fordismo e modernismo, ou de flexibilidade e pós-modernismo, varia de época para época e de lugar para lugar, a depender de qual configuração é lucrativa e qual não o é” (HARVEY, 2008, p.308), o que implica distinções marcantes quando se trata de analisar países centrais hegemônicos ou países dependentes pertencentes ao sul global.

Nesse sentido, falar em fordismo, keynesianismo e, por derivação, em estado de bem-estar social ganha outros contornos e muitas especificidades quando se trata de economias periféricas dependentes, como é o caso do Brasil que, apesar da forte intervenção do Estado e da sua intervenção direta na relação capital/trabalho, por exemplo, com a ampliação e consolidação dos direitos trabalhistas em 1932, sob o regime ditatorial de Getúlio Vargas, nem de longe pode-se dizer que a maior parte dos(as) brasileiros(as) experimentou a ampla proteção que o estado de bem-estar social garantiu às populações das nações centrais, também como resposta à ameaça comunista durante a Guerra Fria.

Nas economias centrais, a relação salarial direta (salários reais) e indireta (estado de bem-estar social) ofereceu níveis de distribuição de renda muito mais significativos do que nas economias dependentes

como a brasileira, onde o salário mínimo legalmente assegurado jamais contabilizou, por exemplo, o quesito habitação, dentre inúmeros outros itens da cesta de remuneração do trabalho. De toda forma, tratando-se de analisar as mutações ocorridas nos marcos da globalização capitalista, com reflexos em todo o mundo, guardadas as especificidades regionais e locais, é fundamental apreender os traços gerais da passagem do fordismo/keynesianismo para o regime de “acumulação flexível”, pós-fordista, neoliberal.

Após um longo período de crescimento estável das principais economias capitalistas, nos primeiros anos da década de 1970 o capitalismo experimentou significativa redução de crescimento e rentabilidade, relacionada com a “diminuição dos ganhos de produtividade associada à alta contínua dos salários reais” (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p.19) e dos encargos tributários que davam sustentação ao estado de bem-estar social.

As políticas keynesianas tinham se mostrado inflacionárias à medida que as despesas públicas cresciam e a capacidade fiscal estagnava. Como sempre fora parte do consenso político fordista que as redistribuições deveriam se fundamentar no crescimento, a redução do crescimento significava inevitavelmente problemas para o Estado do bem-estar social e do salário social (HARVEY, 2008, p.157).

O esgotamento do Estado de bem-estar social nos países desenvolvidos, modelo baseado na conciliação entre os interesses do capital e do trabalho, mediados pelo Estado como interventor e sujeito ativo na economia de mercado, foi enunciado como grave crise fiscal dos Estados e veio acompanhado pela crise de sobreacumulação que assolou as principais economias capitalistas no início dos anos 1970,

abrindo campo favorável para a disseminação do ideário neoliberal e a ruptura do compromisso fordista.

Do ponto de vista teórico, o neoliberalismo “propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais” e num gesto biopolítico promove uma narrativa que implica a disseminação da forma empresa para todos os âmbitos da vida, dentro de uma “estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (HARVEY, 2012, p.12). Trata-se da imposição das formas mercantis ao conjunto das relações sociais, com a disseminação da gestão empresarial como normatividade padrão, seja no âmbito da “governança” estatal, como ocorre ilustrativamente nas cidades, sujeitas ao planejamento estratégico, cuja lógica administrativa é transposta do arcabouço da gestão empresarial, seja no âmbito das relações interpessoais, em que cada sujeito-consumidor se comporta como empreendedor individual num mercado altamente competitivo e corporativo.

O próprio aparelho de Estado é submetido à transmutação na forma-empresa e chamado a “adotar a liberdade de mercado como princípio organizador e regulador” de si próprio. Para usar os termos de Michel Foucault, a doutrina neoliberal defende ser “necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (FOUCAULT, 2008, p.165). Nessa esteira, também para Milton Santos o combatido modelo de “globalização perversa” acarreta o “desfalecimento da política feita pelo Estado e a imposição de uma política comandada pelas empresas” (SANTOS, 2012, p.15).

Primeiro no Chile, após o golpe militar em 1973, depois no Reino Unido e nos Estados Unidos, com as vitórias de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente, o neoliberalismo emerge triunfante sobre a “decomposição das representações associadas ao compromisso

sócio-econômico instaurado depois da guerra” (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p.27) como “nova ortodoxia econômica”, de modo que o capital financeiro passou ao centro do palco, “tendo podido exercer certo poder disciplinar tanto sobre os movimentos da classe operária como sobre as ações do Estado” (HARVEY, 2005, p.59).

Na doutrina neoliberal, a ação do Estado é voltada a garantir a permanente abertura de novos mercados em domínios até então restritos à penetração de capitais privados, como saúde, educação, saneamento, transporte público, segurança, obras e equipamentos urbanos etc. Com a desregulamentação dos mercados financeiros e a limitação do papel do Estado ao estritamente necessário à garantia dos interesses do grande capital, o neoliberalismo abriu um horizonte de possibilidade de retomada do crescimento capitalista, baseado em “lucros puramente especulativos, por meio dos quais o capital cresce sem passar por um investimento em atividades produtivas”, a ponto de a rentabilidade do capital ser “melhor nas aplicações financeiras do que em aplicações na indústria” (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p.21). Em síntese, “o colapso do fordismo-keynesianismo sem dúvida significou fazer o prato pender para o fortalecimento do capital financeiro” (HARVEY, 2008, p.156).

Entretanto, como demonstrou David Harvey, mais importante do que retomar o crescimento econômico, o neoliberalismo foi nitidamente um projeto de práticas políticas e econômicas que perseguiram restaurar um poder de classe das elites econômicas, o que teve como reflexo um aumento significativo da distância que separa ricos e pobres, podendo ser considerado uma característica estrutural do projeto neoliberal o aumento da desigualdade social (HARVEY, 2012, pp.26–27).

É notório o fato de que, a partir da década de 1970, o capitalismo renuncia progressivamente aos preceitos fundamentais da linha de

produção fordista, marcada pela organização racional planejada, disciplinar e hierárquica do trabalho, para desenvolver uma produção cada vez mais organizada em rede, flexível e dinâmica, baseada na iniciativa dos sujeitos, na criatividade, na corresponsabilização e na consequente autonomia relativa do trabalho (o controle substituído pelo autocontrole), isso às custas de garantias, direitos, estabilidade e maior precarização.

Por fim, a reestruturação do capitalismo ao longo das duas últimas décadas, que, como vimos, ocorreu em torno dos mercados financeiros e dos movimentos de fusão-aquisição das multinacionais num contexto de políticas governamentais favoráveis em matéria fiscal, social e salarial, também foi acompanhada por fortes incentivos ao aumento da flexibilização do trabalho. As possibilidades de contratação temporária, uso de mão de obra substituta e horários flexíveis, bem como a redução dos custos de demissão desenvolveram-se amplamente no conjunto dos países da OCDE, cerceando aos poucos os dispositivos de proteção instaurados durante um século de luta social (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p.22).

66 Se o fordismo dava maior ênfase no disciplinamento da força de trabalho, a produção pós-fordista é marcada pela crescente corresponsabilidade dos(as) trabalhadores(as). A nova configuração organizacional produtiva requer, portanto, trabalhadores(as) cada vez mais adaptáveis, comunicativos(as) e dotados(as) de múltiplas competências, em contínuo aperfeiçoamento e incorporação das novas tecnologias, capazes de autogerir-se e de trabalhar colaborativamente em equipes multidisciplinares.

Para caracterizar a crise do fordismo e a fragmentação crescente do operariado ocidental, Alain Bihr, em sua obra *Da Grande Noite à*

Alternativa: o movimento operário europeu em crise (1998), busca apreender as transformações que levaram à ruptura do compromisso fordista, seus efeitos sobre o movimento operário e apontar as possibilidades de renascimento do movimento de emancipação do *proletariado*. Apesar de toda a análise desenvolvida ao longo da obra pugnar em sentido contrário, o autor não abre mão da centralidade do *proletariado* como sujeito revolucionário, o que, no entanto, não ofusca a análise quanto às transformações estruturais que levaram à crise do fordismo.

Alain Bihr destaca quatro elementos centrais para entender a crise do fordismo na Europa ocidental das décadas de 1960 e 1970: 1) diminuição progressiva dos ganhos de produtividade; 2) aumento da *composição orgânica do capital* e consequente diminuição da taxa de lucro; 3) saturação da norma social do consumo e do custeio do Estado de bem-estar social; 4) desenvolvimento e expansão do chamado trabalho improdutivo. Nesse contexto é possível perceber, nas palavras do autor, o “abandono progressivo da linha de produção fordista, composta por máquinas especializadas, em benefício de sistemas de equipamentos automatizados, garantindo a fluidez e a flexibilidade do processo de trabalho” (BIHR, 1998, p.98).

Se, ao longo do período fordista, havia o predomínio de uma tendência à homogeneidade do proletariado, marcada pela emergência do *operário-massa*, fundamentalmente concentrado no espaço produtivo, um dos efeitos da crise do fordismo foi “diluí-lo no espaço social, explodindo a fábrica-fortaleza da idade fordista em um tecido produtivo difuso” (BIHR, 1998, p.99). Alain Bihr chega a considerar que, ante as tendências da nova configuração do mundo do trabalho, o trabalhador instável esteja destinado a suplantarmos o *operário-massa* do período fordista.

A explosão da fábrica fordista implica a transposição da *produção* ao conjunto da sociedade, de modo que o capital busca se apropriar cada vez mais da *práxis social* como um todo para produzir uma sociabilidade adequada às novas exigências da reprodução ampliada. Bihr arremata dizendo que “as condições da reprodução do capital ultrapassam hoje amplamente seu simples movimento econômico [...] para se estender à totalidade das condições sociais de existência” (BIHR, 1998, p.155). Disso também decorre o papel exercido pela produção de subjetividade no contexto da sociedade pós-fordista, como veremos mais adiante.

ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO: NEOLIBERALISMO E A CAPTURA DOS BENS COMUNS

*Será que ainda vai chegar
o dia de se pagar até a respiração?
Pela direção que o mundo está tomando
eu vou viver pagando o ar de meu pulmão.*
Siba

68

O ordenamento jurídico pátrio (e patriarcal) adotou a concepção despersonalizada da empresa, de modo que a empresa como instituto do direito comercial é considerada o conjunto das atividades mercantis para a persecução de finalidades econômicas, o exercício da ação produtiva cuja natureza jurídica é a de *objeto de direito*, e não *pessoa de direito*. O sujeito do direito comercial é, então, o empresário, pessoa física ou jurídica. Trata-se de uma ficcionalidade jurídica moderna para a preservação das finalidades empresariais

para além da figura do empresário, de forma que a tutela jurídica da empresa é a tutela jurídica das atividades mercantis exercidas.

Desse modo, a *pessoa de direito*, diretamente responsável pela organização das atividades comerciais empreendidas, em regra, será uma sociedade (anônima de preferência) constituída para tal fim, essa sim sujeito que pode ter sua personalidade jurídica. De toda forma, a separação ficcional entre entidades abstratas e indivíduos concretos perdura ante a mágica jurídica capaz de subtrair destes a responsabilidade direta pelos atos daquelas.

Ocorre que a empresa também pode existir sem sociedade personalizada, ser criada e administrada por empresário individual, situação em que empresa (atividade) e empresário (sujeito) se confundem na mesma pessoa na qual concorrem simultaneamente as duas dimensões da pessoa, física e jurídica, ou seja, sem prejuízo da abstração que novamente separa as duas dimensões, ao ponto de cindir o verbo quanto ao substantivo, o fazer quanto ao ser. A exceção diz respeito aos riscos de insucesso econômico da empresa, sempre vinculados ao empresário, seja individual ou coletivo. Noutros termos, a doutrina jurídica entende que os riscos inerentes às atividades comerciais organizadas e exercidas pelo empresário compõem a própria definição da empresa, ou assim deveria ser.

Como dito no tópico anterior, o neoliberalismo, para além das medidas de desregulamentação, abertura para o capital financeiro e flexibilização das relações de trabalho, difunde biopoliticamente e sem restrições a forma empresa no corpo social. Todos somos empresários(as), ao menos potencialmente, basta um simples registro ou a compra de ações de alguma sociedade; logo, todos(as) também assumimos os riscos pelos negócios, ao menos potencialmente. O risco é, assim, diluído entre milhões de microempreendedores reais ou potenciais. O

“pulo do gato” neoliberal, graças aos arranjos jurídicos institucionais, é disseminar a coletivização dos riscos ao mesmo tempo em que isenta os grandes empreendedores e investidores dos riscos pelas atividades mercantis e financeiras que exercem, sendo nesse caso os riscos assumidos pelo Estado, seja via parcerias público-privadas, seja pelo socorro às instituições bancárias ou estratégias financeiros complexos praticados pelo Estado para salvar papéis privados, obviamente em prejuízo do interesse público. É o próprio direito que legitima a assunção dos riscos pelo Estado nas hipóteses em que prescreve a legislação, como é o caso das parcerias público-privadas (PPPs), nas quais, na prática, o risco pelas atividades mercantis, elemento ontológico da empresa, é frequentemente assumido pelo ente público, uma vez que o *equilíbrio econômico financeiro* do contrato firmado com o agente privado é garantido, em última instância, pelo público, sob o manto da estrita legalidade. Aqui, não há excepcionalidade alguma, mas a subversão do instituto jurídico pelas regras do jogo instituído, já que, ao menos em tese, não há empresa sem risco. Cabe-nos, nesse tocante, subverter o subvertido. Cada vez mais a multidão tem se apropriado dessas ficções jurídicas para fins não comerciais numa completa subversão do instituto.

Isso posto, fica perceptível como o neoliberalismo sustenta um jogo legalmente reconhecido e simulado pela Suprema Corte de Justiça, no qual passamos da condição de credores(as) dos empresários nos períodos de crise — considerando que a crise é sistêmica e permanente (COCCO e ALBAGLI, 2012) —, já que cabe a eles [empresários] assumirem os riscos dos negócios, ao menos em princípio, à condição de eternos devedores(as), endividados(as) pelos próximos anos de financiamento do apartamento, do carro, da cirurgia plástica, ou pelo insucesso da nossa empresa individual, malsucedida num mercado cada vez mais competitivo.

A disseminação da forma empresa, despersonalizada, serve muito bem à inserção dos bens comuns no campo dos negócios, capturados por não pessoas, por entidades abstratas e outras ficcionalidades jurídicas que, sob a força neoliberal do empresariamento e da forma mercadoria sobre todas as dimensões da vida, mercantilizam bens comuns de toda ordem, materiais e imateriais, como as águas, os parques, serras e montanhas, a seguridade social, a educação pública etc., mas também as imagens, os saberes, a linguagem, a cultura, os afetos.

O avanço do capitalismo sobre o comum, aquilo que no século XIX Karl Marx denominou “acumulação primitiva do capital” ao analisar, por exemplo, os cercamentos das terras comuns na Inglaterra ou os processos de dominação colonial, colocou em xeque a natureza primitiva ou originária dessas práticas de puro saque, roubo institucional e expropriação direta para fins de acumulação de capital, já que tais práticas não ficaram restritas aos primórdios da revolução industrial, no período inicial de consolidação do capitalismo. Em verdade, o que Marx denominou forma primitiva de acumulação de capital continua vigente, sob maneiras cada vez mais sofisticadas de espoliação, objetiva e subjetiva, e cada vez com mais peso no cômputo geral da acumulação de capital.

Para não incorrer na utilização inadequada do termo *primitiva* ao referir-se a essa forma de acumulação de capital que não passa pela esfera da reprodução ampliada, mas se reduz à mera expropriação de riqueza em detrimento do comum, David Harvey cunhou a expressão “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2005, p.121). Segundo o autor, estão compreendidas na noção de acumulação por espoliação “a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de

propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]" (HARVEY, 2005, p.121).

Harvey também reconhece que a acumulação por espoliação não está adstrita apenas à expropriação de bens comuns materiais, ganhando destaque nos marcos do neoliberalismo a acumulação por espoliação sobre bens comuns imateriais, como exemplificado na citação seguinte:

A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado Acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais. [...] A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala (a indústria da música é notória pela apropriação e exploração da cultura e da criatividade das comunidades). A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de expropriação das terras comuns. Tal como no passado, o poder do Estado é com frequência usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. [...] A devolução de direitos comuns de propriedade obtidos graças a anos de dura luta de classes (o direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, ao bem-estar social, a um sistema nacional de cuidados médicos) ao domínio privado tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal (HARVEY, 2005, p.123).

A acumulação por espoliação descrita por Harvey se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, marco da crise do fordismo, em alguma medida como forma de “compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida” (HARVEY, 2005, p.129).

O que importa destacar neste tópico, no que diz respeito à aposta na centralidade do comum nas lutas travadas no contexto pós-fordista neo-liberal, é que cada vez mais as resistências se expressam como a defesa de bens comuns frente ao avanço da acumulação por espoliação, perpetrada ora pelo Estado, ora diretamente pelo capital, mas quase sempre pelo Estado-capital, unidos em simbiose para a captura do comum.

O levante zapatista no México em 1994 (o qual abriu um novo ciclo de lutas, passando pelas batalhas de Seattle durante o encontro de cúpula da Organização Mundial do Comércio – OMC, em 1999, até chegar às lutas multitudinárias na atualidade) expressou-se primeiro como a defesa das formas tradicionais de apropriação e uso comum da propriedade rural, os chamados “ejidos”. Em 1992, durante as tratativas para a assinatura do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) e por pressão dos EUA, o presidente mexicano Carlos Salinas propõe uma reforma constitucional para alterar o Artigo 27, que trata da reforma agrária, conquista da revolução de 1910, de modo a permitir a divisão e alienação dos “ejidos”, transformando-os, na prática, de bem comum em propriedade privada. No mesmo ano os(as) zapatistas iniciam um processo democrático de consulta às comunidades sobre a luta armada contra as medidas neo-liberais, a qual se instaura abertamente com o levante a partir do dia 1º de janeiro de 1994, quando o NAFTA entra em vigor (GENNARI, 2005).

O levante indígena (e ao mesmo tempo plural) no México inaugura este novo ciclo de lutas globais em defesa dos bens comuns, cujo marco inicial não raro é situado em Seattle pela intelectualidade de

esquerda, pois o zapatismo já não se confunde com as formas de resistência tradicionais do final do século XX, trata-se de um processo resultado de hibridações potentes entre culturas e produções indígenas tradicionais, com o uso tecnopolítico das ferramentas de telecomunicações, especialmente a internet, e que teve como impulso molecular a dimensão da produção de subjetividade, em âmbito global e conectada em redes afetivas, uma inegável virtualidade que ampliou o alcance da narrativa insurgente. Quantos corações e mentes não foram afetados pelas declarações públicas escritas nas cartas do subcomandante Marcos, entidade que trazia na patente a necessária subordinação da hierarquia à democracia real, inspiração política de alcance mundial, carregada de poética subversiva potente. Não se recomenda omitir deste novo ciclo global de lutas, no qual estamos inseridos(as), um levante que foi capaz de construir uma direção política que é, antes de tudo, uma antirrepresentação, inapreensível, indistinta, incapturável, com múltiplos rostos sob uma máscara ninja e, ao mesmo tempo, com rosto nenhum.

Os(As) zapatistas, desde o início, concentraram seu poder de fogo frente à violência do Estado mais no campo das subjetividades do que no campo militar, no qual sofriam inúmeras perdas humanas e materiais com as agressões do Exército Federal dirigidas contra as comunidades (colheitas, escolas e vidas destruídas). Talvez por isso jamais tenham sido derrotados(as) pela força bruta da “besta criminosa”, porque, além dos *Caracóis*, territórios de controle zapatista, espaços de encontro e diálogo com a sociedade civil, autogestionados e autogovernados (GENNARI, 2005), o zapatismo também ocupou mentes e produziu novas subjetividades, exatamente a partir da prática e do discurso que traziam formas de vida não capitalistas e de autogoverno não soberanas: “mandar obedecendo”. Isso, sem

dúvida alguma, afeta muito, percorre entre selvas e montanhas os imaginários subversivos de uma juventude cada vez mais indignada frente ao autoritarismo dos “maus governos”, seja de direita, centro ou esquerda, não importa, a indignação chegou ao limite do tolerável e a insurreição zapatista inaugurou um ciclo de narrativas e formas de organização que, além de potentes, enfrentam os vícios da esquerda tradicional partidarizada. Como não reconhecer a luta por um comum na insígnia que propõe “tudo para todos, nada para nós”? Vinda das palavras de um subcomandante despersonalizado, sem rosto, que buscava “explicar ao coração as ideias destinadas à cabeça”, num permanente esforço de desmascarar o poder instituído, as alianças espúrias do Estado mexicano e suas estratégias de dominação biopolítica. Hardt e Negri inscrevem o levante zapatista dentro das transformações operadas pelo pós-fordismo:

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que surgiu em Chiapas na década de 1990, representa um exemplo ainda mais claro dessa transformação: os zapatistas são o pivô entre o velho modelo guerrilheiro e o novo modelo de estruturas biopolíticas em rede. Também demonstram esplendidamente como a transição econômica do pós-fordismo pode funcionar igualmente em territórios urbanos e rurais, ligando experiências locais a lutas globais. [...] A comunicação é um elemento central da concepção de revolução dos zapatistas, e eles estão constantemente enfatizando a necessidade de criar organizações horizontais em rede, em vez de estruturas verticais centralizadas (HARDT E NEGRI, 2005, p.123).

75

A Guerra da Água na Bolívia, no ano 2000, bem como a *Guerra do Gás* pela nacionalização dos hidrocarburetos no mesmo país, no

ano 2003, processos políticos multitudinários potentes que implicaram a eleição do primeiro presidente indígena, Evo Morales, em um país com esmagadora composição demográfica indígena, também foram resistências históricas empreendidas na América Latina em defesa de bens comuns contra a acumulação por espoliação neoliberal. Em suma, nas palavras de Harvey:

A acumulação por espoliação de nossa época também tem levado a batalhas políticas e sociais e a vastos golpes de resistência. Muitas dessas lutas formam hoje o núcleo de um movimento antiglobalização, ou de globalização alternativa [...]. A ênfase no âmbito desses movimentos no tema da “restituição dos bens comuns” indica, contudo, profundas continuidades com batalhas de muito tempo atrás (HARVEY, 2005, p.134).

Ocorre que as transformações experimentadas no mundo do trabalho e as novas configurações da classe trabalhadora que emergiram da crise do fordismo colocaram desafios enormes às esquerdas tradicionais e especialmente à organização sindical que não estava preparada para se opor de maneira ampla e contundente aos processos de acumulação por espoliação, sem contar que o neoliberalismo teve como um dos escopos principais o enfraquecimento das formas tradicionais de organização e luta do trabalho. Nas palavras de David Harvey:

76 As formas de organização desenvolvidas para combater a reprodução expandida não se transpuseram bem quando se tratava de combater a acumulação por espoliação. Numa generalização esquemática, as formas de organização política esquerdista instauradas no período 1945 – 1973, quando a reprodução expandida

estava na ascendente, eram impróprias ao mundo pós-1973, quando a acumulação por espoliação passou a ocupar o primeiro plano como a contradição primária no âmbito da organização imperialista da acumulação do capital (HARVEY, 2005, p.141).

Se, como diz Harvey, na atualidade a acumulação por espoliação de fato está no primeiro plano da acumulação capitalista global, inequivelmente as lutas contra o saqueio neoliberal das nossas vidas, bens e formas de existência também ocupam hoje o primeiro plano das resistências contra o Estado-capital e, como as vidas são muitas, as lutas também são múltiplas, multitudinárias, diriam Hardt e Negri.

Ademais, como os métodos e as formas organizativas do mundo do trabalho são diretamente vinculados a um modo específico de viver e sentir a vida, cabe neste momento abordar melhor as mutações operadas no mundo do trabalho que expressam, em síntese, a passagem do conceito de *operário-massa* para a noção de *operário-social*, o que se dá especialmente a partir da crise do fordismo e da emergência do chamado *capitalismo cognitivo*, ou *imaterial*, nos marcos do Império descrito por Hardt e Negri, conceitos sobre os quais passo a discorrer.

IMPÉRIO, CAPITALISMO COGNITIVO E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

*lo que enfrentamos no son sólo soldados
con armas sino sobre todo capital
cognitivo: la sociedad del conocimiento,
un orden atrozmente complejo.*

Brian Holmes, Manifiesto afectivista

A esse capitalismo global financeiro que emerge das ruínas da sociedade fordista, especialmente na virada das décadas de 1960 e 1970, corresponde a passagem de uma soberania moderna imperialista para uma soberania imperial, donde exsurge a estrutura de poder global denominada por Hardt e Negri como Império (HARDT E NEGRI, 2001). Trata-se desse novo arranjo geopolítico que se caracteriza, primariamente, pelo progressivo declínio da soberania do Estado-Nação (e uma profunda transformação da própria noção de soberania) em favor dos fluxos financeiros numa economia pós-fordista, globalizada e neoliberal, orquestrada por organismos nacionais, supranacionais e empresas transnacionais.

O Império se caracteriza pela diluição das fronteiras, tanto espaciais — já que elas não impõem limites ao exercício do poder imperial pelas nações hegemônicas e pelo capital financeiro —, quanto as temporais — uma vez que “o Império se apresenta, em seu modo de governo, não como um momento transitório no desenrolar da História, mas como um regime sem fronteiras temporais” (HARDT E NEGRI, 2001, p.15). Segundo os autores,

A transição para o Império surge do crepúsculo da soberania moderna. Em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras (HARDT E NEGRI, 2001, p.13).

O poder capitalista contemporâneo se articula globalmente em redes políticas e econômicas cada vez mais complexas, nas quais estão

indissociadamente conectados Estados-nação, empresas transnacionais, grandes investidores, organismos multilaterais, articulados em redes móveis sem um centro territorial de poder, sustentado em regra pela democracia representativa liberal moderna.

Essa configuração contemporânea de domínio capitalista imperial, marcada pela “substituição da produção em massa padronizada para novos sistemas de produção flexível, com ênfase na solução de problemas, nas respostas rápidas e, com frequência, altamente especializadas” (HARVEY, 2008, p.146), também guarda correspondência, quanto ao modo de produção, com a passagem do fordismo para o chamado *capitalismo cognitivo*:

A construção dos caminhos e limites desses novos fluxos globais tem sido acompanhada por uma transformação dos próprios processos produtivos dominantes, com o resultado de que o papel da mão-de-obra industrial foi restringido, e em seu lugar ganhou prioridade a mão-de-obra comunicativa, cooperativa e cordial. Na pós-modernização da economia global, a produção de riqueza tende cada vez mais ao que chamaremos de produção biopolítica, a produção da própria vida social, na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro (HARDT E NEGRI, 2001, p.13).

O Império descrito por Hardt e Negri se refere, portanto, à lógica política do capitalismo pós-fordista, cognitivo e imaterial, caracterizado pela crescente “desmaterialização da produção”, pela força das “tecnologias digitais”, pelo deslocamento da extração de valor para os “bens imateriais” (BOUTANG, 2012, p.82) e, tendencialmente, pela maior importância da captura dos bens imateriais para a própria reprodução do capital. Como afirma Barbara Szaniecki,

Entramos na era do capitalismo cognitivo — sistema que captura elementos produzidos pelo trabalho social, por redes intelectuais, comunicativas e afetivas que não lhe pertencem. Neste sistema o único aporte do capital é, segundo Negri, o comando (SZANIECKI, 2007, p.113).

Nesse processo irreversível de “cognitivização” da economia, especialmente a partir do desmonte do fordismo, os saberes deixam de ser meros “recursos produtivos”, passíveis de quantificação, para ganhar centralidade na produção capitalista contemporânea, em proporção agora imensurável (ROGGERO, 2012, p.61). Em verdade, pode-se dizer que, nos marcos do capitalismo cognitivo, “o capital funciona explorando progressivamente a produção e expressão do conhecimento” (HARDT E NEGRI, 2014, p.86), de tal maneira que “o conhecimento cada vez mais constitui o cerne das relações sociais, em termos tanto de controle capitalista, como de resistência referente ao trabalho vivo” (HARDT E NEGRI, 2014, p.87).

A transição do fordismo para o regime de acumulação capitalista cognitivo/imaterial também foi descrita por Michael Hardt sob o prisma da hierarquia das formas de propriedade ao longo do desenvolvimento capitalista. Vejamos:

Antes de a indústria ter ocupado uma posição central na economia, lá no começo do século XIX, a propriedade *imóvel*, como a terra, manteve uma posição dominante em relação a outras formas de propriedade. Na longa era da centralidade da indústria, contudo, a propriedade *móvel*, como as mercadorias, veio a dominar sobre a propriedade *imóvel*. Hoje estamos no meio de uma transição similar, em que a propriedade *imaterial* e *reprodutível* está se tornando a posição dominante sobre a propriedade material. Com efeito, patentes, direitos autorais e

outros métodos para regular e conservar o controle exclusivo sobre a propriedade imaterial são objeto dos mais agitados debates no campo do direito de propriedade. A importância crescente da propriedade imaterial e reproduzível pode servir de prova ou ao menos indicação à centralidade emergente da produção imaterial (HARDT, 2012, p.50).

É nesse contexto do novo regime de *Capitalismo Mundial Integrado* (CMI), expressão cunhada por Guattari (2005), que a produção de subjetividade ganha lugar privilegiado na produção de valor, de modo que “as forças de desejo, de criação e de ação” são instrumentalizadas como “principal fonte de extração de mais-valia no lugar da força mecânica do trabalho braçal” (ROLNIK, 2011, p.10), como bem resumiu Suely Rolnik já no início dos anos 1980.

Barbara Szaniecki, por sua vez, adverte que reconhecer que estamos num contexto de capitalismo imaterial “não significa que somos todos intelectuais ou criadores-criativos — artistas-designers —, mas que todos desenvolvemos atividades híbridas de trabalho e ação-livre que possuem aspectos intelectuais, criativos e cooperativos” (SZANIECKI, 2014), sendo inegável que a extração de mais-valia na atualidade não se furta de todos esses aspectos. Desse modo, a dimensão da subjetividade, não raro tida pela teoria revolucionária como apartada da esfera produtiva (*infraestrutura*), num plano superior (*superestrutura*), revela-se como terreno fundamental da luta emancipatória. Nessa esteira, Giuseppe Cocco sustenta que:

A produção de subjetividade não é uma solução em si, mas o próprio terreno da luta, uma luta que se articula nas modulações que separam, por meio de uma clivagem por vezes invisível (porque extremamente flexível), a autovalorização na heteronomia da autovalorização na

autonomia. [...] No capitalismo industrial, a produção da liberdade era o terreno ao mesmo tempo da exploração e da emancipação. No capitalismo cognitivo, a produção de subjetividade é o terreno onde acontece, ao mesmo tempo, a exploração e a libertação: só que esta alternativa se abre às relações entre uma livre autovalorização e uma nova escravidão (COCCO e ALBAGLI, 2012, p.22).

É certo que a produção de subjetividade operada e determinada pelo poder instituído sempre deixa margem às resistências pela via de “dispositivos irresistíveis” (NEGRI, 2004). Entretanto, demorou muito para que as forças tradicionais de esquerda começassem a perceber o papel da subjetividade, tanto no domínio biopolítico exercido pelo Império, quanto na arena das resistências empreendidas contra o Estado-capital, as quais frequentemente trazem consigo a afirmação constituinte de outras formas de vida e relações pós-capitalistas.

Se os marxistas e progressistas de todo tipo não compreenderam a questão da subjetividade porque se entupiram de dogmatismo teórico, já não é isso o que aconteceu com as forças sociais que administram o capitalismo hoje. Elas entenderam que a produção de subjetividade talvez seja mais importante do que qualquer outro tipo de produção, mais essencial até do que o petróleo e as energias (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p.34).

82 Maurizio Lazzarato, citando Guattari, diz que no capitalismo contemporâneo a subjetividade é até mesmo “a primeira e mais importante das produções capitalistas, pois a subjetividade condiciona e participa da produção de todas as outras mercadorias” (LAZZARATO, 2014, p.53). Explica, ainda, que o neoliberalismo é marcado por uma “servidão generalizada” que constitui uma “mega máquina contemporânea”,

cujos dispositivos vão bem além da fábrica para tomar “posse do comportamento e das atitudes não apenas no emprego e no trabalho em geral, mas também na vida diária” (LAZZARATO, 2014, pp.34–35). Com Negri, pode-se efetivamente dizer que, atualmente, no contexto da produção imaterial, é extremamente difícil “distinguir produção de mercadorias da reprodução social de subjetividades, porque não podem existir novas mercadorias sem novas necessidades, nem reprodução de vida sem o desejo singular” (NEGRI, 2004, p.19).

Se de um lado, nos marcos do capitalismo cognitivo e imaterial, a produção de subjetividade ganha progressivamente importância na extração de mais-valor (valores subjetivos agregados ao produto), por outro, considerando que “o meio de produção se tornou interno às singularidades empenhadas na organização do trabalho” (NEGRI, 2008, pp.85–86), a produção de novas subjetividades também se torna central para se vislumbrar qualquer ruptura com o domínio imperial e com o controle biopolítico exercido pelo Estado-capital (expressão da simbiose no seu nível máximo entre o público e o privado). Nas palavras de Guattari e Rolnik:

Não é utópico considerar que uma revolução, uma mudança social em nível macropolítico e macrossocial, concerne também à produção da subjetividade, o que deverá ser levado em conta pelos movimentos de emancipação (GUATTARI e ROLNIK, 2011, p.34).

Chegamos ao ponto em que é possível compreender o caráter biopolítico da dominação exercida pelo Estado-capital (FOUCAULT, 2008), ente político transcendente, propulsor de modos de vida graças à dominação estendida a todos os domínios da existência humana para além do trabalho (*operário social*) e a partir dos corpos (*biopoder*).

No contexto biopolítico o poder soberano toma para si a responsabilidade quanto às formas de vida de toda a população, não necessariamente com vistas à melhoria da qualidade de vida, mas à realização do controle total sobre a vida. Isso sem perder de vista, por outro lado, a potência criativa das forças de oposição positiva que emergem da multidão e que resistem ante o poder instituído em defesa do comum, aquilo a que Peter Pál Pelbart (2011) denominou *biopotência da multidão*, ou seja, a subversão do “poder sobre a vida” para exprimir “o poder da vida” diante do poder.

Ocorre que, como diz Lazzarato, estamos num momento em que “os métodos para a produção de subjetividade que brotaram do leninismo (o partido, a concepção da classe operária como vanguarda, o ‘revolucionário profissional’) não são mais relevantes para as composições de classes atuais” (LAZZARATO, 2014, p.19). Isso graças à perda de centralidade do *proletariado* (representado por um partido de vanguarda) como o sujeito revolucionário por excelência, especialmente em face da crise do fordismo e a nova configuração do trabalho imaterial que modificou profundamente a natureza e a composição da classe trabalhadora mundial, “o mesmo ocorrendo com as condições de formação de consciência e de ação política” (HARVEY, 2008, p.179).

Harvey arremata dizendo que “a sindicalização e a política de esquerda tradicional tornaram-se muito difíceis de manter”, afinal, após as transformações sistêmicas do capitalismo pós-fordista, ficou explícito que “os sindicatos dependiam do acúmulo de trabalhadoras nas fábricas para serem viáveis” (HARVEY, 2008, p.145), o que deixou de ser uma realidade diante da explosão da fábrica fordista e a formação do *operário social*, flexível, precarizado, múltiplo, adaptável, comunicativo, inteligente, conectado, subjetivado, endividado, mediatizado, representado e securitizado (HARDT E NEGRI, 2014).

Podemos resumir nos seguintes termos: a crise do fordismo tirou da fábrica o *status de locus* privilegiado da produção e exploração da vida para fazer ruir, ante a força da mundialização financeira, as fronteiras — mais teóricas que reais — que confinavam a produção do valor no nível da chamada infraestrutura e colocar a própria vida, o saber e as subjetividades como insumo indispensável ao capital. Daí decorre imediatamente o incontestável equívoco de qualquer proposição teórica e/ou política que julgue marginal a ação coletiva das múltiplas forças sociais emancipatórias em proveito da centralidade do *proletariado* como sujeito revolucionário.

Aquilo que Harvey via “menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total” (HARVEY, 2008, p.131), ao se referir ao fordismo do pós-segunda guerra mundial, permanece perfeitamente válido quanto ao capitalismo imperial pós-fordista. Mais do que nunca, o modo capitalista de produção, em sua atual conformação tendencialmente cognitiva e imaterial, prima pela produção de um modo de vida total, incrustando subjetivamente formas de existir, comunicar, vestir, consumir, pensar, amar, reproduzir e morrer.

Apesar de Harvey não admitir explicitamente a crescente autonomia do trabalho frente ao controle do capital no contexto de produção biopolítica pós-fordista, o geógrafo marxista se vê forçado a considerar que as mutações no mundo do trabalho também criam “para a classe trabalhadora oportunidades — bem como perigos e dificuldades —, precisamente porque educação, flexibilidade e mobilidade geográfica, uma vez adquiridas, ficam mais difíceis de ser controladas pelos capitalistas” (HARVEY, 2008, p.175). Cabe, por oportuno, delinear as características desse sujeito político que emerge e se apresenta como possibilidade revolucionária no seio do capitalismo imperial pós-fordista.

A EMERGÊNCIA DA MULTIDÃO COMO SUJEITO POLÍTICO

*Homogênea, compacta, contínua,
unidirecional, a massa é o todo o
contrário da multidão, heterogênea,
dispersa, complexa, multidirecional.*

Peter Pál Pelbart

Bihr, na mencionada obra *Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise* (1998), esforça-se para, a partir do novo cenário de ruptura dos pressupostos fundamentais da sociedade fordista e aperfeiçoamento da era de capitalismo cognitivo, investigar e avaliar os equívocos do movimento operário e descrever os desafios colocados à luta pela emancipação. Nesse sentido, uma característica essencial do movimento operário, forjado na esteira do fordismo, diz respeito à orientação de sua ação política, fundamentalmente focada na conquista e exercício do poder de Estado. Porém, o próprio autor reconhece, sem abrir mão da ortodoxia marxista, que “uma autêntica ruptura revolucionária com o capitalismo é impossível no quadro do Estado-Nação” (BIHR, 1998, p.117).

Na visão do autor, a construção da sociedade pós-capitalista passaria pela formação de *contrapoderes* capazes de enfrentar o Estado-capital e, ao mesmo tempo, oferecer as bases dessa nova sociedade. Entretanto, para Bihr, o *proletariado*, ou os *operários* tomados em sentido estrito, continua ocupando um lugar privilegiado na luta revolucionária:

O estatismo de sua estratégia deve ser abandonado [...] é ao poder do capital em toda a sua extensão e em toda profundidade da práxis social

que o proletariado deve atacar, reconquistando por sua vez o poder. Capacidade de dirigir, controlar e organizar essa práxis (BIHR, 1998, p.159).

Pergunta-se: seria realmente honesta a teoria revolucionária que segue advogando pela centralidade de um setor específico da sociedade na luta pela emancipação do conjunto dessa mesma sociedade conformada por uma multiplicidade imensurável de identidades em disputa?

Apesar de insistir na centralidade da classe operária, o autor reconhece que, mais do que nunca, com o desmoronamento da sociedade fordista, o mito da *grande noite*, ou seja, a via insurrecional com vistas à tomada do poder de Estado para a construção da sociedade pós-capitalista, se demonstra, definitivamente, superado. “A revolução é uma obra de grande fôlego” (BIHR, 1998).

É evidente que as mutações operadas no seio do processo produtivo, especialmente a partir dos anos 1970, trouxeram consigo transformações na conformação da classe que inserem a multidão no debate sobre o sujeito político. Também é no vazio deixado pela classe operária que a multidão emerge como possibilidade de ruptura com o domínio capitalista imperial.

Foram Hardt e Negri (2005), a partir do pensamento spinozista, os autores que primeiro se lançaram no resgate e na reconstrução ontológica dessa categoria político-filosófica, tida como uma multiplicidade composta por singularidades irreduzíveis, não representáveis, produto imanente da *práxis* coletiva, corpo biopolítico coletivo, heterogêneo e multidirecional que produz o comum capturado pelo Império. Por outro lado,

87

As forças criadoras da multidão que sustenta o Império são capazes também de construir, independentemente, um Contra-império, uma

organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais. Os esforços para contestar e subverter o Império, e para construir uma alternativa real, terão lugar no próprio terreno imperial — na realidade essa nova luta já começou (HARDT E NEGRI, 2001, p.15).

Evidentemente, a multidão, “essa figura contemporânea que conjuga multiplicidade e singularidade” (PELBART, 2011, p.85), a um só tempo “sujeito e produto da prática coletiva” (NEGRI, 2004, p.20), não se confunde mais com o *proletariado* e seus aparelhos de representação, a quem se dirige a relevante análise da crise do fordismo e dos desafios do movimento operário empreendida por Bihr. Apesar disso, o compromisso com a verdade diante do cenário colocado diante de si permite a Bihr chegar a dizer que a crise do fordismo anuncia o fim do movimento operário (1998, p.79).

Mas não há o que lamentar: dos escombros do projeto socialista, sustentado pelo movimento operário constituído no seio do fordismo, emerge a vitalidade do projeto comunista, agora vislumbrado na *biopotência* da multidão (PELBART, 2011), também compreendida como organização biopolítica gerada pelo desejo de produção do comum. Como bem resume Hardt no pequeno texto *O Comum no Comunismo*,

[...] o desenvolvimento capitalista leva inevitavelmente ao papel cada vez mais central da cooperação e do comum, o que por sua vez fornece os instrumentos para reverter o modo de produção capitalista, e constitui as bases para uma sociedade e um modo de produção alternativos, um comunismo do comum (HARDT, 2011).

Percebe-se, assim, como a aposta na centralidade do comum guarda estreita relação com o contexto inaugurado com a crise do fordismo,

no qual fica evidente a tendência à transição de uma economia capitalista industrial para uma economia capitalista pós-industrial, em que a produção imaterial ou biopolítica tende progressivamente a suplantam a hegemonia da produção industrial. Aqui se considera que a produção imaterial de linguagem, saberes e afetos é, em princípio, comum, até que se opere a captura pelo capital, em regra via direito de propriedade, o que ao mesmo tempo, contraditoriamente, restringe sua produtividade.

Vendo por outro prisma, os bens imateriais não se deterioram pelo consumo, antes pelo contrário, a produtividade da linguagem e das ideias, por exemplo, é tanto maior quanto mais aberto, livre, comum seja o acesso a elas, sendo a captura promovida pelo capital aquilo que as torna inutilizáveis para quem não pode pagar. Em resumo,

O capitalismo cognitivo (sobre)vive da exploração parasitária e rentista da produção coletiva, oferecendo condições para sua reprodução, como nas plataformas gratuitas de acesso às redes digitais (BOUTANG, 2010), ao mesmo tempo que ‘estraga’ essa própria dinâmica de valorização (Cocco, 2010). De um lado, a propriedade intelectual necessita impor-se por meio do comando e do controle, exigindo um aparato repressivo que procura compensar ou mitigar a fragilidade de uma legislação que se revela anacrônica e inaplicável nas atuais dinâmicas produtivas. De outro, a precarização do trabalho, sobretudo do trabalho imaterial, mina a própria potência produtiva do trabalho vivo (ROGGERO, 2012). Isso atinge negativamente as condições de criação e inovação, centrais no capitalismo cognitivo (COCCO e ALBAGLI, 2012, p.51).

89

Voltando à multidão, trata-se de um conceito de classe, que de maneira nenhuma se opõem à *classe trabalhadora*, mas que traz

consegue uma nova ontologia oriunda do campo de imanência e que não se confunde com a *classe operária* concebida dentro da tradição marxista, mesmo quando esta última é tomada na acepção mais ampla para incluir todos e todas que vendem no mercado sua força de trabalho para sobreviver. A multidão sobrevive para trabalhar, produz incessantemente, quando vende sua força de trabalho, mas também quando acorda, come, curte, compartilha, pensa, fala, consome, morre.

A multidão tampouco se define pelo lugar em que ocupa no processo produtivo, como é o caso da *classe operária*, mesmo porque na sociedade pós-fordista o processo produtivo rompeu fronteiras espaciais (fábrica) e temporais (jornada de trabalho), extrapolou o mundo do trabalho para se estender ao mundo da vida. Desse modo, não se pode pressupor que a libertação dos desígnios da produção material pela *classe operária* implica a emancipação de todos(as) do controle biopolítico exercido pelo Estado-capital, por mais que a *classe operária* seja um componente indispensável, e por vezes central, nas lutas encampadas pela multidão metropolitana. Está-se diante de um “conceito aberto e expansivo” (HARDT E NEGRI, 2005, p.147) que, nos termos de Hardt e Negri, “confere ao conceito de proletariado sua definição mais ampla: todos aqueles que trabalham e produzem sob o domínio do capital” (HARDT E NEGRI, 2005, p.148), sem partir de qualquer restrição ou exclusão apriorística de algum setor, grupo ou categoria. Aqui, para o enfrentamento biopotente ao capital, todos(as) são bem-vindos(as): lúmpens, putas, garis, camelôs, desempregados(as), sem-teto, estudantes...

Classe operária é basicamente um conceito restrito baseado em exclusões. Em sua concepção mais limitada, classe operária refere-se apenas ao trabalho industrial, excluindo assim todas as demais classes traba-

lhadoras. Em sua concepção mais ampla, a classe operária refere-se a todos os trabalhadores assalariados, com isso excluindo as diferentes classes não-assalariadas. A exclusão de outras formas de trabalho da classe operária baseia-se na ideia de que existem diferenças de espécie entre, por exemplo, o trabalho industrial masculino e o trabalho reprodutivo feminino, entre o trabalho industrial e o trabalho camponês, entre os empregados e os desempregados, entre os operários e os pobres. A classe operária é considerada a classe produtiva primordial, estando diretamente sob o controle do capital e sendo por isso o único sujeito que pode agir com eficácia contra o capital. As outras classes exploradas também poderiam lutar contra o capital, mas somente subordinadas à liderança da classe operária. [...] o conceito [de multidão] repousa na tese de que não existe uma prioridade política entre as formas de trabalho: todas as formas de trabalho hoje em dia são socialmente produtivas, produzem em comum e também compartilham um potencial de resistir à dominação do capital. Podemos encarar essa realidade como uma igualdade de oportunidades de resistência. Isto não significa, queremos deixar bem claro, que o trabalho industrial ou a classe operária não são importantes, mas apenas que não detêm um privilégio político em relação às outras classes de trabalho no interior da multidão (HARDT E NEGRI, 2005, p.147).

De igual modo, a categoria povo também não possui o condão de chamar para si a responsabilidade de protagonista de qualquer projeto verdadeiramente emancipatório, mesmo sabendo que o sujeito social conformado sob tal designação seja indispensável para tanto. É que o povo, enquanto sujeito político, por mais revolucionário que seja, não pode ir além da soberania do Estado moderno e da democracia liberal representativa.

Mesmo a noção de povos, tais como os povos originários, encontra no Estado moderno um limite para sua autoafirmação: os povos da Amazônia no norte do Brasil não podem deixar de ser brasileiros enquanto estiverem sob a tutela jurídica soberana do Estado brasileiro. Isso está explícito na Constituição da República quando diz, por exemplo, que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes”¹, ou quando afirma, logo no preâmbulo, que o Estado Democrático é instituído pelos “representantes do povo brasileiro”, “reunidos em Assembleia Nacional Constituinte”². Ora, se o povo, por meio dos seus representantes, institui o Estado moderno sob o regime da democracia liberal, como poderá superá-lo na condição de sujeito social encarregado do projeto emancipatório? Aqui ratifico a assertiva de Alain Bihr quanto à impossibilidade de uma autêntica ruptura revolucionária no quadro do Estado-Nação.

Na verdade, a multidão sempre existiu, mas a modernidade logrou criar um arcabouço filosófico, político e jurídico-institucional que fez sobressair o povo, como sujeito transcendente, passível de representação, nos contornos de um Estado nacional soberano.

Paolo Virno, filósofo italiano, faz, em seu livro *Gramática da Multidão*, um resgate do embate teórico travado por Hobbes contra a multidão, como um conceito negativo “inerente ao estado de natureza”, e em favor do povo, dotado de uma “vontade única” (VIRNO, 2013, p.10), cuja expressão remete sempre à soberania do Estado. A multidão era então considerada “antiestatal, e, por isso, antipopular”, a ponto de Hobbes sustentar que, quando os cidadãos se revoltam contra o Estado, “são a multidão contra o povo” (VIRNO, 2013, p.11). Em suma, Virno nos fala que:

1 Art.1º, parágrafo único, Constituição da República de 1988.

2 Preâmbulo da Constituição da República de 1988.

Antes do Estado eram os muitos, depois da instauração do Estado foi o povo — Uno, dotado de uma única vontade. A multidão, segundo Hobbes, afasta-se da unidade política, opõe-se à obediência, não aceita pactos duradouros, não alcança jamais o status de pessoa jurídica, pois nunca transfere seus direitos naturais ao soberano (VIRNO, 2013, p.11).

A categoria povo é, portanto, conformada a partir da unidade do Estado-Nação. Enquanto isso, a multidão é a classe dos muitos e rechaça sua redução a qualquer unidade transcendente para fins de representação política, ela jamais outorga sua soberania em proveito de representantes “democraticamente” eleitos. Contrapondo os conceitos de multidão e de povo sob o aspecto da representação, esclarece Negri:

Em um sentido mais geral, a multidão desafia qualquer representação por se tratar de uma multiplicidade incomensurável. O povo é sempre representado como unidade, ao passo que a multidão não é representável, ela apresenta sua face monstruosa vis-à-vis os racionalismos teleológicos e transcendentais da modernidade. Ao contrário do conceito de povo, o conceito de multidão é de uma multiplicidade singular, um universal concreto. O povo constitui um corpo social; a multidão não, porque a multidão é a carne da vida (NEGRI, 2004, p.17).

Isso posto, percebe-se de imediato a superação operada pelo conceito de multidão frente ao conceito de povo. Como sugere Szaniecki, ocorre uma evolução do conceito de povo, “corpo social representado de maneira transcendente”, para a multidão, “cooperação social

expressa de forma imanente”, passando “de uma unidade representacional e transcendental abstrata” para “uma multiplicidade cooperativa e imanente concreta” (SZANIECKI, 2007, p.110). Szaniecki resume a passagem do conceito de povo para o conceito de multidão quando se trata de conceber o sujeito revolucionário na sociedade pós-fordista:

Enquanto na modernidade a organização social é garantida pela contratualidade, em que o povo é produto político e estético da representação, é ‘o produto do ato contratual constitutivo da sociedade burguesa’ [HARDT E NEGRI], na pós-modernidade a organização social só é possível através da cooperação, isto é, da produção de subjetividade, política e estética, da multidão (SZANIECKI, 2007, pp.109–110).

Demarcamos alguns aspectos da multidão para distingui-la do *proletariado*, da *classe trabalhadora* e do povo — oponentes conceituais da multidão em termos político filosóficos, mas que na *práxis* social se fazem indispensáveis às lutas multitudinárias, vez que *povo* e *classe trabalhadora* também podem conformar e se expressar enquanto multidão.

Falta dizer que a multidão também não sucumbe perante a uniformidade indissociável e intrínseca ao conceito de *massas* que decorre da força homogeneizante do mercado, sob o prisma do consumo. A multidão, de outro modo, preserva as diferenças singulares, as subjetividades, as identidades em fluxo contínuo e os múltiplos desejos que, quando confluem no comum, revelam-na como potência constituinte frente ao poder instituído. Como sustentam os autores da obra de grande fôlego sobre a denominada multidão, “a

essência das massas é a indiferença: todas as diferenças são submersas e afogadas nas massas”; se por um lado as *massas* apresentam uma tonalidade única, por outro “a multidão é multicolorida” (HARDT E NEGRI, 2005, p.13).

Acrescente-se que as *massas* sempre denotam algum nível de hierarquia, direção, uma instância superior. Alguém sempre precisa preparar a massa, moldá-la a seu modo, para que fique adequada à persecução de um objetivo descrito numa receita ou fórmula previamente estabelecida, isso vale para a culinária, para a construção civil, mas também para a filosofia política. A multidão, por sua vez, designa um sujeito social ativo que, diferentemente da passividade das massas que sempre devem ser dirigidas, “age com base naquilo que as singularidades têm em comum” (HARDT E NEGRI, 2005, p.140). Trata-se, portanto, de um “sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que tem em comum” (HARDT E NEGRI, 2005, p.140). Ainda sobre o conceito de massa, diz Negri:

Também o conceito de massa (como multiplicação indefinida dos indivíduos) é um conceito de medida, e mais ainda, foi construído pela política econômica do trabalho com esta finalidade. Nesse sentido, a massa é o correlato do capital — assim como o povo é o correlato da soberania (NEGRI, 2004, p.16).

Hardt e Negri entendem ainda que a multidão também pode ser encarada como uma rede, em que “todas as diferenças podem ser expressas livres e igualmente, uma rede que proporciona os meios da convergência para que possamos trabalhar e viver em comum” (HARDT E NEGRI, 2005, p.12), sem estar subordinada ao comando do

Estado-capital. Os autores dizem que “o desafio apresentado pelo conceito de multidão consiste em fazer com que uma multiplicidade social seja capaz de se comunicar e agir em comum, ao mesmo tempo em que se mantém internamente diferente” (HARDT E NEGRI, 2005, p.12). Antes de lamentarem o papel desempenhado pela diferença e pela alteridade na condição pós-moderna contemporânea, Hardt e Negri, bem como todos(as) aqueles(as) que apostam na multidão como sujeito político capaz de enfrentar o Império partem da potência das múltiplas singularidades que se expressam na produção do comum e que não se reduzem ao Uno.

Nesse sentido, também vale citar Santos, o qual apostava na construção de um outro mundo possível mediante uma “globalização mais humana” sob as mesmas “bases técnicas que o capitalismo se apoia quando colocadas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos”, destacando para tanto, também, a enorme mistura de povos, raças, culturas (“sociodiversidade”) e a “mistura de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu”, propiciada pelos progressos da informação (SANTOS, 2012, p.21).

Cabe reconhecer, entretanto, que a construção imanente de um projeto emancipatório demanda muito mais do que a defesa e a construção do comum como segunda via frente ao público-privado em simbiose neoliberal expressa na fórmula Estado-capital. Ou seja, importa questionar como a multiplicidade de singularidades encarnadas na multidão é capaz de convergir num horizonte estratégico, preservando e fazendo das diferenças internas o substrato que lhe confere potência ante a força homogeneizadora do Estado. Uma coisa é certa: é na metrópole contemporânea, a nova fábrica de produção biopolítica capitalista, onde têm sido travados os conflitos mais interessantes da multidão contra o Estado-capital e contra o Império.

A METRÓPOLE BIOPOTENTE

Nos marcos do capitalismo pós-fordista, tendo a produção rompido os domínios da fábrica, o próprio espaço urbano se coloca como terreno privilegiado à produção de riqueza material e imaterial, de modo que a metrópole, ou a forma metropolitana, contraditoriamente, oferece as melhores condições para a expressão da biopotência da multidão na constituição do comum urbano.

Em nossa era de produção biopolítica e capitalismo cognitivo, algumas das forças produtivas centrais, como aquelas que trabalham com ideias, afetos, códigos, comunicação e afins, não estão concentradas em fábricas, mas sim espalhadas pelo terreno social. De fato, a metrópole é o lugar privilegiado onde essas forças residem e interagem (HARDT E NEGRI, 2014, p.103).

Os autores da trilogia *Império*, *Multidão* e *Commonwealth* consideram a metrópole como o “locus primário da produção biopolítica” (HARDT E NEGRI, 2009, p.244) e, dessa maneira, também vislumbram a metrópole contemporânea como “o esqueleto e a espinha dorsal da multidão, ambiente construído que apoia sua atividade e o ambiente social” (HARDT E NEGRI, 2009, p.249). A metrópole seria assim uma enorme reserva do comum, o que a torna ambiente privilegiado para ação política anticapitalista; em suma, na máxima lançada por Hardt e Negri, “a metrópole seria hoje para a multidão o que a fábrica foi para a classe trabalhadora industrial” (HARDT E NEGRI, 2009, p.250).

Hoje a metrópole, sede do poder político e econômico, concentra tudo o que faz a sociedade: população, meios de produção, serviços, comunicação, tecnologias, administração pública, saúde, educação,

cultura, lazer. Logo, é na metrópole, grande laboratório das forças sociais, que aparece com maior nitidez a própria essência da sociedade e, mais especificamente, do Estado capitalista contemporâneo imperial.

Ana Fani Carlos também relaciona a maior importância do papel exercido pela metrópole na acumulação capitalista contemporânea com a passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro, nestes termos:

O espaço ganha, hoje, um sentido diverso dos movimentos anteriores da história de sua produção. No quadro do processo de mundialização, que delinea a relação global/local, redefine-se o papel da metrópole como mediação necessária desse processo, o que vai determinar um novo papel do espaço na reprodução do capital. Como exigência do seu desenvolvimento, esse comportamento realiza-se no movimento de passagem da hegemonia do capital produtivo industrial para o capital financeiro, através da reprodução do espaço urbano, sob novas modalidades, articuladas ao plano mundial. Isto é, a reprodução do espaço urbano da metrópole expõe o momento em que o capital financeiro se realiza através dessa reprodução, produzindo um “novo espaço” sob a forma de “produto imobiliário” que aponta uma mudança na aplicação do capital-dinheiro acumulado do setor produtivo industrial em direção ao setor imobiliário, o que exige uma fluidez avassaladora (CARLOS, 2015, pp.25–26).

- 98 Inegavelmente, a afirmação do capitalismo financeiro global é acompanhada pela acentuação da centralização do capital na metrópole, impondo a ela uma determinada configuração espacial (CARLOS, 2015). Tal característica faz da metrópole, como condição geral de produção, o cenário peculiar das contradições próprias do capitalismo: centro

e periferia, luxo e miséria, moderno e antigo, legal e ilegal, acessibilidade e exclusão, tudo isso “convivendo” no mesmo espaço metropolitano, forma estendida como condição planetária geral. A própria natureza desses antagonismos da vida metropolitana é essencial para explicar a emergência dos movimentos sociais urbanos em embate com o Estado-capital, provedor das condições necessárias à reprodução dos(as) trabalhadores(as) na cidade.

É interessante notar como a configuração da cidade, em tese, indica a organização da população em torno de uma vida comunitária — casas próximas umas das outras, espaços de convivência, equipamentos sociais compartilhados, sistema público de comunicação e transporte, enfim, a produção do comum urbano. Entretanto, o que sobressai, contemporaneamente, é o espaço esmigalhado vendido aos pedaços, a segregação social e racial, o isolamento e o atolicismo.

Isso, evidentemente, não retira da metrópole suas possibilidades emancipatórias, pois, dentre outras inúmeras razões, a metrópole concentra no mesmo território a multidão que produz o comum, o fluxo de informações, a produção artístico-cultural, os avanços tecnológicos etc. Em outras palavras, a metrópole agregou no tempo e no espaço as condições objetivas e subjetivas para a ruptura com o domínio biopolítico exercido pelo poder instituído nos marcos do capitalismo pós-fordista. Como sustentam Hardt e Negri,

A metropolização do mundo não significa necessariamente apenas a generalização de estruturas de hierarquia e exploração, pode também significar a generalização da rebelião e, assim, possivelmente, o crescimento das redes de cooperação e comunicação, a intensidade crescente do comum e encontros entre singularidades. É aí que a multidão está achando seu lar (HARDT E NEGRI, 2009, p.260).

Inegavelmente as *manifestações de junho de 2013* no Brasil colocaram aos movimentos sociais e aos partidos ditos de esquerda a necessidade de aprofundar a compreensão dos mecanismos de produção e reprodução do espaço urbano, bem como a atuação dos agentes políticos e financeiros nesse campo. As rebeliões, deflagradas sobretudo pela multidão metropolitana, tiveram como pano de fundo a agudização da crise urbana, no entanto as forças políticas da chamada esquerda instituída ainda estão longe de compreender as complexidades próprias do fenômeno urbano fora do prisma estreito da contradição capital-trabalho, bem como reconhecer o papel desempenhado pela metrópole nos marcos do capitalismo global pós-fordista.

Mais do que isso, podemos afirmar que a cidade nem sempre fez parte da análise da teoria revolucionária que, tradicionalmente, priorizou a luta operária e camponesa (MARICATO, 1988). Dessa forma, restou prejudicado um olhar específico e compreensivo sobre a questão urbana, de modo integrado com o desenvolvimento do capitalismo neoliberal globalizado, que pudesse permitir a construção de uma teoria das lutas urbanas. As mobilizações de *junho de 2013*, nesse sentido, têm muito a ensinar às forças de esquerda.

Mas, no Brasil é impossível dissociar as principais razões, objetivas e subjetivas desses protestos, da condição das cidades. Essa mesma cidade que é ignorada por uma esquerda que não consegue ver ali a luta de classes e por uma direita que aposta tudo na especulação imobiliária e no assalto ao orçamento público (MARICATO, 2013, p.19).

Também é evidente que compreender as contradições próprias da lógica de apropriação do espaço, sob os marcos do neoliberalismo,

do planejamento estratégico e da cidade-empresa, é pressuposto para a compreensão da crise urbana, razão última das mobilizações multitudinárias de 2013. Cabe, assim, aprofundar a análise crítica e apreender certas categorias que caracterizam a cidade neoliberal das parcerias público-privadas, marcada por um modelo de gestão empresarial do espaço e do planejamento urbano, tais como: cidade global, planejamento estratégico, urbanismo *ad hoc*, grande projeto urbano, *market-friendly*, gentrificação/revitalização etc.

[...] o neoliberalismo transformou as regras do jogo político. A governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais (HARVEY, 2013, p.32).

A CIDADE NEOLIBERAL DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Enquanto ligada às forças produtivas, e sendo ela própria força produtiva, a cidade é a sede do econômico e de sua monstruosa potência. Nela, no curso da história (a sua), o valor de troca venceu lentamente o valor de uso; esta luta se inscreveu sobre as muralhas das cidades, sobre os edifícios, nas ruas; as cidades trazem seu vestígio, testemunham-na.

Henri Lefebvre

No contexto da sociedade pós-fordista, de capitalismo global financeiro, cognitivo e imaterial, o capital assume sua forma mais dinâmica e flexível, o que se traduz no âmbito da produção do espaço urbano no chamado *planejamento estratégico*. Nesse sentido, é importante analisar criticamente a cidade neoliberal, seu modelo de gestão empresarial do espaço e o planejamento urbano, buscando compreender as categorias que a caracterizam.

Não é nenhuma novidade o fenômeno da transposição da lógica empresarial de gerenciamento para o planejamento e gestão das cidades, sustentada como uma exigência incontornável face às condições impostas para se alcançar competitividade no mundo globalizado. Desde a década de 1990, autores como David Harvey, Otília Arantes e Carlos Vainer situam o tema do *empreendedorismo urbano* no centro da *questão urbana*.

Dentro do paradigma do *empreendedorismo urbano*, as cidades são governadas como se fossem empresas, em permanente competição umas com as outras para atrair capitais e investimentos na economia global. Estando as cidades submetidas aos mesmos desafios colocados às empresas, caberia aos governos municipais adotarem um *planejamento estratégico*³ inspirado em conceitos e técnicas que são próprios do planejamento empresarial. Daí a pertinência do conceito de *cidade-empresa* para caracterizar esse padrão de “desenvolvimento” urbano sob a égide do neoliberalismo e da globalização financeira.

3 Sobre a caracterização do *planejamento estratégico* no contexto de realização dos megaeventos esportivos no Brasil, a obra *O Jogo Continua: Megaeventos Esportivos e Cidades* trouxe importantes contribuições ao debate (MASCARENHAS et. al., 2011).

Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado (VAINER, 2012, p.86).

A produção do espaço urbano dentro do *planejamento estratégico* é sobretudo orientada pelos imperativos da eficiência, metas, resultados, autonomia local, vantagens econômicas, *marketing* de cidade, parceria público-privada etc. Esse modelo de gestão, que sucedeu ao planejamento moderno racionalista, funcionalista e rígido, corresponde ao ditame neoliberal de fortalecimento do *poder local* em oposição à ação centralizada e normativa do Estado nacional. Nessa esteira, Harvey relacionou “a capacidade declinante do Estado-Nação de controlar os fluxos financeiros das empresas multinacionais” (HARVEY, 2006, p.168) com o fortalecimento do *poder local*, o que, a um só tempo, dilui a centralidade do Estado e permite a negociação direta entre o capital financeiro internacional e os governos locais.

Desse arranjo, decorre o papel central das *parcerias público-privadas* que sustentam esse novo *empreendedorismo urbano*, garantindo a oferta de infraestrutura e a assunção dos riscos dos investimentos pelo setor público. Como bem resume Harvey:

[...] a atividade da parceria público-privada é empreendedora, pois, na execução e no projeto, é especulativa e, portanto, sujeita a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo, ao contrário do desenvolvimento racionalmente planejado e coordenado.

Em muitos casos isso significou que o setor público assumiu o risco, e o setor privado ficou com os benefícios, ainda que haja exemplos onde isso não ocorreu [...] (HARVEY, 2006, p.173).

A parceria público-privada é, por assim dizer, a coluna vertebral do *planejamento estratégico*. Ela é instrumento que, como disseram os próprios missionários do gerenciamento empresarial da cidade, deve ser “pactuado entre os principais atores públicos e privados” (CASTELLS E BORJA, 1996, p.157). É a parceria do poder público com os agentes privados que resguardará o atendimento dos interesses do mercado na formulação do planejamento e na tomada de decisões que dizem respeito às intervenções estruturantes no espaço.

Por outro lado, a gestão empresarial da cidade, pactuada pelo setor público com os *principais* atores privados, precisa ser “aceita” pelo conjunto da população, o que também coloca a formulação de uma imagem positiva de cidade — *city marketing* — como imperativo de primeira ordem, não apenas no âmbito exterior (para a atração de investimentos), mas também para a construção de um *consenso* interno e formação do chamado “patriotismo cívico”, indispensável à “crença [coletiva] no futuro da urbe” (CASTELLS E BORJA, 1996, p.160). Como afirma Arantes:

E como o planejamento estratégico é antes de tudo um empreendimento de comunicação, compreende-se que tal âncora identitária recaia de preferência na grande quermesse da chamada animação cultural. [...] o que está assim em promoção é um produto inédito, a saber, a própria cidade, que não se vende como disse, se não se fizer acompanhar por uma adequada política de *image-making* (ARANTES, 2012, pp.16–17).

Em síntese, a *cidade-empresa* estrategicamente planejada conforme os ditames do mercado tem como pressuposto a *autonomia* e o fortalecimento do *poder local* que concebe e executa as intervenções espaciais em parceria fina com os agentes privados, capaz de gerar respostas competitivas frente à economia global e, ao mesmo tempo, buscar a aceitação passiva dos munícipes por meio de uma imagem positiva e forte de cidade. Não podia ser diferente, posto que toda grande empresa precisa ter uma boa marca. Em Belo Horizonte, o melhor exemplo desse apelo imagético que visa a estimular o chamado “patriotismo cívico” é a peça publicitária amplamente difundida em adesivos, camisas e nos mais diversos produtos e serviços sob a insígnia “eu amo BH radicalmente”.

A *cidade-empresa* precisa garantir as condições de infraestrutura e prestação de serviços, mas também as condições normativas e institucionais necessárias à realização célere, eficiente e rentável dos capitais imbricados na produção e/ou requalificação do espaço urbano. Dessa maneira, o dirigismo estatal e a normatização rígida da cidade, características do planejamento moderno racionalista e funcional, com usos e padrões construtivos bem definidos na legislação a partir do zoneamento, colocam-se como obstáculos ao modelo de gerenciamento empresarial do espaço urbano. Nas palavras de Vainer, “na empresa reina o pragmatismo, o realismo, o sentido prático; e a produtivização é a única lei” (VAINER, 2012, p.91), assim “descartemos o plano diretor e o zoneamento por sua rigidez e constrangimentos ao mercado” (VAINER, 2013, p.38).

Dessa crítica não decorre nenhum saudosismo ao planejamento estatal rígido e funcionalista, mas sim a constatação das mutações operadas no planejamento urbano nos marcos do neoliberalismo que expressam, em última instância, a impossibilidade de o Estado,

em simbiose com o capital, responder à problemática urbana orientado pela efetividade da função social da cidade e pela garantia da gestão democrática. A produção da cidade é, de fato, na atualidade, “um grande negócio” (MARICATO, 1988), contudo nem o Estado-planejador de outrora, nem o Estado-capital promotor das *parcerias público-privadas* são depositários de nossa confiança para qualquer mudança desse quadro.

De qualquer modo, cumpre observar que, dentro do *planejamento estratégico*, não há mais lei urbana que se sustente frente aos interesses econômicos dos *parceiros privados* envolvidos na produção da cidade. Tudo é passível de ser flexibilizado, excepcionado ou mesmo violado (e depois compensado), sejam áreas ambientalmente protegidas ou zonas destinadas apenas ao uso residencial, todas as regras urbanísticas podem ser transpostas, paradoxalmente, dentro da estrita legalidade — como na hipótese das operações urbanas consorciadas. Esse é o pano de fundo que subjaz à chamada “cidade de exceção”, em que o excepcional é instituído como regra na produção do espaço urbano para assegurar flexibilidade e agilidade aos processos decisórios que afetem os interesses do capital, a despeito da normatização burocrático-institucional.

Nesse contexto, sem dúvida alguma, as operações urbanas consorciadas, modalidade de parceria público-privada aplicada ao planejamento urbano muito recorrente na atualidade, a exemplo da OUC Nova BH, são o instrumento de política urbana que melhor traduz o paradigma da *cidade-empresa* e, conseqüentemente, o agravamento da segregação socioespacial urbana.

O INSTRUMENTO OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA

A reforma urbana, que resgataria o solo das servidões devidas à propriedade privada (e por conseguinte da especulação), já tem um alcance revolucionário.

Henri Lefebvre

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº. 10.257/2001) é considerado pelos movimentos e entidades que integram o Fórum Nacional de Reforma Urbana um importante marco normativo com vistas à efetivação da função social da cidade. Apesar de reconhecermos a relevância da nova ordem urbanística inaugurada pelo Estatuto da Cidade, importa analisá-lo criticamente, especialmente considerando o papel desempenhado, na prática, por determinados instrumentos do *planejamento estratégico* ali disciplinados, como é o caso das operações urbanas consorciadas, que parecem agravar a segregação socioespacial urbana e a lógica de financeirização do espaço. Na prática, as operações urbanas têm assumido prioridade em relação aos instrumentos de política urbana que são condizentes ao ideário da reforma urbana, como os compulsórios, IPTU progressivo, desapropriação sanção, as ZEIS vazias e outros também disciplinados pelo Estatuto da Cidade⁴.

A preferência no uso das operações urbanas é frequentemente justificada pelo argumento de que a maior parte de nossas cidades

107

⁴ Uma relevante pesquisa acerca da efetividade dos Planos Diretores municipais e da regulamentação/aplicação dos instrumentos de política urbana previstos no Estatuto da Cidade pode ser encontrada

estaria imobilizada desde um ponto de vista financeiro. A utilização do instrumento se apoia, basicamente, em quatro justificativas: 1) carência de recursos públicos para a realização de transformações urbanas; 2) a convicção de que as inversões públicas geram uma valorização imobiliária que poderia ser capturada pela municipalidade; 3) a flexibilização das formas de controle do uso e ocupação do solo seria uma “moeda de troca” utilizada pela municipalidade; e, por último, 4) a crítica às estratégias atuais de controle do uso e ocupação do solo derivadas de sua incapacidade de captar as singularidades de cada território. Entretanto, a aplicação disseminada das operações urbanas demonstra que as intervenções geradas têm promovido processos de valorização imobiliária concentradores e excludentes (Fix, 2001).

Em síntese, as operações urbanas consorciadas são *parcerias público-privadas* na execução do planejamento urbano que permitem excepcionar a legislação aplicável até então para fins de promover intervenções estruturais, por vezes financiadas com a arrecadação de recursos junto ao setor privado que, por seu turno, é beneficiado com a flexibilização de parâmetros urbanísticos. As operações urbanas são aprovadas por lei específica e deveriam garantir a participação popular, tal como dispõem o artigo 32 e seguintes do Estatuto da Cidade:

Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área trans-

formações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental (Lei Federal n.º 10.257/2001, art.32, § 1.º).

Estamos diante de um instrumento de política urbana que permite excepcionar todo o ordenamento urbanístico, como lei de uso e ocupação do solo ou plano diretor — os quais passaram, ao menos em tese, pelo crivo da participação popular —, para alterar usos, coeficientes e padrões construtivos, ou seja, é a lei autorizando o desrespeito à própria lei e, via de consequência, consolidar a prática da exceção como regra.

Em verdade, desconheço alguma experiência no país em que o instrumento operação urbana consorciada tenha efetivamente alcançado suas finalidades legais, à luz dos princípios que informam o capítulo de política urbana da Constituição da República (arts.182 e 183) e a Lei Federal n.º 10.257/01 (art.2º). Antes pelo contrário, o que se nota nas operações urbanas (até então conhecidas) é o agravamento da desigualdade na distribuição das mais-valias urbanas mediante a concentração de investimentos em áreas socialmente privilegiadas, reproduzindo a hierarquização dos lugares no espaço metropolitano, o favorecimento de interesses imobiliários especulativos com a acentuação da valorização imobiliária (pressuposto para o êxito das OUC) e a segregação socioespacial com a remoção direta e indireta de famílias.

A respeito das razões de fundo que subjazem à atuação do Estado no tocante às operações urbanas, diz Carlos:

É assim que, para restabelecer as condições do crescimento, é necessário criar mecanismos que minimizem a situação que transforma o espaço em raridade sem, todavia, questionar a existência da propriedade privada do solo urbano (ao contrário permitindo sua reprodução), o que vai se realizar com a intervenção do Estado no espaço. Isso porque

só ele tem o poder de atuar no conjunto do espaço metropolitano, transformando áreas públicas, redirecionando investimentos, construindo infraestrutura, metamorfoseando as funções, criando formas de intervenção, transformando usos, redistribuindo os habitantes, através das políticas urbanas (como o mecanismo das operações urbanas) etc. A criação de mecanismos capazes de liberar área construída residencial para o crescimento do setor de serviços em São Paulo, como extensão da antiga área central vai se realizar por meio das operações urbanas, coordenadas pela Prefeitura, em parcerias com o setor privado (como as Operações Urbanas Faria Lima e Água Espraiada) (CARLOS, 2015, p.30).

Fix (2001), por sua vez, aponta como os fundos públicos arrecadados por meio da venda dos Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACs), títulos financeiros que podem ser emitidos pelo município nas operações urbanas consorciadas⁵, são revertidos em favor do próprio setor privado através da reinversão desses recursos na área da própria operação urbana. O que se observa é que o plano urbanístico da operação funciona como um pacto prévio entre o mercado e o poder público municipal, visando a assegurar que as intervenções com os recursos da operação sejam feitas prioritariamente conforme os interesses dos agentes privados parceiros, enquanto o restante da cidade se converte cada vez mais pobre.

110 Inegavelmente, o instrumento institucionaliza e legitima a especulação imobiliária como elemento motivador da renovação urbana da cidade. O desenho da cidade se subordina ao interesse do mercado, pois o meio para se alcançar ditas transformações é justamente a valorização do solo urbano e o reforço da propriedade privada,

⁵ O art.34 do Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257/2001) dispõe acerca dos CEPACs.

gerando um ciclo vicioso e uma crescente subordinação da política urbana ante os interesses privados dos proprietários de terras, agentes imobiliários e grandes construtoras.

No campo da produção teórica que serve de substrato à atuação institucional no manuseio das operações urbanas consorciadas, vale destacar a obra *Operações Urbanas, Anais do Seminário Brasil-França*, organizada e publicada pelo Ministério das Cidades, contendo as exposições apresentadas no seminário em questão, realizado em Belo Horizonte, no ano de 2008. É interessante notar, na maioria dos textos ali publicados, uma exaltação do instrumento como garantidor do desenvolvimento urbano e da requalificação nos usos e paisagens da cidade, notadamente por via da atração de investimentos privados. Entretanto, a suposta neutralidade do discurso deixa escapar, por vezes, a matriz ideológica que subjaz às operações urbanas, como, por exemplo, no texto introdutório da obra em questão que, ao comparar as operações urbanas com as *Zonas de Ocupações Concertadas* – ZACs (instrumento de planejamento urbano francês que inspirou as operações urbanas no Brasil), afirma:

Contudo, se as ZACs francesas pressupunham uma maior interferência do Estado no desenvolvimento urbano, por meio de ações diretas de urbanização, de mobilização e de recuperação da valorização imobiliária à coletividade, fazendo com que o capital privado ficasse submetido aos interesses e prioridades públicos. No Brasil, as Operações Urbanas surgiram em outra linha de atuação, mais vincu- 111
ladas à negociação de exceções à legislação urbana pelo Estado, por meio do mecanismo do Solo Criado, para a obtenção de recursos pelo Poder Público para ações de desenvolvimento urbano (BRASIL, Ministério das Cidades. 2009, p.11).

Não se trata de citação extraída das publicações do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento ou outro organismo multilateral prolator do *planejamento estratégico*, mas sim excerto de texto formulado pelo próprio Ministério das Cidades que revela, por si só, a abordagem do urbanismo neoliberal ao qual corresponde a farta utilização do instrumento das operações urbanas consorciadas. Entretanto, não faltam trabalhos e pesquisas que “buscam contrapor as discussões sobre as exclusões socioterritoriais geradas pelos modelos conhecidos de implantação das parcerias entre Poder Público e investidores privados” (MONTEIRO, 2014, p.29), como, por exemplo, intentou a arquiteta Lívia de Oliveira Monteiro, a qual fez parte da equipe técnica dentro da administração municipal de Belo Horizonte responsável pela elaboração da OUC ACLO⁶.

A pesquisadora em questão, a despeito das experiências desastrosas de aplicação do instrumento no tocante ao agravamento das desigualdades socioterritoriais, sustenta que as intervenções efetivadas pelas operações urbanas “podem ser capazes de sanar — ou diminuir — deficiências profundas no meio urbano e ampliar a condição de acesso da população a espaços centrais e, por conseguinte, aos serviços urbanos” (MONTEIRO, 2014, p.31), como se fosse concebível um instrumento de política urbana “capaz de se adequar tanto ao ideário da reforma urbana quanto aos interesses daqueles agentes que buscam formas de viabilizar a cidade-mercadoria” (COTA, 2010, p.382 *apud* MONTEIRO, 2014, p.29). Trata-se de uma obviedade, mas se faz necessário registrar que o ideário da reforma urbana é inconciliável com os propósitos da cidade-empresa encarnada sob o mantra do urbanismo neoliberal.

Penso que as resistências contra grandes projetos urbanos de tipo neoliberal via parcerias público-privadas, seja na forma de OUC ou não, assim como tem sido a resistência das ocupações da Izidora em Belo Horizonte, do Movimento Ocupe Estelita em defesa do cais do Recife ou do Parque Augusta contra a destruição do último remanescente de Mata Atlântica no centro de São Paulo, dentre inúmeras outras resistências biopotentes, conformam uma importante trincheira na ação política dos movimentos multitudinários em defesa e pela constituição do comum urbano.

Se, por um lado, “o porvir da humanidade parece inseparável do devir urbano” (GUATTARI, 1992, p.170), por outro, os projetos contra os quais essas resistências se opõem encarnam perfeitamente o paradigma da *cidade-empresa*, orientada pelo *planejamento estratégico*, arquétipo contemporâneo da metrópole pós-fordista, contra o qual a multidão se rebela.

Antes de dedicar um capítulo sobre o comum que, se, de um lado, está ameaçado pela disseminação das parcerias público-privadas no contexto do urbanismo neoliberal, de outro, se abre como possibilidade para a produção de resistências positivas e novas subjetividades no seio da metrópole biopolítica, cabe um excursão sobre a derrota da OUC Nova BH, sucumbida perante a potente resistência em rede da multidão belorizontina.

EXCURSO DA OUC NOVA BH

Meu interesse em pesquisar a operação urbana consorciada Nova BH veio da minha atuação como ativista nos espaços de mobilização política e construção coletiva de um pensamento crítico, em oposição à governabilidade empresarial e antidemocrática de Belo Horizonte, tão marcante nas administrações do ex-prefeito Márcio Lacerda. Em diferentes momentos da militância, me deparei com grandes projetos urbanos arquitetados como operações urbanas (nenhuma delas efetivada até hoje, oxalá!), seja como membro das Brigadas Populares, seja como advogado popular vinculado ao Coletivo Margarida Alves de Assessoria Jurídica, ou, ainda, como pesquisador do Pólos de Cidadania, programa de pesquisa e extensão da UFMG.

Como brigadista, atuei em 2005 na ocupação do Novo Lajedo, na região norte de Belo Horizonte, onde soubemos do intento de uma

operação urbana na região do Isidoro, já aprovada em lei, prevista para ocorrer no último grande remanescente verde da cidade, equivalente à área compreendida pela Avenida do Contorno. O Novo Lajedo, comunidade com milhares de famílias que ainda se encontram em situação de insegurança da posse e carência de infraestrutura e serviços urbanos básicos, é limítrofe à Mata do Isidoro, na qual ocorreu o maior conflito fundiário urbano do estado de Minas Gerais a partir de 2013, quicá do Brasil, envolvendo três grandes ocupações de sem-teto: Rosa Leão, Vitória e Esperança, autodenominadas como ocupações da Izidora, em resgate ao nome original que constou nos mapas da cidade até a década de 1930. Nessa área também está situada a comunidade Mangueiras, comunidade quilombola (devidamente certificada) de Belo Horizonte, cuja existência foi

simplesmente ignorada nos estudos iniciais da operação urbana do Isidoro apresentados pela Prefeitura.

Como pesquisador do Núcleo de Direito à Cidade do Programa Pólos de Cidadania da UFMG, também atuei na Vila Acaba Mundo, uma das favelas mais antigas da cidade, marcada por recorrentes conflitos fundiários dada sua localização privilegiada. A partir do trabalho na Vila Acaba Mundo, participei do Movimento Pró Parque, formado por várias associações comunitárias, inclusive a associação de moradores da vila, com objetivo de defender a criação de um parque na área da Mineração Lagoa Seca, localizada logo atrás do morro do Acaba Mundo, bem como denunciar e mobilizar a sociedade contra a proposta de construção de um megaempreendimento imobiliário na região imediata da Serra do Curral. As construtoras interessadas intentam

aprovar, junto ao Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM, a revisão das condicionantes da licença ambiental concedida para fins de exploração mineral para viabilizar a realização do empreendimento imobiliário que seria feito por meio de operação urbana consorciada, segundo anunciado pelas próprias empresas em vasta campanha publicitária a respeito dele (Parque Burle Marx) antes mesmo de apresentarem qualquer projeto de licenciamento.

Ainda como pesquisador do Pólos, participei também de reuniões na Vila Santa Isabel para acompanhar discussão a respeito de possível operação urbana que afetaria a mencionada comunidade, até então demarcada como ZEIS no zoneamento da cidade. A municipalidade pretendia à época viabilizar empreendimento imobiliário de luxo no local onde atualmente se encontra a Vila Santa

Isabel, consolidada em região extremamente valorizada, no alto da Avenida Afonso Pena. Nesse caso, seria utilizada uma resolução aprovada pelo Conselho Municipal de Habitação, em 2011, que permite a realização de operações urbanas em áreas afetadas como ZEIS (sic). Mais uma vez, pretendia-se lançar mão do instrumento da operação urbana como forma de excepcionar a legislação urbanística em vigor, no caso para viabilizar empreendimento imobiliário de alto padrão com a remoção de comunidade protegida por ZEIS, com objetivo de atender aos interesses da indústria imobiliária.

A última situação desse histórico ativista apta a demonstrar meu interesse nas operações urbanas consorciadas diz respeito à própria OUC Nova BH. Nessa operação estava prevista a construção do empreendimento divulgado à época, isso em 2012, como Complexo Andradas, o qual supostamente seria o maior prédio da América Latina (85 andares!). Em consequência desse

megaempreendimento de uso misto, estaria prevista a remoção da Vila Dias, favela do tradicional bairro de Santa Tereza, segundo entrevista concedida à época ao *Jornal Estado de Minas* pelo então Secretário Municipal de Planejamento. Assim, como morador do entorno, passei a integrar em 2012 o Grupo de Referência Local (GRL) formado, conforme prevê a legislação municipal, para acompanhar a elaboração do Plano Global Específico (PGE) da Vila Dias, instrumento de política urbana para fins de “regularização fundiária” que considero a antessala da remoção de assentamentos informais em Belo Horizonte. Desconheço algum PGE de vilas e favelas elaborado pela Prefeitura que não tenha previsto remoção injustificada de famílias pobres.

Nesse período, como morador da região e contrário ao polêmico Complexo Andradas (fig.3), passei a acompanhar o Grupo de Pesquisa Indisciplinar, sediado na Escola de Arquitetura da UFMG, o qual havia começado a investigar a OUC Nova

Figura 3: Imagem ilustrativa do Complexo Andradas, divulgada pelo escritório Farkasvölgyi.



BH muito antes de ela vir a público. Vale observar que o projeto do Complexo Andradas foi anunciado em área localizada dentro da mancha da operação urbana e somente seria realizável com a flexibilização dos parâmetros urbanísticos vislumbrada no pacote da OUC Nova BH.

A Nova BH foi anunciada publicamente pelo governo municipal somente no mês de outubro de 2013, tendo sido concebida e arquitetada a portas fechadas, entre agentes públicos municipais e as empresas interessadas na operação. A sonegação de informações por parte do poder público municipal visava a impedir o dissenso, ou seja, obstar questionamentos, críticas e resistências para garantir a realização do megaprojeto a despeito dos interesses da população e do princípio da gestão democrática das cidades. A OUC Nova BH seria a maior operação urbana consorciada da história da cidade e abarcava os eixos dos corredores das avenidas Antônio Carlos/Pedro I somados aos corredores das

avenidas Andradas, Tereza Cristina e Via expressa, abrangendo toda a extensão do vale do Arrudas (eixo leste-oeste), mancha essa que foi pouco alterada pela OUC ACLO, a qual substituiu a OUC Nova BH. A preparação do projeto da Nova BH foi conduzida, desde 2011, pelo então Secretário Adjunto de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o economista Marcello Faulhaber que, antes de vir compor o Governo Márcio Lacerda, dizem que por indicação do senador Aécio Neves, foi o coordenador do programa de governo do atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes⁷. Antes disso, ainda em 2010, foi aprovada a Lei Municipal nº. 9.959, que revisou o plano diretor de Belo Horizonte e tratou de demarcar em torno de 30% do território da cidade para

7 Não sem razão, a operação urbana consorciada Porto Maravilha, executada na zona portuária do Rio de Janeiro, foi tida como referência nas campanhas publicitárias da Nova BH.

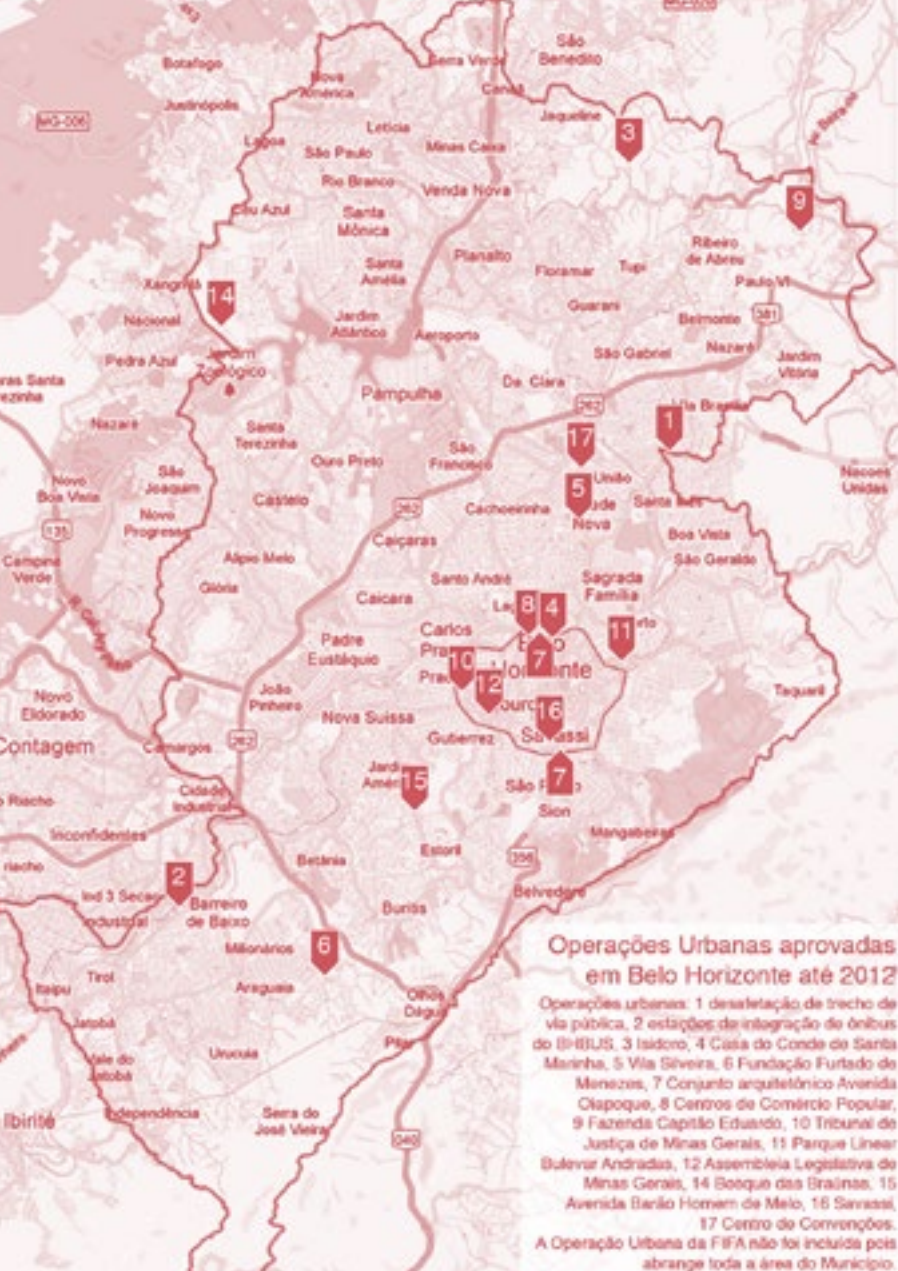
realização de operações urbanas, sobre as áreas da cidade que deveriam ser prioritariamente adensadas: 1) principais corredores viários (ex.: Av. Andradas); 2) entorno dos principais corredores de transporte coletivo (ex.: Av. Antônio Carlos); 3) entorno das estações do BHBus (ex.: Barreiro); e 4) Vetor Norte (fig.5).

Posteriormente, no dia 22 de novembro de 2011 foi publicado o Decreto Municipal nº. 14.657/2011, que regulamentou o procedimento da Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada para participação de interessados na estruturação de projetos de parcerias público-privadas, nas modalidades patrocinada e administrativa, e em projetos de concessão comum de permissão, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo. Um mês depois, em dezembro de 2011, foi publicada no Diário Oficial do Município a “Autorização para Manifestação de Interesse” em favor dos empreendedores Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construtora Barbosa Mello S.A. e

Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A, relativa ao eixo leste-oeste (“Vale do Rio Arrudas”) que, até então, seria objeto de operação urbana consorciada separada do eixo das avenidas Pedro I e Antônio Carlos, conforme figura 6.

As referidas construtoras passaram então a preparar, com exclusividade, no âmbito do procedimento de Manifestação de Interesse, os estudos que posteriormente dariam embasamento à operação urbana consorciada Nova BH, especificamente quanto ao eixo leste-oeste, sem qualquer consulta à população.

Cabe constar que, no âmbito administrativo da prefeitura de Belo Horizonte, foram inicialmente desenvolvidos dois planos urbanísticos de forma separada, um primeiro para o corredor prioritário para transporte coletivo (Antônio Carlos/Pedro I) e um segundo que abarcava o eixo leste/oeste (Avenida dos Andradas, Avenida Tereza Cristina e Via Expressa). Esses dois planos foram posteriormente



Operações Urbanas aprovadas em Belo Horizonte até 2012

Operações urbanas: 1 desativação de trecho de via pública, 2 estações de integração de ônibus do BILHUS, 3 Isidoro, 4 Casa do Conde de Santa Marinha, 5 Vila Siveiras, 6 Fundação Furtado de Menezes, 7 Conjunto arquitetônico Avenida Cláudio Cláudio, 8 Centros de Comércio Popular, 9 Fazenda Capitão Eduardo, 10 Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 11 Parque Linear Bulevar Andradas, 12 Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 14 Bosque das Braille, 15 Avenida Barão Homem de Melo, 16 Savassi, 17 Centro de Convenções.

A Operação Urbana da FIFA não foi incluída pois abrange toda a área do Município.

Figura 5: Mapa das Operações Urbanas extraído da monografia de Fernanda Chagas (CHAGAS, 2013).

unificados na operação urbana consorciada Nova BH, que teve seu plano urbanístico, bem como o seu EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança) e EVEF (Estudo de Viabilidade Econômica e Financeira) preparados sem qualquer participação da sociedade, em frontal violação ao princípio legal da gestão democrática da cidade.

Para se ter compreensão da gravidade da conduta adotada pela municipalidade, o plano urbanístico e os estudos da operação urbana consorciada (EIV/EVEF) foram muito tardiamente disponibilizados na internet à população que, antes disso, teve acesso somente às peças publicitárias divulgadas pelo governo municipal. Ora, o planejamento da cidade exige realização pessoal e participação direta da população em seu processo de elaboração (art.29, XII, CR/88), o que demanda, no

mínimo, a realização de debates e audiências com ampla participação e divulgação, nas quais a população tenha efetivo poder decisório.

O Estatuto da Cidade, em seu artigo 2º, II, estabelece que a política urbana segue, dentre outras, a diretriz geral consistente na gestão democrática da cidade por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento em sintonia com os princípios constitucionais do planejamento urbano e a democracia participativa. Nenhum desses preceitos legais foi observado no transcurso da elaboração da OUC Nova BH que, por outro lado, contou com a participação direta dos agentes privados interessados no projeto, a despeito da magnitude dos impactos.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

BELO HORIZONTE

Diário Oficial do Município - DOM

Quarta-feira, 21 de Dezembro de 2011

Ano XVI - Edição N. 3072

Fólio Encurtado

Secretaria Municipal de Governo

AUTORIZAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

O Prefeito de Belo Horizonte, no exercício de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o inciso VII do art. 108 da Lei Orgânica de Belo Horizonte, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 1º da Lei Federal nº 8.007, de 13 de Junho de 2011, Lei nº 9.074 de 27 de Junho de 2008, Lei nº 1.411, de 13 de Junho de 2011, Lei nº 2.001, de 14 de Junho de 2005, anexo ao Manual de Incentivo dos Assessoria Jurisprudencional - Comitamento Analítico, Genesys S.A., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. do Comércio, 8.107, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ nº 07.915.960/04, Comitamento Belo Horizonte Médico S.A., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Portugal, 4.851, Bairro Leopoldo, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ nº 07.17.183.760/0001-01 e Companhia Nordeste Celulosecelulose S.A., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Praia de Itaboraite, 300, 11ª Andar, Bairro Itaboraite, los de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ nº 06.911.231/010001-13, para realizarem a análise de viabilidade econômica, econômico-financeira e jurídica para implantação, revitalização, operação e manutenção da área de especial interesse urbanístico do Vale do Rio Arendá, através de uma Concessão de Concessão ou Permissão Público-Privada.

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2011

Marcelo Azeiteiro de Lacerda
Prefeito de Belo Horizonte

Figura 6: Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, Ano XVII, Edição nº 3972, de 21/12/2011. Destaques não constam no original.

Cabe atentar que, no pacote da Nova BH, também seria viabilizado o projeto de “revitalização” da Lagoinha, tradicional bairro da cidade que passou nas últimas décadas por um processo de intensa degradação acelerada por obras públicas que criaram um emaranhado de alças e viadutos. Os moradores do bairro souberam através da imprensa da publicação de um decreto de desapropriação para a construção de um novo Centro Administrativo pela prefeitura que, diante da organização e pressão dxs moradorxs, agora pretende construí-lo no Centro da cidade, no estacionamento da rodoviária.

Como dito, a população de Belo Horizonte não foi sequer informada sobre a elaboração do plano urbanístico da operação urbana Nova BH que foi construído a portas fechadas, em conluio com os promotores da indústria imobiliária.

A sociedade soube do megaprojeto somente em outubro de 2013, quando o chefe do executivo municipal foi aos principais veículos de imprensa informar sobre a Nova BH. Nos dias que se seguiram, uma “cartilha” com explicações superficiais passou a ser divulgada na página de internet da prefeitura e informativos foram distribuídos pelos principais jornais, contendo bonitas imagens de uma cidade virtual concebida dentro das exigências do city marketing.

Paralelamente à massiva campanha publicitária em torno da Nova BH, a prefeitura convidou “lideranças” da cidade, selecionadas sob critérios desconhecidos, para reuniões com participação restrita (“Este convite é pessoal, intransferível e sujeito à confirmação”), com intuito de “apresentação da Operação Urbana Consorciada” (fig.7).

Figura 7: Convite encaminhado pela prefeitura para “lideranças” da cidade por ela selecionadas.



Prezado(a) Cidadão(a),

A Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada e da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano, convida você para participar da apresentação da Operação Urbana Consorciada nos eixos: Leste – Oeste e Antônio Carlos – Pedro I.

Nesse encontro, a Prefeitura vai apresentar os principais bairros e avenidas que passarão por transformações urbanísticas estruturais, promovendo melhoria social e a valorização ambiental dessas regiões.

Dia: 23 de outubro de 2013 - quarta-feira.

Horário: 19:00h

Local: Auditório da Prefeitura de Belo Horizonte.

Av. Afonso Pena, 1212/1º andar – Centro. (Entrada pela Rua Goiás)

Contamos com a sua participação para que, juntos, possamos fazer uma Belo Horizonte cada dia melhor, construída por todos e para todos. Participe!

Este convite é pessoal, intransferível e sujeito à confirmação.

Confirme sua presença até o dia 21 de outubro, pelo e-mail smagc@pbh.gov.br ou pelo telefone (31) 3277-1011.

Seria impossível a participação efetiva da população sem prévio conhecimento dos diagnósticos e estudos que embasaram a formação da operação urbana que foi divulgada na página institucional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e em encontros cujos participantes foram previamente selecionados. É determinação do art.37, parágrafo único, do Estatuto da Cidade, a publicidade dos documentos integrantes do Estudo de Impacto de Vizinhança, que devem ficar disponíveis para consulta, no órgão competente do poder público municipal, por qualquer interessado, com antecedência razoável à realização dos debates e audiências públicas.

Insta observar que, em setembro de 2013, antes do lançamento oficial da Nova BH, Marcello Faulhaber concedeu palestra no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para as maiores autoridades do mercado imobiliário mineiro, a qual acompanhei infiltrado no evento. Foi durante esse Seminário

Mineiro de Direito Urbanístico, organizado pelo Instituto Brasileiro de Estudos Imobiliários, que o ex-Secretário Adjunto de Planejamento Urbano apresentou a OUC que seria publicizada somente um mês depois pela prefeitura. Na verdade, o Prefeito foi obrigado a vir a público conceder entrevistas na televisão e no rádio para anunciar a Nova BH e dar início à campanha publicitária do projeto, isso logo após uma notícia da operação urbana ter vazado em matéria publicada pelo Jornal O Tempo, a qual foi motivada por uma nota pública que escrevi nas redes sociais sobre o referido evento na OAB-MG e a OUC Nova BH, já contendo algumas irregularidades apuradas pelo Grupo Indisciplinar e encaminhadas ao Ministério Público.

Na dita palestra, Marcello Faulhaber conceituou as operações urbanas consorciadas como um “pacto entre a cidade e o mercado imobiliário” e sustentou que “é um excelente negócio para o mercado, por isso [as operações urbanas consorciadas] são tão bem sucedidas”.

À ocasião do seminário em questão, a população dos 58 bairros que seriam diretamente afetados pela Nova BH ainda não tinha sido sequer informada do projeto antecipadamente detalhado por Marcello Faulhaber aos representantes do mercado imobiliário. Isso ocorreu apesar dos contratos dos estudos da OUC terem sido assinados havia mais de um ano pela prefeitura, de acordo com as publicações no Diário Oficial do Município descobertas pelo Grupo Indisciplinar que estava, desde 2012, cartografando os atos da administração pública em conchavo com as empresas envolvidas na operação.

A notícia dada por Faulhaber empolgou a plateia presente ao seminário organizado pelo Instituto Brasileiro de Estudos Imobiliários. Não sem motivo, pois os títulos mobiliários emitidos nas operações urbanas, os chamados CEPACs⁸, que

permitem a construção de área adicional, valorizaram 105,5% ao ano no projeto da OUC Porto Maravilha, na cidade do Rio de Janeiro, segundo informou o próprio ex-secretário a título exemplificativo. Na OUC Nova BH também estava prevista a realização de leilões⁹ para vender CEPACs e arrecadar fundos no âmbito da operação com a criação de 3,7 milhões de quilômetros quadrados de potencial construtivo adicional.

Outro agravante no antro de irregularidades que acompanhou a condução da Nova BH é o fato de que o governo municipal se furtou do seu dever legal de realizar, no primeiro ano de mandato (em 2013), a Conferência Municipal de Política Urbana (Plano Diretor de BH – Lei Municipal n.º 7.165/1996,

⁹ Ver matéria extraída do Jornal Estado de Minas, Caderno Gerais, publicada em 19/10/2013, disponível em <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/10/19/interna_gerais,461504/pbh-preve-leiloes-para-financiar-obras.shtml>. Acesso em: 02 dez. 2013.

⁸ Certificados de potencial adicional de construção (art.34, lei federal n.º 10.257/2001).

art.82, § 2º), na qual devem ser debatidas as propostas de alteração da lei de uso e ocupação do solo e do plano diretor municipal. Assim, apesar da magnitude dos impactos que seriam gerados na cidade, não houve qualquer abertura para intervenções da população quanto à implementação da OUC Nova BH, nem mesmo nos espaços institucionais de pseudo-participação popular, com poucas possibilidades de efetiva influência da população nos rumos da cidade, como é o caso da Conferência Municipal de Política Urbana.

Diante desse contexto, o Grupo Indisciplinar UFMG preparou, a partir das informações e materiais produzidos em copesquisa cartográfica¹⁰, uma Representação (denúncia), subscrita por arquitets, urbanistas, advogadx e estudantes de graduação, que foi encaminhada em agosto de 2013 à Coordenadoria Estadual das Promotorias de

Justiça de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com a descrição dos fatos apurados que envolviam a OUC Nova BH, a fundamentação jurídica apta a demonstrar a ilegalidade da conduta administrativa e os pedidos de providências pelo Órgão, nos seguintes termos:

Diante do exposto e contando com o papel de defender a lei e os direitos dos cidadãos de Belo Horizonte, vimos requerer:

1 – a apuração dos fatos anteriormente narrados;

2 – a tomada de providências necessárias, tudo partindo dos princípios e preceitos constitucionais e infraconstitucionais anteriormente citados, pedindo venia para sugerir o que se segue:

Tomar as providências cabíveis para que o Município de Belo Horizonte apresente os atos praticados para garantir a participação social na confecção e elaboração da Operação Urbana Consorciada “Antônio Carlos/Pedro I”;

¹⁰ Disponível em: <<http://oucbh.indisciplinar.com/>>.

Tomar as providências cabíveis para que o Município de Belo Horizonte apresente os documentos que instruíram a elaboração da Operação Urbana Consorciada denominada “Antônio Carlos/Pedro I”;

Tomar as providências cabíveis para que o Município de Belo Horizonte apresente os elementos e informações existentes com relação à Operação Urbana Consorciada “Avenida Andradas/Avenida Tereza Cristina/Via Expressa”;

Tomar as providências cabíveis para que o Município de Belo Horizonte apresente os elementos e informações acerca do instrumento “área de especial interesse urbanístico” denominado “Vale do Rio Arrudas”;

Tomar as providências cabíveis para que o Município de Belo Horizonte apresente o valor do contrato celebrado com as empresas citadas na “Autorização para Manifestação de Interesse”;

Tomar as providências cabíveis para que o Município de Belo Horizonte apresente a etapa em

que se encontram os estudos referidos na “Autorização para Manifestação de Interesse”;

Tomar as providências cabíveis para que o Município de Belo Horizonte apresente como estão sendo definidos os parâmetros urbanísticos no âmbito destas operações urbanas consorciadas;

Tomar as providências cabíveis para que o Município de Belo Horizonte apresente se as Operações Urbanas Consorciadas acima foram apresentadas a algum órgão colegiado deliberativo e se houve algum pronunciamento acerca de tais instrumentos;

Tomar as providências cabíveis para que o Município de Belo Horizonte apresente se há ou não integração entre as duas Operações Urbanas Consorciadas noticiadas acima.

Isto posto, é o que a narrar, fundamentar e requerer.

Belo Horizonte, 30 de Agosto de 2013

Atenciosamente,

Anexo à Representação foi encaminhado um vasto rol de documentos, tais como leis, decretos e publicações no Diário Oficial do Município que davam conta dos atos administrativos relativos à preparação escusa da OUC, requerimentos e ofícios de acesso à informação, notícias, artigos, powerpoint com mapas, infográficos, linha do tempo, (anti)cartilha informativa, cartazes das atividades organizadas pelo Indisciplinar e a primorosa monografia de final de curso da arquiteta Fernanda Chagas, produto de copesquisa cartográfica (CHAGAS, 2013). Diante das ilicitudes que pesavam em desfavor do Executivo municipal quanto à implementação da OUC Nova BH, foi instaurada a Notícia de Fato n°. 002413.009688-6, depois convertida em Inquérito Civil e Criminal no âmbito das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo do Ministério Público Estadual. Ambos inquéritos seguiram seu trâmite, correndo sob sigilo o inquérito para apuração de possíveis crimes praticados pelos

agentes públicos, dentre os quais o ex-Secretário Marcelo Faulhaber, e pelas empresas envolvidas na OUC Nova BH. O Inquérito Civil culminou, inicialmente, em Recomendação feita pelo Ministério Público, encaminhada ao prefeito de Belo Horizonte, em novembro de 2013, nos termos seguintes:

RECOMENDA ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Senhor Márcio de Araújo Lacerda, que se abstenha de encaminhar projeto de lei referente à Operação Urbana Consorciada à Câmara Municipal de Belo Horizonte, sem antes observar o que determinam as Constituições Federal e Estadual, o Estatuto da Cidade, a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte e seu Plano Diretor, no que pertine à realização de debates e audiências, com prévia e ampla publicidade dos estudos técnicos pertinentes (Recomendação integrante dos autos do procedimento Notícia de Fato n°. 002413.009688-6 – Ministério Público de Minas Gerais).

Ante as investigações instauradas pelas Promotorias, bem como diante das determinações incisivas contidas nas Recomendações feitas pelo Ministério Público (uma dessas Recomendações, dirigida ao Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR, foi omitida dos Conselheiros pelo Presidente do Órgão, o que culminou em uma Ação de Improbidade Administrativa proposta contra o mesmo pelo MP), a Prefeitura de Belo Horizonte foi obrigada a fazer audiência pública sobre a OUC Nova BH, aberta à população, mesmo sem suspender os trâmites do projeto que estava sendo submetido à aprovação pelo COMPUR. A população revoltada implodiu o teatro montado pela administração municipal após a leitura ao microfone da Recomendação emitida pelo Ministério Público para que a OUC Nova BH fosse suspensa: lideranças comunitárias, representantes de movimentos sociais e entidades tomaram a palavra com firmeza, apesar da confusão instaurada e

da coação exercida pelos jagunços contratados pela Prefeitura.

Após constatar a completa ausência de participação da população no processo e diante do prosseguimento da OUC Nova BH, não obstante os vícios não sanados pela administração municipal, o Ministério Público ajuizou uma Ação Civil Pública¹¹ para impedir o Prefeito de levar adiante o plano de executar mais uma parceria público-privada no planejamento da cidade a despeito dos interesses e necessidades reais da população que sequer foi ouvida.

Graças sobretudo à pressão multitudinária, disseminada nas redes afetivas e comunicativas existentes na cidade (associações comunitárias, movimentos sociais, entidades de classe, partidos de esquerda, mandatos parlamentares progressistas etc.), e à ação judicial

11 Ação Civil Pública n.º. 0860529-52.2014.8.13.0024, 5ª Vara da Fazenda Pública Municipal, comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais.

proposta pelo Ministério Público (que também é resultado daquela), a OUC Nova BH foi derrotada. Do final do inesquecível ano de 2013 até o final do ano 2014, a Prefeitura simplesmente se calou sobre a OUC Nova BH. Vitória da multidão!

Para suspender o andamento da referida ação judicial proposta pelo Ministério Público foi realizado um acordo entre as partes no processo (Ministério Público e Município de Belo Horizonte), homologado pelo juiz da causa, no qual a administração municipal assumiu diversas obrigações para contornar as irregularidades da OUC Nova BH e retomar a construção da operação urbana consorciada que foi reformulada, a partir da abertura do processo participativo, sob nova denominação: OUC ACLO (Av. Antônio Carlos, eixo Leste-Oeste e Pedro I). Especialmente quanto à falta de participação da população e violação do princípio legal da gestão democrática da cidade, previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade (Lei n°. 10.257/2001),

seguem as principais obrigações assumidas pela Prefeitura no mencionado acordo quanto à condução da OUC ACLO:

1) submeter novamente o projeto ao Conselho Municipal de Políticas Urbanas (COMPUR) e tornar ineficaz a decisão anterior do órgão que aprovou os estudos da operação e o plano urbanístico apesar de recomendação contrária do MP;

2) disponibilizar o plano urbanístico e os estudos da operação urbana (EIV e EVEF) da OUC Nova BH e da OUC ACLO, após finalizados;

3) garantir a participação popular na elaboração do Plano Urbanístico da OUC ACLO, por meio de oficinas participativas e debates regionais, com caráter de consulta pública, nos quais as pessoas possam apresentar propostas, objeções, questionamentos;

4) realizar audiências públicas que devem abordar vários tópicos previstos no acordo pelo MP. Tais audiências deverão ser gravadas

e filmadas, amplamente divulgadas com antecedência mínima de 15 dias e ter posterior divulgação das propostas apresentadas pela população;

5) atendimento contínuo de plantão presencial e via internet a qualquer pessoa interessada (tudo isso antes da conclusão do plano urbanístico da OUC ACLO e dos estudos de impacto);

6) obrigação de responder e divulgar na internet todos os questionamentos da sociedade civil;

7) obrigação de demonstrar ao Ministério Público, a cada 2 meses, o cumprimento das medidas pactuadas; e outras obrigações que, caso não cumpridas, implicam crime de improbidade administrativa.

Esse acordo judicial significou um importante precedente na luta pelo exercício da democracia real no seio da metrópole biopolítica, uma derrota amarga ao *modus operandi* típico da cidade-empresa das parcerias público-privadas articuladas, planejada

estrategicamente sob o estigma da “democracia direta do capital”, como costuma dizer o professor Carlos Vainer. As obrigações da Prefeitura previstas nesse acordo judicial firmado com o Ministério Público, na verdade, foram o mínimo necessário para possibilitar a participação da população, o que não está de toda forma assegurado, sobretudo considerando os desmandos e abusos já praticados pela atual administração em benefício de influentes parceiros privados e contra o bem comum. Além disso, a participação só é plena quando a vontade esposada pela população se torna realidade.

De toda forma, a partir da elaboração da OUC ACLO (que a equipe técnica da Secretaria Adjunta de Planejamento Urbano sempre fez questão de distinguir da OUC Nova BH), a Prefeitura começou a fazer oficinas com agentes públicos e abertas à população, audiências públicas gerais e regionais, reuniões com os dois GTs criados para discussão

e acolhimento de propostas relativas à gestão e aos parâmetros urbanísticos da operação urbana.

O Grupo Indisciplinar continuou acompanhando todos os espaços institucionais de participação criados pela Prefeitura para dar andamento à OUC ACLO, formulando requerimentos e ofícios com base na lei de acesso à informação, elaborando apontamentos e proposições concretas, sobretudo relativas à gestão da OUC como, por exemplo, a composição do Conselho Gestor, mas também organizando atividades fora do espaço institucional, como rodas de conversa abertas sobre a OUC com uma multiplicidade de sujeitos interessados, e denunciando práticas antidemocráticas da administração (como a realização de todas audiências setoriais no centro, e não nos bairros afetados, prazo exíguo para divulgação das audiências etc.). Os produtos da copesquisa cartográfica, como ofícios, atas de reuniões, notícias, denúncias encaminhadas ao MP,

links das audiências transmitidas on-line e outros eram divulgados e disponibilizados no blog criado pelo Indisciplinar para o acompanhamento da OUC, o qual pode ser acessado pelo seguinte endereço: <<http://ouc.bh.indisciplinar.com/>>.

Cumprе acrescentar, no tocante à copesquisa cartográfica ainda durante o andamento da OUC Nova BH, que foram realizadas diversas atividades pelo Indisciplinar no bairro Santa Tereza, especialmente na Vila Dias, como aulas públicas, cartografia dos desejos e necessidades da comunidade, eventos lúdicos no espaço público, reuniões e espaços de encontro, brincadeiras com crianças, lazer, intervenções culturais de música, teatro e circo, plantio de mudas, em suma, resistência positiva orientada pela produção de subjetividades e novos modos de viver e produzir tendo em vista a dimensão constituinte e biopolítica das lutas. Nesse sentido, coloco a linha do tempo elaborada pela arquiteta Fernanda Chagas no bojo



Figura 9: Linha do tempo extraída da monografia de Fernanda Chagas (CHAGAS, 2013).

da sua monografia de conclusão de curso, contendo as principais ações e fatos relacionados à derrotada OUC Nova BH (fig.9).

No momento da escrita deste excurso (junho de 2015), ainda não tinha sido encaminhado à Câmara Municipal de Belo Horizonte o projeto de lei da OUC ACLO, mas temos que reconhecer que o plano urbanístico da operação trouxe, a partir do reposicionamento da equipe técnica responsável por sua elaboração e do acolhimento de propostas e apontamentos feitos pela sociedade civil, significativas mudanças frente ao que foi o plano urbanístico da OUC Nova BH.

Em síntese, foi incorporado ao plano urbanístico da OUC ACLO o resguardo às ADEs e ZEIS (Áreas de Diretrizes Especiais e Zonas de Especial Interesse Social, respectivamente); novas estratégias

de desestímulo ao automóvel em proveito do transporte público, do uso de bicicletas e da locomoção a pé; parametrização de tipologias de habitação incentivadas; modelo inovador de gestão da OUC; e outras medidas avançadas como, por exemplo, a proposta de construção de HIS (habitação de interesse social) para aluguel social, financiado com subsídio cruzado (famílias das faixas de renda maiores subsidiam aluguel das famílias mais pobres), em imóveis públicos (previsão de 3.970 unidades) a serem construídos com recursos da OUC.

É claro que os avanços incorporados ao plano urbanístico da OUC ACLO não são suficientes para abdicarmos da postura crítica frente ao instrumento das operações urbanas, dado tratar-se do instrumento de exceção ao

ordenamento urbanístico mais utilizado nos grandes projetos urbanos que melhor traduz o paradigma da cidade-empresa e que, necessariamente, pressupõe valorização fundiária e processos de gentrificação para despertar o interesse do capital imobiliário. Além disso, não há nenhuma garantia de que os avanços da OUC ACLO serão efetivados, já que o projeto de lei ainda será submetido à aprovação pela Câmara Municipal, onde poderá ser completamente desvirtuado pelos “representantes do povo” na grande maioria financiados pelas construtoras e agentes imobiliários. De toda forma, a resistência positiva contra a OUC Nova BH foi exitosa, tal como outros exemplos de lutas travadas nas metrópoles biopolíticas em defesa do bem comum sob o registro da horizontalidade, da cooperação em rede e da produção de subjetividades.

Este capítulo partiu da crise do fordismo e da ascensão do neoliberalismo junto à emergência do chamado capitalismo cognitivo e imaterial, passando em seguida pela análise da multidão como o sujeito da contemporaneidade que tem na metrópole biopolítica o locus privilegiado de ação biopotente, até chegar à crítica em torno do planejamento estratégico e da cidade-empresa, pano de fundo cuja compreensão é indispensável à análise da OUC Nova BH, cuja derrota também diz respeito ao comum. Todo o conhecimento crítico produzido em *copesquisa cartográfica* foi difundido, ou melhor, foi *viralizado* sob a forma de *Acesso Aberto* (AA), campo de resistência indispensável à defesa do bem comum na atualidade (VARGAS ARBELÁEZ, 2014). De certo modo o comum tangenciou todo o traçado feito até aqui: a crise do fordismo e o avanço do neoliberalismo correspondem à ofensiva do privado sobre os bens comuns (materiais e imateriais) e sobre o público, com a captura do Estado pelo capital, em prejuízo do bem comum; mas corresponde também à emergência da multidão como sujeito político, cuja inquestionável potência pode sim ser dirigida contra as forças imperiais que expropriam o comum, nos marcos da metrópole biopolítica, travestida de cidade-empresa e orientada pelo planejamento estratégico, pano de fundo da OUC Nova BH. Nos próximos capítulos, mais do que tangenciar a discussão, o comum será farol a clarear o percurso a ser trilhado daqui por diante.

4

Sobre o comitê

#OmniaSuntCommunia

Era um o coração e a alma da multidão dos que criam, e ninguém dizia que coisa alguma do que possuía era sua própria, mas todas as coisas lhes eram comuns.

Atos, 4:32

PRINCÍPIOS DO COMUM

O historiador marxista estadunidense Peter Linebaugh abre seu livro *Stop, Thief! The commons, enclosures and resistance* (2014) com um pequeno ensaio sobre alguns princípios do comum¹ que ora serve como fonte de inspiração. Ele começa dizendo que “a solidariedade humana, tal como expressa no slogan um por todos e todos por um, é a fundação do comum”, mas, ao mesmo tempo, Linebaugh entende que “o comum é anterior à vida humana”, o que não deixa de ser verdadeiro, vez que, antes de surgir a espécie humana sobre a Terra, tudo estava à disposição, um comum planetário, até que os humanos passaram a exercer seu domínio “sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra” (Gênesis 1:26), primeiro para seu próprio mantimento, conforme o mandamento celestial dispunha, depois, com o surgimento da propriedade, para acumular e explorar, em detrimento do acesso comum aos recursos de que a Terra dispõe.

140

1 *Some Principles of the Commons*, Chapter One (LINEBAUGH, 2014, tradução livre).

No ensaio em questão, Linebaugh diz que “o comum começa na família” e que é na cozinha onde “produção e reprodução se encontram, e onde as energias cotidianas entre gêneros e gerações são negociadas” (2014, p.13). Segundo ele, “os momentos de decisão no compartilhamento das tarefas, na distribuição do produto, na criação de desejo, e na manutenção da saúde se dão primeiro aí” (LINEBAUGH, 2014, p.13), na cozinha.

Interessante notar como as acampadas e ocupações de todo tipo sempre começam de fato pela cozinha. Em Belo Horizonte, isso ficou bem evidente na ocupação da Câmara Municipal e no movimento *Viaduto Ocupado* sob o viaduto Santa Tereza, ambas no contexto das *jornadas de junho de 2013*, nas quais a cozinha foi o espaço produtivo por excelência, sem prejuízo dos demais: o primeiro a ser organizado e o último a ser desfeito. A cozinha desempenha ainda o papel de aproximação com as pessoas, era através dela que apoiadores(as) se aproximavam da resistência, sentiam-se mais cúmplices, seja ao doar alimentos, seja ao partilhar a refeição comum. A cozinha também é um termômetro do nível de organização e força do movimento: se a cozinha ia mal, tudo ia mal; se ia bem, por sua vez, era um bom sinal quanto à capacidade de organização, distribuição de tarefas e do produto do trabalho coletivo, enfim, quanto à gestão do espaço comum. Como me disse certa vez Natacha Rena, a cozinha produz o alimento, que alimenta a carne imanente dos corpos biopotentes.

Na experiência das Brigadas Populares, a qual, dentre outras frentes de trabalho, realiza e apoia ocupações de sem-teto em Belo Horizonte e região metropolitana desde 2006, sempre nas ocupações organizadas o primeiro barracão erguido no imóvel ocupado foi destinado à cozinha coletiva, espaço comum de produção de afetos, subjetividades e alimentos. É na cozinha, por exemplo, que os homens têm oportunidade

de abrir mão de privilégios ancorados no patriarcado e demonstrar uma postura pró-feminista. Por essas e outras razões, é a cozinha um espaço político, embrião e motor da possibilidade do comum. Nas ocupações de moradia, sempre lamento quando a cozinha coletiva é desfeita e cada família passa a cuidar da produção de alimentos dentro do seu ambiente privado. Indispensável construir e fazer perdurar espaços constituintes de produção comum no seio das resistências.

Linebaugh, no texto em questão, também chama a atenção para o caráter histórico do comum:

[...] o comum é histórico, a vila comum da herança inglesa ou a comuna francesa do passado revolucionário são remanescentes dessa história, lembrando-nos que, apesar de períodos de destruição, partes sobreviveram, embora frequentemente numa moda distorcida como nos sistemas de bem-estar (LINEBAUGH, 2014, p.13; tradução livre).

Nesse sentido, o autor se esforça em toda sua obra para fazer esse resgate histórico das resistências contra os cercamentos do comum, inclusive nos primórdios da era moderna, como no contexto da “Carta da Floresta” de 1217 (*Charter of the Forest*), expressão da luta em defesa dos bosques comunais ingleses. Linebaugh resgata a história das resistências e cercamentos do comum com explícito propósito de inflamar o movimento planetário de reivindicação dos bens comuns na atualidade. Busca assim “atiçar no passado a centelha da esperança”, pois reconhece, como Walter Benjamin consignou em suas teses sobre o conceito de história, que “o passado traz consigo um *index* secreto que o remete para a redenção” (BENJAMIN, 2013).

Pensando as resistências históricas do povo brasileiro, poderiam elas também ser resgatadas pelo prisma do comum? Seria o grito

“essa terra tem dono!” do guerreiro guarani Sepé Tiaraju contra o saqueio das terras indígenas pelos colonizadores europeus a heroica resistência dos(as) conselheiristas de Canudos contra o poder central da nascente República ou a resistência por mais de um século do imbatível quilombo dos Palmares lutas que podem ser historicamente apreendidas sob o registro do comum? Todos foram em certo sentido processos autogestionados constituintes de formas de vida e produção comum, em oposição à acumulação privada, os quais encontraram no Estado-Nação um óbice mortal. Tal como hoje as lutas em defesa dos territórios indígenas.

“O comum é antitético ao capital” (LINEBAUGH, 2014, p.14; tradução livre), continua Peter Linebaugh, e aqueles que produzem o comum (*commoners*) são combativos, “ainda que o comum esteja fora da luta de classes” (2014, p.14). Se, por um lado, penso que o comum não se reduz à luta de classes, podendo se manifestar, por exemplo, na abertura às demandas que derivam das múltiplas singularidades, que por vezes são anteriores e/ou extravasam a luta de classes, como é o caso das lutas contra o patriarcado, o racismo e a homofobia, por outro lado, discordo do autor quando diz que “o comum está fora da luta de classes”, mesmo sem explicar o porquê. Ora, sendo contraditório ao capital, não pode o comum estar fora da luta de classes que decorre da exploração exercida pelo capital. Afinal, “a classe é um conceito político, em suma, na medida em que uma classe é e só pode ser uma coletividade que luta em comum” (HARDT E NEGRI, 2005).

Muito válida, de toda forma, a ponderação de que “o capital pode emergir do comum, sequestrar uma parte e usar contra o restante”, o que pode se dar a partir de “relações desiguais, entre os que Têm Menos e os que Têm Mais”, o que não deixa de ser uma forma de expressão da luta de classes, contrariando a assertiva anterior (LINEBAUGH, 2014).

Linebaugh também nos chama a atenção para uma dimensão pedagógica de transmissão do comum, indicando que “os valores comuns devem ser ensinados e renovados continuamente”, especialmente nos espaços de resistência, e menciona como exemplo, dentre outros, as assembleias populares de Oaxaca, no México. Nesse aspecto, como não lembrar também dos ensinamentos da Revolução Cubana expressos por Che Guevara, para quem a revolução deveria ser uma escola de formação do novo homem e da nova mulher, um processo permanente de conscientização (antes, durante e depois), operado a partir do cotidiano, da vida comunitária, do trabalho coletivo, e expandido via pedagogia do exemplo, motor de multiplicação de novos valores; em resumo, a produção de novas subjetividades concebida sob outro olhar. Nesse sentido, diz El Che com a beleza singular das suas palavras:

Déjeme decirle, a riesgo de parecer ridículo, que el revolucionario verdadero está guiado por grandes sentimientos de amor. Es imposible pensar en un revolucionario auténtico sin esta cualidad. Quizás sea uno de los grandes dramas del dirigente; éste debe unir a un espíritu apasionado una mente fría y tomar decisiones dolorosas sin que se contraiga un músculo. Nuestros revolucionarios de vanguardia tienen que idealizar ese amor a los pueblos, a las causas más sagradas y hacerlo único, indivisible. No pueden descender con su pequeña dosis de cariño cotidiano hacia los lugares donde el hombre común lo ejerce. [...] En esas condiciones, hay que tener una gran dosis de humanidad, una gran dosis de sentido de la justicia y de la verdad para no caer en extremos dogmáticos, en escolasticismos fríos, en aislamiento de las masas. Todos los días hay que luchar porque ese amor a la humanidad viviente se transforme en hechos concretos, en actos que sirvan de ejemplo, de movilización (GUEVARA, 1965, s.p.).

Na sequência do texto comentado, Linebaugh situa o comum no âmbito da escala local (lembro aqui da acertada aposta municipalista² das plataformas eleitorais construídas pelos/as indignados/as espanhóis/las que ganharam as prefeituras de Barcelona e Madri em maio de 2015) e destaca o atributo consuetudinário do comum, lastreado na práxis social e na transmissão oral da memória coletiva. Assim, arremata o autor:

O comum sempre foi local. Ele depende mais do costume, da memória e da transmissão oral para a manutenção de suas normas do que das leis, da polícia e da mídia. Vinculado a isso está a independência do comum frente ao governo ou à autoridade estatal. O estado centralizado foi construído sobre isso. Isso é, como foi, “a condição preexistente”. Portanto, o comum não é o mesmo que o comunismo da URSS (LINEBAUGH, 2014, p.14; tradução livre).

Como visto no trecho acima, tais características, o caráter local, a vinculação com os costumes, a memória e a oralidade, somadas à horizontalidade, à abertura às singularidades e ao desejo de democracia real desdobram-se na indispensável autonomia do comum frente aos governos, o que os(as) indignados(as) espanhóis(las) chamariam, para resgatar o sentido original da democracia, o necessário exercício de *autogoverno*, como também sempre reivindicaram os zapatistas em Chiapas quanto aos seus territórios frente às investidas políticas e militares do Estado central mexicano. Nesse sentido, dada a

145

2 A este respeito, ver a publicação *La apuesta Municipalista*. La democracia empieza por lo cercano (Observatorio Metropolitano de Madrid, 2014). Disponível em: <<http://www.traficantes.net/libros/la-apuesta-municipalista>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

dimensão local do comum, a aposta municipalista, que teve solo fértil na Espanha, se coloca como importante objeto de reflexão na disputa política no tempo presente:

La democracia pierde la mayor parte de su sustancia si no se instituyen ámbitos directos de decisión en los que las personas corrientes puedan hacer efectivo el ejercicio de al menos cierto “autogobierno”. La apuesta municipalista arranca precisamente de este presupuesto: la democracia o es democracia de cercanía, “entre iguales”, o carece de toda base. Su radicalidad y su sencillez es la misma que a lo largo de la historia y a lo ancho del planeta se ha podido probar en las formas políticas asamblearias de las polis griegas, las comunas medievales, los soviets obreros, así como de infinidad de procesos de organización popular (Observatorio Metropolitano de Madrid, 2014).

Se, de um lado, Linebaugh entende que a solidariedade própria do comum contrasta com o egoísmo e o individualismo, do outro, faz questão de distinguir o comum do “público” e sustentar sua repulsa ao “chefe”, seja ele o patrão empresário ou a autoridade pública, ao mesmo tempo em que valoriza o respeito, o trabalho conjunto, realizado “ombro a ombro” (LINEBAUGH, 2014, p.15; tradução livre). Afirma, por fim, que “o pensamento humano não pode florescer sem o intercurso do comum” (Linebaugh, 2014, p.15; tradução livre), razão pela qual os direitos fundamentais de livre expressão, reunião e petição (ante o poder instituído) estariam relacionados ao comum que, como assenta o autor, “é invisível até que se perca” (LINEBAUGH, 2014, p.15; tradução livre).

Os princípios elencados por Linebaugh de modo bastante aberto, nada conclusivo, conformam um interessante ponto de partida. Todavia, devem ser refletidos e expandidos a partir da experiência

prática e histórica conforme o contexto em que se situa o debate. Afinal, antes de ser abstração, o comum é construção imanente imbricada na realidade concreta das lutas, de modo que a ação política oferece o substrato necessário (mas não suficiente) à reflexão em torno do comum e confirma sua pertinência e sua potência enquanto conceito imanente a serviço das lutas.

DELINEANDO O CAMPO DO COMUM

O maravilhoso encontra sua origem no conflito permanente que opõe desejos do coração aos meios que dispomos para satisfazê-los.

Pierre Mabile

Como dito em outro momento, as apostas lançadas no tabuleiro da política que tomam o comum como horizonte, ponto de partida e importante elemento na conformação das resistências, amparam-se fundamentalmente na produção social contemporânea, aquilo que Hardt e Negri (2009) tratam como *externalidades*, nos marcos do capitalismo pós-fordista neoliberal caracterizado pela simbiose Estado-capital, público-privado, cidade-empresa, vida-mercadoria. De tal modo que, para melhor delinear o campo do comum, será necessário retomar aqui alguns pontos antecipados no capítulo anterior que dizem respeito à produção biopolítica atrelada ao regime de “acumulação flexível” (HARVEY, 2008), cada vez mais orientado pela captura da produção em redes comunicativas e colaborativas, o qual toma o conhecimento, os afetos e as subjetividades como mercadorias-chave indispensáveis à geração do valor. Por seu turno, o momento presente

de afirmação da tendencial hegemonia do capitalismo cognitivo/imaterial corresponde, para usar as palavras de Alexandre Mendes, “à aparição das condições para que o trabalho reencontre seus meios de produção, na figura de uma produção autônoma de subjetividade: a *produção do comum*” (MENDES, 2012b, p.128; grifos no original).

Em outras palavras, a crise do fordismo trouxe consigo transformações irreversíveis na estrutura produtiva capitalista. Por um lado, essa crise fragilizou a figura objetiva, unitária e rígida do processo de produção e de acumulação capitalista, e, por outro, abriu importantes brechas para uma “nova expressão da subjetividade: mais independente e autônoma, e capaz de construir, desde dentro mesmo do processo de produção, formas antagônicas que podem dar lugar à invenção de um comum” (NEGRI, 2008, p.85; tradução livre).

O lugar de destaque nas relações internacionais de direito público e privado (OMC, novos tratados e normas de controle, contendas transnacionais etc.), bem como a importância crescente dos ramos da ciência jurídica ligados à proteção da propriedade intelectual vêm para corroborar, assim, a “tese de uma hegemonia do trabalho imaterial” (Hardt e Negri, 2005, p.243), hegemonia tomada como “tendência”. Nesse cenário, o avanço das forças produtivas levou a força de trabalho a se apropriar de elementos próprios dos meios de produção, “que agora já contêm nela mesma, no cérebro” (HARDT E NEGRI, 2005, p.243), o que faz da multidão cada vez mais a “fonte primordial de riqueza do próprio capitalismo”, como nos fala Pelbart:

148

A potência de vida da multidão, no seu misto de inteligência coletiva, afetação recíproca, produção de laço, capacidade de invenção de novos desejos e novas crenças, de novas associações e novas formas de cooperação, é cada vez mais a fonte primordial da riqueza do próprio capi-

talismo. Uma economia imaterial que produz sobretudo informação, imagens, serviços, não pode se basear na força física, no trabalho mecânico, no automatismo burro, na solidão compartimentada. São requisitados dos trabalhadores sua inteligência, sua imaginação, sua criatividade, sua conectividade, sua afetividade — toda uma dimensão subjetiva e extraeconômica antes relegada ao domínio exclusivamente pessoal e privado, no máximo artístico (PELBART, 2011, p.23).

Evidentemente, essa relativa autonomia do trabalho no contexto de capitalismo cognitivo/imaterial não significa menos exploração, precarização, informalidade, insegurança e flexibilidade do trabalho. Muito pelo contrário, há uma exploração biopolítica, especialmente num país colonizado e dependente. Trata-se de fenômenos agravados pela lógica neoliberal como forma de diminuir a participação do trabalho na riqueza geral e, de quebra, enfraquecer os sindicatos. Nesse sentido, esclarecem Hardt e Negri que o *devir comum* do trabalho e a produção do comum “não estão confinados aos engenheiros de computação em Seattle e Hyderbad, caracterizando também os trabalhadores do setor de saúde do México e em Moçambique, os agricultores na Indonésia e no Brasil, os cientistas na China e na Rússia, e os operários industriais na Nigéria e na Coreia” (HARDT E NEGRI, 2005, p.389).

De igual modo, a emergência do capitalismo cognitivo/imaterial e da produção biopolítica não suplantou a forma indústria, nem o controle disciplinar do biopoder fordista e nem mesmo resultou em diminuição do número de operários(as) fabris no mundo. Entretanto, essa nova configuração produtiva se confirma hegemônica no sentido de uma *tendência*, de modo que, mesmo a produção material, de bens industriais, traz consigo uma dimensão imaterial, carregada de subjetividades atreladas diretamente aos produtos e às marcas.

No capitalismo industrial, a produção da liberdade era o terreno ao mesmo tempo da exploração e da emancipação. No capitalismo cognitivo, é a produção de subjetividade que constitui o terreno onde acontece a exploração e a libertação: essa alternativa se abre, pois, às relações complexas que separam e misturam livre autovalorização e nova escravidão (Cocco, 2014).

Formas industriais, tradicionais agrícolas, feudais e até escravagistas de exploração podem coexistir e conviver num mesmo regime de produção, porém a “forma hegemônica funciona como um vórtice que gradualmente transforma as outras formas, fazendo-as adotarem suas qualidades centrais” (HARDT E NEGRI, 2005, p.148), tal como fez a nascente indústria do século XIX com a produção agrícola ao longo do desenvolvimento capitalista, quando o visionário Marx já prescrevia a hegemonia do trabalho industrial não obstante a massa camponesa global fosse infinitamente superior ao proletariado em termos quantitativos.

150 E, distintamente do momento em que Marx escreveu, “sob a hegemonia do trabalho imaterial, a exploração já não é primordialmente a expropriação do valor medida pelo tempo de trabalho individual ou coletivo” (HARDT E NEGRI, 2005, p.156). As medidas tradicionais de tempo e espaço produtivo foram corrompidas, seus limites transpostos: produzimos o tempo todo e em todos os lugares. O capital busca obstinadamente capturar o valor incomensurável de tudo aquilo “que é produzido pelo trabalho cooperativo e que se torna cada vez mais comum através de sua circulação nas redes sociais” (HARDT E NEGRI, 2005, p.156). Por outro prisma, “a cooperação e a interdependência produtiva são as condições do comum, e o comum é o que, neste momento, constitui a base primária da produção social” (HARDT E NEGRI, 2014, p.53).

O que caracteriza o capitalismo pós-fordista do nosso tempo é, portanto, uma estrutura produtiva dinâmica e flexível, disseminada em rede e fundada sobre a cooperação das singularidades, a qual também gera valor a partir da produção (ou mera expropriação) de bens imateriais, ideias, informações, conhecimentos, formas de comunicação, relações sociais etc., “fonte primordial de riqueza”, colocados em circulação, por exemplo, como ativos financeiros, sob a proteção da propriedade intelectual, tendo a produção de subjetividade primazia sobre qualquer outro produto, haja vista os imperativos contemporâneos de ordem biopolítica. E, como dizem Hardt e Negri (2005, p.194), essa produção biopolítica é “incomensurável, pois não pode ser quantificada em unidades fixas de tempo”, e, ao mesmo tempo, “sempre excessiva no que diz respeito ao valor que o capital pode dela extrair, pois o capital não pode nunca capturar toda a vida”.

O capital financeiro tenta dar uma resposta à incomensurabilidade da produção biopolítica, especula sobre ela, sonega, manipula, burla as próprias regras do jogo, mas jamais será capaz de capturá-la integralmente, como também não pode sobreviver sem tentar comandá-la a qualquer custo, o que, contraditoriamente, diminui sua produtividade. Aqui se situa a contradição central que envolve, de um lado, a produção biopolítica da multidão, que não prescinde da abertura e da colaboração para expandir, e, de outro, a permanente busca de controle e captura pelo capital, o que reduz a produtividade consequentemente, vez que limitar “o acesso a ideias e informações sufoca a criatividade e a inovação” (HARDT E NEGRI, 2005, p.241).

151

Neste trabalho imaterial, a produção ultrapassa os limites da economia tradicionalmente entendida para investir diretamente a cultura, a sociedade e a política. O que é produzido, nesse caso, não

são apenas bens materiais, mas relações sociais e formas de vida concretas. Chamaremos esse tipo de produção de “biopolítico”, para enfatizar o caráter geral de seus produtos e a maneira como ele investe diretamente a vida social em sua totalidade (HARDT E NEGRI, 2005, pp.134–135).

É na fábrica pós-fordista, esparramada pelo — e intrincada com o — espaço metropolitano (o que seriam os piquetes do MTST³ nas principais avenidas de São Paulo se não a investida política em face da produção/circulação de mercadorias materiais/imateriais nessa gigantesca fábrica biopolítica?), que a força produtiva se conforma ainda mais como uma intelectualidade da multidão. O capitalismo quer e estimula cada vez mais as pessoas para que sejam criativas, inteligentes, tenham iniciativa, sejam comunicativas, capazes de trabalhar colaborativamente etc., sendo essa “a principal característica do trabalho imaterial: produzir comunicação, relações sociais e cooperação” (HARDT E NEGRI, 2005, p.156). O que não significa, obviamente, menos precariedade, menos exploração.

152 Estamos diante daquilo que outrora Marx (2011) denominou nos *Grundrisse* como o *intelecto geral* (“General Intellect”), “o saber como principal força produtiva” (VIRNO, 2013, p.85), momento em que o capital se revela explicitamente como parasita da sociedade, e a relação de trabalho não se expressa como “simples subordinação ao capital, mas se coloca também em termos de independência aos espaços e tempos do capital” (SZANIECKI, 2014, p.66), o que, por sua vez, “resulta simultaneamente, mas não simetricamente, em exploração (trabalho) e potência (ação livre)” (SZANIECKI, 2014, pp.66–67).

Hoje, finalmente, temos o instrumental material, organizativo (redes), tecnopolítico e subjetivo para poder produzir contra o controle do Estado-capital, gerando *contrapoder* imperial, em todos os campos da vida (político, profissional, cultural, alimentar, territorial, afetivo...), tendo sempre em vista a importância de também travar a luta no terreno da produção de subjetividade.

O trabalho imaterial é *biopolítico* na medida em que se orienta para a criação de formas de vida social; já não tende, portanto, a limitar-se ao econômico, tornando-se também imediatamente uma força social, cultural e política. Em última análise, em termos filosóficos, a produção envolvida aqui é a *produção de subjetividade*, a criação e a reprodução de novas subjetividades na sociedade. Quem somos, como encaramos o mundo, como interagimos uns com os outros: tudo isto é criado através dessa produção biopolítica e social. Em segundo lugar, o trabalho imaterial tende a assumir a forma social de *redes* baseadas na comunicação, na colaboração e nas relações afetivas. O trabalho imaterial só pode ser realizado em comum, e está cada vez mais inventando novas redes independentes de cooperação através das quais produzir (HARDT E NEGRI, 2005, p.101).

A questão colocada é, portanto: pode a produção resultante da ação livre da multidão se conformar na produção do comum? Uma vez que “o capitalismo cognitivo privilegia o trabalho cooperativo e o conhecimento compartilhado por cérebros interligados” (SZANIECKI, 2014, p.67), pode nesse contexto biopolítico a multidão se valer das redes comunicativas e colaborativas para a produção autônoma de um comum que seja antagônico ao Estado-capital e, ao mesmo, constituinte de outras formas de se relacionar, produzir e viver? Não tenho dúvidas que sim, pode e deve.

Como diz Pelbart, vivemos num “momento em que o comum, e não a sua imagem, está apto a aparecer na sua máxima força de afetação, e de maneira imanente, dado o novo contexto produtivo e biopolítico atual” (PELBART, 2011, p.29). Isso posto, percebe-se como o comum se apresenta “nos dois extremos da produção biopolítica: ele é ao mesmo tempo o produto final e a condição preliminar da produção” (HARDT E NEGRI, 2005, p.436). Em síntese:

O contexto contemporâneo trouxe à tona, de maneira inédita na história, pois, no seu núcleo propriamente econômico e biopolítico, a prevalência do ‘comum’. O trabalho dito imaterial, a produção pós-fordista, o capitalismo cognitivo, todos eles são fruto da emergência do comum: eles todos requisitam faculdades vinculadas ao que nos é mais comum, a saber a linguagem, e seu feixe correlato, a inteligência, os saberes, a cognição, a memória, a imaginação, e por conseguinte a inventividade comum. [...] Nesse contexto de um capitalismo em rede ou conexionalista, que alguns chamam de rizomático, pelo menos idealmente aquilo que é comum é posto para trabalhar em comum (PELBART, 2011, p.29).

Posto isso, fica explícito como rastrear e cartografar a produção do comum no âmbito da metrópole biopolítica almeja alcançar pistas, possíveis indicações de como “no interior dessa megamáquina de produção de subjetividade, surgem novas modalidades de agregar, de trabalhar, de criar sentido, de inventar dispositivos de valorização e de autovalorização” (PELBART, 2011, p.23), fora do comando exercido pelo Estado-capital e de modo antagônico aos valores capitalísticos por ele encampados e disseminados na conformação das subjetividades, seja na escola, seja via concessões públicas do espectro rádio televisivo ou via dispositivos móveis parcelados em 24 meses no cartão de crédito.

Em verdade, como sustentam Hardt e Negri, “o comum que compartilhamos é menos descoberto do que produzido” (HARDT E NEGRI, 2005, p.14). Aqui não há lugar para formulações e projeções utópicas, ou seja, prescindimos de construtos imaginativos apartados da realidade para nos fazer caminhar rumo ao utópico teoricamente idealizado. O comum se confirma no horizonte da metrópole biopolítica exatamente porque o presente já traz consigo uma produção que é comum; em outras palavras, não se trata de utopia porque a aposta em torno do comum parte do campo de imanência, da dimensão constituinte da produção biopolítica que tem o comum “mais como premissa do que como promessa” (PELBART, 2011, p.30). De igual modo, a felicidade capaz de nos mover é mais aquela que hoje experienciamos no *estar-com* das resistências positivas, mais do que qualquer outra situada no lugar da utopia, ou melhor, no *não lugar*.

E tais resistências positivas, espaços performáticos de combatividade, afetividade e subjetividade, tomaram de assalto as metrópoles como territórios privilegiados de disputa e construção biopolítica, sobretudo no tocante ao enfrentamento a *grandes projetos urbanos* ancorados no paradigma da *cidade-empresa* do planejamento estratégico e das parcerias público-privadas. Mesmo as resistências territorialmente situadas fora da cidade, como é o caso das lutas indígenas heroicas dos Guarani-kaiowás no Mato Grosso do Sul, precisam atingir (e afetar) as metrópoles como condição indispensável (nem sempre suficiente) para se alcançarem vitórias.

Por seu turno, a metrópole se conforma como a nova fábrica do capitalismo contemporâneo, “a usina de geração do mundo, fábrica mundi, usina biopolítica de que precisa o capitalismo para vitalizar-se” (CAVA, 2015), plataforma fundamental de acumulação do capital global, espaço privilegiado de controle político, econômico, cultural etc.

O espaço da produção contemporânea é a cidade e a metrópole. Para a financeirização, isto é, para o capitalismo contemporâneo, as *externalidades*, os comuns, tornam-se a mercadoria *sui generis* de benefício capitalista. É assim que as políticas urbanas têm atuado como máquinas de crescimento, com centralidade absoluta das políticas de expansão urbana e desenvolvimento do mercado imobiliário. Para o capital a chave tem sido promover a cidade a fim de obter uma percepção pública da mesma como marca — o branding —, mobilizando intangíveis, comuns enfim. As cidades buscam permanentemente uma melhora de sua posição competitiva sobre uma base propriamente empresarial. [...] as cidades se tornam protagonistas do regime de acumulação. O objetivo é capturar a atenção sobre um lugar e singularizá-lo — daí a necessidade de mobilizar intangíveis (HERREROS E RODRÍGUEZ, 2012, pp.97–98).

Mas nem sempre foi assim. Em verdade, o capitalismo se formou fora dos muros das cidades. Cabe aqui um breve retrospecto. De fato, a cidade criou as condições de expansão da grande indústria, concentrando a mão de obra, o mercado consumidor, os capitais acumulados, a infraestrutura e o poder político. Simultaneamente, a grande indústria levou ao crescimento da cidade, revolucionando a organização do espaço em nível planetário. A natureza, antes dominante, passou a ser dominada por meio de técnicas cada vez mais sofisticadas.

156 Entretanto, até a conquista do poder político pela burguesia revolucionária europeia, durante séculos a cidade foi o refúgio contra a opressão feudal, o destino prioritário daqueles que buscavam a felicidade, a liberdade e a justiça (PAULA, 2006). A partir do século XVIII, a cidade se tornou espaço privilegiado da reprodução do capital, abrindo a grande indústria em prejuízo das corporações de ofício. Com a

derrocada do regime feudal, a cidade também se constituiu como polo dominante na contradição campo-cidade, e, assim, crescimento tornou-se sinônimo de urbanização do campo. Segundo Lefebvre (2001), ao longo desse processo, o desaparecimento do campo se deu em dois sentidos: de um lado, por meio da industrialização da produção agrícola e da proletarianização do camponês; de outro, através da ruína da terra e da destruição da natureza.

Durante esse percurso a própria estrutura urbana passou a ser produzida e reproduzida sob a lógica da acumulação capitalista, manifestando a cidade não apenas como espaço de reprodução do capital, mas também como objeto dessa reprodução, determinada, em grande medida, pela expansão do capital imobiliário, elevado à condição de importante indutor do crescimento econômico. A cidade se tornou, assim, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, um grande negócio (MARICATO, 1988).

Nesse processo, a extensão do capitalismo tomou o espaço, fez dele sua condição de produção, primeiro como recurso, depois como força produtiva e, finalmente, mercadoria reprodutível, o que abriu perspectiva para um novo ciclo de acumulação. O desenvolvimento do capital financeiro cria um novo ciclo de acumulação com a expansão de novas atividades, focando o espaço-mercadoria (CARLOS, 2015, p.26).

Em outras palavras, o capitalismo corrompeu a cidade, fez do solo esmigalhado uma mercadoria valiosa e escassa, protegida pelo instituto sagrado da propriedade imóvel e, paralelamente, criou uma ideologia antiurbana capaz de fazer ruir sua construção como espaço da liberdade, do encontro e da solidariedade. No quadro urbano na atualidade, a exploração direta dos(as) trabalhadores(as) se multiplica por

meio de uma exploração indireta (LEFEBVRE, 2001) que se estende ao conjunto da vida cotidiana. Essa superexploração é evidenciada, por exemplo, no tempo livre do(a) trabalhador(a) gasto na autoconstrução de sua moradia⁴, nas horas sacrificadas no longo percurso diário entre a casa e o emprego ou, ainda, na carga do trabalho doméstico invisível e não remunerado desempenhado pelas mulheres, indispensável para a reprodução da força de trabalho⁵.

Por outro lado, a cidade, especialmente na sua forma metropolitana, agregou no tempo e no espaço as condições objetivas e subjetivas para a libertação da multidão frente ao domínio capitalista imperial. No final do século XIX, Engels já afirmava que somente o *proletariado* “criado pela indústria moderna e concentrado nas grandes cidades, libertado de todas as cadeias tradicionais, inclusive das que o ligavam à terra, é capaz de realizar a grande revolução social” (ENGELS, 1988). Nesse sentido, a nostalgia romântica da volta ao campo do velho e bom campo-nês, agora incorporado ao espaço urbano e quebrado em seus tradicionais valores, representaria “atrasar o relógio da história” (ENGELS, 1988). O mesmo raciocínio agora vale para a multidão ante o *proletariado* descrito por Engels, pois a biopotência criativa da multidão, na qual reside a possibilidade da *produção do comum*, não deixa margem a nenhum tipo de nostalgia ou utopia com relação às ilhas isoladas pelo oceano.

Com todos os seus graves problemas, contradições e mazelas, a cidade também nos oferece possibilidades emancipatórias, pois,

4 Francisco de Oliveira defende que a autoconstrução foi um dos motores do processo de industrialização do Brasil, junto com o Estado, vez que a autoconstrução liberava o capital industrial da obrigação de arcar na folha salarial com os custos da habitação das(os) trabalhadoras(es), deixando o provimento habitacional como encargo assumido pelo trabalho. Sobre o tema, ver: OLIVEIRA, 1981.

5 Para uma interessante discussão sobre a dimensão de gênero no contexto das relações urbanas, ver: MACEDO, 2002.

dentre outras inúmeras razões, concentra no mesmo território, conectados(as) em redes comunicativas e colaborativas cada vez mais amplas, os(as) agentes da transformação — trabalhadoras, trabalhadores, e todos os que vivem sob o domínio do capital —, o fluxo de informações, a produção artístico-cultural, os avanços tecnológicos, os encontros afetivos, a produção de subjetividade, o poder político etc. E, acrescente-se, “a produção biopolítica da multidão tende a mobilizar o que compartilha em comum e o que produz em comum contra o poder imperial do capital” (HARDT E NEGRI, 2005, p.142).

Por esses e outros motivos, faz-se necessário lutar neste cenário por uma cidade em que caibam todas e todos, a fim de superar as contradições estruturais decorrentes da apropriação capitalista do espaço e colocar as bases de um projeto emancipatório de sociedade sob o horizonte do bem comum.

Desde a minha perspectiva, além da atuação nas resistências contra *grandes projetos urbanos* como foi o caso da operação urbana Nova BH, por exemplo, a participação como ativista-advogado nos protestos, nas ocupações de sem-teto, na Praia da Estação, nos blocos de carnaval de rua, no Espaço Comum Luiz Estrela e em outros territórios insurgentes da cidade trouxe uma reflexão viva e imanente quanto à pertinência do comum como horizonte de luta contra o domínio do privado (mercado), para além do público (Estado). O comum, por sua vez, para além da dimensão substantiva dos bens comuns materiais e imateriais, o comum enquanto verbo, a forma de uma atividade, o *fazer-comum*, traz consigo, indissociadamente, os princípios que perpassam as lutas travadas pela multidão metropolitana e que também orientam a *copesquisa cartográfica*, tais como a autonomia, a cooperação, a horizontalidade, a abertura, a criatividade, a produção de afetos e subjetividades, o profundo desejo de democracia real.

EXCURSO DO CARNAVAL DE AMOR E LUTA⁶

É na cidade medieval, inserida no contexto do mal chamado “período das trevas”, onde nasce o carnaval como o conhecemos no ocidente, antecedendo o período da quaresma. Essa mesma cidade acolheu os servos que fugiam da opressão do feudo para se organizarem em corporações de ofício. O assalariamento, a grande indústria e o próprio capitalismo vieram

Vai passar nessa avenida um samba popular. Cada paralelepípedo da velha cidade esta noite vai se arrepiar. [...] Meu Deus, vem olhar, vem ver de perto uma cidade a cantar a evolução da liberdade, até o dia clarear. Ai que vida boa [...].

Chico Buarque

em seguida, tomaram de assalto a cidade e aniquilaram o associativismo e as relações forjadas até então com o espaço produzido. A cidade, gradativamente, reproduziu as contradições sistêmicas da nova ordem social, mercantilizou-se para ser vendida aos pedaços, um produto, e não mais uma obra genuinamente humana. O privado se revoltou contra o público, e a festa, antes na rua, espaço comum, torna-se fechada, privada.

Porém, a cidade, talvez a maior invenção da humanidade, recobra sua condição originária, ambiente do encontro, da festa, da felicidade

6 Este rolezim partiu da revisão de um pequeno texto meu sobre o carnaval de rua independente de BH, originalmente publicado em 2012, sob o título “Carnavalizar o urbano: avante BH!”.

e da realização pessoal, lugar em que foi possível concentrar bilhões de pessoas em todo o planeta. Sem dúvida, a luta pelo direito à cidade, na perspectiva desenvolvida por Lefebvre enquanto ruptura do cotidiano e de restituição da festa, possui uma dimensão revolucionária e, por que não, emancipatória.

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (a atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2010, p.124).

Nesse sentido é que se pode sustentar que o futuro da sociabilidade humana depende do futuro da sociabilidade urbana (PAULA, 2006). Aqui, retomo o carnaval, na urgente luta pela cidade como cenário da festa, da felicidade, do encontro, a cidade como valor de uso, e não mercadoria,

coletivamente produzida, coletivamente apropriada, o direito à obra comum. O carnaval de rua dá cor à cidade cinza e poluída, faz da rua a continuidade da casa, tal como deve ser. Das janelas, velhas solitárias admiram os blocos, jovens atiram água sobre os foliões, crianças abrem os portões e vão à rua sem receio dos carros ou da violência. A privacidade silenciosa, seja no quarto ou no escritório, é contestada pelo som dos tamborins. O carnaval de rua também traz consigo contradições, pois é refém de uma sociedade cheia delas, mas isso não lhe retira a beleza e seu potencial.

Ouso dizer que uma revolução verdadeira também deve ter como horizonte imprimir a festa na cotidianidade do urbano, e o carnaval é uma grande festa, a mais comum das festas, exceto onde segregam as pipocas e privatizam o espaço público. Em Belo Horizonte, o carnaval de rua permitiu em certa medida a reapropriação do espaço público, a produção de espaços

comuns alegres e antagônicos, a um só tempo a socialização da gente e a contestação biopolítica da ordem instituída. Nem o reto do prefeito empresário, nem a coxinha da madrastra restaram imunes⁷.

Nessa mesma cidade, desde o ano 2007 ocorre, sob o viaduto Santa Tereza, que se tornou símbolo da resistência de rua, um encontro multitudinário da juventude do morro e do asfalto em duelos de hip hop, no qual ocorrem duras batalhas sem qualquer violência, exceto quando a polícia promove, ela mesma, a violência, especialmente contra jovens negros. Salve o Coletivo Família de Rua que, sem qualquer apoio da Prefeitura, toca há anos a construção desse importante espaço comum de expressão da cultura hip hop. Ainda nessa cidade, os protestos de junho de 2013 foram inaugurados com uma multidinária “pelada” em praça pública,

futebol de rua puxado pelo Comitê Popular dos Atingidos pela Copa – COPAC que aglutinou uma multidão e abriu as jornadas na capital mineira. Mas durante o carnaval as manifestações artísticas e políticas são embelezadas com purpurina, fantasias e tambores. Sobretudo a partir de 2010, cada vez mais blocos de rua, organizados sem patrocinadores oficiais, ganharam as ruas de BH e fizeram milhares de pessoas experimentar a cidade como valor de uso. Em 2015, o ápice: um milhão de foliões.

O próprio carnaval belo-horizontino, que adquire grande força a partir de 2010, torna-se reconhecido nacionalmente por seu caráter estético-político. A desobediência civil, a negação do pedido de alvará e a falta de percurso definido são características fundamentais de alguns blocos deste movimento, por meio do que a multidão ocupa, ao som de marchinhas carnavalescas com alto teor crítico, as ruas e praças, experienciando de outra maneira a cidade, inventando novos

⁷ Referência às marchinhas da Praia da Estação e da Coxinha da Madrastra.

modos de percorrê-la e, por que não, de reconstruí-la (RENA E BRUZZI, 2014, p.319).

Isso graças aos blocos independentes, contestatórios, avessos tanto ao poder de polícia, quanto à apropriação capitalística. As resistências descobrem no carnaval fértil campo de expressão das suas singularidades: tem bloco pra quem fuma maconha, tem blocomum do Estrela, bloco Pula a Catraca, bloco da Bicicleta, da Praia da Estação, bloco de afoxé hibridado com Krishna, bloco para brilhar, libertinar e gozar a apropriação comum do espaço.

É fácil reconhecer a natureza performativa e carnavalesca dos diferentes movimentos de protesto que tem surgido em torno das questões da globalização. Mesmo quando evidenciam uma feroz combatividade, as manifestações são altamente teatrais, com bonecos gigantes, figurinos, danças, canções humorísticas, cânticos e assim por diante. Em outras palavras, os protestos também são festivais de rua nos

quais a indignação dos manifestantes coexiste com sua alegria carnavalesca (HARDT E NEGRI, 2005, p.274).

Se, por um lado, as lutas multitudinárias se expressam de modo carnavalesco, por outro, o carnaval, na medida em que se reapropria da cidade para a produção de espaços comuns, revela sua dimensão política e sua biopotência. Em suma, o carnaval se expressa como uma grande performance da multidão. A performance, por sua vez, é onde o biopolítico se faz biopotente de modo mais claro, ou pelo menos quando isso salta aos olhos, quando o corpo, mais do que se afirmar como resistência, se afirma ele próprio como possibilidade de uma nova linguagem, um comum portanto.

Mas é preciso estar atento! “Os moralistas querem impor sua conduta”⁸. Controlar e capturar a potência de afetação da festa multitudinária para fins comerciais.

8 Marchinha da Alcova Libertina.

Para ser mais direto, o capital almeja mercantilizar a festa, apropriá-la como grande negócio e conferir ao carnaval um rentável valor de troca, seja dentro ou fora do eixo. Em alguns lugares, o humano coisificado em muros separa os foliões brancos das pipocas pretas, a cerca humana mal remunerada para assegurar, a um só tempo, a segregação social e a renda auferida pelo espaço público privatizado. Noutras cidades, paga-se pelo ingresso, pelo desfile, pela transmissão exclusiva, enquanto milhões prestigiam passivos pela TV.

De todo modo, em Belo Horizonte, (re)nasceu algo diferente, que foge à restrita lógica capitalista da reprodução ampliada. O recente fenômeno segue estriamente vinculado à rua, ao ambiente público (re)apropriado pelas pessoas comuns, horizontalmente, com fantasias e apetrechos, invertendo os sexos, as morais e as leis. A polícia não sabe o que fazer, pois os cidadãos não estão bravos, mas sorrindo, não brigam,

beijam-se libertinos, não portam armas, mas tambores, pirulitos e flores, além do que não são apenas negros, são de todas as cores — e quantas cores!

Se liga, autoridade! Para uma multidão que fez da praça privatizada uma linda Praia, não é impossível fazer da cidade uma linda festa, onde caibam todos e todas.

Figura 10: Bloco Filhos de Tcha Tcha no bairro Concórdia, 2013.
Foto Priscila Musa



A CENTRALIDADE DO COMUM NAS LUTAS MULTITUDINÁRIAS

Como dito antes, o neoliberalismo implicou um avanço da captura e mercantilização dos bens comuns, tendo realizado um esforço obstinado de privatização e apropriação de “recursos” e serviços, aquilo que Harvey (2005) denominou “acumulação por espoliação”, também traduzida como “acumulação por desposseção”. E, como diz Alexandre Mendes, “o retorno da ‘acumulação primitiva’, como forma primordial de acumulação, indica que o antagonismo atual se desloca, cada vez mais, para o comum” (MENDES, 2012a, p.173)

Isso é fácil perceber diante do fato de que as lutas mais biopotententes encampadas pela multidão metropolitana se dirigem sobretudo contra *grandes projetos urbanos* consubstanciados por meio de parcerias público-privadas que têm em mira a apropriação de mais-valias urbanas oriundas da produção coletiva da cidade, de remanescentes verdes de natureza urbana, de espaços públicos de uso comum, de paisagens, ou mesmo apropriação de serviços de abrangência geral, como é o caso das concessões do transporte público e os sucessivos aumentos das passagens. De todo modo, como adverte Mendes,

[...] o discurso sobre o ‘comum’ em uma perspectiva marxista não pode se limitar aos ‘bens comuns’ ou aos ‘commons’. Uma análise sobre o comum deve sempre e, prioritariamente, versar sobre uma *relação social*, sobre uma produção de subjetividade que define relações antagônicas entre a produção de capital e a produção de seus sujeitos ‘contrapostos’ (MENDES, 2012a, p.114).

Não se recomenda, em síntese, limitar a apreensão do comum como bem ou recurso natural ou artificial dado, apartado das relações sociais que

subjazem à produção, à gestão e aos usos. Nada é comum *per si* — até mesmo a linguagem, o comum primordial, é passível de captura e controle. A partir da discussão que Jean-Luc Nancy (2000) faz a respeito da comunidade, Alexandre Mendes também chama a atenção para a dimensão ontológica do comum, enquanto abertura do ser, que é sempre *ser-com*, *estar-com*, donde exsurge o *ser-em-comum*, o *ser-singular-plural*, indispensável para se pensar a democracia hoje fora do quadro da comunidade fusional. Entretanto, o autor vai além para avançar na reaproximação entre “*comum e política*, que tome a produção do comum como um verdadeiro processo antagonista” (MENDES, 2012a, p.145), diluindo as distinções entre o econômico e o político. Nesse sentido, diz:

Saímos de uma “ontologia primeira” do comum para o fervor das relações conflituosas entre capital e trabalho. O “*ser-em-comum*” não é mais um “modo do Ser”, e sim uma verdadeira subjetividade antagonista, atravessada pelas recentes formas de exploração do capital. A produção do comum é, nessa linha, processo antagonista expressado nas múltiplas formas atuais de “*fazer política*”. [...] O trabalho devém ação política, na mesma medida em que a política é inseparável dos novos modos de produzir (subjetividade) no pós-fordismo (MENDES, 2012a, pp.145–151).

Note-se que a pertinência do comum para a luta anticapitalista deve então ser investigada no seio das lutas, ou seja, “compreender o comum como produção subjetiva a partir das lutas reais, enfrentamentos, emergências históricas e, sobretudo, a partir da capacidade de criação, invenção e relação que envolve as práticas de resistência e liberdade” (MENDES, 2012a, p.129). Dita postura também vale para a multidão, vez que se trata de um conceito imanente aberto, cuja ser-ventia só pode ser atestada no confronto com a realidade.

Assim, pergunta-se em que medida, por exemplo, conceber como multidão o sujeito político que eclodiu aos milhões nas ruas e praças das metrópoles da Espanha, do Egito, e do Chile em 2011, da Turquia em 2013 ou do Brasil nesse mesmo ano contribui para a análise e compreensão desses processos? Categorias como massas, proletariado ou povo são suficientes para apreender a complexidade social desses fenômenos e, mais do que isso, transpor os limites da representação liberal para apontar proposições políticas constituintes que sejam a expressão das necessidades e desejos expressos pelas pessoas indignadas? Tais fenômenos apontam ou não para a construção de uma sociedade pós-capitalista?

Em verdade, diz Negri, “a multidão não é somente um conceito, mas sim uma realidade nova” (2008, p.81), de tal modo que, “a questão de saber se é anticapitalista ou não encontra uma resposta não na análise do conceito, mas sim na análise de seu próprio movimento” (NEGRI, 2008, p.81), sendo a emergência do comum um importante elemento para fins de atestar seu caráter antagonista e sua eficácia no tocante à produção de subjetividades pós-capitalistas.

Uma coisa é certa: nesse cenário de aprofundamento do neoliberalismo e da globalização financeira, em que Estado e capital operam em sintonia fina na macroeconomia doméstica, isso pra não dizer que entraram em verdadeira simbiose de tal modo que público e privado se tornaram indistinguíveis sob vários aspectos (vide grandes projetos de parcerias público-privadas), o comum se apresenta como uma outra via, uma válvula de escape, um campo aberto para a construção de contrapoderes.

[...] lo común — la exigencia de lo común, el reconocimiento de lo común, la política de lo común — no representa una “tercera vía” que

tendría la capacidad de mediar entre lo privado y lo público, sino una “segunda vía” que se presenta como antagonista y alternativa en relación con la gestión del capital y con los efectos que este último (la propiedad privada y/o pública de los medios de producción) puede tener sobre la vida común y sobre los deseos que allí se expresan. El derecho común sólo es pensable a partir de la destrucción de la explotación — tanto privada como pública — y de la democratización radical de la producción (NEGRI, 2008, p.94).

A luta pelo comum extravasou o perímetro da cidade e atraiu para si a centralidade das batalhas multitudinárias contemporâneas: do Parque Gezi na Turquia, ao parque Augusta em São Paulo; da praça *Tahir* no Egito à Puerta del Sol em Madrid; do cais do porto Estelita no Recife à praça transformada em Praia da Estação, em Belo Horizonte — em todos esses processos é possível captar um desejo compartilhado de democracia real frente à investida do Estado-capital a despeito dos interesses da coletividade.

Essas e outras lutas multitudinárias nos inspiram a pensar como a inteligência coletiva, ou melhor, como a inteligência de enxame da multidão “pode inventar e construir uma sociedade na qual quem governe seja a sociedade em rede, a riqueza coletiva da cooperação, a potência do comum” (HERREROS E RODRÍGUEZ, 2012, p.113). Noutros termos, as práticas, estratégias e objetivos das lutas multitudinárias, embora diferentes, são capazes de se conectar, se combinar e, quiçá, constituir ações e projetos plurais compartilhados, de modo que “a singularidade de cada luta promove, em vez de impedir, a criação de um terreno comum” (HARDT E NEGRI, 2015, p.93).

De fato, na atualidade ganha destaque o desejo ambicioso da multidão metropolitana de produção e defesa do comum urbano,

partindo da expressão das múltiplas singularidades, sob as bases da democracia real, para além da gestão democrática da cidade concernente às intervenções no espaço. Se a cidade não move ninguém por si mesma, a luta pelo comum pode mover uma multidão, seja como resistência positiva constituinte, seja como negação destituente da ordem amparada pelo Estado-capital que investe contra o comum.

O capital deve, portanto, capturar a produção do comum, entendido em sua dupla condição: o comum é ao mesmo tempo a forma da produção e o horizonte de uma nova relação social, aquilo que o saber vivo produz e que o capital explora. E é nessa tensão entre autonomia do saber vivo e captura capitalista que se determina o plano do antagonismo hoje (ROGGERO, 2012, p.63).

A *cidade-empresa* do paradigma neoliberal de planejamento estratégico é, por sua vez, a expressão mais bem acabada da ofensiva público-privada — Estado e capital em simbiose — contra o comum, cenário em que impera aquilo que Vainer (2012) costuma chamar como “democracia direta do capital”. Talvez por isso o direito ao comum seja, em última instância, um possível horizonte de convergência das forças vivas que enfrentam o Estado-capital na metrópole biopolítica. Em suma, o Estado-capital, mais que qualquer outro, persegue o comum, quer pacificar para depois fazer shopping — ou a ordem inversa — desde que o comum não se expresse como contrapoder multitudinário impregnado de poder constituinte, tal como as ocupações urbanas que reocuparam a cena política metropolitana.

Além das ocupações por moradia, pude acompanhar em Belo Horizonte a organização da ocupação do casarão abandonado do bairro Santa Efigênia, Rua Manaus, 348, que resultou na construção do

Espaço Comum Luiz Estrela (ver *Excursão Estelar*). O “comum” inscrito no nome faz explícitos e reafirma o horizonte político e a nova gramática que orienta a construção dessa experiência constituinte de produção do comum. Questões como a horizontalidade, a autogestão, apresentação ao invés da representação, o exercício da democracia real e a relação com a institucionalidade, o cuidado uma com outra, as opressões (queer), a abertura às singularidades e todos os demais temas afetos ao comum são constantemente postos em debate, mais do que em qualquer outro espaço político em que eu até então tinha atuado.

Somente a radicalidade e o esforço coletivo na construção de um processo horizontal e aberto, orientado pelo comum, explica a potência dessa ação política que, aliada a outros fatores conjunturais, resultou na derrota da parceria público-privada articulada para o imóvel apenas dois meses após a ocupação do casarão tombado, realizada em 26 de outubro de 2013. O Estado foi obrigado a anular a cessão do imóvel — feita anteriormente ao particular — em favor de sua cessão para a multidão corporificada pós-jornadas de 2013 no Espaço Comum Luiz Estrela. Vencido o primeiro embate contra o poder público estadual e contra a fundação privada⁹ que detinha a cessão de uso do bem em questão, abre-se a possibilidade de que todas as energias sejam desprendidas à gestão comum do espaço, horizonte desafiador e não menos árduo.

Ainda em Belo Horizonte, uma ampla rede (na qual ativistas do Espaço Comum Luiz Estrela tiveram um papel importante, juntamente com movimentos sociais, coletivos, grupos de pesquisa etc.) se articulou contra o desalojamento das ocupações de moradia Rosa Leão, Vitória e Esperança, na região do Isidoro, rebatizada como Izidora, área delimitada para a execução de mais uma operação urbana

⁹ Fundação Educacional Lucas Machado (FELUMA).

aprovada pela Prefeitura de Belo Horizonte à revelia da sociedade. A linda e potente resistência das ocupações da Izidora também oferece rico substrato para a análise da luta pelo comum na cidade em oposição às políticas público-privadas de provimento habitacional.

Diante do exposto até aqui, interessante notar como todas essas lutas podem convergir no comum e daí extrair as melhores possibilidades de difusão e agenciamento de novos(as) combatentes na metrópole contemporânea tendo em vista a importância da produção de novas subjetividades ao projeto emancipatório. Inegável nessa conjuntura a afirmação do comum como nova fronteira de luta política radicalmente democrática para além da antinomia público/privado. Por outro lado, o comum enquanto princípio político, ao ser criticamente confrontado com a realidade das resistências, das organizações e movimentos, pode contribuir para dar sentido, orientar as práticas de produção, gestão e deliberação, além de potencializar e conectar em rede uma pluralidade de lutas e práticas alternativas antagônicas à hegemonia do capital.

EXCURSO DAS MARGARIDAS

Margarida Maria Alves nasceu no município de Alagoa Grande (PB), no Brejo Paraibano, em 05 de agosto de 1933. De origem camponesa, foi a primeira mulher presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade. Durante os 12 anos em que esteve à frente da entidade, foram ajuizadas mais de 600 ações trabalhistas em defesa dos direitos dos trabalhadoras rurais. Margarida foi ainda responsável pela criação de delegacias sindicais em engenhos e usinas da região, além de lutar pela assinatura da carteira de trabalho e demais direitos das pessoas que trabalhavam nos canaviais em condições análogas à escravidão. Sua atuação combativa colidiu com os interesses dos coronéis, latifundiários do sertão,

*É melhor morrer na luta
do que morrer de fome.*

Margarida Alves

dentre os quais Agnaldo Veloso Borges, já falecido, e seu genro, José Buarque de Gusmão Neto, conhecido como Zito Buarque, mandantes do seu brutal assassinato no dia 12 de agosto de 1983, com um tiro calibre 12 na face, quando estava na janela de sua casa, na presença do esposo, sua mãe, irmãs e filho que, na época, tinha apenas 8 anos.

O dia de sua morte ficou consagrado como o Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária. A essa brava lutadora brasileira, dedicamos o nome do Coletivo de advogadxs populares de que trata o presente excurso, o qual, enquanto coletivo assumidamente feminista, tem a imensa responsabilidade de honrar sua memória.

O Coletivo Margarida Alves nasceu no primeiro semestre de 2012, reunindo advogadxs populares com atuação em direitos humanos, conflitos fundiários, assessoria jurídica aos movimentos sociais e sindicatos. Sua dinâmica de trabalho e deliberação horizontal, democrática, com autonomia, abertura à diversidade, atuação em rede, capacidade de agenciamento e articulação das resistências e potência frente ao poder instituído no seu próprio terreno, com fundamento nas suas normas, justificam a inserção neste trabalho de um rolezim dedicado às Margaridas, cuja existência pode ser considerada uma das singularidades da luta em Belo Horizonte. Feliz a metrópole cujas resistências podem contar com assessoria jurídica ativista e militante, com autonomia de ação, que bate de frente com as forças hegemônicas, articulada em uma ampla rede, de movimentos e atores institucionais, e que, ainda, goza de excelência técnica e rico acúmulo de experiências no campo da advocacia popular.

As lutas multitudinárias da contemporaneidade se expressam cada vez mais como processos colaborativos em rede e constituição de espaços comuns de produção, defesa e enfrentamento ante o Estado-capital. Nesse sentido, a assessoria jurídica popular a serviço das lutas (e imbricada nas resistências) também deve ser a expressão de uma inteligência de enxame, da biopotência multitudinária frente ao domínio biopolítico violador de direitos e garantias fundamentais¹⁰. Explorar as brechas do poder instituído significa travar batalhas no campo judicial em sintonia com as lutas pela afirmação de direitos.

Nesse esforço, é absolutamente essencial o trabalho que muitos estão fazendo hoje, utilizando os meios legais dos sistemas nacionais e internacionais como uma espécie de contrapoder. Ações

10 Nesse sentido, o Coletivo Margarida Alves criou a Rede Margarida Alves, com maior potencial de agenciar operadorxs do direito para as lutas e resistências.

judiciais coletivas contra corporações poluidoras; demandas de direitos humanos contra a guerra, a tortura e o abuso policial; e a defesa de refugiados, imigrantes e presidiários — essas ações utilizam o poder do juiz contra o do rei, aproveitando elementos do sistema legal contra o poder soberano. Ainda que essenciais, as operações desses contrapoderes são sempre limitadas e circunscritas pelo poder soberano, sejam Estados-nação ou sistemas internacionais (HARDT E NEGRI, 2014, p.85).

As Margaridas partem dessa premissa quanto aos limites inerentes ao campo de atuação circunscrito pelo poder soberano. Também por isso, a atuação das Margaridas transcende em muito a representação das demandas na esfera litigiosa das cortes de (in) Justiça ou no âmbito da Administração Pública. Mais do que advocacia popular tomada em sentido estrito, as Margaridas prestam na verdade assessoria política e jurídica, isso inclui a produção de espaços

comuns de formação, compartilhamento de saberes, informações e agenciamento das lutas.

O caráter da assessoria prestada também não se confunde com a assistência jurídica oferecida pelas defensorias públicas. As Margaridas, como as defensorias públicas, não atuam para ricos, mas também não prestam assistência jurídica para “hiposuficientes” no sentido de serviço público obrigatório constitucionalmente previsto como essencial à função jurisdicional do Estado. Aqui, a relação com os sujeitos não se dá no plano da assistência, da representação outorgada por procuração, mas sim da construção conjunta, horizontal e comum, antagonista, portanto. Outra diferença: as defensorias públicas atuam sem cobrar nenhuma contrapartida das pessoas assistidas, as Margaridas, por sua vez, cobram um “preço” altíssimo para atuarem em determinada demanda que, nem sempre, as pessoas estão dispostas a pagar:

o compromisso com a luta e a transformação social, sem o qual preferimos recomendar outros profissionais no vasto mercado da advocacia privada ou mesmo a assistência jurídica pública. As diferenças ora apontadas, evidentemente, não dispensam nem diminuam o valioso papel das defensorias públicas, parceiras indispensáveis à assessoria jurídica popular.

176 *Importa destacar, ainda, a postura militante que deriva do comprometimento e envolvimento direto com as lutas (sem qualquer neutralidade ou “purismo”), também pressuposto indispensável à perspectiva assumida pelo Coletivo Margarida Alves. O caráter militante das Margaridas passou a constar nas próprias disposições do Estatuto da Associação “Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular”, registrado em 2014. Tal desiderato fica claro quando se observa, dentre as finalidades da Associação — compostas por vinte e oito escopos jurídico-políticos*

—, “apoiar e participar das lutas por melhorias das condições de vida de grupos marginalizados nas/das cidades”. A dimensão de lutar com os excluídos é uma dimensão constituinte de uma assessoria jurídica-popular que não abre mão da tomada de posição política em favor dos pobres urbanos.

Outro princípio fundamental já mencionado diz respeito à autonomia política (logo, também financeira), tanto com relação à autonomia dos sujeitos individuais ou coletivos que buscam a atuação das Margaridas, quanto no que concerne ao próprio Coletivo relativamente ao poder instituído, ao capital ou qualquer entidade externa. Historicamente, as assessorias jurídicas populares foram tratadas como aparelhos de partidos de esquerda ou mesmo de sindicatos e movimentos sociais. Diferentemente, as Margaridas surgem sob o signo da autonomia frente aos partidos e movimentos com os quais atua, isso no que diz respeito às suas deliberações políticas

enquanto Coletivo, uma vez que autonomia aqui não significa a condução autônoma das ações judiciais, sem a participação direta da parte interessada. No Coletivo e na Rede Margarida Alves há ativistas independentes, militantes de partidos de esquerda, advogadx de movimentos e organizações políticas, defensorxs de direitos humanos, sem que nenhuma das forças políticas às quais estejam vinculadas pessoalmente as margaridas possa verticalmente pautar nosso espaço comum. E, obviamente, autonomia de atuação quanto ao Estado e ao capital, razão pela qual o Coletivo preza pelo autofinanciamento, com contribuições mensais das próprias margaridas.

A assessoria jurídica pode ser um campo interessantíssimo, quiçá indispensável, para o exercício da copesquisa cartográfica, em vários sentidos. Não há copesquisa cartográfica que prescindia da dimensão jurídica das reivindicações encampadas pela multidão metropolitana, já que é via todo um aparato

jurídico que opera o neoliberalismo contemporâneo. De igual modo, o dispositivo do assessoramento jurídico permite cartografar, conectar e articular em rede uma multiplicidade inesgotável de processos. A copesquisa cartográfica no âmbito jurídico rompe com a visão legalista e positivista de que o direito se encerraria em uma norma ou decisão judicial para afirmar um direito que emerge das lutas urbanas multitudinárias contra o poder centralizador do direito Estatal. A partir daí projeta um direito insurgente pulverizado nas várias experiências e vivências do direito produzidas diretamente nas diversas fissuras da metrópole biopolítica.

Apenas a título ilustrativo do potencial de agenciamento e cartografia pela assessoria jurídica na perspectiva autônoma e horizontal adotada pelas Margaridas, seguem alguns dos grupos, políticos, culturais e institucionais com os quais o Coletivo e/ou a Rede Margarida Alves possui conexões ou já trabalhou conjuntamente: Movimento

Nacional da População em Situação de Rua; Defensorias Públicas (Estadual e da União); Ministério Público (Estadual e Federal); Real da Rua; Duelo de MCs; Associação Imagem Comunitária – AIC; Centro Acadêmico Afonso Pena – CAAP; Graal Movimento de Mulheres; Espaço Comum Luiz Estrela; Brigadas Populares; PSTU/Conlutas; PCR/MLB; MST; MAB; Tarifa Zero; movimento feminista; movimento quilombola; Salve Santa Tereza; associações comunitárias; Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade; Associação dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral – ASTREMG; Associação Casa do Estudante – MOFUCE; Comitê Popular dos Atingidos pela Copa – COPAC; Feirantes do Mineirinho; Barraqueiros do Mineirão; Centro Nacional de Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua e Materiais Recicláveis – CNDDHH; Instituto de Pesquisa Direito e Movimentos Sociais – IPDMS; cooperativa Bar do Olímpio; Movimento Nova Cena; Assessoria Jurídica

Popular – AJUP; Comissão Pastoral da Terra – CPT-MG; Sindeleтро; Sitra-emg; Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG; CONEDH; Escritório de Direitos Humanos; Instituto de Direitos Humanos; ONG Cultiva; Rede Nacional de Advogados Populares – RENAP; Comissão Nacional da Verdade; Fórumdoc; Marcha da Maconha; Grupo Indisciplinar UFMG; Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos (TDD); Pólos de Cidadania da UFMG; Serviço de Assistência Judiciária – SAJ da PUC Minas; Escritório de Integração da PUC Minas; Arquitetas Sem Fronteira – MG; Pastoral Carcerária; Pastoral de Rua; parlamentares de esquerda etc.

No campo dos conflitos fundiários, algumas das ocupações em que houve atuação das Margaridas: Vila Braúnas (Ribeirão das Neves); ocupação Dandara (BH); ocupações de Timóteo (Vale do Aço); ocupação Contestado (São José – SC); vila Esperança (BH); ocupação William Rosa (Contagem); ocupação Emanuel Guarani Kaiowá (Contagem);

Eliana Silva (BH); Nelson Mandela (BH); ocupação/pomar do Cafezal (BH); ocupação Novo Paraíso (BH); ocupações da Izidora (BH/Santa Luzia); conflitos fundiários em Conceição do Mato Dentro contra a empresa Anglo American (violadora contumaz de direitos humanos)¹¹; Dom Tomás Balduino (Betim); Cláudia Ferreira (Contagem); Vila Dias (BH); Tijolinho (BH); Acampamento Lamarca (Esmeraldas); Areias (Ribeirão das Neves); Vila Novo Boa Vista (Contagem) etc.

Em suma, a assessoria jurídica possui um magnetismo das lutas e resistências que, no exercício da cartografia, pode oferecer um insumo potente para conexões insurgentes que resultem em um grande campo de força social

11 A respeito desse conflito gravíssimo, ver trabalho de dissertação de mestrado de Larissa Pirchiner de O. Vieira, sob o título *Projeto Minas Rio e Mineração em Conceição do Mato Dentro/MG: Uma análise a partir dos discursos, dos conflitos e da resistência* (VIEIRA, 2015).

aberto à multiplicidade de sujeitos reunidos em torno da transformação das cidades e de si mesmos.

Algumas demandas simbólicas merecem menção, pois expressam em certo sentido algumas possibilidades colocadas à assessoria jurídica popular e a positividade constituinte inerente à breve história das Margaridas, marcada por significativas conquistas em proveito do bem comum.

Nesse sentido, vale rememorar a Ação Popular ajuizada em defesa da população em situação de rua, pessoas que têm seus pertences ilegalmente apreendidos pelo poder público municipal (fiscais e guarda), juntamente com a polícia militar (tem mesmo que ser filha da ditadura uma instituição capaz de privar do mínimo existencial uma pessoa que já não tem nada).

As Margaridas testemunharam inúmeras vezes as ações higienistas e repressivas contra a pop de rua, inclusive em frente à sua sede, próxima a um viaduto onde há uma maloca. Começamos então a

Figura 11: Moradores em situação de rua com cópia da decisão judicial do TJMG.

Figura 12: Arquivo do Comitê Popular Atingidos pela Copa – COPAC. Junho de 2014.

Figura 13: Advogadas do Coletivo Margarida Alves negociam com a polícia no primeiro dia da ocupação, em 26 de outubro de 2013.

articular com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e com xs moradores que conviviam conosco, que nos chamavam na casa quando os agentes públicos chegavam para recolher seus pertences pessoais.

O poder público, o mesmo que assegura a propriedade privada do rico (mesmo aquela que descumpre sua função social, logo, a Constituição Federal), rouba, à luz do dia, com o uso da força policial, a propriedade privada dos pobres, ou melhor, dos mais pobres de todos os pobres urbanos: roupas, remédios, cobertores, documentos de identidade, papelão, carrinhos de

trabalho, panelas etc. Sem qualquer direito de defesa, sem qualquer notificação, nada. Diante disso, as Margaridas se mobilizaram, agenciaram outros atores e ajustaram a ação popular por lesão à moralidade administrativa. O juiz de primeiro grau negou a liminar com uma decisão preconceituosa que dizia, por exemplo, que se tratava de uma questão de saúde pública o recolhimento dos pertences, já que acumulavam ratos. O Coletivo fez recurso de Agravo de Instrumento contra a decisão de primeira instância e logrou obter junto ao Tribunal de Justiça decisão favorável para determinar ao Município de Belo Horizonte e ao Estado de Minas Gerais a proibição



da prática judicialmente impugnada pelas Margaridas. Segue nota publicada por ocasião do julgamento do recurso:

Tribunal de Justiça confirma decisão liminar e julga procedente recurso interposto em defesa da população em situação de rua

Hoje, dia 11 de julho de 2013, foi um dia histórico para a população em situação de rua de Belo Horizonte. Por três votos a zero, a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais confirmou decisão liminar para acolher recurso elaborado pelo Coletivo Margarida Alves de assessoria popular e proibir que os agentes públicos municipais (Fiscalização e Guarda) e estaduais (Polícia Militar) recolham compulsoriamente os pertences pessoais do povo de rua.

A Desembargadora Relatora, Dra. Teresa Cristina, iniciou seu voto dizendo que essa foi a demanda mais difícil de toda sua carreira de magistrada e que, por isso, estava emocionada. O Desembargador

Revisor, Dr. Bitencourt Marcondes, classificou como fascista a conduta dos Réus (Município e Estado) contra a população em situação de rua. A Procuradora de Justiça, Dra. Gizele, não conteve as lágrimas ao pronunciar a posição favorável do Ministério Público Estadual ao acolhimento do recurso com fundamento da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A sessão de julgamento contou com a presença de vários moradores em situação de rua que jamais haviam entrado numa Corte de Justiça para demandar a proteção dos seus direitos. Pelo Coletivo Margarida Alves, a advogada Juliana Benício Xavier fez emocionante sustentação oral na qual utilizou o primado do “amor” como principal fundamento em defesa do povo de rua.

Com essa decisão histórica, exigimos que a Prefeitura de Belo Horizonte e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais cessem a violação de Direitos Humanos da população em situação de rua, sob pena de execução da multa

prevista no acórdão proferido hoje e responsabilização dos agentes públicos envolvidos.

Convocamos a todas(os) que defendem o povo de rua a monitorar o Poder Público nas abordagens realizadas junto à população de rua, registrando com fotos e vídeos qualquer ato de violência e abuso de autoridade. De igual modo, precisamos que todas as pessoas que hoje vivem em situação de rua em Belo Horizonte saibam dessa decisão para que possam defender seus direitos. Assim, quem sabe um dia, os moradores de rua de Belo Horizonte deixarão de ser tratados como humanos de segunda categoria.

Coletivo Margarida Alves
Assessoria Popular

Para maiores informações: [...] Belo Horizonte, 11 de julho de 2013.

Depois desse julgamento histórico, em que o atual Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais classificou como fascistas as condutas

dos agentes dos Réus (Município e Estado), as Margaridas difundiram a decisão junto à pop de rua e agenciaram outros atores nesse escopo, pois mais importante do que a decisão em si é a emancipação do povo de rua, o que passa pelo seu empoderamento.

A rede #Resistelzidora constituída em torno da defesa das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, em contraponto ao projeto do Estado-capital materializado no Programa Minha Casa, Minha Vida e na Operação Urbana do Isidoro¹², congregou várias redes articuladas à inteligência coletiva de um campo de profissionais e ativistas insurgentes no manejo da assessoria jurídica popular. A atuação jurídica a partir do Coletivo Margarida Alves se deu em registro político aberto congregando uma forma-rede de ativismo formada por mais de uma dezena de advogadx populares, alunos de Pós-Graduação e graduandos que

12 Ver sobre em: <<http://oucqh.indisciplinar.com/>>.

realizam uma produção comum a partir do fazer-com político-jurídico.

A atuação dessa rede se deu pela disputa jurídica no manejo de ações judiciais em defesa das famílias da Izidora, pela interação via redes sociais, pela atuação em conjunto com a rede de comunicação, pela produção coletiva das peças jurídicas e documentos em torno do conflito, pelo registro de testemunhos de vítimas do aparato repressor do Estado, articulação de vários órgãos estatais e participação em mesas de negociação e audiências. Além disso, pelo contato direto permanente com as ocupações, seja em assembleias, seja em eventos culturais, ou seja, pela manutenção de relações de amizade e confiança mútua entre moradores da comunidade e advogads, forjou-se um ambiente de construção comum da luta política/jurídica. Apesar da força do poder econômico que envolve a bilionária Operação Urbana do Isidoro – OUI (veja no Blog do Indisciplinar denúncias sobre a OUI), as ocupações da Izidora, que também são

desdobramentos de junho de 2013, conseguiram resistir e defender seu território da investida do Estado-capital pelo desalojamento sem alternativa digna.

Em junho de 2014, no contexto da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, momento em que houve ampla perseguição a militantes políticos e controle de circulação de pessoas em reuniões fechadas, com registro fotográfico dessas reuniões realizado pela polícia militar de Minas Gerais, é que se pode entender minimamente o que foi o aparato repressor montado na ditadura militar de 1964-1985. Como afirma Benjamin (2012), somente quando uma situação no presente se assemelha ao passado é que se entende a verdadeira imagem do passado.

Quando a polícia militar de Minas Gerais utilizou a chamada tática de Hamburgo, ou “envelopamento”, cercando os manifestantes anticopa por todos os lados, para impedir que eles fizessem uma manifestação pela cidade no dia de 14 de junho de 2014, aquilo foi

uma forma de reviver hoje o que tantas pessoas sentiram nos períodos de chumbo em que a liberdade de manifestação era cerceada de forma profunda. Diante desse contexto as Margaridas se insurgiram por via de um Mandado de Segurança impetrado na Corte Superior do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O juiz Ronaldo Claret de Moraes deferiu liminar para proibir a polícia militar de cercar manifestantes que protestam contra a Copa do Mundo na capital mineira e afirmou o direito de manifestação legítimo de cidadãos questionarem o megaevento realizado no Brasil como exercício da liberdade de expressão. A decisão foi cassada posteriormente pela Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais por via de um expediente judicial de exceção utilizado pelo Governo estadual em uma articulação precisa para reprimir a exploração das ruas e evitar o ocorrido um ano antes. Queriam matar junho de 2013 subjetivamente — queriam matar a multidão inapropriável que

é expressão da falência da democracia representativa consubstanciada na associação direta entre Estado e capital. O caso ainda será analisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pela provocação recursal levada a cabo pelo Coletivo Margarida Alves que apresentou uma Reclamação perante a Corte Suprema.

Enquanto Coletivo feminista, o campo da luta contra as opressões de gênero é demasiado caro às Margaridas. Nesse sentido, também merece menção a Ação Civil Pública proposta contra o aplicativo Tubby, a qual ganhou repercussão nacional após o juiz da 15ª Vara Criminal conceder decisão liminar para proibir em todo país o lançamento do aplicativo machista, sob pena de multa diária de 10 mil reais. O anunciado aplicativo permitiria a avaliação pública de mulheres conforme seu desempenho sexual. As Margaridas participaram de uma ampla articulação com movimentos feministas da cidade para elaborar a ação que teve como fundamento

a Lei Maria da Penha. O aplicativo Tubby jamais foi lançado e a luta feminista conquistou um importante precedente judicial.

Por fim, a memorável atuação das Margaridas, em ampla rede colaborativa, no patrocínio da defesa administrativa (perante o Ministério Público) e judicial do Espaço Comum Luiz Estrela (vide Excurso Estelar), na qual foi possível, por exemplo, por meio de um recurso de Agravo de Instrumento, suspender no Tribunal a ordem de despejo concedida pelo juiz de primeiro grau. O fundamento constitucional: a sociedade tem o direito de tomar para si a preservação do patrimônio histórico e cultural, sobretudo quando a ação ou omissão do poder público o ameaça. A decisão suspensiva foi primordial para o processo de negociação junto ao governo do Estado, também diretamente acompanhada pelas Margaridas, a qual culminou na conquista da cessão de uso do imóvel por 20 anos prorrogáveis para o Espaço Comum Luiz Estrela.

Tais precedentes somados às demais conquistas e às inúmeras decisões favoráveis já obtidas pelas Margaridas em ações de reintegração de posse não podem nos iludir quanto às limitações da atuação judicial. As Margaridas não ignoram o fato de que “os judiciários, apesar das afirmações de independência, são sempre poderes políticos” (HARDT E NEGRI, 2014, p.130). Inegavelmente o campo de atuação judicial cumpre um papel indispensável, mas não suficiente para virar o jogo na luta de classes. Uma das nossas grandes referências, mestre inspirador, o Professor Fábio Alves dos Santos, como advogado popular, sempre dizia nas assembleias das ocupações que, quando o povo ocupa um terreno, já começa perdendo o jogo pelo placar de dois a zero, pois tanto o Estado quanto o proprietário querem despejar. @s advogadx, por melhor que sejam, só podem marcar um gol, ficando o placar em 2 a 1. Quem deve empatar o jogo e garantir a vitória?

CONSTITUIÇÃO DO COMUM PARA O EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA REAL

[...] a “verdadeira democracia” é um agir político que resiste à sua transfiguração numa forma organizadora, integradora, unificadora, a forma-Estado.

Miguel Abensour

Também sob o prisma do comum, pode-se perceber como os poderes instituídos perdem legitimidade frente aos anseios e necessidades da multidão que deixa de creditar confiança e expectativas nos compromissos assumidos pelas autoridades públicas. Isso nunca ficou tão explícito como a partir do processo político inaugurado no Brasil com as *Jornadas de Junho de 2013*, quando foram expostos os efeitos da chamada crise de representação. Dessa crise de representação decorre o ímpeto das forças multitudinárias quanto à pauta, presente em todas essas manifestações, de radicalização da democracia, no sentido de dar concretude às vozes que vêm da rua. Por certo, “a maneira mais segura e mais poderosa de gerar afetos políticos democráticos é por meio da prática da democracia” (HARDT E NEGRI, 2014, p.125).

O imperativo de radicalização da democracia — que passa pela construção de processos autônomos que vão além dos mecanismos de controle e participação direta da população na formulação e execução de políticas públicas — se coloca em oposição frontal à *cidade-empresa*, subjugada à ideologia contrária ao dissenso. Devemos considerar, no entanto, que a *cidade-empresa*, apesar do seu conteúdo antidemocrático, sustentado na ideologia do pensamento único, se reveste de um *verniz participativo*, em que são criados espaços e

canais de participação popular instituídos pelos governos municipais, tais como audiências públicas, conferências temáticas, conselhos deliberativos, orçamento participativo, fóruns intersetoriais etc.

Entretanto, as grandes decisões políticas, inclusive aquelas que dizem respeito às intervenções realizadas por meio das mencionadas operações urbanas e outras modalidades de parcerias público-privadas para a execução de *grandes projetos* que afetam parte significativa do tecido urbano, são tomadas em gabinetes fechados, fundamentadas em consultorias privadas que são, muitas vezes, contratadas pelos próprios agentes interessados na aprovação e licenciamento das obras.

Há, portanto, uma intencional carência de informações a respeito das intervenções urbanas estruturantes — quase sempre realizadas por meio de parcerias público-privadas — que podem, eventualmente, gerar insatisfação na população, em frontal lesão ao princípio da gestão democrática da cidade previsto no Estatuto da Cidade. Esse, por exemplo, foi o caso da OUC Nova BH. A sonegação de informações por parte do poder público municipal, negociada com as construtoras¹³ interessadas na implementação da operação urbana, visou a obstar questionamentos, críticas e resistências para garantir a realização do megaprojeto a despeito dos interesses da população.

Diante desse cenário no qual os espaços institucionais não oferecem condições reais para a população intervir efetivamente nas decisões políticas de maior envergadura quanto ao planejamento urbano, cabe indagar qual o papel das forças ativas da sociedade que, por seu turno, não creditam confiança nessas instâncias de representação e sabem de antemão da limitação estrutural desses canais pseudoparticipativos.

Cabe, em primeiro lugar, repensar o papel desses canais institucionais de participação popular e disputar sua concepção num sentido mais amplo de democracia real para colocar em evidência suas limitações quanto à gestão democrática das cidades. Muitas expectativas frustradas foram creditadas em torno desses mecanismos de pseudoparticipação que acabaram por legitimar ações e medidas que afrontam qualquer senso de democracia. Apesar disso, tais canais não devem sair totalmente do espectro de atuação das forças que lutam em prol do bem comum. Mesmo porque é preciso chamar a atenção da sociedade para o caráter antidemocrático das composições e normas de funcionamento desses espaços institucionais, da influência de interesses privados e mercantis sobre suas decisões, das limitações de sua competência e poder de decisão (isso quando não possuem caráter estritamente consultivo) e da ingerência e insubordinação do Poder Executivo ante as deliberações que contrariem seus interesses. É de fundamental importância, portanto, expor e constanger o poder instituído quanto ao falseamento dos canais de participação popular — nos quais a população nada decide — e, para tanto, é preciso levá-los em conta na ação política.

Entretanto, também é preciso reconhecer que os desejos expressos pela multidão não encontram vazão nos limites estreitos dos canais institucionais de participação da democracia liberal. Como disse Hardt em palestra, por ocasião de sua vinda ao Brasil, em 2013, os novos movimentos multitudinários, mais do que participar, querem decidir, influir concretamente nas definições políticas fundamentais.

189

O debate político e constitucional precisa ser reaberto. A mudança radical demandada nos dias de hoje não envolve, ademais, somente o conteúdo (do privado e do público para o comum), mas também trata

da forma. Como as pessoas poderiam se associar intimamente em torno do comum e participar diretamente da tomada de decisão democrática? Como a multidão poderia se tornar governante das instituições do comum de uma maneira que reinventasse e concretizasse a democracia? Esta é a tarefa de um processo constituinte (HARDT E NEGRI, 2014, p.65).

Aqui se nota uma característica essencial dos movimentos multitudinários que não reduzem seu espectro de ação ao campo reivindicativo, mas sobretudo trazem consigo uma dimensão constituinte que não verificamos, em regra, nos movimentos da esquerda tradicional, não raro acomodados a uma postura reativa.

Quando falamos em resistências positivas, chamamos a atenção para a dimensão constituinte das lutas que, além de resistirem às investidas do poder instituído, produzem novos modos de vida, subjetividades e formas de se relacionar, sob o imperativo de abertura à expressão das múltiplas singularidades. Vê-se que as lutas dos movimentos multitudinários se dirigem sobretudo à constituição de processos autônomos e autogestionados, que prescindem da presença do Estado e que sejam capazes de confrontá-lo justamente a partir da constituição do comum. Essa talvez seja uma importante novidade a partir dos desdobramentos das lutas pós-jornadas de Junho de 2013: a explicitação cada vez maior da dimensão constituinte das lutas multitudinárias no Brasil contemporâneo.

190 É claro que essa dimensão constituinte das lutas tem no horizonte a construção da democracia plena, não aquela sufocada e castrada pela representação liberal, mas uma democracia real na qual todas as pessoas possam se expressar e interferir nos processos decisórios sem serem tolhidas por hierarquias rígidas pré-estabelecidas, quase imutáveis.

Hardt e Negri sustentam que hoje, “quando a multidão finalmente se torna capaz de governar a si mesma, a democracia é possível” (2005, p.426). Evidentemente, é muito mais fácil conceber o exercício da democracia real na atualidade, nos marcos da produção biopolítica contemporânea, expandida em redes comunicativas e colaborativas que alcançam todo o tecido urbano, e tendo em vista ainda as novas plataformas tecnopolíticas que permitem ampliar os processos consultivos e deliberativos afetos à vida da população. Vejamos:

Quando a produção de códigos, linguagens, ideias, imagens e afetos é, como sustentamos, cada vez mais central na produção biopolítica contemporânea, as fronteiras que delimitam o âmbito da produção são expandidas e ficam indistintas, de modo que toda a sociedade tende a ser trazida para dentro de suas redes. Nesse contexto, então, se estendermos as estruturas de tomada de decisão e de participação política no sentido da produção, como os antigos conselhos operários faziam, poderemos potencialmente alcançar um escopo muito maior e trazer para as estruturas políticas uma parcela muito maior da sociedade. Dizendo de outra forma, as estruturas de relação e comunicação criadas na produção biopolítica podem ser adaptadas para estender a forma de assembleia a um nível social amplo (HARDT E NEGRI, 2014, p.124).

Muitos são os desafios colocados às forças tradicionais de esquerda no atual contexto político social brasileiro. Dentre eles a construção de processos autônomos e horizontais de produção coletiva, formação política e ação direta que canalizem as insatisfações dos(as) cidadãos(as) e que expressem a construção do comum em oposição ao Estado-capital. Porém, lamentavelmente, as forças políticas

construídas pela esquerda brasileira no último quarto do século passado, especialmente os partidos políticos e as centrais sindicais, mostraram-se inadequadas como ferramentas políticas aptas a dar vazão à força multitudinária que eclodiu nas ruas.

As rebeliões urbanas de 2013 colocam às organizações tradicionais de esquerda a necessidade de rever velhas práticas políticas, reformular concepções tidas como verdades absolutas e ter humildade para se colocar lado a lado, horizontalmente, com a multidão que abalou as estruturas do poder instituído. Devemos partir da compreensão de que essa multidão metropolitana que, como visto, não se reduz à classe operária e seus aparelhos de representação, bem como não se confunde com o conceito de povo ou mesmo com as massas já que preserva as diferenças singulares, as subjetividades, as identidades em fluxo contínuo, pode se revelar como potência constituinte frente ao poder instituído quando seus múltiplos desejos confluem. Quem sabe assim essa velha esquerda possa contribuir na edificação de uma alternativa que confronte o controle biopolítico do Estado-capital a partir da produção do comum.

O comum não se refere a noções tradicionais da comunidade ou do público; baseia-se na comunicação entre singularidades e se manifesta através dos processos sociais colaborativos da produção. Enquanto o individual se dissolve na unidade da comunicação, no comum, as singularidades não se vêem tolhidas, expressando-se livremente no comum (HARDT E NEGRI, 2005, p.266).

Como já dito inicialmente, nas maiores metrópoles brasileiras atualmente, *grandes projetos urbanos* concebidos via parceria público-privada à revelia da população chamam a atenção como importantes

trincheiras de organização multitudinária, mobilização política, constituição do comum e produção de novas subjetividades. Não somente pela amplitude desses projetos que muitas vezes afetam a vida de parte considerável da população, mas também por serem a expressão mais bem acabada da lógica de gerenciamento empresarial do espaço urbano, cujo planejamento (“estratégico”) está cada vez mais servil aos interesses do mercado imobiliário, razão última da crise urbana que levou as multidões às ruas em 2013 (MARICATO et al., 2013).

Penso que o enfrentamento multitudinário aos *grandes projetos urbanos* antidemocráticos e atentatórios aos interesses da coletividade, como expressão do projeto neoliberal de *cidade-empresa*, deva ser orientado e, ao mesmo tempo, favoreça a constituição do comum, o qual se traduz, ademais, na disposição dos(as) cidadãos(as) de, em defesa das suas aspirações imediatas, mobilizarem-se por uma outra sociabilidade urbana a partir do exercício da democracia real.

Em suma, o comum assinala uma nova forma de soberania, uma soberania democrática (ou, mais precisamente, uma forma de organização social que desloca a soberania) na qual as singularidades sociais controlam através de sua própria atividade biopolítica aqueles bens e serviços que permitem a reprodução da própria multidão. Esta deveria constituir uma passagem da *Res-publica* para a *Res-communis* (HARDT E NEGRI, 2005, p.268).

EXCURSO DA BIKE

a bicicleta vai muito além dos benefícios à saúde, meio ambiente e eficiência de transporte, ela canaliza um desejo de transformação sistêmica do mundo, a partir de uma transformação pessoal, uma outra relação com o próprio corpo, com o meio, com o dinheiro, e com os símbolos de tudo isso. Uma mudança em que o homem e a mulher se descobrem parte de um meio, natural ou social, e em continuidade com ele. Nada da cisão que o parabrisa proporciona e que faz levar o mundo privado pra passear.

Maurício Ayer

Parte 1: no caminho de casa para a Escola...

194

É claro que, diante de um trabalho que parte do reconhecimento da dimensão biopolítica, tanto no que diz respeito ao controle exercido pelo Estado-capital, mas também

no que diz respeito às lutas e às resistências, eu não poderia conceber o Excurso da Bike de outro modo que não fosse andando sobre uma bicicleta, fazendo aquilo que me dá grande prazer, alegria, além de proporcionar novas relações com o espaço.

Nesse sentido, estou agora a caminho da Escola de Arquitetura (onde estudo desde o ano 2013), concebendo e gravando em áudio o rolezim da bike, que parte da minha experiência no uso da bicicleta para me locomover.

Eu não tenho mais automóvel, utilizo a bicicleta no meu cotidiano, percorrendo inclusive longas distâncias, como, por exemplo, para ir da minha casa, no bairro Santa Tereza, na região Leste da cidade, até a região do Barreiro, na periferia de Belo Horizonte, onde vive minha família. Então, o primeiro elemento que eu destaco nesse sentido, partindo da minha experiência, diz respeito à subversão das escalas. Sobre a bicicleta as distâncias no deslocamento pela cidade se tornam cada vez menores, são percorridas cada vez mais rápido e também com mais prazer na medida em que locomover-se de bicicleta pela cidade, pelo menos no meu caso, permite estabelecer novas relações com a urbe, que

se aprofundam cada vez mais, no sentido de perceber novas singularidades dos espaços transitados.

A cada vez que passo novamente num lugar, as singularidades desse lugar vão ficando mais explícitas, vou criando uma identificação e um reconhecimento quanto aos lugares já transitados. Mas também percebendo as novidades dos lugares, revelando novas possibilidades de caminhos e os problemas que a cidade possui, os riscos que ela oferece. Fico extremamente aborrecido quando a Massa Crítica¹⁴ não acompanha o ritmo dxs ciclistas que experimentam outras temporalidades sobre a bike, que apreciam o percurso tanto quanto a chegada. São tantas descobertas pelos caminhos. Uma delas diz respeito a um fato até então

14 A Massa Crítica é simplesmente um grupo que se encontra mensalmente para aproveitar o prazer e a segurança de andar pela cidade em grupo. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Massa_Cr%C3%Adtica_\(evento\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Massa_Cr%C3%Adtica_(evento))>. Acesso em: 07 ago. 2015.

ignorado que é uma ligação entre a minha casa e a casa dos meus pais no Barreiro, ligação feita pelo rio e até então ignorada. Andando de bicicleta eu pude perceber que o rio Arrudas me liga à minha família. O principal rio de Belo Horizonte, coberto em boa parte da sua extensão, inclusive com recursos do PAC¹⁵ Copa. A bike revelou aquilo que a estupidez administrativa ocultou. Pela várzea desse rio que eu chego até a casa de minha mãe em cerca de 50 minutos.

Eu penso que todo ciclista é, de certo modo, ciclotivista. Exatamente tendo em vista a dimensão biopolítica, uma vez que se trata de um modo de se locomover, portanto de um modo de viver que assume uma dimensão contra-hegemônica, eu diria até mesmo des-tituínte do paradigma hegemônico rodoviarista, sustentado pela “carrocracia”, que não tem outro fundamento senão a acumulação

capitalista. Basta então colocar meu corpo nas ruas na condição desse enfrentamento, dessa resistência positiva à lógica da cidade-mercadoria subjugada ao totalitarismo dos carros, para que se perceba a dimensão política desse gesto tão prazeroso. O momento auge de percepção da potência, ou melhor, da biopotência do cicloativismo, foram as poucas vezes em que eu fui ao Fórum da Justiça de bicicleta, vestindo terno, o que me custa bastante — “ossos do ofício”. No entanto, nessas situações eu percebi várias reações das pessoas que não ocorrem geralmente quando eu estou simplesmente andando de bicicleta vestido como geralmente alguém se veste, dentro do senso comum que muitas vezes vê a bicicleta somente como lazer. Impressionante como os carros respeitam mais (sequer buzina) quando ocupo uma faixa inteira da via), como se, apesar de estar numa bicicleta, estou lançando mão de um significativo que me situa num outro plano hierárquico, um outro

15 Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal.

nível dentro da hierarquia social. Terno denota autoridade, denota poder. Assim, percebo como uma potência esse estranhamento que causa nas pessoas e, ao mesmo tempo, o respeito dos automóveis com o ciclista vestido de terno, isso também tem a ver com a performance.

Andar de bicicleta não deixa de ser uma performance, que pode permitir esse tipo de hibridação entre um modal contra-hegômico, sustentando um sujeito que transparece fazer parte de uma classe hegemônica ou, pelo menos, veste-se como tal, o que amplia a possibilidade de criar um canal, um espaço comum para o diálogo, para o entendimento. Fora os benefícios à saúde e as mudanças corporais propriamente ditas. Falei da relação com a cidade, mas tem uma relação consigo, de estar bem com relação à saúde, ao humor, perceber as mudanças no corpo, desde uma maior disposição física até o corpo mais firme. Enfim, tudo isso é muito marcante para mim. Então,

tinha outras coisas que gostaria de falar, mas eu cheguei na Escola.

Parte 2: no caminho da Escola para a casa...

Bom, depois que eu cheguei na Escola de Arquitetura (de onde já estou de partida) e fui transcrever o excuro feito no caminho de casa para cá, vi o quanto é interessante esse método de elaboração do pensamento na bicicleta, claro que isso também diz respeito à biopolítica. A forma usual com que o estatuto científico me coloca para elaboração do pensamento é aquela sentado, sozinho, imerso solitariamente no exercício da escrita; é evidente que minha produtividade, em termos de elaboração textual, estará comprometida. Sobre a bicicleta me parece que as ideias fluíram melhor. Além disso, tinha algumas outras questões relacionadas ao cicloativismo que eu não poderia deixar de falar, até porque a abordagem inicial trouxe

uma perspectiva muito singular, partindo da minha experiência.

Do ponto de vista das lutas multitudinárias travadas na metrópole biopolítica, o cicloativismo se mostra extremamente potente como reação às ações antidemocráticas perpetradas pelo poder instituído, como respostas contundentes que, de certo modo, também produzem novas subjetividades e denotam uma dimensão constituinte de novos modos de vida.

Pego o exemplo da Biciclietinha Solidária, que foi uma resposta às absurdas declarações do prefeito. Em Belo Horizonte, é usual a prática de recolhimento forçado dos bens das pessoas em situação de rua. Apesar de haver decisão judicial que condena e proíbe essa prática, a prefeitura continua recolhendo os pertences. Em 2015, o prefeito da cidade, Márcio Lacerda, declarou publicamente que a população não deveria ajudar com doações aos moradores em situação de rua, colocando em um contexto de vulnerabilidade

ainda maior aquelas pessoas que já estão em uma condição de grave vulnerabilidade social. O prefeito fez essa declaração desumana e, logo em seguida, cicloativistas da cidade, em resposta, começaram a organizar um passeio multitudinário para fins de entregar doações recolhidas anteriormente e distribuir à população em situação de rua da região central da cidade. Foi então um rolê que juntou dezenas de ciclistas, talvez centenas, e não apenas ciclistas, mas mobilizou inúmeras pessoas que deixaram doações nos postos de arrecadação, divulgados pelo evento nas redes sociais. Foi uma atividade linda de interação entre cicloativistas e as pessoas em situação de rua. Em uma das “malocas” em que nós paramos para distribuir as doações, o povo da rua improvisou até um pagode junto com a galera da bike. Foi muito bonito, todas as pessoas que participaram ficaram bastante afetadas com esse gesto simbólico. E também as pessoas que puderam receber essas doações.

Figura 14: Foto da entrega de doações durante a Bicletinha Solidária. Autor desconhecido.



O evento da Bicicletinha Solidária foi só um exemplo, entre várias outras ações, como também ocorreu em resposta ao fatídico episódio da queda do viaduto. Logo depois que o viaduto Guararapes caiu em Belo Horizonte no contexto da Copa do Mundo, em 2014, foi organizada uma Massa Crítica juntando ciclistas da cidade para ir até o viaduto, denunciar aquele crime contra a vida e protestar contra aquilo que tinha acontecido. Foram mais de 10 quilômetros de rolê dos ciclistas até o viaduto que estava interditado, e aí foi uma ação simbólica, muito bonita, que chamou ainda mais a atenção para aquele triste episódio, fruto da tolice da política pública de mobilidade e da imoralidade administrativa.

Em resumo, é possível conceber várias ações do cicloativismo como uma ferramenta de luta concreta no enfrentamento às forças hegemônicas da produção do espaço urbano, e tem uma dimensão simbólica, uma potência performática

e estética associada a isso tudo, evidentemente. Lembro-me de um filme que foi exibido no Cine Clube do Espaço Comum Luiz Estrela, um doc sobre as Jornadas de Junho, no qual a diretora também estava presente, de Brasília (não me recordo agora o nome dela), e, numa das entrevistas do filme, um ativista, questionado sobre a imagem auge dos protestos de junho, lembra a cena dos cavalos da polícia militar indo para cima da multidão e alguns ativistas levantando a bicicleta, deixando apenas uma roda no chão, como simbolicamente desafiando a cavalaria da PM. Essa cena não consta no filme, mas o mero relato dela traz consigo a força dessa imagem. A bicicleta, um instrumento de luta contemporâneo, empunhada contra um instrumento de poder medieval, que é a cavalaria das forças militares de polícia.

Também gostaria de chamar a atenção para como que, por meio da bicicleta, conseguimos bloquear o trânsito com mais facilidade, quando é necessário. Seja

nas Massas Críticas ou nos eventos da Bicicletinha, sempre rola a tomada do pirulito da Praça Sete, da praça da Savassi ou de outras praças em que as bicicletas ficam circulando em volta e os carros não têm nada a fazer a não ser esperar, e quiçá atentar-se para o quão incompatível é o uso massivo do automóvel com o gozo do direito à cidade.

O automóvel particular é responsável pelo direcionamento da maior parte dos recursos públicos canalizados em viadutos, alças, pontes estaiadas e outras bizarrias feitas exclusivamente para eles. O cicloativismo também é uma luta travada no território e pelo território, ou melhor, pelo espaço comum. Bom, o percurso é curto e a volta é sempre mais rápida, cheguei.

RESISTÊNCIA POSITIVA EM DEFESA DO COMUM

A resistência organizada para fazer frente aos projetos urbanos anti-democráticos que sejam expressão da *cidade-empresa*, tal como foi a OUC Nova BH, demanda a constituição de uma comunidade articulada em rede, o que não se confunde com uma comunidade no sentido territorial, cujo contato físico é pressuposto para a formação dos laços comunitários. Trata-se de uma comunidade constituída pela profusão de “atividades comunicacionais” (BAUMAN, 2010, p.180) capazes de criar plataformas em torno de objetivos comuns que se contraponham ao poder instituído. Como dizem Hardt e Negri:

Nossa tarefa agora consiste em investigar a possibilidade de que a carne produtiva da multidão venha se organizar de outra maneira e descobrir uma alternativa para o corpo político global do capital. Nosso ponto de partida é o reconhecimento de que a produção de subjetividade e a produção do comum podem formar, juntas, uma relação simbiótica em forma de espiral. Em outras palavras, a subjetividade é produzida através da cooperação e da comunicação, e por sua vez esta subjetividade produzida vem a produzir novas formas de cooperação e comunicação, que por sua vez produzem nova subjetividade, e assim por diante (HARDT E NEGRI, 2005, p.257).

202 Essas redes de resistência positiva devem ser como um caldeirão de informações permanentemente alimentado pelos grupos e ativistas dedicados(as) à construção coletiva e horizontal da luta e, ao mesmo tempo, sob a bandeira da defesa do bem comum, forjar novas disposições nos sujeitos no curso do seu processo de subjetivação e possibilitar

um novo porvir que não se confunde com o porvir da *cidade-empresa*. Para Hardt e Negri, “a rebelião e a revolta não ativam somente uma recusa, mas também um processo criativo” (HARDT E NEGRI, 2014, p.139); por outro lado, vale reiterar, “os processos constituintes são dispositivos de produção de subjetividade” (HARDT E NEGRI, 2014, p.66).

Cabe, então, aos agentes sociais já conscientes do que verdadeiramente significam os projetos antidemocráticos encampados pela força pública, em parceria com o capital imobiliário, construir em coletivo e horizontalmente em redes abertas, as táticas políticas mais adequadas à persecução do necessário engajamento da população atingida nos espaços comuns de mobilização e luta contra tais projetos.

Para que se efetivem os processos de reapropriação da subjetividade [...], eles [os movimentos] devem criar seus próprios modos de referência, suas próprias cartografias, devem inventar sua práxis de modo a fazer brechas no sistema de subjetividade dominante (GUATTARI E ROLNIK, 2005, p.58).

A rejeição popular aos *grandes projetos urbanos* antidemocráticos também se expressa como uma necessidade objetiva frente à ameaça ao bem comum consubstanciada no agravamento da crise urbana e da segregação socioespacial. Importa, assim, explicitar a quais interesses corresponde a implementação do projeto e demonstrar os efeitos perversos, concretamente, sobre o conjunto da população, contrapondo-se à deliberada ausência de informações e participação democrática, considerando que as tratativas são feitas em gabinetes fechados à revelia da população atingida. Somente assim será possível criar uma disposição dos agentes sociais afetados apta a colocá-los em movimento contra as medidas que aprofundam a

lógica de gerenciamento empresarial da cidade, violam os preceitos da função social da gestão democrática da cidade e, em última instância, ameaçam o comum.

Os processos de constituição do comum devem se revelar não apenas como resultado da resistência positiva ao projeto de *cidade-empresa*, mas ainda como método a ser perseguido pelas forças sociais que a ele se opõem e que rejeitam as formas tradicionais de militância política centralizadora e hierarquizada. É de suma importância que os movimentos e as organizações políticas anticapitalistas assumam a horizontalidade como um desígnio inafastável para a construção da democracia real.

Quando a resistência se hierarquiza em comandos centralizados, o processo se fecha ao dissenso e à expressão das múltiplas singularidades que ficam subordinadas à abertura do ser hierarquicamente superior, o chefe, o líder, o dirigente. Perde-se a potência que adviria da abertura e da profusão de singularidades no espaço comum da resistência. Em resumo, numa estrutura verticalizada sempre haverá limites à potência das singularidades em se expressar, condição indispensável para que as pessoas deem o melhor de si em benefício da produção de subjetividade na multiplicidade, logo, em benefício do comum. Deleuze e Guattari ensinam que:

A estes sistemas centrados, os autores opõem sistemas acentrados, redes de autômatos finitos, nos quais a comunicação se faz de um vizinho a um vizinho qualquer, onde as hastes ou canais não preexistem, nos quais os indivíduos são todos intercambiáveis, se definem somente por um estado a tal momento, de tal maneira que as operações locais se coordenam e o resultado final global se sincroniza independente de uma instância central (DELEUZE E GUATTARI, 2011, p.37).

Portanto, é preciso que os territórios de resistência positiva contra parcerias público-privadas atentatórias ao direito à cidade se configurem como espaços de convergência e expressão do dissenso, orientado por essa nova gramática organizacional que supere formas atrasadas de militância baseadas em sistemas centrados e hierarquizados. Nosso horizonte deve ser a construção do comum como modalidade de convivência, cooperação e produção de uma nova sociabilidade urbana em oposição à *cidade-empresa*.

Sobre espaços comuns

DO ESPAÇO CAPITAL AO ESPAÇO COMUM

O espaço é um fato social.

Milton Santos

O desenvolvimento do capitalismo fez do espaço uma mercadoria altamente rentável, protegida sob o manto da propriedade privada imóvel, inacessível pela via do mercado formal aos pobres urbanos, espacialmente segregados. Mais do que isso, o próprio domínio exercido pelo Estado-capital se revela cada vez mais como *dominação espacial*, como política do espaço com efeitos sobre os corpos e a vida da população, instituindo e reproduzindo hierarquias no espaço e pelo espaço. Lado outro, os processos espaciais sempre são sociais.

Em outras palavras, as estratégias de poder se desdobram no espaço via planificação, regulação e controle dos fluxos (bens, pessoas, objetos etc.), o *espaço instrumental*: reprodutor da “segregação generalizada, dos grupos, das funções, dos lugares” (LEFEBVRE, 2008b, p.172).

Ao longo desse processo, como disse Santos, os espaços se diferenciam por sua carga de capital, “pelo produto que criam e pelo lucro que engendram e, em última análise, por seu desigual poder de atrair o capital” (SANTOS, 2001, p.139).

Diante disso, cabe questionar acerca da possibilidade de conceber uma organização espacial que não seja orientada pelos interesses do capital (tendo o Estado como operador e garantidor institucional), mas que corresponda ao comum, tanto no sentido da auto-organização horizontal, democrática e aberta, quanto no sentido da produção coletiva, da partilha e do atendimento dos interesses comuns. A confirmação dessa possibilidade certamente está conjugada à capacidade da organização espacial, fora do domínio estrito da propriedade

pública ou privada, de abrir-se à coexistência múltipla e ao permanente exercício democrático.

Nesse ponto, vale chamar a atenção para a abordagem alternativa do espaço feita pela geógrafa Doreen Massey (2008), na qual ganha relevo a dimensão relacional e processual do espaço contribuindo à espacialização da teoria social e do pensamento político. Se já não há quem negue a dimensão política do espaço, mais do que nunca se faz necessário reconhecer a espacialização da política. No livro *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*, Massey assim resume:

O argumento fundamental deste livro é que importa o modo como pensamos o espaço; o espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política. Afeta o modo como entendemos a globalização, como abordamos as cidades e desenvolvemos e praticamos um sentido de lugar. Se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão do social: da coexistência contemporânea de outros (MASSEY, 2008, p.16).

A autora em questão faz três proposições em sua abordagem do espaço. Primeiro, reconhece o espaço como “produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações” (MASSEY, 2008, p.28), no qual as identidades são construídas relacionalmente, coconstitutivas, de modo dinâmico. Num segundo momento, compreende o espaço como “a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade [...] na qual distintas trajetórias coexistem” (MASSEY, 2008, p.28), para além da história ocidental hegemonicamente calcada na perspectiva estrita do macho branco heterossexual.

O corolário político é de que uma genuína e completa espacialização da teoria social e do pensamento político pode forçar, na imaginação, um reconhecimento mais completo da coexistência simultânea de outros, com suas próprias trajetórias e com sua própria estória para contar. A imaginação da globalização como uma sequência histórica não reconhece a coexistência simultânea de outras histórias com características que sejam distintas (o que não implica estarem desconectadas) e futuros que, potencialmente, também possam sê-lo (MASSEY, 2008, p.31).

Na sequência, como terceira proposição acerca do espaço, Massey elucida o caráter processual do espaço, “sempre em construção” (2008, p.29), exatamente como desdobramento das duas primeiras proposições (espaço como produto de interações e aberto à multiplicidade). A processualidade do espaço também se revela sob o prisma temporal como “genuína abertura do futuro” (MASSEY, 2008, p.31), desprovida de qualquer convicção previamente dada quanto ao destino a ser alcançado, fruto da experimentação coletiva, produto da imanência, diríamos. Arremata: “apenas se o futuro for aberto haverá campo para uma política que possa fazer diferença” (MASSEY, 2008, p.32).

Nessa esteira, Massey rejeita, a um só tempo, tanto a inexorabilidade pós-modernista do fim da história quanto o determinismo histórico do marxismo vulgar. A abertura relativa à proposição interacional do espaço ora aventada, no qual sempre há conexões ainda a serem feitas, abre um horizonte de possibilidades que toma como princípio a “heterogeneidade coexistente” (MASSEY, 2008, p.33) que seria, então, intrínseca ao espaço. Em suma, o espaço, na medida em que se abre à multiplicidade, revela-se como produto de interações, sem ser a esfera fechada de identidades já dadas, sendo antes “espaço de resultados

imprevisíveis e de ligações ausentes” (MASSEY, 2008, p.32). Como disse João Tonucci, em sua banca de qualificação do doutorado, espaço e lugar são territórios abertos de *devir*¹.

Quem experimenta no dia a dia a construção de espaços relacionais, interacionais, múltiplos — não a *diferença negativa*, mas a *multiplicidade positiva* —, abertos e democráticos sente o deleite da processualidade que, imediatamente, desdobra-se em processos de subjetivação e novas temporalidades, insubordinadas às temporalidades do Estado ou do capital.

Novas temporalidades que podem se revelar céleres e eficazes (de dar inveja à velocidade dos fluxos financeiros!) em contextos que reclamam respostas ágeis e biopotentes, multitudinárias portanto; ou, cautelosas e orgânicas (às vezes nem mesmo a burocracia estatal suporta esperar!), nos momentos em que acelerar implique gerar afetos negativos, atropelar processos, abafar singularidades e comprometer a potência que resiste.

Na perspectiva espacial reivindicada por Massey não cabem equivalências entre representação e espacialização; ora, há tempos já aprendemos que as representações do espaço sempre servem a uma estratégia (LEFEBVRE, 2008b). Estamos sim diante de espacialidades nas quais, antes de qualquer representação, exsurgem os imperativos quanto ao exercício da democracia real, lugares em que sejamos movidos(as) pelo desejo de nos autogovernar, em todas dimensões

¹ Aproveito para fazer um agradecimento especial ao amigo João Bosco Moura Tonucci Filho, que gentilmente me cedeu a leitura do seu Memorial para Exame de Qualificação de Doutorado, à época sob o título provisório: *O comum urbano na Metrópole do Sul Global: alternativas e experimentações na produção do espaço* (não publicado), importante fonte de inspiração para a presente escrita.

(re)produtivas da vida, “o espaço e os lugares através dos quais, na negociação de relações dentro da multiplicidade, o social é construído” (MASSEY, 2008, p.35) e a política se torna possível.

Penso que o que é necessário é arrancar o “espaço” daquela constelação de conceitos em que ele tem sido, tão indiscutivelmente, tão frequentemente, envolvido (estase, fechamento, representação) e estabelecê-lo dentro de outro conjunto de ideias (heterogeneidade, relacionalidade, coetaneidade... caráter vívido, sem dúvida) onde seja liberada uma paisagem política mais desafiadora (MASSEY, 2008, p.35).

Dentro dessa abordagem, inevitavelmente passamos a conceber espaços que recusam o vanguardismo revolucionário em proveito do princípio de *mandar obedecendo*, que se orientam pela afirmação do poder constituinte construído “desde abaixo”, que suplantem a política profissional pela política cotidiana, que não sejam hierarquizados, que rechacem a marginalização de gênero pela participação direta das mulheres, a negação do outro pela celebração da diferença, como certa vez (a última) pronunciou desde Chiapas o subcomandante Marcos², para quem “o culto ao individualismo encontra no culto ao vanguardismo seu extremo mais fanático” (MARCOS, 2014).

Tal perspectiva guarda relação com o pensamento de Lefebvre uma vez que o *direito à cidade* legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização que seja discriminatória, segregadora (LEFEBVRE , 2008b), hierárquica, pois. Por outro lado, é

2 *Entre la luz y la sombra*. Último discurso do subcomandante Marcos do EZLN. Disponível em: <<http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/2014/05/25/entre-la-luz-y-la-sombra/>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

o urbano, sob a égide do capitalismo financeiro imperial, que abre a possibilidade de espacialização da política fora da centralidade do mundo fabril cuja produção cada vez mais se esparrama pelo tecido social, irrefutavelmente, de modo que a empresa já não se configura como o “lugar central onde se formam, simultaneamente, a riqueza, a mais-valia, as relações sociais de produção, o modo de produção como totalidade” (LEFEBVRE, 2008b, p.15), como ainda creem os dogmáticos.

De fato, o espaço inteiro se tornou o lugar da reprodução das relações de produção, locus primário aberto à construção de novas relações de produção e formas de existência no mundo, fruto da dimensão constituinte que empodera biopoliticamente a multidão metropolitana num *devoir* espacial comum.

Os espaços públicos de encontro e convivência ainda estão subordinados à regulamentação estatal vertical e antidemocrática, à vigilância e ao controle policial, bem como estão sob a permanente ameaça de privatização, requalificação urbanística (“revitalização”) e processos de *gentrificação* dentro da lógica do urbanismo neoliberal. Em Belo Horizonte, o prefeito-empresário Márcio Lacerda (PSB) determinou unilateralmente, por meio de decreto publicado no final de 2009, a proibição de “realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação”³, marco histórico e arquitetônico da cidade que abriga a estação ferroviária e importante símbolo de lutas pretéritas. Em resposta, nasceu uma das expressões de luta multitudinária mais simbólica e potente na montanhosa cidade de Belo Horizonte: a *Praia da Estação*.

Espaço múltiplo, aberto, horizontal, democrático e antagônico ao projeto de cidade-empresa encampado pelo prefeito do partido socialista (PSB). Mais do que isso, a alegre e biopotente *Praia da Estação*

3 Decreto Municipal n°. 13.798, de 09 de dezembro de 2009.

implicou frutíferos agenciamentos que depois se desdobraram, por exemplo, na explosão dos blocos de carnaval de rua independentes e no *Fora Lacerda*, movimento responsável por aglutinar toda a esquerda partidária, movimentos e ativistas independentes contra as medidas autoritárias, higienistas e os projetos neoliberais da administração pública municipal. A partir daí, a construção de ações conjuntas em redes colaborativas plurais, capazes de agregar múltiplos sujeitos, de anarquistas a militantes partidários, das ocupações de moradia aos blocos de carnaval, passaria a ser uma reconhecida singularidade das lutas em Belo Horizonte.

Não faltam exemplos nas metrópoles brasileiras de lutas que implicam a reapropriação espacial multitudinária em oposição aos cercamentos operados pelo Estado-capital, processos biopotentes que desafiam o *domínio espacial* e, ao mesmo tempo, espacializam a política. Mostra-se de fundamental importância cartografar e conectar essas resistências positivas que, em última instância, refletem a capacidade dos(as) cidadãos(as) construir espaços que sejam capazes de gerar novas subjetividades, modos de existência e produção comum em oposição ao domínio capitalista.

Apreender as lutas travadas na metrópole biopolítica a partir do comum coloca em evidência, de um lado, a urgência de se superar o *domínio espacial* exercido pelo controle da propriedade (pública e privada) e, do outro, a proliferação de novas práticas socioespaciais autogestionadas, *loci* de resistência orientados pela abertura às singularidades (coexistência) e pelo exercício da democracia real.

Segundo Lefebvre (2008b), a classe dominante dispõe de e exerce um duplo poder sobre o espaço, primeiro por força do instituto da propriedade privada imóvel, pelo seu controle salvaguardado em última instância pela autoridade judiciária e, em segundo lugar, por força da

representação povoada de ideologia, pelo conhecimento, a estratégia e a ação do próprio Estado. Hoje, ambos os domínios ganham primazia no horizonte de enfrentamento da multidão metropolitana com vistas à construção de novas espacialidades que possam ser apreendidas e autogestionadas enquanto espaços comuns.

Oxalá os espaços comuns experimentados pela multidão no enfrentamento ao paradigma da *cidade-empresa* sejam capazes de, como força constituinte, recompor a cidade enquanto máquina geradora de diferença e encontros produtivos fora do comando capitalista hegemônico. Fazer do espaço, a um só tempo, o abrigo das nossas recusas e laboratórios de novos mundos, experimentos vivos e imanentes para a constituição das alternativas à ordem global imperial que se expressa no nível local pela aliança entre Estado e capital. Nossa luta é pelo direito de nos autogovernar, começando pelo espaço.

EXCURSO DO MOFUCE

Terça-feira, dia 30 de junho de 2015, ocorreu uma audiência de instrução e julgamento no âmbito da ação proposta pela Universidade Federal de Minas Gerais contra a Associação Casa do Estudante. Isso, um dia após as advogadas do Coletivo Margarida Alves voltarem de Brasília com um precedente histórico do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o qual decidiu determinar a suspensão do desalojamento das ocupações da Izidora, no âmbito do Mandado de Segurança proposto contra o governador do Estado e o comandante-geral da PM. Em suma, ontem a multidão organizada de BH impôs nova derrota ao prefeito-empresário Márcio Lacerda e às empresas que buscam a qualquer custo o despejo das comunidades para viabilizar a ilegal Operação Urbana do Isidoro. Mas não é sobre esse conflito que o presente excurso discorre, e sim sobre o conflito que envolve talvez a ocupação

auto-organizada mais antiga da cidade, cuja história, que remonta ao início da década de 1960, é também uma história de defesa do comum frente ao poder público.

Em setembro de 2013, sob forte atmosfera incriminatória pós-jornadas junho, a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG ajuizou ação reivindicatória perante a Justiça Federal de Minas Gerais pretendendo o desalojamento dxs estudantes e nova incorporação ao seu patrimônio do imóvel onde existe desde 1985 a Casa do Estudante, antigo MOFUCE (Movimento de Fundação da Casa do Estudante de Minas Gerais). A vinculação da ação proposta pela UFMG com as jornadas de junho de 2013 não é gratuita: durante o Mundial da Fifa de 2014, quando fui acompanhar na delegacia quatro artistas **performers** abusivamente detidos pela polícia, soubemos por um agente de polícia civil que a Casa

do Estudante estava sob investigação da polícia em função dos protestos de 2013. Não é coincidência a distribuição da ação judicial pela UFMG nesse contexto, com objetivo de desalojar xs estudantes, depois de trinta anos (30!) de posse mansa e pacífica.

Cabe aqui um breve retrospecto. O imóvel em que se localiza a Associação Casa do Estudante foi coletivamente adquirido pelo movimento estudantil com verba arrecadada na época por entidades estudantis que o arremataram em leilão público em 1961, visando a atender a demanda por moradia estudantil, que não era, à época, objeto de política pública. Função esta que cumpriu até meados da Ditadura Militar, quando o Decreto-lei n.º. 228, de 1967, ancorado no AI-5 (sic), determinou a dissolução das entidades estudantis independentes, incorporando seus patrimônios à Universidade Federal de Minas Gerais, controlada pelos militares. Dispunha o mencionado decreto-lei:

Art.15. Serão suspensos ou dissolvidos pelas Congregações ou pelos Conselhos Universitários, conforme se trate de Diretório Acadêmico ou de Diretório Central de Estudantes, os órgãos de representação estudantil que não se organizarem ou não funcionarem em obediência ao prescrito neste decreto-lei e nos respectivos Regimentos ou Estatutos.

[...]

Art.20. Ficam extintos os órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado.

Parágrafo único. O Ministério Público Federal promoverá a dissolução das entidades e o patrimônio dos referidos órgãos será incorporado à Universidade federal do Estado respectivo, para utilização pelo D.C.E.

Assim, pelo Decreto-lei n.º. 288/1967, o imóvel foi incorporado ao patrimônio da UFMG. Após anos de abandono, no fim da ditadura militar, o prédio foi reocupado pelxs

estudantes, no ano de 1985, que o limpavam, reformaram e o mantêm desde então, no início como MOFUCE, hoje por meio da Associação Casa do Estudante, possibilitando que inúmerxs estudantes pudessem concluir seus estudos na capital mineira.

A UFMG, até o ajuizamento da ação, jamais havia reivindicado a posse do imóvel, nunca registrou um B.O, nada, pelo contrário, forneceu prestação de serviços (vigilância e limpeza) durante um período na década de 1990 e praticou outros atos de tolerância e concordância com a permanência de estudantes na Casa, muitxs dos quais foram bolsistas assistidos pela FUMP (Fundação Universitária Mendes Pimentel, que cuida da assistência estudantil da UFMG).

Esses e muitos outros fatos colocados pelas testemunhas perante o juízo federal deixou incontestável o absurdo da pretensão da Universidade em desalojar xs estudantes, perseguindo argumentos frágeis e até mesquinhos,

sem relação com o objeto da demanda, como, por exemplo, as rodas de capoeira que acontecem na Casa às terças-feiras, de 19h às 20h e que, por causa do barulho, incomodam uma vizinha, arrolada como testemunha pela parte autora da ação.

A Casa do Estudante se configura como um espaço comum que, tanto quanto ao domínio do imóvel (o que buscamos comprovar judicialmente, com base na inconstitucionalidade do decreto-lei da ditadura, bem como no direito à Concessão de Uso Especial para fins de Moradia – CUEM⁴), quanto no que tange à (auto)gestão da Casa (autônoma e horizontal), não se confunde nem com o privado nem com o público.

A relevância da luta em defesa desse bem comum urbano ficou

4 A CUEM foi criada a partir da regulamentação do art.183 da Constituição da República pela Medida Provisória n°. 2220/2001, com força de lei, cujo artigo 2º prevê sua modalidade coletiva.

evidenciada na força dos depoimentos⁵, verdadeira aula de história narrada por amigos e ex-moradores da Casa, da primeira geração que deu vida ao imóvel a partir de 1985, até os dias de hoje.

Na audiência, testemunharam em favor da Casa do Estudante, nesta ordem: João Batista, professor da PUC-MG que morou nos anos 1985-1986; Rubens Alves, professor da UFMG que morou nos anos 1985-1988; a cineasta e professora Carem de Abreu, que morou nos anos 1992-1999; o advogado Alexandre Aramudi, vizinho de “parede-e-meia” da Casa há 40 anos; o professor Gildázio Alves, pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, do qual faz parte a Associação Casa do Estudante; e, por fim, o estudante de

antropologia Matheus Almeida, que mora na Casa desde que veio da Bahia para estudar na mesma Universidade que agora pleiteia judicialmente seu despejo.

A UFMG disse perante o juízo, por meio de sua Procuradora, que “não tem interesse em firmar acordo que não contemple a saída das pessoas que estão na casa”. A Casa a que se refere a Procuradora da UFMG, reitera-se, foi comprada pelos estudantes no início da década de 1960, em leilão público, e posteriormente tomada pela ditadura militar com base em decreto-lei que impôs a extinção das entidades estudantis e a incorporação do seu patrimônio sem qualquer indenização, decreto-lei que jamais pode ser considerado acolhido pela ordem jurídica instaurada pela Constituição de 1988.

Caberá ao poder judiciário decidir entre reafirmar um ato totalitário da ditadura militar ou abrir um precedente em favor do bem comum e reconhecer a legitimidade de 30 anos de ocupação

5 A gravação de todos os depoimentos das testemunhas colhidos pelo juízo consta nos autos da Ação Reivindicatória nº. 46039-82.2013.4.01.3800 (21ª Vara Cível da Seção Judiciária de Minas Gerais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF1).

autônoma e horizontal, com prestação de assistência estudantil para fins de moradia pelos próprios estudantes. Não pode agora a Universidade pública apelar direitos de propriedade imóvel, autoritariamente outorgados pelas mãos da repulsiva ditadura militar, para tentar destruir décadas de história de autogestão comum. Definitivamente, não! A vitória da Casa do Estudante será a redenção do MOFUCE e das gerações que passaram pela Casa, será a redenção do Borges da Costa, da Casa da Vovó e de todas as moradias estudantis do país que foram despejadas, seja pela ditadura ou pelo Estado democrático de direito.

E foi na cozinha coletiva que confraternizamos o êxito da audiência, discutimos os próximos passos da resistência e compartilhamos o profundo desejo das distintas gerações que passaram pela Casa do Estudante quanto à continuidade dessa bonita história de resistência positiva no seio da metrópole biopolítica. Afinal,

a vitória da Casa do Estudante é também a nossa vitória, uma vitória contemporânea com efeitos pretéritos sobre os atos perversos da ditadura militar.

(Em tempo, cabe informar que o juiz da causa proferiu sentença em setembro de 2016 julgando improcedente o pedido da UFMG contra a Associação Casa do Estudante, com fortes e belos fundamentos quanto ao autoritarismo e a inconstitucionalidade do decreto ditatorial invocado pela Universidade. Mesmo assim, apesar da força dos fundamentos dessa sentença histórica que condena os abusos do regime militar, sem o menor constrangimento, foi apresentado recurso de apelação pela UFMG contra a sentença no âmbito da ação que agora aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília — processo número 46039-82.2013.4.01.3800 – TRF1).

PONTOS DE REFERÊNCIA SOBRE O FAZER COMUM

No capítulo 3 foi abordado como a expansão do neoliberalismo, sobretudo a partir dos anos 1970, aprofundou a expropriação dos bens comuns em escala global, aquilo que Harvey (2005) chamou de *acumulação por espoliação* ou, na abordagem feita por Linebaugh (2014), os *cercamentos do comum*.

O esbulho da riqueza comum se expressa de infinitas formas, desde os conflitos de natureza fundiária com a desterritorialização de comunidades tradicionais, bem como o desalojamento de ocupações e a remoção de favelas que se consolidaram sobre terras públicas e privadas com a destruição de seus modos de vida comuns, até o avanço do direito de propriedade intelectual sobre os bens imateriais, controle da internet, patenteamento de genes e formas de vidas, privatização dos bens comuns naturais, captura de mais-valias urbanas via grandes projetos de requalificação etc., tudo, em última instância, atrelado ao mundo das finanças.

Ocorre que uma perspectiva marxiana em torno do comum não pode ficar circunscrita à abordagem do comum enquanto bens, riqueza material e imaterial, “recursos naturais” e artificiais. Deve apreendê-lo enquanto relação social, sobretudo tendo em vista o imperativo de espacialização política que, necessariamente, cobra a dimensão relacional e interacional afeta à produção, organização e partilha. Nesse sentido, nenhum bem ou recurso é comum por si só. Antes de ser um bem, o comum é relação social.

Cabe, assim, investigar as práticas que subjazem à sua gestão, em quais termos ocorrem, em que medida o fazem como expressão de auto-governo orientado pela cooperação e compartilhamento democráticos,

em que medida encontra-se essa gestão subjugada à regulação estatal (frequentemente aliada ao capital) e/ou às diretrizes de mercado balizadas pelo consumo (de muitos) e pelo lucro (de poucos).

Conceber um espaço comum implica problematizar como se dão sua apropriação, os modos de *fazer-com*, o caráter (democrático ou não) da gestão, a distribuição das responsabilidades, dos bens e recursos comuns, a autonomia de decisão ante o Estado, ao mercado ou qualquer ente externo, a abertura às singularidades, a processualidade, a imanência, as temporalidades, a produção de afetos (mais ou menos potente) e de novas subjetividades (mais ou menos emancipatório). O principal confrontante dos espaços comuns é, sem dúvida, o capital, seus valores e hierarquias, mas também o Estado na medida em que se confunde com aquele.

David Bollier, em seu livro *Think like a commoner: A Short Introduction to the Life of the Commons* (2014), fala de uma revolução silenciosa que diz respeito a novas práticas de autogoverno e produção controlada pelas pessoas (*commoners*) que desafia a narrativa hegemônica da economia de mercado a partir da cooperação como importante valor e paradigma atemporal de sociabilidade humana. Para o autor, nós temos uma escolha entre ignorar o comum e sofrer a pilhagem privada da nossa riqueza comum ou pensar como um *commoner* e aprender a reconstruir nossa sociedade e recuperar nossa herança compartilhada⁶.

222 Para Bollier (2014), no comum o “individualismo” e o “coletivismo” se relacionam de modos complexos e não são necessariamente excluídos um do outro. Ainda segundo o autor, não é possível elaborar um rol taxativo do comum, ele aparece todas as vezes em que uma

⁶ Sobre os *commoners*, ver: NEGRI E HARDT, 2014, p.140.

coletividade de pessoas assume a gestão compartilhada de bens e recursos. As normas e os acordos quanto à gestão comum se aproximariam mais da oralidade, dos hábitos e dos costumes do que de regulamentos e regulamentações positivadas com força de lei. O papel dos costumes ganha relevo quando se trata da gestão do comum, considerando sua adaptabilidade a situações concretas em distintos contextos, mas sem cair no risco de romantizá-lo a ponto de ocultar opressões e contribuir para perpetuar privilégios (patriarcado, por exemplo).

Bollier também publicou em seu blog a produção coletiva *Eight points of Reference for commoning* (2012)⁷, elaborada a partir dos debates realizados pelos(as) participantes da primeira *German Summer School on the Commons*. O texto surgiu da reinterpretação crítica dos princípios descritos pela economista Elinor Ostrom sobre a gestão de recursos de acesso comum no trabalho *Governing the Commons* (1990), estudos que lhe renderam o prêmio Nobel de Economia em 2009⁸.

Cabe aqui uma observação quanto à expressão *commoning* que não encontra tradução direta para o português, mas pode ser compreendida como aquela dimensão do comum enquanto verbo, o *fazer comum*. Como diz Linebaugh no texto mencionado no capítulo anterior, *Some Principles of the Commons*:

7 Tradução livre: “Oito pontos de referência para o fazer comum”. Disponível em: <<http://bollier.org/blog/eight-points-reference-commoning>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

8 “É significativo que o prêmio tenha sido dado a uma mulher precisamente porque o comum historicamente foi um domínio onde as mulheres desfrutaram alguma paridade com os homens, como mostrou Jeannette Neeson em seu estudo *Commoners*” (LINEBAUGH, 2014, p.24).

A atividade do fazer comum [*commoning*] é feita através do trabalho com outros recursos; ela não faz distinção entre “trabalho” e “recursos naturais”. Pelo contrário, é o trabalho que cria alguma coisa como um recurso, e é pelos recursos que a coletividade do trabalho passa. Como uma ação ele é então melhor entendido antes como um verbo do que como um “recurso comum” (LINEBAUGH, 2004, p.13; tradução livre, grifos no original).

Abrindo os pontos de referência para o *fazer comum*, é dito, no referido texto publicado por Bollier, que os comuns não existem em um mundo perfeito, mas sim em um mundo capitalista que é hostil aos comuns, daí a importância de os *commoners* — termo aqui tomado como “pessoas do comum”, aquelas que cuidam e produzem o comum, curiosamente traduzido para a língua portuguesa apenas como “plebeus” — estarem cientes do “tesouro que têm nas mãos para preservá-lo e ajudá-lo a florescer” (BOLLIER et al., 2012; tradução livre).

Na sequência, acordam, em síntese, que: 1) uma pessoa do comum (*commoner*) entende quais os recursos precisam ser cuidados e com quem deve compartilhar essa responsabilidade: recursos comuns são aqueles que criamos juntos, que mantemos como presentes da natureza ou cujo uso tenha sido garantido a todos; 2) há uma relação justa entre as minhas contribuições e os benefícios que recebo; 3) como *commoners*, criamos e modificamos nossas próprias regras e compromissos, com autonomia, e nossos compromissos devem servir para criar, manter e preservar os bens comuns para satisfazer as nossas necessidades; 4) nós mesmos monitoramos o respeito aos compromissos coletivamente assumidos, às vezes demandamos a ajuda de outras pessoas de nossa confiança para alcançar esse objetivo e avaliamos continuamente se nossos compromissos ainda servem aos seus

propósitos; 5) trabalhamos com regras adequadas para lidar com violações dos nossos compromissos, para saber quais tipos de sanções utilizar dependendo do contexto e da gravidade da violação; 6) todo *commoner* pode fazer uso do espaço e meios para resolução dos conflitos, de maneira facilmente acessível e direta; 7) nós regulamos nossos próprios assuntos, e as autoridades externas devem respeitar isso; 8) compreendemos que cada comum é parte de um todo maior, assim, são necessárias diferentes instituições para trabalhar em diferentes escalas para coordenar a administração e cooperar uns com os outros (BOLLIER et al, 2012).

A generalidade dessas referências permite identificar vários pontos de confluência com os princípios que orientam a construção de espaços comuns a partir das resistências biopotentes construídas pelos movimentos multitudinários contemporâneos. Avançar na construção e no compartilhamento desses princípios é importante na medida em que “podem criar o andaime sobre o qual, no caso de uma ruptura social radical, uma nova sociedade possa ser construída” (HARDT E NEGRI, 2014, p.138). Basta lembrar que os ideólogos da atual ordem neoliberal estudaram, planejaram e difundiram os princípios doutrinários, as políticas e as instituições do neoliberalismo muito antes das condições objetivas e subjetivas existirem para poder colocá-las em prática a partir da crise do fordismo nos anos 1970 (HARDT E NEGRI, 2014, p.137).

Além disso, as práticas políticas que os movimentos experimentam — assembleias, métodos de tomada de decisão coletiva, mecanismos não só de proteção das minorias, mas também de expressão e participação delas, entre outras — servem como guia de ação política futura. Muito mais importante, contudo, que quaisquer princípios constitucio-

nais ou práticas políticas, os movimentos estão criando novas subjetividades, que desejam e são capazes de relações democráticas. Os movimentos estão redigindo um manual de como criar e viver numa nova sociedade (HARDT E NEGRI, 2014, p.138).

É interessante observar que, especialmente desde 2011, os movimentos multitudinários em todo o mundo ocupam praças e ruas, reforçando a luta contra governos autoritários e grandes projetos neoliberais, e, nesses processos de ocupação do espaço público, apesar dos curtos espaços de tempo (na praça Tahrir, no Cairo, bastaram 18 dias para a queda do presidente!), surgem múltiplos processos constituintes, germes de uma outra sociedade que pode se organizar e se autogovernar independentemente da lógica da democracia representativa, formando novas redes afetivas e novas formas democráticas de deliberação, processos criativos de cooperação e comunicação, novos modos de vida baseados na produção e defesa de bens comuns e em processos constituintes de modos de fazer comum (*commoning*).

226 Em outras palavras, as acampadas multitudinárias são verdadeiros experimentos sobre possibilidades de gestão coletiva e ensaios de governanças constituintes que proporcionam a criação de espaços comuns que não estão sujeitos a ordens pré-estabelecidas, constituídos de modo aberto e horizontal, espaço de “qualquer um” que implica autogoverno, “contestando a propriedade privada, a dicotomia privado-público e a captura do capital humano” (MIRANDA, 2013, p.9). Aqui, não se trata de louvor ao espontaneísmo. O que em princípio pode parecer espontâneo, sem planejamento e desorganizado, propaga-se rapidamente de baixo para cima por contágio verbal ou via redes sociais da internet e em pouco tempo se mostra bastante organizado, produtivamente eficiente, criativo e biopotente (MIRANDA, 2013, p.10).

Importa destacar, assim, que os espaços comuns das resistências multitudinárias metropolitanas assumem cada vez mais formas organizativas acentradas, rizomáticas, constituindo redes colaborativas amplas de produção comum, difusão de informações e *inteligência de enxame*⁹, sabendo que, quanto mais abertas e horizontais se configuram as redes de resistência, mais potentes se expressam enquanto força destituente frente ao Estado-capital, e menos chances têm de serem capturadas.

A constituição de espaços comuns conectados em rede também permite criar uma confiança na inteligência coletiva e na cooperação aberta, “a cooperação se faz presente como responsabilidade coletiva, cérebro comum posto a trabalhar, desde a necessidade e urgência do momento” (MONTERDE, 2012, p.39; tradução livre).

Uma ação política que seja expressão da biopotência multitudinária já não precisa ser planejada como antes o faziam as organizações tradicionais de esquerda. Foi assim, por exemplo, na ocupação da Câmara Municipal no contexto das *Jornadas de Junho de 2013*, em que as redes afetivas foram rapidamente ativadas e a população atendeu ao chamado de solidariedade e ao pedido de doações de alimentos, materiais de limpeza e outros utensílios. Até um piano chegou a ser doado e ficou disponível ao uso comum nos jardins da ocupação.

Nos espaços comuns também é de suma importância desierarquizar competências e tarefas. Ir a uma reunião de negociação com o governo é tão importante como cuidar da gestão comum do espaço,

⁹ “Se analisarmos o interior de uma rede, no entanto, veremos que é efetivamente organizada, racional e criativa. Tem a inteligência do enxame. [...] técnicas coletivas e disseminadas de solução de problemas sem um controle centralizado ou o estabelecimento de um modelo global.” (HARDT E NEGRI, 2005, p.131).

já que a responsabilidade de cooperar também diz respeito às tarefas mais banais, mas nem por isso hierarquicamente inferiores às demais tarefas políticas, como, por exemplo, limpar o ambiente ou acolher alguma pessoa nova que chega. Quanto mais as pessoas perceberem o reconhecimento da sua contribuição, não inferior às outras, mais elas estarão dispostas a investir no comum aquilo que podem contribuir, ampliando o campo de cooperação e engajamento.

Cuando “todo camina solo” es cuando te das cuenta de la potencia de la cooperación. ¿Quién ha hecho esto? ¿Y de dónde sale? La autoorganización es absolutamente efectiva en la medida en que cada una encuentra su espacio donde estar y donde hacer, aprendiendo en cada momento sobre el proceso y mejorándolo en su fase de maduración (MONTERDE, 2012, p.40).

Para criar redes é preciso que seja horizontal, a partir do comum, do contrário chegaremos no máximo a construir redes hierarquizadas cuja potência restará comprometida já que hierarquia implica menor abertura à biopotência multitudinária das singularidades livres. Nos espaços políticos hierarquizados, a “base” se projeta no “topo”, quando almejamos justamente o contrário, que as “direções” sejam a expressão dos desejos e interesses das pessoas que elas julgam serem “dirigidas”, quiçá até a dissolução completa da distância entre dirigentes e dirigidos, pressuposto indispensável à constituição de espaços comuns.

228

Em verdade, pode-se dizer que a organização em rede hoje tende inclusive a “definir nossas maneiras de entender o mundo e de agir nele” (HARDT E NEGRI, 2005, p.191), sendo as redes “a forma de organização das relações cooperativas e comunicativas determinadas pelo paradigma imaterial de produção” (HARDT E NEGRI, 2005, p.191).

Entretanto, vale reiterar, tais resistências não se expressam apenas como força destituínte, capazes de obstar grandes projetos neoliberais ou mesmo derrubar governantes autoritários, mas também se expressam como biopotência constituinte. Nesse sentido:

Como no caso da produção econômica pós-fordista, uma característica da luta em rede da multidão é que ocorre no terreno biopolítico — em outras palavras, ela produz diretamente novas subjetividades e novas formas de vida. [...] Mais uma vez, a luta em rede, como a produção pós-fordista, não recorre da mesma maneira à disciplina: seus valores fundamentais são a criatividade, a comunicação e a cooperação auto-organizada. Naturalmente, esse novo tipo de força resiste e ataca o inimigo como sempre fizeram as forças militares, mas cada vez mais o seu foco é interno — produzir novas subjetividades e novas formas expansivas de vida dentro da própria organização (HARDT E NEGRI, 2005, p.121).

Se, efetivamente, as lutas pelo comum na contemporaneidade se afirmam como óbice à expansão do capital sobre a metrópole, fora da dicotomia público-privado, em defesa dos bens comuns (da natureza urbana aos territórios insurgentes), bem como apontam novas formas imanentes de sociabilidade urbana para além dos valores capitalistas (individualismo, competição, consumismo etc.) e dos limites estreitos da democracia liberal representativa, fica, portanto, mais bem delineada nossa aposta em torno da produção de espaços comuns como trincheiras biopotentes de novos mundos.

EXCURSO ESTELAR

A luta de classes, que um historiador formado em Marx tem sempre diante dos olhos, é uma luta pelas coisas duras e materiais, sem as quais não podem existir as requintadas e espirituais.

Walter Benjamin

*Morrer apenas o estritamente necessário, sem ultrapassar a medida.
Renascer o tanto preciso a partir do resto que se preservou.*

Wisława Szymborska

230 *Hoje é dia 23 de julho de 2015, dia em que o projeto de circulação e montagem do espetáculo Escombros da Babilônia, produção coletiva do Núcleo de Teatro do Espaço Comum Luiz Estrela, foi selecionado com nota máxima (primeiro da lista!) pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura¹⁰.*

O 23 é número de pai Ogum, salve São Jorge! Foi também o número de pessoas que na roda votaram pelo nome Espaço Comum Luiz Estrela, segundo a apuração em assembleia horizontal. Isso na noite estrelada do dia 23 de

Edital 2014 da Lei Municipal de Incentivo à Cultura no Diário Oficial do Município (DOM) do dia 23 de julho de 2015.

10 Publicação do resultado do

outubro de 2013. Nessa mesma noite, na casa de candomblé Angola da mãe Sônia, Seu Severino pediu que eu e Nath Duarte tirássemos as cartas, uma cada um: ela pegou o dois, eu o três: 23! O Exu então perguntou quantos anos ela tinha: 23! Isso, pouco depois de Seu João Caveira falar pra gente firmar no Assentamento dele uma vela com o nome da ocupação que seria realizada nas noites seguintes.

Os espaços comuns como as assembleias horizontais trabalham com outras temporalidades, a deliberação tende a ser cuidadosamente costurada no tempo adequado para cada momento. Quando urge, pode ser mais ágil nos encaminhamentos do que se imaginaria ser possível, biopotência multitudinária: mil trezentas, mil trutas. Mas o momento demandava cautela, escutar opiniões que também traduziam singularidades. Então, Seu João esperou até que a galera pudesse chegar a uma decisão.

Enquanto isso, conversamos sobre a vida... A decisão chegou imediatamente após apuração dos votos, de várias fontes, simultaneamente. Viva a tecnopolítica! O nome escolhido: Espaço Comum Luiz Estrela. Seu João perguntou quem foi Luiz Estrela. Contamos. Em seguida falou para acender a vela e colocar lá no Assentamento dele, com o nome da ocupação escrito em letra cursiva ao longo da vela, de baixo pra cima.

Desde então, Seu João Caveira tomou para si a proteção espiritual do Espaço Comum Luiz Estrela, instalado após a ocupação do casarão de arquitetura neoclássica da Rua Manaus, 348, no bairro Santa Efigênia, onde há pouco mais de 100 anos foi aberto o primeiro Hospital Militar de Minas Gerais, construído em 1913. No hospital da Força Pública, nasceu o Espaço Comum.

[...] Ocupar as ruas e o que é público, tendo como arma um corpo portador da palavra

Figura 16: Primeira reunião dentro do casarão.
Autor desconhecido.

Figura 17: Foto do primeiro dia de ocupação,
sábado, dia 26/10/2013. A palavra ENTRE
formada com letras encontradas no interior
do imóvel junto a outros entulhos. Arquivo
Espaço Comum Luiz Estrela.



política, articulada. Nos esforços para ocupar os espaços institucionalizados, mas entendemos como uma ação igualmente legítima e democrática a ocupação do que é público como configuração de um espaço de partilha de experiências sensíveis, de ideias comuns, entre a arte e a política, entendendo esta como a vida em comum na cidade e no mundo. A política entendida não como o exercício do poder ou a luta pelo poder, mas como criação e prática cotidianas. [...] (Carta de princípios, Espaço Comum Luiz Estrela, 2013).

O primeiro Hospital Militar de Belo Horizonte funcionou no casarão de 1914 (ano da inauguração) até o ano de 1946, tendo Juscelino Kubitschek integrado seu corpo clínico durante alguns anos na década de 1930. Em 1947, com a transferência do hospital da Força Pública Mineira (nome antigo da polícia militar de Minas Gerais) para a Avenida do Contorno, foi inaugurado no imóvel o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (HNPI),

manicômio de crianças e adolescentes que funcionou até 1979, ao longo do tenebroso período das práticas terapêuticas psiquiátricas mais perversas e desumanas, tais como hibernoterapia (hibernação artificial), eletroconvulsoterapia (ECT – terapia de eletrochoque), cela forte (isolamento individual), lençol de contenção, camisa de força etc.

O Diretor da Divisão de Assistência Neuropsiquiátrica da Secretaria de Saúde, médico Austregésilo Ribeiro Mendonça, reformou e equipou o antigo Hospital Militar para se transformar na nova instituição, que se dispunha a prestar os primeiros cuidados às crianças portadoras de distúrbios mentais até a idade de 16 anos. As verbas federais para a implantação foram conseguidas pelo médico Adauto Botelho, então responsável pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais. A capacidade inicial do hospital previa o atendimento de 150 crianças e seu primeiro diretor foi o médico

Bernadino Alves (Núcleo de Memória e Restauração do Espaço Comum Luiz Estrela, 2015, p.21).

A partir da década de 1980, o casarão de propriedade da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG) passou a abrigar a Escola Estadual Yolanda Martins Silva, voltada para a educação de crianças especiais, a qual funcionou até o ano de 1994, a partir de quando o imóvel — com sua integridade já comprometida em razão das intervenções mal planejadas realizadas em sua estrutura ao longo do século XX — ficou em situação de abandono e desuso, enquanto a mencionada escola foi transferida para o imóvel ao lado em razão dos riscos que a edificação oferecia.

O tombamento de fachada e volume do imóvel é realizado nesse mesmo ano pela Diretoria de Patrimônio, publicado no Minas Gerais em 18 de novembro de 1994, sendo ainda o casarão patrimônio histórico e cultural

integrante do Conjunto Urbano da Praça Floriano Peixoto e Adjacências. Em resumo:

A edificação, localizada na Rua Manaus, 348, foi originalmente projetada para receber o uso de Hospital Militar da Força Pública Mineira, a atual Polícia Militar de Minas Gerais. Construído sob investimento do Governo do Estado, inaugurado de forma solene e com finalidade nobre, este bem tombado teve seus usos profundamente alterados no decorrer desses cem anos, até o seu desuso prevalecer e o prédio ter vivenciado vinte anos de total abandono. O longo período como hospital psiquiátrico marcou o casarão, selando seu destino como um local de esquecimento e abandono de sua história (Núcleo de Memória e Restauração do Espaço Comum Luiz Estrela, 2015, p.6).

A ocupação do imóvel e o surgimento do Espaço Comum Luiz Estrela trouxeram consigo a dimensão da proteção do

patrimônio, dentro do novo paradigma de política patrimonial incorporado pela Constituição de 1988 (até então restrito à atuação do Poder Público), segundo o qual, nos termos do artigo 216, parágrafo 1º, também cabe à comunidade colaborar com a preservação do Patrimônio Histórico Cultural. Assim, a legitimidade da retomada organizada do imóvel pela multidão possuía amparo constitucional, o que colocou a conservação do patrimônio como importante pauta na luta multitudinária pela conquista do imóvel e resgate de sua memória, além da efetivação do princípio da função social da propriedade, da livre expressão do pensamento e do exercício democrático constitucionalmente assegurados.

É difícil falar em defesa do patrimônio, tanto quanto o é falar em defesa da pátria — ambos termos etimologicamente derivam do pater (pai) no latim, tal como patriarca. Logo, tanto o patrimônio, quanto a pátria

(apesar do gênero feminino), em alguma medida, dizem respeito ao patriarcado. Mas se patrimônio deriva do latim *patrimonium* (*patri*, pai + *monium*, recebido), confundindo-se com a noção de herança, podemos dizer que nesse Espaço Comum a proteção do patrimônio é herdeira de uma história que vem da rua, legatária de uma vida-poesia marginal, contestatória e insubordinada, herdeira da memória da performer Estrela, construída sob o horizonte do comum que, como disse a Tita certa vez com relação ao Espaço Comum Luiz Estrela, “se define muito na indefinição dele”¹¹.

O casarão de inegável valor arqueológico, com sua

11 A declaração pode ser vista em vídeo produzido pela Revista Múltipla (2014) com depoimentos da Tita, Vidigal, Osiel e Elida sobre o Espaço Comum Luiz Estrela. Disponível no Youtube, em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rU1UOal08ag>>. Acesso em 28 de julho de 2015.

arquitetura carcerária interna, celas de confinamento que trazem desenhos de dor e sofrimento inscritos nas paredes por dedos infanto-juvenis, testemunhou histórias e vivências que finalmente podem vir à superfície, sair do calabouço e permitir a redenção da dor silenciosamente prolongada, a libertação dos gritos trancafiados e da memória ameaçada de morte pela dolosa omissão da força pública.

Abertas as portas, estendido o tapete vermelho, sentimos as energias de um espaço atormentado por fantasmas, “um sopro daquele ar que envolveu os que vieram antes de nós” (BENJAMIN, 2013), ouvimos “um eco de outras [vozes] já silenciadas” (BENJAMIN, 2013). Na verdade, dentre tantos outros vazios urbanos mapeados, não fomos nós que escolhemos o casarão da Rua Manaus, 348, foi o casarão que escolheu a gente.

Em abril de 2013, iniciaram-se os encontros para organização de

O que eu mais vejo de rico aqui é a possibilidade de se abrir uma porta. Porque tudo que tranca, trinca.

Tita Marçal

uma ocupação cultural que fosse capaz de aglutinar artistas, ativistas e pessoas comuns da cidade contra o avanço privado sobre o espaço público, contra a condução antidemocrática da política cultural na cidade, contra a cessão de patrimônios públicos para a gestão por grandes empresas e pela constituição de um espaço de resistência, convergência de luta, produção artística e experimentação aberta.

Agentes culturais da cidade, ativistas de movimentos e independentes, militantes de organizações políticas, pessoas que de certo modo se encontraram nos anos anteriores nas praias da Estação, nas ocupações, nas festas-manifestações laranjas do movimento Fora Lacerda ou no gostoso carnaval

amor e luta. Pessoas comuns que vislumbraram, no primeiro semestre de 2013, uma conjuntura favorável para uma ação direta que criasse um espaço de encontro de múltiplas lutas e vozes da cidade. E quantas vozes puderam aí se expressar!

Bruxos, mandingueiros,
manobristas músicos e
ativistas, bailarinas e avós
loucos, mestres e malabaristas
vadias, punks,
budistas, partidários ou ateus

Bixas, cozinheiros, rastafaris,
moradores das favelas ou
playboys de mente aberta
críticos, atores, vila-latas
professores e andarilhos
que acreditam no comum

Enquanto for privilégio ter uma
casa própria
ocupar será sempre um direito
E pra viver na cidade muito mais
do que arte
a novidade dessa estrela que
nasceu
Bichos-grilos, vegetarianos os
caretas gente fina

e os vida loka em geral
hippies, MCs e mídias ninja
maconheiros, quilombolas e
nenhum policial

Xuxas, skatistas, metaleiros,
pensionistas, estudantes,
não-fumantes, camelôs,
emos, eleitores indecisos,
dadaístas
e ciclistas que acreditam no amor

(Marchinha Blocomum do
Estrela. Bloco de carnaval do
Espaço Comum Luiz Estrela.
Composição: Gustavito, LG Lopes,
Hot Apocalipse, Kadu dos Anjos,
André Martins, Seu Dedé etc.).

*Em junho de 2013 estouram os
protestos da multidão pelo país,
fomos todxs às ruas. Em agosto,
os encontros para a construção
desse espaço comum retornam
com fôlego dobrado. Depois de
experimentar biopoliticamente a
cidade, caminhar quilômetros e
expor ao mundo as fragilidades
da nossa democracia, topar de
frente com a intolerância da força
bruta do poder instituído, con-
seguir barrar aumentos, reduzir*

tarifas de ônibus, ocupar câmaras municipais, a prefeitura de BH e, pela primeira vez depois de anos (!) de lutas incessantes das ocupações, arrancar um acordo subscrito pelo prefeito-empresário Márcio Lacerda, em suma, depois de viver toda aquela experiência marcante, a sensação no pós-junho imediato era a de que nós podemos tudo!

Os encontros de organização da ocupação se tornaram semanais, foram constituídas comissões de trabalho: mapeamento dos imóveis, comunicação, programação, infraestrutura, alimentação, festa (para arrecadação de recursos). No feriado da independência, dia 07 de setembro de 2013, rolou um encontrão de fôlego para aprovar os princípios comuns e encaminhar as tarefas mais importantes de organização da nova ocupação.

Nesse momento, discutiu-se arte, política cultural, questão urbana, conjuntura política, além dos princípios (imanentes,

processuais, relacionais) que inspiraram essa construção, táticas para a entrada no imóvel, plano de comunicação e encaminhamento de tarefas. Foi um momento de sistematização do acúmulo dos encontros de abril até então, acrescidos aos ensinamentos e afetos de junho. Naquela ocasião vislumbrou-se realizar a ocupação no feriado de 12 de outubro (dia das crianças!), mas algumas casualidades jogaram a data da inauguração do Espaço Comum Luiz Estrela para o sábado do dia 26 de outubro de 2013. Depois de entrarmos no casarão, alguém se atentou que naquela data completavam-se exatos 4 meses da morte da Estrela, ocorrida em 26 de junho, no dia mais violento da repressão policial que, de forma completamente irresponsável e desproporcional, se estendeu do Mineirão até o centro da capital.

Luiz Estrela era poeta, performer e ativista LGBT do coletivo Ganque das Bonecas. Há duas versões para a morte da Estrela: 1ª) crise

de convulsão seguida de omissão de socorro médico 192 (versão de amigas próximas da rua); 2ª) espancamento (homicídio) seguido de omissão de socorro médico (versão da família). O caso nunca foi investigado. Belo Horizonte é recordista brasileira em homicídios de moradores em situação de rua. Poucos dias antes da morte da Estrela, o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis publicou uma Nota de Repúdio na qual consta o espantoso número de 100 homicídios em apenas dois anos, um verdadeiro extermínio do povo de rua. Veja:

[...] O CNDDH desde sua inauguração, em abril de 2011, recebe e acompanha casos de violência contra a População em Situação de Rua em todo o país, tendo registrado número expressivo de violações de todo tipo, sobretudo de homicídios. Nos últimos dois anos, o CNDDH registrou

100 homicídios de moradores de rua em Belo Horizonte, sendo que 30 ocorreram em 2011, 52 em 2012 e já 18 homicídios em 2013. Se considerarmos a estimativa da própria Prefeitura de Belo Horizonte de que atualmente há cerca de 2.000 (dois mil) moradores em situação de rua na Capital, chegaremos ao impressionante dado de que 5% da população em situação de rua foi vítima de homicídio, ou seja, 1 (um) em cada 20 (vinte) moradores de rua foi assassinado na cidade de Belo Horizonte nos últimos dois anos. Esse número se completou na noite do dia 10 para o dia 11 de junho de 2013 quando mais dois moradores de rua foram assassinados brutalmente. Além do alto número de denúncias de homicídios contra essa população, também é grande o número de denúncias com relação à violência institucional, como omissão nos serviços públicos, ausência de políticas públicas suficientes e eficientes como moradia, saúde, trabalho e renda, assistência familiar, abrigamento que se encontra com a violência policial e a violência cometida

por guardas municipais, ocorridas de diversas maneiras. Ações higienistas têm acontecido corriqueiramente na cidade de Belo Horizonte e são muitas as denúncias que o CNDDH tem recebido nos últimos dias.¹²

O plano de entrada no casarão, coletivamente construído, consistiu no seguinte: na noite do dia 24 de outubro de 2013, uma quinta-feira, foi realizado um “ensaio geral” do “espetáculo” que teria a estreia nos próximos dias¹³.

12 Nota de repúdio do Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis, de 12 de junho de 2013, disponível em: <<http://consciencia.net/nota-de-repudio-do-centro-nacional-de-defesa-de-direitos-humanos-da-populacao-em-situacao-de-rua-e-catadores-de-materiais-reciclaveis/>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

13 Vídeo da apresentação cênica, pré-estreia da ocupação, disponível no canal do Espaço Comum Luiz Estrela no Youtube, pelo link: <<https://www.youtube.com/watch?v=KgFhTfp4GFQ>>. Acesso

Nessa noite de quinta, duas pessoas entraram no casarão, utilizando os elementos cenográficos, como cordas e escada, enquanto as cenas eram repassadas pelas atrizes e atores, sem despertar qualquer suspeita na vizinhança, nem mesmo na polícia militar que passou por lá no momento do “ensaio”¹⁴. Essas duas pessoas, que ficaram todo o tempo conectadas com o grupo externo depois de adentrar no casarão, fariam, ao longo do dia 25 de outubro, um desenho com a planta do imóvel, com a descrição da situação de todos os cômodos, metragem, fotos, apuração de danos estruturais etc. Além disso, estariam responsáveis pela abertura (por dentro) das portas principais do casarão para que, no alvorecer do dia 26 de outubro,

em: 29 jul. 2015.

14 O casarão do Estrela está localizado próximo ao 1º batalhão da polícia militar de Minas Gerais. Esse foi um elemento simbólico relevante, dentre inúmeros outros, para a escolha desse imóvel: fazer

um sábado de primavera, pudessem ser recebidas de portas abertas as pessoas que atuaram na estreia da montagem que apresentou para a cidade o Espaço Comum Luiz Estrela.

Não houve, assim, arrombamento ou qualquer dano ao casarão. Tudo transcorreu como num teatro multitudinário no qual até a polícia (com figurino horrível) compõe a cena. Os primeiros policiais que chegaram para atender ao chamado do 190 se espantaram quando encontraram personagens montados, músicos, palhaços e um casarão, até então degradado, triste e feio, cheio de alegria, cores e festa. Sequer registraram o B.O... Nunca na minha vida havia participado de uma ocupação na qual a autoridade policial sequer tenha registrado um boletim de ocorrência. O verdadeiro crime ali era a omissão do poder público quanto à proteção do bem tombado. O registro da ocorrência foi feito somente depois, quando

a ocupação nas barbas do poder, a uma quadra do 1º batalhão da PM!

apareceu uma fundação privada alegando a posse do imóvel¹⁵.

Então surge no palco a FELUMA, Fundação Educacional Lucas Machado, entidade privada mantenedora da Faculdade Ciências Médicas, do Hospital Universitário Ciências Médicas e do Ambulatório Ciências Médicas. Dita entidade alegou ser cessionária do imóvel, cedido pela FHEMIG (proprietária cedente) para implantação de um Memorial JK, cujo “projeto” de 10 laudas foi posteriormente apresentado, orçado em 8 milhões de reais (!), segundo informaram em momento futuro. Na cidade de Belo Horizonte, a cessão de uso de imóveis públicos e patrimônios históricos culturais a entidades privadas, sem qualquer consulta ou participação da população e, ainda,

15 Vídeos que registram o primeiro dia da ocupação do imóvel, disponível no canal do Espaço Comum Luiz Estrela no Youtube, pelos links: <<https://www.youtube.com/watch?v=lj1hNFo22rs>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=OEED-FXfw1W8>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

Figura 18: Chegada no Casarão da Rua Manaus. Autor desconhecido.



sem processo licitatório, ao arripio da lei, não é nenhuma novidade (vide Circuito Cultural da Praça da Liberdade). A presença da fundação privada no conflito colocou o Espaço Comum, desde o início, em posição de enfrentamento à proposição público-privada para a destinação do imóvel.

Antes de estabelecer qualquer canal de diálogo, a FELUMA ajuizou ação de reintegração de posse para requerer liminarmente a desocupação do casarão. O processo foi distribuído à 26ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, sob o número 3760090-16.2013.8.13.0024, no dia 29 de outubro. No dia seguinte, foi concedida pelo juiz de direito privado a ordem de reintegração de posse do bem público. Antes mesmo da publicação da decisão judicial, a PM foi até o casarão acompanhada dos oficiais de justiça para cumpri-la. #SQN.

Com poucos dias, o Espaço Comum Luiz Estrela já contava com uma amplíssima rede de apoiadorxs (10 mil curtidas na

página do Facebook), uma equipe de comunicação e produção audiovisual potente, muito bem articulada e criativa, váríxs advogadxs trabalhando em comum, conectadx com equipes de arquitetura e história, simultaneamente o Espaço bombando com programação intensiva de oficinas, eventos, atividades culturais, assembleias e reuniões. No momento da tentativa de despejo, foi estabelecida negociação com o alto comando da polícia, o qual decidiu pela suspensão da ação policial em vista da resistência multitudinária (biopotência de dissuasão), dos fundamentos jurídicos (a decisão judicial sequer havia sido publicada!) e do ônus político que o cumprimento afoito da liminar poderia acarretar.

Nos dias que se seguiram, o Coletivo Margarida Alves, que assumiu a assessoria jurídica e a defesa judicial do Espaço Comum Luiz Estrela, entrou com recurso de Agravo de Instrumento contra a decisão liminar que havia determinado a reintegração de posse

e conseguiu, junto à 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, suspender a decisão de primeira instância até o julgamento do mérito recursal. A decisão do desembargador, relator do Agravo, de suspender a ordem de reintegração de posse foi fundamental para o processo de negociação junto ao governo do Estado, com a participação do Ministério Público Estadual, via Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural, e da Diretoria do Patrimônio Histórico da Fundação Municipal de Cultura, além da FELUMA.

Ao longo do processo de negociação com o governo do Estado, recebemos no casarão, remetida por um centro espírita, uma carta do Presidente Juscelino Kubitschek psicografada por um médium na qual o “23º Presidente da República Federativa do Brasil, cassado em 8 de junho de 1964”, opõe-se ao projeto da FELUMA para o imóvel (Memorial JK), reivindica a investigação da sua morte e defende com veemência

a manutenção do Espaço Comum Luiz Estrela. Nestes termos, finaliza a carta: “A casa da Rua Manaus não deverá sucumbir a destinos mesquinhos”. Depois sabemos que a FHEMIG, o governo do Estado e a FELUMA também haviam recebido a carta psicografada do JK (fig.19).

O desejo do falecido presidente, inegavelmente parte legítima no conflito pela posse do imóvel, prevaleceu. Em dois meses de forte pressão política, inúmeras reuniões de negociação e audiências intermináveis (com transmissão ao vivo pela internet), o governo cedeu à resistência positiva multitudinária do Espaço Comum Luiz Estrela e decidiu revogar a cessão de uso anteriormente feita em favor da FELUMA para ceder o uso do imóvel público à destinação proposta pelo Espaço Comum Luiz Estrela. Desde o início rechaçamos qualquer proposta no sentido da gestão compartilhada do imóvel, seja com o ente público ou com a

fundação privada.

Assim, no dia 18 de dezembro de 2013, na sala de reuniões da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Ministério Público, o governo cedeu ao comum a gestão do casarão da Rua Manaus, 348. “Perdeu, playboy”.

Eu vim aqui com um objetivo: arte e cultura, eu poder acrescentar alguma coisa nesse sentido, tá? Relações interpessoais. Porque eu convivo com morador de rua, é difícil demais de conviver. Você às vezes nem ouve uma boa palavra, você só ouve coisas nervosas, coisas pesadas, é um mundo extremamente tenso, o tempo todo. E eu penso no objetivo, qual é o objetivo daqui? Arte e cultura? Eu quero acrescentar nesse sentido, de alguma forma, ou varrendo o chão, ou fazendo uma poesia, porque eu acho que é esse o objetivo. Eu agradeço muito a vocês em me darem a oportunidade, de estar junto com vocês. Vamos fazer disso aqui uma coisa bonita, cara, vamos? Porque o objetivo

é esse, não é? É uai. Sei lá o que vai ser, vamos acrescentar. Oh, eu vou dar aula de percussão, pode? (Depoimento do Levi, morador em situação de rua. Arquivo comum do Núcleo de Audiovisual do Estrela).

Como militante das Brigadas Populares, em Belo Horizonte e região metropolitana, participei da entrada das ocupações Caracol (2006), João de Barro (2007), Camilo Torres (2008), Dandara (2009), Irmã Dorothy (2010), Eliana Silva (2012), Guarani Kaiowá (2013). Em nenhuma dessas ocupações, a polícia abdicou de pressionar ilegalmente pela desocupação imediata do imóvel com o uso da força e prisões arbitrárias, não obstante a tomada legítima da posse pelo movimento impor o pronunciamento judicial para tal fim. Todas essas ocupações também suscitaram uma reação negativa imediata da grande mídia com forte apelo pelo “reestabelecimento da ordem” e consagração da propriedade sobre a vida. Exceto as ocupações

O senhor Carlos Cruz, 47 anos, residente em Santa Luzia-MG, é médium vidente e membro do Centro Espírita Caridade. Ele incorpora uma entidade que se identifica como "Chico Braz", Recebeu, em sessão espírita, no dia 30 de outubro de 2013, a impressionante carta que se segue, a qual psicografou. Nela, o espírito do falecido Presidente JK se manifestou, com revelações surpreendentes. A seguir, o conteúdo da carta, na íntegra:

Honrados Senhores Dirigentes da Fundação Hospitalar de Minas Gerais, outrossim denominada FHEMIG

Honrados Senhores Dirigentes da Fundação Lucas Machado, também alcunhada de FELUMA

É com grata serenidade que me sirvo deste canal médico para fazer-lhes, apesar da distância espiritual que nos separa, uma admoestação acerca do destino a ser dado à edificação da Rua Marqus na qual vive a felicidade e honra de fazer o exercício, tão imbuído de ideal humanitário, da nobre arte da medicina, no então Hospital Militar de Minas Gerais, nos idos de 1931 a 1934.

Foi dali, ainda jovem, movido pelo mais elevado espírito moral de transformação social, que partí para outras realizações, primeiro como deputado, depois prefeito da cidade de Belo Horizonte, logo em seguida como Governador do Estado de Minas Gerais para, enfim, galgar a glória, a mim conferida pelo Povo Brasileiro, de servir à Pátria como Presidente da República.

Se alguns disserem que fui o maior presidente deste País, sejam críticos. Se me elogiarem demais, corrijam o exagero. Por outro lado, se me criticarem em ímpeto desmesurado, defendam-me. Tenhei apenas ocupar um espaço, na história do Brasil, que fizesse jus às maiores construções culturais da humanidade ocidental, iluminadas pelas grandes bandeiras da revolução francesa: *liberté, fraternité, égalité*.

Egrégios líderes da FHEMIG e FELUMA,

Vivam de maneira honrada para que, quando envelhecerem, vossas excelências possam falar as coisas dignas do passado e sentirem, assim, o orgulho de terem praticado bem-aventuranças. Considerei extremamente torpe o propósito de conferir a utilização deste edifício a um Memorial que, neste caso, é dirigido à minha pessoa, quando já tenho uma biografia consagrada em vários memoriais que - por razões, algumas legítimas e outras duvidosas - pululam em diversos pontos do território brasileiro.

Basta de memoriais a mim destinados, basta! Por que, ao invés disto, não escancarar a verdade sobre a minha morte?? Quem calou a minha voz e a de muitos??? Investigações como estas trariam contribuição inestimável que, ai sim, honrariam a trajetória de tão dostas instituições.

Pelas revelações midiáticas que me chegaram, o destino anunciado pela juventude ocupacionista, de transformar o patrimônio histórico da Rua Mauaus - há 33 anos escandalosamente abandonado - em um espaço sócio cultural, é propósito de grandeza incontestável. Muito mais me fascina, ainda, ter ciência de que este ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA será autogerido no mais alto espírito democrático e republicano, através de deliberações emanadas em Assembleias Populares e Horizontais. ("Todo o poder emana do povo" - Art 1.º da Constituição Federal). Uma casa que, ao invés de meu nome, tira do anonimato um poeta, homossexual e morador de rua barbaramente assassinado pela intolerância ainda vigente nessas searas, isso consubstanciado, ai então, sentir-me-ei, de fato, homenageado. E se o recurso já reservado for aportado para o pólo desses jovens seria a redenção pública das duas Fundações.

A boa acolhida a este meu profundo anseio trat-me-á, acreditem, Paz e Serenidade em meu caminho pelo Eterno Eden. A casa da Rua Mauaus não deverá sucumbir a destinos mesquinhos.

Elevemos o pensamento ao Alto.



Juscelino Kubitschek de Oliveira

23.º Presidente da República Federativa do Brasil, cassado em 8 de junho de 1964.

Figura 19: Carta psicografada digitalizada do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Arquivo Espaço Comum Luiz Estrela.

Caracol e João de Barro, feitas em prédios privados, todas as demais ocupações (organizadas, não espontâneas), realizadas em terrenos ociosos, lograram resistir ao despejo até o presente momento. Porém, todas ainda se encontram em situação de insegurança da posse, com ações judiciais ativas em trâmite e situação fundiária indefinida, muitas sem reconhecimento oficial nos mapas da municipalidade. Na minha trajetória política, o Espaço Comum Luiz Estrela foi, dessa forma, a primeira ocupação organizada da qual participei que obteve conquista plena, vitória robusta sobre o Estado-capital — digo isso no tocante à conquista legal da posse definitiva, devidamente reconhecida pelo poder ins-tituído, in casu, por 20 (vinte) anos, prorrogáveis. Isso a custo de muita luta e compromisso de preservação e restauro do bem tombado.

Não ignoro as diferenças significativas entre uma ocupação de terra por famílias pobres e uma ocupação de cunho cultural, como

o Espaço Comum Luiz Estrela, em vários aspectos. Seria um simplismo e um equívoco comparar tais processos sem levar em conta suas singularidades. Os elementos comuns que dizem respeito à organização da resistência são de igual modo importantes: o nível de abertura e horizontalidade, a produção de afetos, as táticas de comunicação e usos tecnopolíticos, a cooperação criativa em rede, as formas de expressão estética, a produção de subjetividades. Em ambos processos, é a multidão metropolitana que resiste contra o Estado-capital, que investe em outras formas de se relacionar, de produzir, de viver, no espaço e pelo espaço, outras formas de fazer-com, com autonomia (política e financeira) e democracia real.

Uma coisa é certa, precisamos olhar mais para as nossas resistências, perceber onde elas acumulam, onde retrocedem, em que situações são exitosas, em quais são potentes, quando recuam (ou se transmutam) após forte ascensão (Fora Lacerda, Assembleia

Popular Horizontal...), quando superam qualquer prognóstico (#Resistelzidora), quando reúnem um milhão de pessoas (carnaval amor e luta), quando só mobilizam as mesmas pessoas de sempre, todas já convertidas para a luta. Enfim, em Belo Horizonte temos um vasto campo de reflexão a partir das singularidades das resistências positivas travadas contra o Estado-capital.

Dentro do escopo da pesquisa cartográfica, o Espaço Comum Luiz Estrela se expressa enquanto rico experimento imane- nte de produção multitudinária do comum no seio da metrópole biopolítica, cuja dimensão consti- tuinte agora se coloca como pri- mordial em vista da superação da dimensão conflitual direta (des- tituinte) frente ao poder institu- ído graças à conquista da cessão de uso do imóvel. A segurança da posse pode permitir que a produ- ção de subjetividade finalmente ganhe primazia sobre a resistên- cia direta contra a força bruta do

poder instituído.

Não raro, nas resistências encampadas pelos movimentos sociais, a mobilização fica condi- cionada à dimensão conflitual, as pessoas se juntam na medida em que há conflito, ou seja, o risco do despejo se torna um dispositivo de ativação da resistência: todxs con- tra o despejo! Superado o risco do desalojamento, poderá a dimen- são constituinte ser elevada ao primeiro plano da ação política, sem que lhe seja subtraído o indis- pensável antagonismo frente ao capital e suas formas de expressão (estatal ou não).

Em suma, os desafios que envolvem a produção do comum se tornam ainda mais instigan- tes quando o conflito direto com Estado-capital relativo à posse do território é superado, pois a par- tir de então deverão ser inventa- dos outros dispositivos de ativa- ção da mobilização, para além da dimensão conflitual destituinte, no infundável horizonte da positi- vidade constituinte, do exercício

da democracia real e produção de novos modos de vida. Nesse sentido, o Espaço Comum Luiz Estrela assumiu o desafio de constituição da Associação Comum, cujas finalidades estão muito além da gestão (formal) do Espaço Comum Luiz Estrela.

Art.2º. A Associação Comum possui como finalidades:

I – Promover a constituição do comum enquanto modalidade de convivência humana baseada na solidariedade, na diversidade, na horizontalidade, na liberdade e no amor;

II – Desenvolver e difundir ações artísticas, culturais e educativas por meio de práticas autogestionadas que visem à emancipação política, social e afetiva das pessoas;

III – Facilitar e promover encontros entre pessoas de diversas áreas de atuação, culturas, países e realidades para criar espaços de compartilhamento, livre produção e circulação de bens

materiais e imateriais comuns;

IV – Defender e fomentar os direitos humanos em sua universalidade, com atenção para a proteção dos direitos da população em situação de rua, crianças, adolescentes e jovens, mulheres, comunidade LGBTQTT, negros(as), indígenas, idosos(as), portadores(as) de necessidades e capacidades especiais, vítimas do sistema penal, manicomial e educacional instituídos;

V – Apoiar as lutas dos movimentos sociais e contribuir para a articulação dos movimentos e coletivos com atuação condizente com os princípios da Associação Comum;

VI – Atuar pela garantia e efetivação do direito humano à cidade;

VII – Fomentar valores que se contrapõem ao individualismo, consumismo, exploração, intolerância, violência e preconceito;

VIII – Incentivar a economia popular solidária, a geração alternativa de renda, o trabalho associado, cooperado e colaborativo, bem como a produção baseada no princípio da

permacultura;

IX – Promover espaços de formação e troca de saberes, cursos, oficinas, residências e demais atividades educativas em perspectiva crítica;

X – Representar e defender, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos das pessoas contempladas pela atuação da Associação Comum, podendo para tanto atuar como substituto e/ou assistente processual;

XI – Lutar pela preservação ambiental, redução e destinação adequada do lixo, incentivar práticas de reuso, reciclagem, coleta seletiva e consumo responsável;

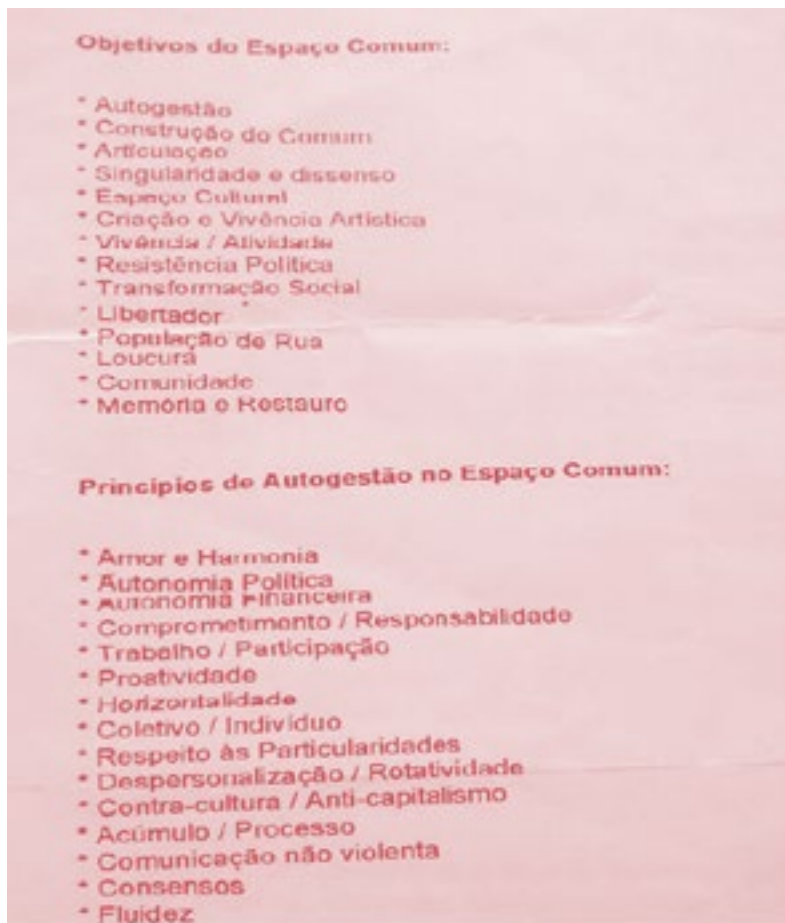
Parágrafo Único – No desenvolvimento de suas atividades, a Associação Comum não fará qualquer discriminação de classe social, sexualidade, gênero, raça, cor, sexo, profissão, nacionalidade ou religião.

(Trecho da minuta da primeira versão do Estatuto da Associação Comum, produção comum ainda

sujeita à aprovação em assembleia horizontal e registro junto ao cartório competente).

Atualmente, o Espaço Comum Luiz Estrela se auto-organiza em núcleos horizontais e assembleia geral. São eles: 1) Núcleo Legal (demandas administrativas, jurídicas, editais etc.); 2) Núcleo de memória e restauração; 3) Núcleo de Infra (permacultura); 4) Núcleo de autogestão (“Feirinha Estelar”); 5) Núcleo de Teatro (“Trupe Estrela”); 6) Núcleo de Audiovisual; 7) Núcleo Antimanicomial (“Criar, cura?”). Todos os núcleos, assembleias, atividades e eventos no Espaço Comum são abertos à participação de qualquer pessoa, sendo proibida a cobrança de dinheiro para eventos no Espaço. Nenhum agrupamento político jamais tentou hastear sua bandeira no Espaço ou assumir sua representação. Feliz o espaço comum que não se confunde com aparelho de partido ou de Estado, que não reduz suas múltiplas bandeiras e formas de expressão a uma bandeira do movimento X, Y ou Z. Trata-se de território

Figura 20: Primeira redação de princípios e objetivos após a ocupação. Síntese das discussões do Encontro Estelar de 15 de dezembro de 2013. Imagem cedida pela Paula Kimo.



autônomo, feminista, aberto, horizontal e democrático, cujos princípios decorrem de uma construção processual, imanente, relacional, afetiva e dinâmica.

As ações, atividades e resolução de conflitos no Espaço buscam se orientar a partir desses princípios. Nesse sentido, foi produzido colaborativamente pelo Núcleo de memória e restauração o projeto de restauração do casarão tombado, recentemente submetido à aprovação do Conselho Municipal do Patrimônio, elaborado “através de um processo de formação denominado Laboratório de Patrimônio, possibilitado pela Oficina de História desenvolvida no período de abril de 2014 até maio de 2015 e a Oficina de Restauração em Arquitetura e Engenharia desenvolvida no período de março de 2014 até maio de 2015”¹⁶, dentro de uma abordagem do patrimônio a partir

16 Núcleo de Memória e Restauração do Espaço Comum Luiz Estrela, 2015, p.2.

do protagonismo da sociedade:

Transformando-a na prática cotidiana a que denominaram de Laboratório de Patrimônio, desenvolveram uma dinâmica de construção coletiva, colaborativa e interdisciplinar, com uma orientação processual, efetivada no tempo e no espaço, possibilitando a interação entre os sujeitos e objetos relacionados (MUSA et al, 2014, s.p.).

As primeiras medidas de escoramento e intervenções emergenciais no casarão, conforme obrigações assumidas no Termo de Cessão de Uso do imóvel, foram cumpridas ainda em 2014 graças à forte campanha colaborativa para arrecadação de recursos via plataforma Catarse que ultrapassou a meta inicial e logrou levantar mais de 50 mil reais doados por cerca de mil apoiadorxs.

Também na esteira da produção do comum, no final de outubro de 2014, dentro das comemorações de um ano do Espaço, o

Núcleo de Teatro do Estrela produziu, em parceria com o curso de Teatro da UFMG, o ousado espetáculo de rua “Estrela ou Escombros da Babilônia”, montagem multitudinária e rizomática com dezenas de atrizes, atores e músicos em cena e texto coletivo inspirado na vida de Luiz Estrela.

A justiça, seminua, desce a escada.

VIDIGAL: A justiça é puta, gente!

MANU: Estão olhando o quê? Cês queriam uma justicinha limpinha, branquinha, equilibrando uma balancinha na mão? Pois a balança virou. De tão pesada virou! Do lado de cá caiu tudo no chão. E a porra da justiça, surda, cega, muda... branquinha, limpinha, ficou lá, perdida, coitada, amarrada, atada, corrompida, viciada.

CORO: Justiça, justiça!

MANU: Pois agora bem! Fica aí gritando justiça, clamando por essa justicinha limpinha de vocês... Eu lavei minhas mãos. De vez

em quando, se a poluição deixar, olha pro céu, lembra da Estrela, lembra das milhares de Estrelas que estão aqui, oh! Escurecidas, apagadas, mortas. E vejam o que vocês mesmos podem fazer, antes de gritar JUSTIÇA! Porque a justiça, pra ser justa nesse mundo de Estrelas, tem que ser puta, viada, MENDIGA!

JUIZ: Ordem! Ordem! Ajuda eu descer daqui!

(trecho do texto colaborativo do espetáculo “Estrela ou Escombros da Babilônia”. Núcleo de Teatro do Espaço Comum Luiz Estrela).

O Espaço Comum Luiz Estrela é uma composição complexa e dinâmica de narrativas polifônicas que eu jamais tentaria esgotar num rolezim como este, mesmo porque tal feito sequer seria possível. Captar a multiplicidade de olhares e singularidades a respeito do Espaço Comum Luiz Estrela demandaria não uma, mas várias rodas de conversa demasiado grandes. Aqui, arrisco no máximo

uma leitura possível, precária, que precisa colidir, dialogar e construir com outras leituras, percepções e desejos investidos na constituição do comum. Não são poucos os desafios colocados à construção do Estrela, dentre os quais: maior inserção da comunidade do entorno nas ações, atividades e discussões; estreitamento com o hospital psiquiátrico vizinho (CEPAI); o cuidado com a rua e suas questões; geração de renda na perspectiva do comum; agenciamento das múltiplas lutas da cidade: antimanicomial, movimento negro, feminismo, ocupações, mobilidade urbana¹⁷, cultura independente, permacultura, disputa do espaço público, democracia real, carnaval etc. E, ainda, fortalecer a si mesmo para garantir que o casarão fique de pé e

17 No projeto de restauro do casarão, foi prevista, no pátio do imóvel, a reserva do espaço livre já utilizado pela Buzona do Tarifa Zero quando precisamos enfeitá-la para o carnaval, por exemplo.

seja restaurado, sem agredir sua memória ou abafar as ressonâncias do passado, preservando os sinais de outros tempos, os restos de coisa humana, mantendo nas paredes a camada de gordura das mãos das crianças que por ali passaram e que, creio eu, adorariam ver o casarão povoado de alegria (GUIMARÃES, 2014).

Recuperamos o espaço público para o uso comum, depois de anos de descaso e abandono, lapso temporal que agora vejo como os anos em que o casarão descansou, a morte estritamente necessária, depois de tanta dor e sofrimento, o tanto suficiente sem apagar o filete de vida que resistiu, a partir do qual foi possível renascer. Quantas camadas mais pode esse espaço receber? De hospital militar a hospital psiquiátrico infantil, escola pública e agora centro cultural autogestionado. Que ousado investir na construção de um espaço comum no lugar onde outrora colocavam crianças no cárcere.

Tendo em vista a imanência e

fluidez desse processo, o Espaço Comum Luiz Estrela não é, mas, sim, está sendo. Expressa-se, portanto, mais como um devir, cujas possibilidades estão em aberto. Citando o professor César Guimarães a respeito de um espaço de coabitação das imagens que ele denomina “comunidade do cinema”:

É nesse gesto que menos funda o comum do que o entrega a uma destinação indeterminada, incerta, em devir, destinação por vir que ela reúne sem fechar. De tal modo que a imagem possa abrigar o heterogêneo, o estranho, a presença e a ausência, o que se vê e o que não se vê. É nisso que ela faz um apelo à comunidade de olhares, cada um no seu lugar, vendo algo e sendo visto pelos outros. [...] (GUIMARÃES, 2014).

256 Numa roda de conversa sobre o comum realizada no Estrela, a amiga Paula Kimo levantou que o comum inscrito no nome do Espaço se tornou uma questão, “virou o peso do comum” que, por

exemplo, abriu o flanco para que o movimento negro e o movimento feminista exigissem em distintos contextos a tomada de postura do Espaço perante situações de racismo e machismo envolvendo pessoas que ali participavam. Concordando com isso, penso que reivindicar a constituição de espaços comuns, explicitamente ou não, implica necessariamente a permanente autocrítica quanto à abertura às múltiplas singularidades que aí possam se expressar, é “dar a cara para bater”, postura bem-vinda quando se trata de superar modos ultrapassados de fazer política na perspectiva emancipatória. De toda forma, os desafios de ordem prática são infinitamente superiores àqueles de ordem estritamente teórica (“treta de livro”) quando se trata de conceber a construção de espaços comuns.

Nesse sentido, o Espaço Comum Luiz Estrela está sendo a nossa casa destelhada, onde experimentamos juntxs algo que nenhuma de nós havia

experimentado antes. E tanto melhor construir o comum num casarão assim, em movimento, com suas rachaduras, deslocamentos, riscos e, simultaneamente, fascinante horizonte de possibilidades.

Tanto melhor a casa precária que pode ser aberta aos outros, aberta a outrem, uma coisa que é decisiva, uma casa que não seja pensada sob a figura do proprietário, que ela seja destelhada, e aqueles que ali moraram e desapareceram não é de todo assim catastrófico, os que desapareceram sempre podem voltar. É preciso que os fantasmas voltem. Os mortos podem ser lembrados. O trágico é essa palavra que diz o irreparável e repõe para a vida da comunidade. Um trauma pode ser elaborado, no lugar onde há escombros é possível que alguma coisa surja, uma forma, alguma coisa emedra em meio aos escombros. Isso que me parece que é interessante pra imaginar o que é um possível do comum de uma comunidade [...] (GUIMARÃES, 2014).

Vida longa ao Espaço Comum Luiz Estrela!

Vida longa a todos os espaços comuns!

Após escrever o excurso estelar e submetê-lo à apreciação da Paula Kimo, que também participou da construção do Espaço, recebi dela o e-mail transcrito abaixo, o qual ora publico na íntegra, mediante sua autorização, em vista da importância das palavras ditas.

querido, aki o email que tava pronto pra te mandar desde ontem :)

karina tava comentando da onda dela com o estrela. que ela teve muito próxima no início e depois afastou. um dia foi lá e viu o casarão escorado, de repente. ela falou que deu uma choradinha <3 acho muito legal no estrela essa coisa da mudança no espaço físico. como que o casarão e o pátio se transformam, enquanto a gente muda e interfere no mundo.

intervenção livre e espontânea das pessoas no espaço. se nas ocupas de moradia a cada dia sobe um barraco e ali a luta vai ganhando matéria e resistência, no estrela o espaço vai ganhando coisas, cores, formas, numa dinâmica sem controle, sem ordem (às vezes organizada, os mutirões, o trabalho dos núcleos e tal), uma coisa de fluidez e compartilhamento do espaço. gosto dessa palavra descontrolado. por mais que exista uma organização desde o início, essa que a gente chama de aberta, horizontal, há uma apropriação que é das singularidades, que não se prende a consensos, a fluxos de assembleia, que encarna no espaço e passa a fazer parte. é muito doido como as coisas entram e saem dali. a metáfora da caçamba... talvez citar o tanto de caçamba que já alugamos pra tirar entulho de artista, rs. sempre me pergunto por que o espaço recebe tanta coisa, por que tanta gente quer levar coisa pra lá. o que esperam quando

acham uma coisa no lixo e levam pra lá?... ali aquela coisa largada pode ganhar um uso, uma função... não só o casarão tem sua função social “resgatada”, mas um monte de coisa e um monte de gente. heheh... eu mesma tava perdida no mundo, minha vida deu uma virada com o estrela e todos os amores que eu construí a partir de lá. e tbe a metáfora das chave... as várias tentativas de ter uma chave, cópias com determinados núcleos, mas a chave se perde, o cadeado se rompe, começa tudo de novo. essa coisa que escapa (porque a gente tem uma tendência a fechar, tendência que o sistema impõe, sei lá). acho que no estrela tudo escapa, tudo foge, tudo rompe. como os meninos que tentavam fugir do choque elétrico, como as fissuras da casa que deixam expostas as veias.

fiquei pensando tbe nesse processo de esgotamento da assembleia. o momento formal de decidir... finalmente caímos na real que não é esse ritual que agita as

coisas por ali. mudamos de semanal, pra quinzenal, pra mensal. não é atoa que as reuniões não dão conta de encaminhar, discute-se muito, mas encaminha mesmo é nos facebooks da vida, nos zap zaps, na tora com uma galera que pega e faz uma coisa ali, outra que pega e faz outra lá. é como se o espaço do encontro fosse da vivência, do não resolver, do conversar, divergir, concordar, aprender, rir, abraçar. na hora de cair pra coisa prática, executivo, a tecnologia entra, nos vários níveis de tecnologia. não sei se tô viajando.

pensei também nas coisas do conflito no estrela. de tempos em tempos estoura um conflito, os BO. as mil tretas. tem gente que não dá conta e sai. depois volta. todo mundo volta. tem gente que vai pra dentro do conflito. tem uma imanência ou iminência (não sei bem usar os conceitos) que é do conflito no estrela. e é impressionante como lá dentro todo mundo se sente empoderado pra colocar opinião, muita energia. talvez

aquela coisa de em cada corpo uma multidão. no estrela a gente fica forte e essa força emana pra cidade. lembro de um último BO treta do zion e roberta discutindo por conta da doação da grana da festa junina pra izidora. no final o zion escreve tipo assim... “mas de boa que no final a gente vai se abraçar”.

tá muito lindo seu texto, é noiz demais, acho doido romper a escrita acadêmica no rolezinho. emocionada com a escrita feminista :) fiquei lendo e marquei umas bobagens de revisão ortográfica, se quiser te mando. essas coisas que escrevi aí em cima é só um monte de viagem, porque o estrela desperta uma vontade de falar, de fazer, de colaborar. uma cachaça.

Paula Kimo, 5 de agosto de 2015.

ESPAÇOS COMUNS COMO RESISTÊNCIA POSITIVA AO URBANISMO NEOLIBERAL

Como dito, este trabalho parte de uma aposta política que se confirma a cada novo embate travado nas metrópoles brasileiras: a centralidade do comum nas lutas contemporâneas. São as próprias resistências e os processos constituintes que nos demonstram a pertinência de apostar no comum nos marcos da metrópole neoliberal: da defesa pela preservação e acesso aberto do Parque Jardim América, à construção do Espaço Comum Luiz Estrela, ambos em Belo Horizonte; da resistência contra a destruição do último remanescente de Mata Atlântica no Centro de São Paulo, na avenida Augusta, à organização de um atelier compartilhado na rua da Consolação também na capital paulista: ocupação Espaço Comum Casa Amarela. Resiste Estelita e resiste Izidora, duas fortíssimas resistências que lograram barrar a efetivação de megaprojetos da *cidade-empresa*, respectivamente no Recife e em Belo Horizonte, também refletem a potência da defesa do comum urbano organizada em redes colaborativas contra o avanço das parcerias público-privadas sobre o território e a natureza urbana.

260 Ratifica-se: se, por um lado, o urbanismo neoliberal e o paradigma da *cidade-empresa* representam um aprofundamento do controle, privação e captura dos territórios e bens comuns urbanos, sobretudo via parcerias público-privadas e grandes operações urbanas, por outro, as lutas multitudinárias se expressam cada vez mais como a defesa e a constituição de bens comuns urbanos, materiais e imateriais.

A *cidade-empresa* resultante do modelo neoliberal de planejamento estratégico é a expressão mais bem acabada da ofensiva público-privada — Estado e capital em profunda simbiose — contra

o comum. Inegável nessa conjuntura “a afirmação do comum como nova fronteira de luta política radicalmente democrática para além da antinomia público/privado” (HARDT, 2011). Nesse cenário, razoável apostar que a construção de espaços comuns seja um importante horizonte de convergência possível das forças vivas que enfrentam o Estado-capital na metrópole biopolítica contemporânea.

A aposta na centralidade do comum também se mostra adequada, na medida em que as lutas multitudinárias travadas ante o Estado-capital se expressam, do ponto de vista organizativo, elas mesmas, como a constituição de espaços comuns, orientados por ações em rede com fluxos e conexões abertas, pela colaboração, criatividade e comunicação intensa entre os múltiplos sujeitos, pelo desejo de horizontalidade, democracia real e autonomia, pela produção de afetos e subjetividades e pela constituição de uma intelectual coletiva em movimento constante.

Temos percebido, nas ações coletivas orientadas pela produção de espaços comuns, também entendidos como espaços de experimentação e produção de novos modos de vida, que tais ações têm sido tão mais potentes quanto mais comum, no sentido aqui esboçado, ou seja, mais potente quanto mais abertas às expressões das múltiplas singularidades que produzem em comum. A não redução ao uno das singularidades que aí se expressam, por sua vez, dificultam a captura do comum pelo poder instituído, seja na sua forma pública (Estado), seja na forma privada (capital).

Para nós, partícipes diretos imbricados em diversos espaços comuns na cidade de Belo Horizonte, tratar das formas e das práticas organizativas empreendidas pela multidão metropolitana nos marcos do urbanismo neoliberal implica, necessariamente, falar desse comum, desse *fazer comum*, não como abstração transcendente

capaz de oferecer algum sentido à realidade sob análise e desse modo influenciá-la, mas como conceito imanente, inerente às próprias lutas, campo de experimentação e convergência possível, a partir do qual aprofundamos a compreensão das possibilidades, das contradições e mesmo da potência das lutas.

Essa é, portanto, nossa segunda aposta: quanto mais comum, mais potente a resistência. Como nos diriam os(as) ativistas da Espanha após experimentarem a força das acampadas indignadas depois do 15M: “o que está claro é que quanto mais comum, mais vida tem” (GUAL, 2012, p.35; tradução livre). Nas palavras de Hardt e Negri, na obra *Commonwealth*:

Alguns dos acontecimentos e revoltas mais inspiradores e inovadores da última década radicalizaram o pensamento e a prática democráticos organizando um espaço, como uma praça pública ocupada ou uma zona urbana, com estrutura ou assembleias abertas e participativas, mantendo essas novas formas democráticas durante semanas ou meses. De fato, a organização interna dos próprios movimentos se viu constantemente submetida a processos de democratização, que se esforçam em criar redes horizontais e participativas (HARDT E NEGRI, 2009, p.7).

262 Em Belo Horizonte, não nos faltam exemplos disso, tal como a *Mostra Diversas: Arte, Feminismo e Resistência*, processo colaborativo potente e histórico, horizontalmente organizado pelas mulheres ativistas (do morro e do asfalto) por ocasião da semana do dia internacional da mulher (8 de março de 2015).

Outro exemplo em que a abertura à construção comum se desdobra em potência foi a explosão dos blocos de rua independentes no contexto do “carnaval amor e luta”, sem esquecer, claro, do Espaço Comum

Luiz Estrela e do #Resistezidora, processos cuja potência foi capaz de imprimir significativas derrotas (concretas e simbólicas) ao poder instituído. A luta contra a operação urbana consorciada Nova BH, as assembleias populares horizontais, os movimentos Fica Ficus, Viaduto Ocupado, a ocupação da Câmara Municipal em 2013 e a pioneira Praia da Estação inaugurada já no início de 2010 são, dentre muitos outros, casos de Belo Horizonte ilustrativos para a nossa argumentação.

Interessante notar como todas essas lutas, conscientemente ou não, convergem no comum na medida em que se abrem às singularidades e daí extraem as melhores possibilidades de difusão, encantamento e agenciamento de novos(as) combatentes na metrópole biopolítica pós-fordista, além de permitir experienciar novas formas de sociabilidade que se contraponham aos valores individualistas da sociedade de consumo. Trata-se de construir e experimentar, na própria resistência ao domínio capitalista, outros modos de vida e produzir novas subjetividades, abertas às singularidades, sedentas por democracia real. São, dessa forma, processos que também revelam o caráter biopolítico das lutas na contemporaneidade.

Não sem controversas e desvios, a constituição desses espaços comuns pode ser capaz de preservar e fazer expressar as múltiplas singularidades dos sujeitos envolvidos e possibilitar hibridações subjetivas e trocas entre pessoas de distintas cores, classes sociais, orientações sexuais, saberes e culturas, juntas pelo compartilhamento de desejos comuns, em oposição ao Estado-capital e sua ideologia hegemônica. Isso, por si só, justifica a imperiosidade de se cartografar e debater as lutas na atualidade que se expressam como espaços comuns para, a partir daí, criar conexões transgressivas, extrair narrativas e práticas comuns que possam inspirar e influenciar outros processos que tenham o bem comum no horizonte.

Cabe acrescentar que o necessário debate em torno do comum abre caminho para uma inflexão não menos necessária na abordagem das organizações tradicionais de esquerda, as quais historicamente se dedicam à análise do capitalismo e suas transformações, bem como do Estado como ente soberano garantidor da ordem social vigente, tratando como secundário ou mesmo ignorando a dimensão das resistências e suas formas de expressão política e estética. Ou seja, o debate em torno do comum enquanto categoria político-filosófica imanente e aberta é indissociável do debate quanto às formas de organização, deliberação e comunicação das resistências, produção estética e sobre a nova gramática que anima as lutas mais potentes e exitosas da atualidade. Debater o comum nunca foi tão importante para as análises de conjuntura ainda muito restritas à contemplação dos movimentos do capital e do poder.

Analisar o comum das lutas é, portanto, analisar como resistimos e como nos organizamos para daí extrair as melhores possibilidades e as formas mais adequadas para constringer o poder instituído, produzir subjetividades insurgentes e engajar mais e mais combatentes, alcançar vitórias efetivas em proveito do bem comum e abrir brechas para o novo, para formas distintas de produzir e conviver. Afinal, as lutas e as resistências vêm primeiro, são elas que ditam as transformações do capital, e não o contrário, basta olhar para a história e ver os fatos que antecedem aos principais momentos de reestruturação produtiva do capitalismo global. Isso posto, urge chamar a atenção do pensamento crítico produzido pelas forças políticas de esquerda para a dimensão das resistências que nos animam, primordiais quanto à dimensão dos poderes que nos oprimem.

OCUPAÇÕES ORGANIZADAS POR MORADIA

Também gostaria de abordar sob o prisma do comum as ocupações urbanas de sem-teto, as quais perpassam minha trajetória como membro da Frente pela Reforma Urbana das Brigadas Populares, em Belo Horizonte, desde quando organizamos, em 2006, no bairro Serra, a ocupação Caracol, um prédio de três andares, ocupado com uma média de seis famílias sem-teto ao longo do período em que resistiram ao desalojamento, durante três meses. Em sequência vieram as ocupações João de Barro I, II e III, respectivamente despejadas com seis meses, três meses e um mês de resistência.

Até então somente prédios abandonados haviam sido ocupados, mas, no final do ano 2007, as Brigadas Populares iniciam a organização de ocupações de terrenos ociosos, junto com o Fórum de Moradia do Barreiro, o que resultou na ocupação Camilo Torres¹⁸, nascida na periferia de Belo Horizonte, no Barreiro, no dia 16 de fevereiro de 2008. Nunca mais as Brigadas Populares participariam diretamente da organização de *ocupações verticais* (edificação construída), exceto da ocupação do casarão que deu origem ao *Espaço Comum Luiz Estrela*, que não se trata de ocupação por moradia e tampouco pode ser considerada uma ocupação organizada pelas Brigadas Populares, mas por uma ampla multiplicidade de grupos culturais, políticos e a(r)tivistas independentes.

Hoje penso que a opção política das Brigadas Populares pelo método das *ocupações horizontais* (terrenos abandonados) em

18 O nome remete ao padre colombiano da teologia da libertação, Camilo Torres Restrepo, que foi compelido a abandonar o sacerdócio para se dedicar à atividade política revolucionária até se juntar à guerrilha Exército de Libertação Nacional (ELN) e morrer em combate em 15 de fevereiro de 1966.

detrimento das *ocupações verticais* guarda estreita relação com a maior potência do *fazer comum* nas primeiras, quanto às dimensões subjetivas e objetivas indissociavelmente, mesmo que isso não seja reconhecido nesses termos pelo conjunto da militância brigadista.

As *ocupações verticais* nascem de uma reapropriação do imóvel privado (ou público) em situação de abandono, ao qual será dada uma destinação comum a uma coletividade limitada de famílias, enquanto nas *ocupações horizontais* o comum também está inscrito no trabalho de cada família, nada está pronto, dado, necessariamente é preciso construir, da precária rede de saneamento e energia, ao projeto urbanístico (ou mera divisão dos lotes), até a autoconstrução da moradia e equipamentos coletivos, tudo simultaneamente. Se na *ocupação vertical* a individualização é um dado apriorístico, na *ocupação horizontal* primeiro vem o comum compartilhado, depois a individualização, menos ou mais acentuada conforme a capacidade de coletivização das questões comuns.

A ocupação é tanto mais forte (no sentido de agenciar apoios e criar uma rede de solidariedade capaz de obstar a ação do Estado-capital ante o ônus político que o desalojamento implica) quanto maior for sua capacidade de constituir espaços comuns (equipamentos coletivos, assembleias, atividades produtivas, culturais, formação política, lutas, ações diretas etc.) e envolver as pessoas na persecução desse objetivo, moradores(as) ou não. Espaços comuns fortalecem a luta contra o cumprimento da reintegração de posse, mas também se expressam enquanto poder constituinte para além da dimensão conflitual contra o Estado-capital, capazes de fazer experienciar outros modos de vida e convivência no território, pelo território¹⁹.

19 Refiro-me aqui especialmente às ocupações que são politicamente organizadas por movimentos que lutam pela moradia.

Em resumo, a produção do comum se comporta como um bom critério analítico para perceber as profundas diferenças entre as ocupações de prédios no centro de São Paulo, por exemplo, e as ocupações de terrenos, como a ocupação *Dandara* em Belo Horizonte. Mais do que isso, a categoria do comum pode servir como um filtro de análise, um conceito imanente balizador das lutas travadas contra as forças hegemônicas proprietárias. Pelas lentes do comum é possível perceber, por exemplo, as investidas de captura por agentes públicos e privados, o nível de horizontalidade/hierarquia, de multiplicidade/homogeneidade, de democracia real/representação etc.

De um modo ou de outro, tanto as *ocupações verticais* quanto as *horizontais* de vazios urbanos decorrem da incapacidade de o Estado (público) e o mercado (privado) garantirem o provimento habitacional para a população mais pobre, sobretudo aquela com renda familiar mensal de zero a três salários mínimos, as quais representam hoje 90% do déficit de moradias no país.

Em verdade, no Brasil, a questão habitacional é uma das principais questões modernas não resolvidas pela modernidade, o que ainda torna a luta pela moradia algo central na atuação dos movimentos urbanos, os quais recorrentemente utilizam as ocupações de imóveis ociosos como mecanismo legítimo de pressão política e efetivação do direito de morar. Para além desses objetivos imediatos, a retomada de vazios urbanos pelos sem-teto implica a experimentação de novas formas de apropriação do espaço, nas quais princípios como a cooperação, o coletivismo ou a democracia real ganham conteúdo transgressivo sob certas condições. É nesse domínio que a multidão (também) se revela como contrapoder: resistência, insurgência e poder constituinte, conjuntamente articulados, dinamicamente imbricados, ora mais, ora menos.

Nos territórios recuperados pelos sem-teto, a multidão se explicita como carne no fazer comum, organismo multiforme no qual não é possível diferenciar propriamente o corpóreo e o intelectual, a práxis e a teoria, a experiência concreta e o projeto encarnado. Não conformam ali uma unidade, tampouco comunidade una, mas singularidades tão múltiplas quantas são as vivências ali experimentadas e ao mesmo tempo processos comuns que acabam por criar comunidades abertas. Por outro lado, não se diz que uma ocupação seja privada ou que uma ocupação seja pública sem que se refira estritamente à natureza domínial do imóvel ocupado. A ocupação atenta contra a obtusa redução da realidade à simples oposição público e privado. A ocupação é comum.

Por ser comum, a ocupação não é dogma, não acolhe diretrizes exógenas, verticais, sem que haja mediações. Por ser comum, não é ideal, pura, pois também reproduz práticas sociais, políticas e urbanísticas próprias de uma ordem social ainda subjugada à propriedade privada, à competição, ao individualismo, às opressões, ao medo e ao egoísmo. Mas, por se colocar em posição de enfrentamento ao Estado-capital, incisivamente almejam capturá-la: tanto o pequeno especulador que aliena lotes contra “as regras do movimento”, quanto o poder instituído que, quando muito, oferece um programa gerido por uma instituição financeira como a resolução do conflito fundiário²⁰. O judiciário, pragmático, opta pela via mais simples: “Autorizo, desde logo, o uso da força policial. Cumpra-se!”. É a consagração máxima do direito à propriedade privada (resguardado pela força pública) sobre o direito à cidade, ou melhor, sobre o direito ao comum.

BELO HORIZONTE: CIDADE OCUPADA²¹

Em poucas palavras, a revolução urbana e a democracia concreta (desenvolvida) coincidem. Só por essa via, a prática urbana, a dos grupos e das classes, ou seja, sua maneira de viver, a morfologia da qual dispõem, pode confrontar-se com a ideologia urbanística.

Henri Lefebvre

Do ponto de vista estritamente normativo e institucional, o Brasil se situa numa posição da vanguarda quanto à previsão de instrumentos legais tendentes a assegurar a função social da cidade. Destacam-se algumas das principais conquistas: o capítulo da Política Urbana, na Constituição de 1988 (arts.182 e 183); a promulgação do Estatuto da Cidade e da Medida Provisória n°. 2.220, em 2001; a criação do Ministério das Cidades, em 2003; a instituição do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social, em 2006; dentre outras. Temos, portanto, leis e instrumentos urbanísticos avançados, mas que não se traduzem no plano da efetividade, sobretudo na vida dos pobres urbanos cuja segregação é cotidianamente reproduzida e ampliada pela ação do Estado-capital.

Por outro lado, o Programa Democrático-Popular encampado pelo PT e defendido pelos movimentos e entidades nacionais da Reforma Urbana não apenas não realizou o que prometeu, mas deu

269

21 Sobre as ocupações Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá, ver dissertação de mestrado de Tiago Lourenço: Cidade ocupada (LOURENÇO, 2014).

aprofundamento da privatização/mercantilização das cidades e do paradigma rodoviarista, da disseminação das parcerias público-privadas na produção do espaço com diversos projetos de expansão e requalificação urbana baseados em dados quantitativos, e não qualitativos, a despeito do imperativo constitucional da gestão democrática das cidades, desconsiderando-se o processo complexo de produzir espaços de forma participativa e colaborativa. Por mais que se busque atacar o déficit habitacional, o modelo neoliberal de produção da casa-mercadoria não reverte o principal déficit, que é o de falta de qualidade urbana, pois a urbanização que promove é desurbanizadora (ARANTES, 2013).

De todo modo, é consenso entre ativistas, profissionais e intelectuais da cidade verdadeiramente comprometidos com os desígnios da reforma urbana que o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) estava muito longe de ser uma política habitacional capaz de garantir o direito à moradia adequada aos mais pobres e de avançar na efetivação do direito à cidade. É possível sustentar que o maior programa da história do Brasil de construção de moradias subsidiadas com recursos públicos, operado por instituições financeiras (CAIXA/Banco do Brasil), sequer possa ser designado como política pública habitacional de interesse social, situando-se melhor no terreno das medidas macroeconômicas anticíclicas e de impulso ao setor da construção civil, cada vez mais envolto no sistema financeiro de títulos e créditos.

Em verdade, o Programa MCMV não enfrentou o grande gargalo da questão habitacional que diz respeito ao controle privado da terra urbana e das dinâmicas imobiliárias nas cidades. Nenhum dos instrumentos tendentes à garantia da função social da propriedade urbana, previstos no Estatuto da Cidade, foi utilizado pelo programa

federal que trata a questão habitacional como um problema de construção de moradias, entendidas como mera mercadoria, altamente rentável econômica e politicamente falando.

Inovadoras políticas habitacionais concebidas no âmbito municipal, como foi o caso do Orçamento Participativo da Habitação (OPH) em Belo Horizonte, foram solapadas pela adesão acrítica dos municípios ao Programa Minha Casa, Minha Vida.

Dado o caráter centralizador do programa, aliado ao seu apego político eleitoral, as prefeituras, no tocante à moradia, tornaram-se um “balcão de negócios” de unidades habitacionais viabilizadas com subsídios públicos federais, isso com o consentimento (por vezes constrangido) dos movimentos sociais que sempre defenderam uma reforma urbana lastreada na gestão democrática das cidades e na função social da propriedade. Ao contrário, o programa federal gerou uma onda de valorização imobiliária rentista. Em resumo, nas palavras de Pedro Arantes:

O ponto de chegada da (Anti)Reforma Urbana petista, ao mesmo tempo seu fim de linha e sua realização, é o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Três milhões de moradias estão sendo produzidas nos últimos cinco anos, com a alegação de ataque em grande escala ao déficit habitacional, quase integralmente (cerca de 98%) sob a batuta do setor privado, usando recursos públicos e promovendo uma onda de aumento do preço da terra em todo o país. No MCMV, quem faz política de terras é o setor privado, como é também ele quem define o local e o padrão de urbanização, a arquitetura, a tecnologia a ser adotada, e assim por diante. O Estado abdicou de uma política pública de terras e desenvolvimento urbano, abdicou de ter inteligência projetual sobre as cidades e de qualificá-las.

[...] A promoção da casa popular é apresentada, assim, como solução compensatória da Reforma Urbana que não ocorreu, e melhor elo da conciliação de classes entre capital e trabalho — uma vez que beneficiaria a ambos. Na “aliança pela casa própria” não haveria interesses opostos: forja-se um consenso entre a necessária lucratividade dos capitais, os ganhos eleitorais dos políticos, a venda de terras valorizadas pelos proprietários e o benefício social dos atendidos pelo programa. A valorização imobiliária produzida pelo MCMV e pela ampliação do crédito imobiliário levou a crescimentos vertiginosos do preço da terra (180% em São Paulo e 250% no Rio de Janeiro nos últimos 5 anos). A própria tabela do MCMV para a sua casa mais simples (com menos de 40 m²), em São Paulo, começou com R\$ 52 mil em 2009 e hoje está em R\$ 96 mil (com o complemento estadual), e mesmo ultrapassando este valor, com doação de terras públicas via desapropriação municipal, crescendo assim bem acima da inflação (ARANTES, 2013, s.p.).

Apesar dessa visão crítica e da percepção evidente de que o MCMV agravou o quadro de segregação socioespacial nas metrópoles, sobretudo em razão da absurda elevação do preço da terra urbana (isento de qualquer controle público efetivo), quase a totalidade dos movimentos de luta pela moradia ficou refém do programa apresentado pelo Governo Federal em 2008 e regulamentado pela lei n°. 11.977/2009.

272 Não raro, tais movimentos organizaram ocupações de imóveis ociosos para reivindicar junto ao Poder Público a construção de ‘x’ unidades habitacionais via “Minha Casa, Minha Vida Entidades”, modalidade criada para salvaguardar algum nível de legitimidade do programa junto aos movimentos, tal como ocorreu com o Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Sem-Teto (MTST), mais forte e influente movimento social urbano do Brasil na atualidade.

Em Belo Horizonte, cidade palco de um conflito fundiário que ganhou projeção nacional, envolvendo as três ocupações da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória), as lideranças das famílias sem-teto ousaram dizer “não” à proposta colocada à mesa de negociação, aberta pelo governo estadual à época (PT), a qual previa a construção de unidades habitacionais pela própria construtora proprietária da maior fração dos imóveis ocupados (Direcional), via Minha Casa, Minha Vida, como forma de contornar o conflito e realizar o reassentamento das famílias. A rejeição da proposta ocorreu apesar de haver decisão judicial vigente que determinava a reintegração de posse das áreas ocupadas, localizadas na maior área verde remanescente da cidade (oficialmente denominada Região do Isidoro), destinada a uma Operação Urbana aprovada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Simultaneamente à rejeição da proposta de negociação, unilateralmente elaborada pela construtora e apresentada pelo governo estadual como “única saída”, a rede que acompanhava a mesa de negociação junto às lideranças mulheres das ocupações, formada por movimentos (Brigadas Populares, CPT e MLB), coletivos (Coletivo Margarida Alves de assessoria jurídica e Arquitetas Sem Fronteira) e grupos de pesquisa (Indisciplinar UFMG, Práxis UFMG e Escritório de Integração da PUC Minas) sustentou uma contraproposta que previa a manutenção da maior parte das casas de alvenaria autoconstruídas pelos(as) moradores(as), preservando seu modo de vida e sua forma de apropriação do espaço urbano. “Predinhos, não!” foi o coro uníssono nas assembleias realizadas nas ocupações.

Evidentemente, a rejeição preliminar da proposta apresentada pelo governo e empresa também decorre da biopotência dessas ocupações, cujo ápice foi demonstrado durante o período mais crítico da resistência, quando explodiu em redes horizontais a

campanha contra o despejo (#Resistelizidora), em agosto de 2014. Nesse momento, parecia inevitável o cumprimento da maior reintegração de posse realizada pela Polícia Militar de Minas Gerais em ocupações urbanas organizadas.

Bastante simbólico o conflito que envolve as ocupações da Izidora em Belo Horizonte, no qual, de um lado, o Poder Público e o agente privado envolvido (que aderiu à operação urbana prevista para a região) perseguiram juntos o desalojamento de milhares de famílias pobres (os movimentos falam em 8 mil) para oferecer como “solução” a construção de milhares de unidades habitacionais de interesse social por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida. De outro lado, os eventuais beneficiários de parte das unidades habitacionais eventualmente produzidas, que ocuparam os imóveis no contexto das *Jornadas de Junho de 2013* e lutaram pela preservação das suas casas autoconstruídas, para rejeitar a proposição público-privada em proveito do território coletivamente produzido, um espaço comum, diríamos.

O Quartinho foi um espaço criado, a priori, meio que sem função e aí a criatividade das pessoas dá várias funções pra ele. Para além das funções que a gente sabe que acontece lá por questão de organização da comunidade, a galera vai inventando função pra ele o tempo inteiro. A galera fica lá fumando, que é uma função, coloca TV pra ver jogo, e por aí vai. E não passa pela coisa da organização, passa pelo espontaneísmo, que é a coisa do desejo, desejo das pessoas. O que eu acho super legítimo (trecho de entrevista com André Silva, morador da ocupação Guarani Kaiowá, em Contagem, MG, in VALLE, 2015).

Hardt e Negri apontam três elementos que compõem o conceito de contrapoder: a resistência, a insurgência e o poder constituinte. Sem

querer aprofundar a análise, essas três dimensões do contrapoder, organicamente coadunadas, também podem ser identificadas nessa luta contra o desalojamento das ocupações da Izidora. Resistência contra o desalojamento, liminarmente concedido, tão logo divulgada e denunciada a violação coletiva da cerca que protegia a ilegalidade do descumprimento da função social. Poder insurgente, por sua vez, consubstanciado na quebra do estatuto de propriedade como instituição protegida pelo Estado (constituído), parceiro dos agentes imobiliários que pretendem construir na área grandes empreendimentos via operação urbana. Força constituinte conformada pela multidão na defesa e construção do comum urbano, cuja potência é capaz de criar novas territorialidades, novas sociabilidades, modos de vida, experimentações e narrativas insurgentes, em que pese o poder simbólico e material da *cidade-empresa*.

Especialmente na última década e, ainda com maior intensidade, após as *Jornadas de Junho de 2013*, as ocupações organizadas por movimentos sociais se multiplicaram nas metrópoles brasileiras, não raro garantindo o assentamento de milhares de famílias pobres que não podem aceder à aquisição da moradia, nem mesmo pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, que privilegiou as faixas de renda 2 e 3 nas capitais.

Seguindo o exemplo tomado até aqui, em Belo Horizonte os movimentos organizados, articulados em rede, conseguiram superar de longe, em termos quantitativos e qualitativos, a política pública de provimento habitacional de baixa renda. Somente na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), as ocupações de terrenos acompanhadas por movimentos organizados, realizadas pelos(as) sem-teto sobretudo a partir de 2009 (Dandara), lograram assentar mais de 10 mil famílias que, no entanto, ainda vivem em situação de

insegurança da posse ante a indisposição do Poder Público de promover a regularização fundiária. Veja a seguir quadro resumido com os dados fornecidos pela rede que acompanha as ocupações de sem-teto na RMBH.

O quadro das ocupações de Belo Horizonte e região metropolitana reflete, claro, uma singularidade dos movimentos urbanos que atuam na capital, os quais puderam impedir nos últimos anos o desalojamento dessas ocupações, em redes abertas de resistência capazes de aglutinar de setores pastorais da igreja católica a anarquistas e ativistas independentes, de grupos de pesquisa/extensão universitária a blocos de rua do carnaval e, assim, garantir a construção de territórios comuns que recusaram ser substituídos pela proposição público-privado consignada no Programa Minha Casa, Minha Vida.

O que é possível extrair dessa experiência contemporânea que, apesar de singular, não é única nem exclusiva? Ante o fracasso do Programa Minha Casa, Minha Vida, cumulado com a crise urbana que se agrava e assola as metrópoles brasileiras, os territórios comuns construídos pelos sem-teto podem ser uma linha de fuga?

Enquanto o Estado e a iniciativa privada só têm o Minha Casa, Minha Vida a oferecer, verticalmente, como política habitacional, com unidades rígidas, projetos padronizados e conflitantes com as culturas construtivas dos(as) pobres urbanos(as), as ocupações promovem a construção de novos territórios insurgentes nas metrópoles brasileiras, cada vez menos dispostos a aceitar proposições políticas hierarquizadas que se apresentam como solução para os seus problemas e que atentam contra seus modos de vida e suas singularidades. A autoconstrução nas ocupações urbanas é uma modalidade aberta de produção habitacional que respeita as práticas culturais e as singularidades dos pobres urbanos.

Quadro 1 Relação das ocupações nos últimos anos em Belo Horizonte e região metropolitana, elaborada pela rede de apoio às ocupações urbanas

Ocupações	Data de início	Localização	Nº aproximado de famílias
Camilo Torres (fração privada do imóvel)	Fev/2008	Barreiro/BH	120
Camilo Torres (fração pública do imóvel)	Out/2008	Barreiro/BH	40
Dandara	Abr/2009	Pampulha/BH	1300
Irmã Dorothy	Mar/2010	Barreiro/BH	150
Zilah-Spósito/H. Greco	Nov/2011	Venda Nova/BH	250
Eliana Silva	Out/2012	Bairro/BH	350
Guarani Kaiowá	Mar/2012	Ressaca/Contagem	150
Rosa Leão (Izidora)	Mai/2013	Isidoro/BH	2500
Esperança (Izidora)	Jun/2013	Isidoro/BH	1500
Vitória (Izidora)	Jul/2013	Isidoro/BH	4000
William Rosa	Out/2013	Nacional/Contagem	600
Nelson Mandela	Mar/2014	Barreiro/BH	310
Dom Tomas Balduino	Jul/2014	Betim	110
Shekinah	Set/2014	Betim	100
Nova Canaã	Nov/2014	Betim	80
Paulo Freire	Mai/2015	Barreiro/BH	300

Cabe lembrar que as ocupações e outras práticas de autoconstrução de moradias fazem parte da história de formação, expansão e esgarçamento das grandes cidades brasileiras, não há qualquer novidade em pobres ocupando imóveis ociosos para autoconstruir suas moradias e experimentar, nos territórios aí constituídos, formas de vida, produção, convivência e sociabilidade singulares. Em cidades como Belo Horizonte, o percentual do tecido urbano irregularmente ocupado ultrapassa os 20%, conforme dados oficiais da municipalidade.

Por outro lado, a legitimidade da retomada organizada ou espontânea de vazios urbanos inutilizados encontra guarida e legitimidade no próprio ordenamento jurídico nacional, sobretudo na função social da propriedade urbana, cumulada com o princípio democrático que pressupõe o direito de lutar pela efetivação dos direitos e o direito constitucional à moradia adequada que também goza de proteção no âmbito dos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é país signatário.

Como frequentemente afirmam os movimentos, a luta das ocupações de moradia não se reduz apenas à defesa do direito à moradia, não raro ainda confundido com o direito de propriedade, mas também dizem respeito ao direito à cidade. Isso implica, ademais, a defesa pelas famílias sem-teto do seu modo de viver e ocupar o espaço na cidade, com autonomia para determinar, por exemplo, a tipologia e o tempo de construção da moradia, tempo quase sempre estendido e condicionado às condições econômicas de cada família, mas, por outro lado, sem o risco de retomada compulsória pela instituição financeira credora ao longo das décadas do financiamento imobiliário contratado. Nas ocupações, o risco do despejo por parte do Estado, por sua vez, é contornado pela fé coletiva no êxito da resistência organizada em rede para a defesa do território comum.

Em Belo Horizonte, desde 2008, nenhuma ocupação urbana organizada que se consolidou foi despejada!

Dentre os desafios colocados aos movimentos urbanos e às novas ocupações de sem-teto, destacamos a necessidade de se superar o limite estreito da propriedade privada dentro das próprias ocupações, com a demarcação de lotes individuais, para experimentar formas coletivas inovadoras de apropriação espacial, bem como avançar na dimensão constituinte da resistência, com a produção de equipamentos e práticas coletivas (econômicas, políticas e culturais) que aprofundem a produção de novas subjetividades nessas ocupações. Para tanto, talvez o primeiro passo seja conceber tais ocupações como espaços comuns de resistência biopotente e exercício democrático na metrópole contemporânea, sujeitos indispensáveis à construção de uma nova sociabilidade urbana.

Se a moradia é um luxo, ocupar é um direito!
Vida longa às ocupações da Izidora!
Vida longa a todas as ocupações!



Excursão de despedida

O que me deixa mais feliz passando esses dois anos de trabalho é a transmutação, os atravessamentos operados pela copesquisa cartográfica no eu, singular-plural. Sem qualquer insinuação de cunho comparativo, penso imediatamente em pessoas que, mesmo conhecendo muito pouco ainda, admiro bastante, como Judith Butler, Marcelo

Ele [poder constituinte] é uma decisão que emana do processo ontológico e social do trabalho produtivo; é uma forma institucional que desenvolve um conteúdo comum; uma manifestação de força que defende a progressão histórica da emancipação e da libertação; é, em suma, um ato de amor.

Michael Hardt e Antonio Negri

llevo en el cuerpo una condena que siempre me echa a caminar.

Manu Chao

Caetano¹, Paul B. Preciado, Nádía Granados (La Fulminante Roja²)

1 Entrevista concedida por Marcelo Caetano à Revista Fórum, disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/04/homem-trans-e-negro-nas-trincheiras-do-cotidiano/>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

2 “El video que está llenando a todos los colombianos de orgullo”, com La Fulminante Roja. Disponível em:

e, claro, Luiz Estrela. Pessoas que desafiam a lei da gravidade com os próprios corpos. Digo isso já que, a mim parece, os processos de subjetivação sobre os sujeitos também dizem respeito ao método e, vez que comecei por aí, então é a partir dele que vamos fazer o último excursão. Em outras palavras, será sobre copesquisa cartográfica o rolezim para as considerações finais deste trabalho que, ao terminar, também se abre, até os próximos encontros.

A abertura provocada pela copesquisa cartográfica, com suas dinâmicas espaciais e temporais nômades, inevitavelmente reconduziu ao espaço em que a copesquisa efetivamente começou (já que aqui as temporalidades também são transgredidas): as Brigadas Populares — organização política que tem como uma de suas orientações estratégicas contribuir na construção da unidade aberta.

<<https://vimeo.com/95802268>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

Na prática, trata-se quase de um constructo brigadista imanente, razão pela qual, opino, tal organização logrou criar tantas conexões, redes e ampliar bastante sua atuação metropolitana, com trabalhos consistentes no interior, sempre conectados à metrópole. Uma vida inteira de gratidão às Brigadas Populares, organização que nasceu nas periferias metropolitanas e aí continua metida, sem abrir mão do trabalho cotidiano junto aos pobres urbanos.

Inegavelmente, avançamos muito na construção da unidade. Não a sacrossanta unidade transcendente que stalinistas também defendem, por exemplo via acordos de cúpula. É a unidade da práxis, a respeito da qual a copesquisa cartográfica se interessa primordialmente. As BPs possuem alianças, ações conjuntas e/ou relações com partidos de uma ponta à outra do espectro da esquerda instituída (a dificuldade é situar o espectro), coorganiza resistências biopotentes com distintos

movimentos sociais, anarquistas, ex-encarceradxs, religiosxs, padres e freiras, movimentos multitudinários, grupos da Universidade, grupos culturais, entidades, instituições públicas etc. Entretanto, se, de um lado, avançamos na unidade, cabe-nos agora, de outro, dar o salto qualitativo no tocante à abertura. Compreendê-la melhor: de qual abertura fala a unidade aberta que orienta a prática brigadista? Isso construiremos juntxs, fruto dos nossos debates, nos espaços comuns brigadistas, onde a multidão também se faz presente.

Se o Papa Francisco (anos de 2014 e 2015) está oferecendo um renovado sopro de esperança ao filete de vida que resta da teologia da libertação no seio da Igreja (com “I” maiúsculo), não será a esquerda revolucionária brasileira, que tanto deve às comunidades eclesiais de base, às pastorais sociais e aos setores da igreja comprometidos com os pobres, que vai contrariar as mensagens do Papa para sustentar, por exemplo, que

o comum não passaria de uma categoria acadêmica, teoria pós-modernista ou argumentos do tipo. Não descartemos de plano a potência imanente do comum nas lutas na contemporaneidade por razões rasas como essas. Preferimos acreditar, junto com o Papa latino-americano mais pop dos papas, que cuidar da “casa comum” nunca foi tão importante (e urgente) quanto agora³. Biopotente, diríamos.

Essas últimas notas também se prestam a justificar a ausência de um excurso dedicado às ocupações de sem-teto, tão importantes em minha formação e nos processos de subjetivação que também me afetam⁴. Até tentei

3 Ver discurso do Papa Francisco aos Movimentos Populares reunidos na Bolívia. Disponível em: <[http://pt.radiovaticana.va/news/2015/07/10/discurso_do_papa_aos_movimentos_populares_\(texto_integral\)/1157336](http://pt.radiovaticana.va/news/2015/07/10/discurso_do_papa_aos_movimentos_populares_(texto_integral)/1157336)>. Acesso em: 04 ago. 2015.

4 É indescritível a experiência de dormir numa ocupação, junto com

forjar um excurso #Resistelzidora, mas seria demasiado desonesto situar o debate das ocupações neste registro singular-plural do método. Fato é que não há excurso das ocupações de sem-teto. Esse excurso está a cargo de outras pessoas⁵... Nesse processo, fui mais um na multidão que fortaleceu a resistência positiva das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, tornando possível o impossível: o #Resistelzidora logrou impedir o maior grande projeto urbano via PPP do prefeito-empresário Márcio Lacerda, arquétipo master da cidade-empresa, que tentou vender rua para Hotel de luxo e

alguma família moradora, num contexto de iminência de despejo. Isso deveria fazer parte dos cursos de formação da magistratura, para os mesmos juízes que deferem liminares que ignoram a função social e colocam a propriedade sobre a vida e a dignidade.

5 Ver “Do PROFAVELA à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte”, dissertação de mestrado de Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas (FREITAS, 2005).

proibir evento na praça da Estação. Imagine os desafios que a multidão de Belô enfrentou ao longo desses anos? Bom que, nesses anos, também tivemos muitas praias na cidade, explosão de blocos independentes, ocupações, manifestações laranjas Fora Lacerda e reapropriação multitudinária do espaço público: produção comum para o bem comum.

Uma das ferramentas de copesquisa cartográfica que ainda devemos construir coletivamente é um mapa dos bilhões de reais que a multidão barrou por essas bandas de cá, projetos que deixaram de existir ou que continuam sendo só projetos. Cartografar as investidas do Estado-capital a despeito do interesse comum⁶ bloqueadas pelas resistências positivas, em termos financeiros, a exemplo do capital neutralizado nos processos da OUC Nova BH, da cessão do Mercado Distrital da Santa Tereza

6 Sobre o interesse comum, ver: HARDT E NEGRI, 2005, p.268.

que já estava nas mãos da FIEMG, Parque Jardim América, Mata do Planalto, estacionamento subterrâneo na área hospitalar (sob os Fícus), bloqueio do aumento da tarifa de ônibus, Brasilinha⁷ do Lacerda na tradicional Lagoinha, inúmeras ocupações organizadas com milhares de famílias etc.

De fato, em BH, com os desdobramentos de junho, o impossível se fez possível. Em maio de 2013, antes das explosões multitudinárias, foram algumas pessoas até a sede das Brigadas Populares para falar de uma nova ocupação de sem-teto (espontânea) na cidade, na região onde seria feita a bilionária Operação Urbana do Isidoro (OUI). Na ocasião, lembro-me bem de comentar com

Charlene⁸ (jamais esquecerei o dia em que conheci essa companheira), moradora da Rosa Leão, que naquela região “a treta ia ser pesada” e tal, sobretudo em razão da OUI. As ocupações da Izidora não apenas resistiram aos despejos e escancararam, mais uma vez, o drama da questão habitacional e a quem serve o poder judiciário, mas também suscitaram amplamente um debate de cidade, de política urbana e metropolitana que coloca, de um lado, a proposição público-privada (OUI e MCMV) amparada pela democracia direta do capital, do outro, o espaço comum dos pobres, a luta pelo direito à cidade e por democracia real. O espaço é político, e sem democracia real o espaço não nos cabe.

Durante este rolezim de despedida, no gabinete comum, na Escola de Arquitetura da UFMG,

8 No trabalho do Luiz (FREITAS, 2015), a Charlene também faz seu rolezim, sob a forma de uma entrevista transcrita.

7 Projeto da prefeitura de Belo Horizonte para a construção de nova sede administrativa. Uma agressão escancarada ao interesse comum por força do interesse público. Projetos de centros administrativos assinados por renomados arquitetos da ordem viraram moda por aqui.

Priscila Musa disse sorrindo que “só as ideias que nós tivemos neste curso já valeram a pena”. Sim, Pri! E o melhor é que são ideias factíveis, ao alcance da multidão, bastando criar as conexões necessárias para serem realizadas (no espaço, pelo espaço). Essa é a questão, cartografar as conexões necessárias — para tanto, a copesquisa cai como uma luva. E, como dito nou- tro excurso, caiu na rede é peixaria. Contra as capturas do comum: muitas redes, resistências e reza brava, diria dona Zefa (in mem- oriam), grande benzedeira do Vale do Jequitinhonha.

Este trabalho é dedicado à América, nascida em casa, pelas mãos de uma doula mexicana, e ao eterno mestre, professor Fábio Alves dos Santos, nascido no Nordeste, falecido nas Minas Gerais em outubro de 2013: uma vida de luta com os pobres⁹. Parece uma obviedade, mas precisamos ratificar: memórias, eventos e pessoas do passado precisam se fazer presentes, margaridas e fábios alves, bahias e estrelas, ausências que precisam preencher nosso imaginário; definitivamente: é preciso que os fantasmas voltem.

9 Vídeo depoimento do professor Fábio Alves dos Santos, gravado um mês antes do seu falecimento, por frei Gilvander Luís Moreira. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YRy7ILUVreE>>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: _____ et al. *A cidade do pensamento único – Desmanchando consensos*. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

ARANTES, Pedro Fiori. Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades. Texto publicado no *Correio da Cidadania*, em novembro de 2013. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9047%3Asubmanchete091113&catid=72%3Aimagens-rolantes&>. Acesso em: 03 ago. 2015.

BAUMAN, Zygmunt. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Organização e tradução de João Barrento. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BIHR, Alain. *Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

BRASIL, Ministério das Cidades. *Operações Urbanas, Anais do Seminário Brasil-França*. Brasília: 2009.

BOLLIER, David. *Think like a commoner: A Short Introduction to the Life of the Commons*. Gabriola Island (CA): New Society Publishers, 2014.

_____. et al. Eight points of Reference for commoning, 2012. Disponível em: <<http://bollier.org/blog/eight-points-reference-commoning>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

BORDA, Orlando Fals. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. *Simposio Mundial de Cartagena*. Vol. 1, Bogotá, Punta de Lanza – Universidad de Los Andes, 1978, pp. 209–249.

BOUTANG, Yann Moulier. Revolução 2.0, comum e polinização. In: COCCO, Giuseppe; ALBAGLI, Sarita (Org.). *Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: _____ (Org.). *Crise Urbana*. São

Paulo: Contexto, 2015.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. *Revista Novos Estudos*, n. 45, julho de 1996.

CAVA, Bruno. A copesquisa militante no autonomismo operaísta. *Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 37/38 – maio/dez 2012.

_____. Metrôpole como usina biopolítica. O trabalho da metrôpole: transformações biopolíticas e a virada do comum na conjuntura brasileira. *Revista online do Instituto Humanitas Unisinos*, Ano XV, n. 464, 2015. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5909&secao=464>. Acesso em: 04 jul. 2015.

CHAGAS, Fernanda. *A Parceria Público-Privada na Produção de Espaço*. 2013. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) — Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte.

COCCO, Giuseppe. *Trabalho e Cidadania: produção e direitos na crise do capitalismo global*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. O futuro como brasilianização do mundo e do Brasil. In: RENA, A.; RENA, N. (Org.). *Design e Política*. Belo Horizonte: Editora Fluxos, 2014.

_____; **ALBAGLI, Sarita (Org.)**. *Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2012.

DEBORD, Guy. *Panegírico*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

DELEUZE, Gilles. Les cours de Gilles Deleuze. Cours Vincennes. Spinoza, 24/01/1978. Disponível em: <<https://www.webdeleuze.com/textes/11>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

_____. *A ilha deserta*. São Paulo: Iluminus, 2006.

_____; **GUATTARI, Félix.** *Mil Platôs*. Vol. 1. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DUARTE, André. Hannah Arendt e o pensamento ‘da’ comunidade: notas para o conceito de comunidades plurais. *O que nos faz pensar*. PUC – RJ, vol. 20, n. 29, 2011, pp.21–40.

ENGELS, Friedrich. *A questão da habitação*. São Paulo: Acadêmica, 1988.

FIX, Mariana. *São Paulo Cidade Global: Fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Parceiros da exclusão. Duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Uma ponte para a especulação – ou a arte da renda na montagem de uma cidade global. *Cad. CRH*, vol. 22, n. 55, Salvador, jan./abr. 2009, pp. 51–52. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000100003>. Acesso em: 17 jul. 2014.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos de. *Do PROFAVELA à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte*. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2015.

GENNARI, Emílio. *EZLN. Passos de uma revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUAL, Joan M. El eco del comum. In: UNIVERSIDAD NÓMADA. *Democracia Distribuida. Miradas de la Universidad Nómada al 15M*. pp. 34–37. Publicado em maio de 2012. Disponível em: <<http://www.trasversales.net/ddun15m.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

_____; **ROLNIK, Suely.** *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

GUEVARA, Ernesto Che. El socialismo y el hombre en Cuba. Publicada na edição de 12 de março de 1965 do semanário uruguaio *Marcha*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/guevara/65-socyh.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

GUIMARÃES, César. O que é uma comunidade de cinema? Mesa 1: Improviso e produção do comum. 3º *Colóquio Internacional Cinema Estética e Política*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2 a 4 de abril de 2014. Palestra

disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p93DjA-ZUo>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

HARDT, Michael. O Comum no comunismo. 2011. Disponível em: <<http://blog.indisciplinar.com/texto-o-comum-no-comunismo-de-michael-hardt/>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

_____. As duas faces do Apocalipse: uma carta de Copenhague. Trad. Bruno Cava. *Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 37/38 – mai./dez. 2012.

_____. ; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *Commonwealth*. Cambridge: Belknap Harvard, 2009.

_____. Declaração – Isso não é um manifesto. São Paulo: n-1 edições, 2014.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. *A produção capitalista do espaço*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *O neoliberalismo. História e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia; et al. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HERREROS, Tomás; RODRÍGUEZ, Adriá. *Revolução 2.0: direitos emergentes e reinvenção da democracia*. In: COCCO, Giuseppe; ALBAGLI, Sarita (Org.). *Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2012.

HOLMES, Brian. *Manifesto afetivista*. Tradução Javier Toscano. Enmedio. Disponível em: <<https://enmedio.info/manifiesto-afectivista-brian-holmes/>>. Espanha, 2009.

LAZZARATO, Maurizio. *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo, Editora n-1, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. 2. ed., Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.

_____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 2010.

LINEBAUGH, Peter. *The Magna Carta Manifesto: Liberties and Commons for All*. Los Angeles: University of California Press, 2008.

_____. *Stop, Thief! The Commons, Enclosures and Resistance*. Michigan: Spectre, 2014.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. *Cidade Ocupada*. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte.

MACEDO, Márcia dos Santos. Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres. In: *GT Gênero/Plataforma Contrapartes Novib*. (Org.). *Perspectivas de gênero: Debates para as ONGs*. Recife: GT Gênero/Plataforma de contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002, pp. 56–79.

MARCOS, Subcomandante. Entre la luz y la sombra. Último discurso do subcomandante Marcos do Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN, proferido em maio de 2014. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2014/05/25/entre-la-luz-y-la-sombra/>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

MARICATO, Ermínia. A cidade é um grande negócio. Publicado em 1988. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/sociedade/cidade-e-um-grande-negocio?page=0,0>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. É a questão urbana, estúpido! In: _____; et al. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *Grundrisse. Fragmento das máquinas*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SANCHEZ, Fernanda (Org.). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENDES, Alexandre. Copesquisa nas lutas da cidade. *Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 37/38, mai./dez. 2012a.

_____. *Para além da “Tragédia do Comum”: conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo*. 2012b. Tese (Doutorado em Direito – Transformações do Direito Privado, Cidade e Sociedade) — Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MIRANDA, Clara Luiza. Como criar praças e fazer democracia. In: *II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades*. Belo Horizonte, de 8 a 11 de outubro de 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/6898320/COMO_CRIAR_PRA%C3%87AS_E_FAZER_DEMOCRACIA>. Acesso em: 23 jul. 2015.

MONTEIRO, Lúvia de Oliveira. *Espacialidades e especificidades: as operações urbanas consorciadas como ferramenta de planejamento e de gestão do espaço*. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte.

MONTERDE, Arnau. La potencia de la cooperación en la plaza global. In: UNIVERSIDAD NÓMADA. *Democracia Distribuida. Miradas de la Universidad Nómada al 15M*. pp. 38–42. Publicado em maio de 2012. Disponível em: <<http://www.trasversales.net/ddun15m.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. O STF e a descriminalização das drogas para uso próprio. Publicado na página JusBrasil pelo perfil do autor, em junho de 2015. Disponível em: <<http://romulomoreira.jusbrasil.com.br/artigos/200468611/o-stf-e-a-descriminalizacao-das-drogas-para-uso-proprio>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

MUSA, Priscila M. et al. Salvaguarda do patrimônio cultural com desígnio da sociedade, o Espaço Comum Luiz Estrela. In: *De Viollet-Le-Duc à Carta de Atenas-Teoria e Prática do Restauo Ibero-Americano*, Lisboa: LNEC-Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2014, pp. 237–244.

NANCY, Jean-Luc. *Being singular plural*. Stanford: Stanford University Press, 2000.

295

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da multidão. *Revista Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia*. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Comunicação, n. 19-20, 2004.

_____. *La fábrica de porcelana. Una nueva gramática de la política*.

Traducción de Susana Lauro. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2008.

NOTA de repúdio do Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis, de 12 de junho de 2013. Disponível em: <<http://consciencia.net/nota-de-repudio-do-centro-nacional-de-defesa-de-direitos-humanos-da-populacao-em-situacao-de-rua-e-catadores-de-materiais-reciclaveis/>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

NÚCLEO DE MEMÓRIA E RESTAURAÇÃO DO ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA.

Patrimônio em processo: restauração do Espaço Comum Luiz Estrela.

Memorial do projeto de restauração do imóvel tombado da Rua Manaus, n. 348, Santa Efigênia, apresentado junto ao Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação Municipal de Cultura, Belo Horizonte – MG, junho de 2015.

OBSERVATORIO Metropolitano de Madrid. *La apuesta municipalista. La democracia empieza por lo cercano.* Madri: Traficantes de Sueños, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista.* Petrópolis: Vozes, 1981.

PAULA, João Antônio de. As cidades. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). *As cidades da cidade.* Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. A cidade e a universidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). *As cidades da cidade.* Belo Horizonte: UFMG, 2006.

PELBART, Peter Pál. *Vida capital. Ensaios de biopolítica.* 1. ed., 2. reimp. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2011.

_____. Elementos para uma cartografia da grupalidade. In: SAADI, F.; GARCIA, S. (Org.). *Próximo ato: questões da teatralidade contemporânea.* São Paulo: Itaú Cultural, 2008. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001081.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2015.

PÔRTO JR., Gilson. Anísio Teixeira e a universidade brasileira: a vida em um percurso. *Revista Participação*, DEX-UnB, Ano 12, n. 22, dez. 2012.

RENA, Natacha; BERQUÓ, Paula. As ocupações em Belo Horizonte: biopotência e estética da multidão. In: CAVA, Bruno e COCCO, Giuseppe (Org.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou.* São Paulo: Annablume, 2014.

ROLNIK, Suely. Prefácio às edições estrangeiras – Sétima edição brasileira revisitada. In: GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011, p.10.

ROGGERO, Gigi. A autonomia do saber vivo: relação e ruptura entre instituições do comum e comunismo do capital. In: COCCO, Giuseppe; ALBAGLI, Sarita (Org.). *Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2012.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A Cartografia e a Relação Pesquisa e Vida. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 166-173, 2009.

SANTOS JR., Orlando A.; MONTANDON, Daniel (Orgs.). *Os planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Letra Capital. Observatório das Cidades; IPPUR/UFRJ, 2011.

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SZANIECKI, Barbara Peccei. *Estética da multidão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Outros monstros possíveis. Disforme contemporâneo e design encarnado*. São Paulo: Annablume, 2014.

SZYMBORSKA, Wislawa. Autonomia. Tradução coletiva: Inimigo Rumor. Poema publicado no blog Poesia gosta de poesia, de Joana Lavôr, em 22 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://poesiagostadepoesia.blogspot.com.br/2012/09/autonomia.html>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Educação e o Mundo Moderno*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

TORET, Javier. Tecnopolítica del 15M: la insurgencia de la multitud conectada. *Redes, Movimientos y Tecnopolítica*. Universitat Oberta de Catalunya, 2013a, pp.277–288. Disponível em: <<http://tecnopolitica.net/sites/default/files/toret.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

_____. (Coord.). *Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas*. El

sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuida. IN3 Working Paper Series. Universitat Oberta de Catalunya, 2013b. Disponível em: <<http://tecnopolitica.net/sites/default/files/1878-5799-3-PB%20%28%29.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

TRINDADE, Hélgio. Anísio Teixeira e os desafios atuais da educação superior. Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Red de investigadores sobre educación superior, 2007.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In.: ARANTES, Otilia; et al. *A cidade do pensamento único – Desmanchando consensos*. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

_____. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia; et al. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____; **OLIVEIRA, Fabrício Leal de;** **LIMA JR., Pedro de Novais.** Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal de (Org.); et al. *Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

VALLE, William Azalim. *Produção Colaborativa de Valores de Uso em Ocupações Urbanas: concepção técnica e política do espaço*. 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) — Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2015.

VARGAS ARBELÁEZ, Esther Juliana. Acceso abierto e instituciones de lo común Acción política en la academia latinoamericana. *Crítica y Emancipación*. Revista Latinoamericana de ciencias sociales. Clacso. Ano VI, n. 12, 2014.

VEIRA, Larissa Pirchiner de Oliveira. *Projeto Minas Rio e Mineração em Conceição do Mato Dentro/MG: Uma análise a partir dos discursos, dos conflitos e da resistência*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte.

VIRNO, Paolo. *Gramática da Multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas*. São Paulo: Annablume, 2013.

Sobre o autor

Joviano Maia Mayer nasceu em Contagem, em 1984, mas foi criado no Barreiro de Baixo, em Belo Horizonte. É arte-educador e advogado popular graduado em direito pela UFMG. Fez mestrado e doutorado em arquitetura e urbanismo, também pela UFMG. É fundador e ex-militante das Brigadas Populares, do Coletivo Margarida Alves de assessoria jurídica e do Espaço Comum Luiz Estrela. Atualmente faz curso técnico em artes circenses.

André Dornelles Dangelo,
Frederico Canuto e
Marcela Silvano Brandão Lopes
conselho editorial

Ana Paula Baltazar e
Altamiro Sérgio Mol Bessa
coordenação editorial

Isabela Izidoro e Paula Lobato
projeto gráfico e diagramação

Alexandre Bomfim
revisão

Maria Paula Berlando
apoio técnico

Fapemig e NPGAU
financiamento

Este livro, composto nas fontes
Stolzi Display e Asap, foi impresso
em pólen bold 70g, com tiragem de
300 exemplares, na gráfica Formato em
Belo Horizonte, em novembro de 2020.

coleção
npgau

Este livro parte de uma aposta política que se confirma a cada novo embate travado nas metrópoles brasileiras: a centralidade do *comum* nas lutas em tempos de capitalismo financeiro globalizado. Se de um lado o comum está ameaçado pela disseminação das parcerias público-privadas sob o urbanismo neoliberal, por outro abre-se como possibilidade para a produção de resistências positivas e novas subjetividades. O comum é tanto trincheira privilegiada de enfrentamento ao Estado-capital — a defesa dos bens comuns no contexto da cidade-empresa do urbanismo neoliberal —, quanto expressão das novas formas organizativas dos movimentos multitudinários na atualidade. O debate teórico em torno do comum passa pela crise do fordismo, pela ascensão do neoliberalismo com a ofensiva público-privada sobre os bens comuns, pelas mutações no mundo do trabalho e do chamado capitalismo cognitivo e imaterial, até a emergência da multidão como sujeito político da contemporaneidade. No contexto de hegemonia da cidade-empresa e do planejamento estratégico é razoável acreditar que a construção de espaços comuns seja um importante horizonte de confluência das forças vivas que enfrentam o Estado-capital. O texto é atravessado por excursos — ou “rolezinhos” —, escritos de modo processual a partir das resistências positivas vivenciadas em copesquisa cartográfica, método adequado a ativistas que mais do que analisar as cidades, desejam transformá-las.

